

FÁBIO LUIZ BÚRIGO  
OSCAR JOSÉ ROVER  
RODRIGO GARCÍA FERREIRA

organizadores



# COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

## OLHARES SUL AMERICANOS



**COOPERAÇÃO**  
**E DESENVOLVIMENTO RURAL**  
OLHARES SUL AMERICANOS



Fábio Luiz Búrigo  
Oscar José Rover  
Rodrigo García Ferreira

(Organizadores)

**COOPERAÇÃO**  
**E DESENVOLVIMENTO RURAL**

OLHARES SUL AMERICANOS

Copyright @ 2021 by Os organizadores

### **Edição e preparação de originais**

Fábio Brüggemann

### **Capa, projeto gráfico e editoração**

Estúdio Semprelo

### **Fotografia da capa**

Carlos Pontalti

### **Conselho editorial**

Fábio Brüggemann

Daniel Mayer

Katia Maheirie

Ana Lúcia Brizola

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas - PGA/UFSC

Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar - Lacaf/UFSC

Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território - Lemate/UFSC

Laboratório de Educação do Campo e Estudos da Reforma Agrária - Lecera/UFSC

#### Ficha Catalográfica

Cooperação e Desenvolvimento Rural: Olhares Sul Americanos / Organização Fábio Luiz Búrigo, Oscar José Rover, Rodrigo García Ferreira. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 23cm. 2021.

216 p.

ISBN 978-65-991172-4-4

1. Sociologia 2. Associações. 3. Cooperativismo 4. Desenvolvimento Rural. 5. Título.

CDU 332.2

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, no todo ou em parte, por quaisquer meios, sem a autorização expressa dos organizadores e/ou do editor.

Impresso no Brasil.

# Sumário

AGRADECIMENTOS .....	9
PREFÁCIO .....	11
PRESENTACIÓN .....	13
Capítulo 1 HABILIDADES E PRÁTICAS PARA A COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO RURAL Fábio Luiz Búrigo, Oscar José Rover, Rodrigo García Ferreira .....	17
Capítulo 2 INTENCIONALIDADES PEDAGÓGICAS. ALGUNOS ELEMENTOS DE LA EXPERIEN- CIA EDUCATIVA DE LA ESCUELA DE VERANO DEL PROCOAS Diego Barrios, César Gómez .....	36
Capítulo 3 COOPERATIVISMO E INTERESSE PELA COMUNIDADE - O SÉTIMO PRINCÍPIO CO- OPERATIVISTA COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CRESOL VALE EUROPEU Eloiza Andréa Moraes Silva, Fábio Luiz Búrigo, Ademir Antonio Cazella .....	54
Capítulo 4 A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA A COOPERATIVAS: UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO COM A GERAÇÃO DE VALOR DA PRODUÇÃO Larissa Liane Heidorn .....	70
Capítulo 5 O PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA CRESOL ÁGUAS MORNAS (SC) Stéfani Tamara Pérez, Fábio Luiz Búrigo, Pablo Imen .....	88
Capítulo 6 COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NO ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVI- ÇOS TERRITORIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SERRA CATARINENSE Marja Zattoni Milano, Ademir Antônio Cazella .....	105
Capítulo 7 REDES COLABORATIVAS PARA EL FORTALECIMIENTO DE COOPERATIVAS: LOS CASOS “ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA” Y “COOPER FRANGO CARÚ” María de la Paz Acosta, Laís Boechel Barcelos, Margarita Baptista, Maíra Elena Borges Costa Suave, Átila Souza Rocha Freire de Santana .....	119
Capítulo 8 REDES DE COOPERACIÓN PARA LA COMERCIALIZACIÓN DE ALIMENTOS AGROE- COLÓGICOS: MIRADAS SOBRE DOS EXPERIENCIAS EN BRASIL Y CHILE Pablo Saravía Ramos, Oscar José Rover .....	135

Capítulo 9	
RELAÇÕES SOCIAIS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: OS CASOS DAS CÉLULAS DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS E DO ASSENTAMENTO VITÓRIA DA CONQUISTA	
María Novoa Alvarez, Laura Niño, Adevan da Silva Pugas, Pâmela Ribeiro, Wagner Nascimento.	149
Capítulo 10	
PROCESSOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS DE PRODUÇÃO RURAL E SUAS RELAÇÕES COM OS MERCADOS IMERSOS E ANINHADOS	
Marlene Grade, Carolina Vincenzi Mergen, Oscar José Rover .....	164
Capítulo 11	
A COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA ORGÂNICA COMO RESPOSTA A EXIGÊNCIAS COMERCIAIS RECEBIDAS POR AGRICULTORES DE REGIÕES METROPOLITANAS	
Adevan da Silva Pugas, Oscar José Rover .....	180
Capítulo 12	
CONSUMIDORES ORGANIZADOS PROMOVENDO A COOPERAÇÃO: OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA GIRASOL - PORTO ALEGRE/RS/BRASIL	
Laísa Boechel Barcelos, Oscar José Rover .....	195
SOBRE OS AUTORES .....	211



## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas, organizações e movimentos sociais que contribuíram para a realização deste livro. Ele é o resultado de um trabalho coletivo de construção de quatro Escolas de Verão (EV) sobre processos cooperativos e associativos, que culminou com a quarta Escola, realizada em Florianópolis, em fevereiro de 2020. As EV são organizadas pelo Comitê sobre Processos Cooperativos e Associativos da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (Procoas/AUGM). Esta obra é resultado direto da quarta edição da Escola, a qual contou com apoios que a viabilizaram como um resultado final.

Manifestamos incontornável gratidão às agricultoras, agricultores e suas organizações e movimentos sociais, que ao longo de uma semana da 4ª Escola de Verão receberam um grupo de quase 50 pessoas para apresentar e refletir sobre suas experiências. Mais que isto, tais organizações e movimentos sociais garantiram recursos logísticos e humanos para viabilizar a EV como um evento itinerante pelo estado de Santa Catarina. Sem isto, não teríamos este livro como resultado. Dentre inúmeros apoios, destacamos a Escola 25 de Maio, no Assentamento de Reforma Agrária Vitória da Conquista, em Fraiburgo; o Centro Vianei de Educação Popular, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (Cisama), de Lages e região; a Associação Acolhida na Colônia, em Alfredo Wagner e região; e a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Vale Europeu, em Águas Mornas.

Agradecemos também aos professores do Comitê Procoas e os educandos que deixaram de suas universidades, países, obrigações profissionais e familiares para participar ativamente do processo de construção coletiva de conhecimento que foi a Escola de Verão. Posteriormente, essa rica vivência proporcionada pela EV transformou-se num elemento motivador para os autores e autoras elaborarem suas contribuições para esta publicação.

Gratidão ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC) e seus laboratórios, professores e estudantes que colaboraram na organização da 4ª edição da EV. Com eles, contribuíram e têm nossa gratidão outras instâncias da UFSC, destacadamente a Secretaria de Relações Internacionais (Sinter) e as Pró-reitorias de Assuntos Estudantis (PRAE) e Extensão (Proex), que auxiliaram na viabilização material da Escola. Junto a elas, cabe agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), que disponibilizou os recursos financeiros necessários à realização da 4ª Escola de Verão Procoas, assim como para a viabilização da edição deste livro.

# PREFÁCIO

**Álvaro Maglia**

Secretario Ejecutivo - AUGM

A la vez de agradecer al Comité Académico de Procesos Cooperativos y Asociativos (Procoas) haberme confiado el prólogo de este libro, destaco en primer lugar la importancia estratégica para la región en que está inserta la Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), de las temáticas de cooperativismo y asociativismo y de la economía social y solidaria para el desarrollo regional, con protagonismo de los ámbitos sociales de la economía, esto es, con valores solidarios y humanizando la economía, alejándose de las lógicas economicistas que prevalecen a escala global.

El Comité Académico “Procesos Cooperativos y Asociativos” (Procoas) es parte de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), una red de Universidades públicas, autónomas y autogobernadas, cuya finalidad principal es “impulsar el proceso de integración a través de la creación de un espacio académico común ampliado, en base a la cooperación científica, tecnológica, educativa y cultural entre todos sus Miembros”; y sin duda desde el Procoas, la cultura – en tanto forma de pensar, sentir y hacer del colectivo – del cooperativismo y la solidaridad.

Procoas, creado en 2004 y en su vasta trayectoria de compromiso con la finalidad de la AUGM, basado en sus propios objetivos, ha sido consecuente con la Declaración de la constitución del comité académico sobre procesos cooperativos e iniciativas económicas asociativas de la AUGM, constituyéndose en un marco académico reflexivo y dialógico, entendido este como la producción de conocimiento, extensión universitaria y educación, en cooperativismo y asociativismo, con el fin de fortalecer tales procesos con dimensión humana y solidaria, aportando al campo de la economía social.

Introducir a la lectura de este libro, desde una mirada no experta en los asuntos del cooperativismo y asociativismo, requiere reseñar los antecedentes de su gestación –la del libro – en el marco institucional del ámbito

académico que lo produce, y también, en el marco contextual de la región y del medio que se explora: el ámbito rural.

La temática central de la publicación se corresponde con las dinámicas en desarrollo rural, objeto de reflexión académica desde el Procoas en sus actividades y en la concreción de Escuelas de Verano que sucesivamente se han llevado a cabo y que permitieron acumulación y maduración de la temática, hoy reflejada en esta publicación.

La Escuela de Verano realizada en este año 2020 tuvo sede en la Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), y su producción académica se traslada al ámbito público interesado en estos procesos, bajo el formato de una publicación, que explora la temática con alto nivel y perspectiva regional.

Los lectores de este libro tienen la seguridad de contar con una producción académica pertinente a los problemas de la región, y con una orientación en los problemas, los desafíos y la necesidad de pensar y actuar fortaleciendo el desarrollo rural con base en asociativismo y cooperativismo, y en clave de la economía social y solidaria.

Invitamos a la lectura cuidadosa y atenta de este volumen, que nos habla de la complejidad de instalar estos espacios de la economía en marcos culturales cooperativos y solidarios en nuestra región, y que desde la AUGM y el Procoas en particular, se ha trabajado en ámbitos académicos colectivos para un mejor conocimiento regional de lo que en este campo se está procesando.

Septiembre de 2020

## PRESENTACIÓN

En febrero de 2020 casi nadie imaginaba que en menos de un mes estaríamos atravesando una de las mayores y más generalizadas crisis sanitarias de los últimos tiempos, como lo es la actual pandemia producto del Covid-19. Sus efectos sanitarios, económicos y sociales continúan desarrollándose y profundizándose, especialmente en regiones del mundo como lo es América Latina, estructurada entorno a fuertes desigualdades en todas las dimensiones de la vida social. Aún no están claros los alcances y duración de esta crisis múltiple, que seguramente cambiará para siempre muchas de las dinámicas de la vida y la producción a nivel mundial.

Sin embargo, en aquel momento un conjunto de universitarios y actores sociales diversos de Sudamérica se encontraron durante casi una semana para intercambiar, analizar y promover una temática que hoy en día parece aún más relevante dada la coyuntura: el papel e importancia de los procesos asociativos y cooperativos en las dinámicas de desarrollo rural. Ante la actual situación de dificultad en el abastecimiento y acceso a alimentos, así como de fuertes pérdidas de empleos y otras alternativas de ingreso económico para millones de familias, agruparse en cooperativas o asociaciones que garanticen el trabajo, el acceso al consumo de artículos de primera necesidad o el vínculo entre quienes producen y quienes consumen, se presenta como una estrategia fundamental para los grupos sociales más golpeados.

La IV Escuela de Verano del Comité académico de Procesos Cooperativos y Asociativos (Procoas) de la Asociación de Universidades del Grupo Montevideo (AUGM) se desarrolló entre el 17 y el 22 de febrero de 2020, transitando por distintos territorios del Estado de Santa Catarina, Brasil. Esta es una de las regiones con mayor desarrollo de experiencias asociativas y cooperativas en territorios rurales, del país del Sur de América más afectado por la actual pandemia. La Escuela se propuso aportar a la comprensión de las diferentes formas que toman actualmente los procesos

asociativos a nivel rural y su contribución a las dinámicas de desarrollo de estos territorios, abarcando propuestas agroecológicas y desde los movimientos por la soberanía alimentaria, así como nuevas configuraciones de los vínculos entre lo rural-urbano, lo agrícola-industrial y la producción, la distribución y el consumo, como también con las políticas públicas. También buscó constituir un espacio de intercambio de experiencias y formación entre estudiantes de grado y posgrado de diferentes países de la Región, docentes, agricultores, técnicos, integrantes de organizaciones cooperadas, movimientos sociales y órganos públicos. En esta edición participaron 33 estudiantes de grado, maestría y doctorado de distintas universidades públicas de Argentina, Brasil, Colombia, Paraguay y Uruguay, quienes durante seis días conformaron un colectivo que transitó por diversos espacios de intercambio y formación: conferencias y presentaciones de docentes e investigadores sobre la temática; mesas redondas y de debate; visitas de campo a experiencias asociativas y cooperativas presentes en seis municipios diferentes del Estado de Santa Catarina (Águas Mornas, Alfredo Wagner, Florianópolis, Fraiburgo, Lages y São José do Cerrito). La propuesta académica y educativa estuvo a cargo de un equipo de 9 docentes de Argentina, Brasil, Chile y Uruguay vinculados al Comité Procoas. La organización del evento fue liderada por el Laboratorio de Comercialización de la Agricultura Familiar (Lacaf), junto con el Laboratorio de Estudios de la Multifuncionalidad Agrícola y del Territorio (Lemate) y el Laboratorio de Educación del Campo y Estudios de la Reforma Agraria (Lecera) de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). La Pro-rectoría de Extensión, la Secretaría de Relaciones Internacionales y el Programa de Posgraduación en Agroecosistemas de la UFSC dieron soporte institucional en la organización. También recibió el apoyo de la Fundación de Amparo a la Pesquisa e Innovación del Estado de Santa Catarina (Fapes).

Fueron días de intensos debates, intercambios de experiencias, conocimientos y saberes. La diversidad y riqueza de las experiencias visitadas permitió ampliar los abordajes y miradas sobre las características y el lugar de los procesos asociativos y cooperativos en la actual estructura agraria del sur de Brasil, teniendo en cuenta su contexto histórico y geográfico. El abanico de experiencias visitadas y analizadas fue amplio, reflejo de la complejidad y contradicciones propias de esa construcción histórica: asentamientos de reforma agraria y cooperativas de producción vinculadas a

movimientos sociales populares del campo de alcance nacional, donde la transformación social se presenta como proyecto de fondo; asociaciones y cooperativas de agricultores familiares, que surgieron como alternativas colectivas de resistencia y sobrevivencia para muchas de familias de agricultores de origen colono en la región y hoy se presentan como fuertes estrategias de integración a cadenas agroindustriales y de servicios; colectivos de agricultura urbana, que se constituyeron como alternativa para garantizar alimento e ingreso a distintos grupos de la periferia de la ciudad, con un fuerte componente de apropiación y politización para estos grupos sociales; colectivos de consumidores y de productores agroecológicos, que se asocian para construir circuitos de comercialización de alimentos orgánicos sin intermediarios; consorcios inter-municipales, que presentan un formato innovador de asociación y cooperación de la institucionalidad pública para contribuir al desarrollo territorial de manera organizada y con un sentido definido junto con los propios actores del territorio; cooperativas de crédito, que surgieron como forma de cubrir la necesidad de acceso al crédito para muchos agricultores familiares de la región y hoy se constituye en un gigante financiero con cientos de miles de asociados. Además de las experiencias concretas, algunos temas transversales estuvieron presentes durante el transcurso de toda la escuela: las cuestiones ambiental, de género y generacional en las asociaciones y cooperativas, atravesadas por situaciones de desigualdad y dificultad en su acceso y protagonismo; los procesos de inclusión y exclusión social en los territorios y el papel de los procesos cooperativos y asociativos en ello.

Pasar de la vivencia a la reflexión y contribución académica es una búsqueda permanente, tanto en el Comité Procoas como en la organización de sus Escuelas de Verano. Es por ello que para esta edición, se presentó la posibilidad y la necesidad de generar un producto colectivo que partiera de reflexionar sobre las realidades y experiencias vivenciadas, para buscar así contribuir a pensar y transformar las dinámicas de desarrollo en nuestras regiones rurales. Es así que se concretó la elaboración de este libro. Para ello se recurrió a dos tipos de aporte principal. Por un lado a los y las estudiantes que transitaron esta edición de la Escuela, que de forma individual o grupal contribuyeron con sus propuestas de artículos. A su vez se convocó a aquellos docentes vinculados al Comité Procoas y que hubieran participado de alguna de las Escuelas de Verano, para contribuir

con su mirada y reflexión. En ambos casos se les convocó a abordar cuestiones teóricas y empíricas que estuvieran necesariamente relacionadas a la temática de los procesos cooperativos y asociativos en las dinámicas de desarrollo rural. Producto de esta convocatoria y luego de la revisión de cada trabajo recibido por parte de evaluadores a través del sistema “doble ciego”, es que llegamos a la selección de once artículos originales, que se suman a un capítulo introductorio elaborado por los organizadores, para conformar esta publicación. Entre ellos contamos con reflexiones teóricas que parten de las experiencias visitadas en la última Escuela, pero también otras que recuperan el recorrido de las anteriores ediciones.

Algunos trabajos analizan procesos asociativos de la región sur de Brasil, pero otros también incorporan experiencias de distintos países de América Latina. El abordaje de los procesos educativos y las propuestas pedagógicas desarrolladas en el marco del cooperativismo está presente en más de uno de los artículos. Las diferentes estrategias de asociación entre consumidores y productores de alimentos orgánicos o agroecológicos y sus efectos en la consolidación de otras relaciones sociales, más allá del intercambio comercial, también toman centralidad en algunos de los trabajos. De la misma forma, otros artículos abordan el papel de las redes de cooperación en los procesos de desarrollo sustentable de los territorios y su aporte a la viabilidad de las organizaciones y sus asociados. Por lo tanto, estas múltiples miradas que involucran distintas disciplinas, orígenes, saberes y experiencias concretas, conforman una publicación con la amplitud y diversidad propias de nuestras realidades sudamericanas.

Nos encontramos en momentos de confusión e incertidumbre, como producto del estado actual de pandemia y del avance de movimientos políticos conservadores, que atacan sistemáticamente el lugar de lo común y de lo público, con especial énfasis sobre la educación y la ciencia. En esta coyuntura, el aporte de las universidades públicas al análisis de la realidad y la construcción de conocimiento pertinente, que contribuya a la solución de problemas sociales, económicos y ambientales complejos para un importante sector de la población de nuestros países, es hoy más que nunca parte de su compromiso ético y académico. Es en ese sentido que este libro pretende ser una contribución.



## Capítulo 1

# HABILIDADES E PRÁTICAS PARA A COOPERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO RURAL

**Fábio Luiz Búrgio**  
**Oscar José Rover**  
**Rodrigo García Ferreira**

### INTRODUÇÃO

As experiências de cooperação retratadas neste livro expressam uma diversidade de habilidades, práticas, oportunidades e desafios presentes em processos associativos e cooperativos. Por ter sido concebido a partir da edição 2020 da Escola de Verão do Procoas/AUGM, ocorrida em Santa Catarina (Brasil), a maioria dessas experiências está inserida em dinâmicas de desenvolvimento rural deste estado/país. Todavia, pelas suas características e ineditismo, elas podem gerar ensinamentos para outras realidades. Este capítulo introdutório se propõe a fazer reflexões teóricas e sobre os contextos históricos e atuais nos quais essas experiências de cooperação se inserem. Destaca alguns temas trabalhados nos demais capítulos e identificados como chaves pelos organizadores da publicação. Vários desses assuntos estão bem expressos nos diferentes capítulos que compõem esta obra, e por isso serão aqui menos discutidos. Outros, embora também considerados centrais, foram discutidos de maneira secundária ou sequer foram tratados, e por isso serão aqui abordados com mais ênfase.

Este capítulo está dividido em quatro seções além desta introdução. A seção seguinte discute brevemente as potencialidades e os dilemas da ação cooperada no contexto das relações sociais e econômicas contemporâneas. A terceira debate como os processos de cooperação podem fortalecer as dinâmicas de desenvolvimento rural, tendo em conta os desafios trazidos pela questão da sustentabilidade. Avalia, nesse sentido, como as novas concepções do rural e sua relação com o meio urbano são chaves para o desenvolvimento dos territórios rurais. A quarta seção destaca algumas das principais habilidades e práticas abordadas nos demais capítulos deste livro, analisando de que forma elas podem ampliar e qualificar as ações de

cooperação no seio das organizações estudadas e em outros contextos. A última seção, além de sintetizar questões discutidas nos tópicos anteriores, aponta um conjunto de oportunidades e desafios para o avanço dos processos cooperativos e associativos em dinâmicas de desenvolvimento rural sustentável.

## **A NATUREZA DA COOPERAÇÃO**

A cooperação está na origem da ação coletiva e na busca do bem comum. Ela foi a base da sobrevivência humana na pré-história, sendo muito empregada para fazer frente aos desafios impostos pela natureza e a convivência com outras espécies. Parte-se, portanto, do pressuposto que a cooperação humana é uma necessidade e uma oportunidade para sobreviver no ambiente natural e desenvolver-se, de modo a aprimorar as formas de viver com qualidade e bem estar.

Os fundamentos da cooperação foram consolidados em termos doutrinários e filosóficos no início da Idade Moderna, quando também se iniciou a formalização dos procedimentos para dar suporte à constituição e funcionamento de empreendimentos coletivos, em diversos ramos de atividades. Vários desses fundamentos, derivados de práticas e habilidades historicamente construídos, continuam até hoje a ser respeitados e exercidos por agremiações informais e formais.

A partir do século XIX, vários modelos de organização coletiva expandiram-se em diversas partes do mundo, ao mesmo tempo em que as instituições e ideais capitalistas, que passaram a hegemonizar as relações econômicas e sociais, criando novas formas de opressão e exclusão econômica. Grande parte dessas iniciativas reunia pessoas empobrecidas, desejosas de encontrar soluções alternativas para (sobre) viver com mais dignidade, gerando produtos, serviços e renda para si e para os seus pares. Ao longo do século XX, elas ganharam expressão social e econômica em muitos países, mas não conseguiram suplantar a força do capitalismo como regra geral de funcionamento da sociedade. Entraram em disputa, como base do arranjo socioeconômico, a “liberdade” econômica e a primazia do capital de um lado, e o empreendimento coletivo e valorização do trabalho, de outro.

O funcionamento do sistema capitalista tem como premissa transformar bens, conhecimentos, serviços, enfim tudo que é construído ou manejado pela genialidade humana, em mercadorias, o que significa também

um movimento para dissociar economia e ambiente social comunitário. Polanyi (2000) ilustra essa tentativa de se imiscuir em todas as esferas da vida humana, para instalar um processo de “mercantilização” das relações sociais e econômicas, como uma espécie de “moinho satânico”<sup>1</sup>. A busca por essa transformação não deixou de fora as práticas de cooperação e a gestão das organizações associativas e cooperativas. Todavia, para o mesmo autor, esse processo é intrinsecamente contraditório, pois leva à geração de um duplo movimento. Ao mesmo tempo em que as instituições e as organizações operadoras do capitalismo atuam para subordinar tudo às leis do mercado, as próprias sociedades buscam meios de se proteger, visto que essa subordinação não consegue atender o conjunto de suas necessidades e aspirações.

Polanyi arguiu que o intercâmbio e as trocas mercantis correspondem apenas parcialmente a essas necessidades e aspirações, que, além da mercantilização, contam com formas de reciprocidade e de redistribuição para organizar processos substantivos de economia humana (POLANYI, 2000; SCHNEIDER; ESCHER, 2011). Baseado nas ideias de Marcel Mauss, Laville lembra que “no interior do sistema econômico [...] se compõe[m] mecanismos institucionais contraditórios, irreduzíveis uns aos outros” (LAVILLE, 2014, p. 71). Ele também destaca que a organização cooperada é uma criação institucional, que liga a solidariedade democrática com uma dimensão econômica, contradizendo a crença de que economia e mercado existem como uma onipotência do capitalismo (LAVILLE, 2014). Ou seja, a cooperação continua sendo um espaço para a criação e a consolidação de processos econômicos inovadores, apesar de sofrer influência direta do ambiente socioeconômico capitalista que a circunda.

De que modo organizações cooperadas<sup>2</sup> são afetadas pelo ambiente capitalista que as envolve? Em que sentidos são desenvolvidas as habilidades

---

1 Polanyi mostrou como o advento do capitalismo criou “um novo sistema social – a Grande Transformação – onde todos os indivíduos tornaram-se “átomos dispensáveis”, uma engrenagem que era de fato “uma máquina.., para qual o homem estava condenado a servir”. Para Polanyi, deixá-la solta, sem maiores impedimentos e regulações [...] era excitá-la a ser um moedor de carne ou um “moinho satânico” [...], destruindo todas as relações sociais” (SHILLING, 2020, p. 1).

2 No Brasil o associativismo é reconhecido juridicamente pela Constituição, podendo se formalizar por meio da constituição de associações ou de cooperativas. Porém, apenas as cooperativas têm garantias legais para praticar atos econômicos. Neste texto, emprega-se o termo “organizações cooperadas” para se referir às cooperativas, associações ou às formas de cooperação reconhecidas pela legislação de outros países.

e práticas da cooperação, tendo em conta esse ambiente? Apesar de estarem em debate desde a origem formal das cooperativas no século XIX, estas indagações permanecem e merecem atenção nas análises sobre os processos de cooperação atuais. Aqui, entram em cena elementos que estão por trás das visões de mundo e dos interesses dos atores envolvidos direta e indiretamente com as experiências de cooperação.

Levi (2000) assinala diversos casos de cooperativas que alcançaram sucesso econômico funcionando dentro do ambiente institucional capitalista, o que aparentemente demonstra ser possível avançar num dos objetivos da cooperação, qual seja o de associar os processos econômicos aos interesses sociais. Porém, o autor demonstra que para aumentar sua eficiência econômica esses empreendimentos muitas vezes passaram a adotar sistemas de gestão desenvolvidos para modelos não cooperativos, praticando assim o que a literatura especializada denomina de “isomorfismo institucional” (LAVILLE, 2014). No caso das organizações cooperadas, o problema dessa postura é que elas acabam pouco a pouco sendo mais valorizadas justamente por aquilo que têm de semelhante e não por aquilo que têm de diferente em relação às organizações não cooperadas. Para Levi (2000), esse tipo de isomorfismo acaba ampliando a distância interna entre os valores, regras, princípios e práticas que dão sustentação ao componente social da cooperativa, e os seus elementos empresariais que dão sustentação ao seu componente econômico. Em síntese, o distanciamento entre os componentes social e econômico só obscurece as diferenças entre as “sociedades de pessoas” e as “sociedades de capital”, que demarcam uma distinção importante entre os dois tipos de empreendimentos.

Entrelaçar o econômico ao social – um tema muito discutido por Polanyi em sua noção de *embeddedness* – é justamente o grande atributo das organizações cooperadas. Para explorar esse potencial é preciso reacender valores tão caros ao movimento original cooperativista, como solidariedade, reciprocidade e intercooperação, ou seja, elementos substantivos dos processos econômicos, que não estão vinculados somente aos intercâmbios precificados pelas lógicas do mercado capitalista.

Ressalte-se que não existe uma única forma de cooperação humana como arranjo organizativo, e que as diferentes formas de cooperação normalmente são atravessadas por outros tipos de relações. Ou seja, para se entender melhor a natureza da cooperação é importante reter que os pro-

cessos associativos e cooperativos convivem muitas vezes com relações de conflito e de competição. Amiúde, os conflitos manifestam visões ou interesses divergentes e podem levar ao surgimento da competição. “A competição pode [...] interpor-se no caminho da cooperação [...] a cooperação e a competição estão intimamente relacionadas” (SENETT, 2012, p. 83). As disputas ideológicas e o jogo de interesses que geralmente dão origem a tais tipos de relações são, portanto, também inerentes aos ambientes onde se pratica a cooperação. Por outro lado, as organizações cooperadas são ambientes privilegiados para se conceber e praticar ações de educação e concertação, as quais podem resultar em aprendizados individuais e coletivos, passíveis de gerar novos entendimentos sobre temas de conflito e estabelecer consensos que abrandem atos de competição.

Para exemplificar esse processo, é útil recorrer à discussão sobre os sistema de trocas. Ressalte-se que uma das atividades mais recorrentes das organizações cooperadas é atuar na sua viabilização. Geralmente, os sistemas de trocas manifestam diferentes formas de intercâmbio, envolvendo partes que podem representar, ou não, coletividades. Segundo Senett (2012), é possível identificar um espectro de cinco segmentos de troca:

trocas altruístas, implicando autossacrifício; trocas ganhar-ganhar, nas quais ambas as partes se beneficiam; trocas diferenciadas, nas quais os parceiros se conscientizam de suas diferenças; trocas de soma zero, nas quais uma das partes prevalece em detrimento da outra; e trocas tudo-para-um-só, nas quais uma das partes anula a outra (SENETT, 2012, p. 93).

O equilíbrio entre cooperação e competição, para Senett, se efetiva mais claramente no meio desse espectro. Quando um coletivo de pessoas e/ou grupos sociais decide gerar novos processos cooperativos, apesar dos elementos de conflito que os acompanha, passa a gerir componentes simbólicos e materiais visando estruturar tais processos. Ou seja, este coletivo passa a exercitar sua habilidade de cooperar (SENETT, 2012). Gestão, diálogo, tolerância, compromisso e envolvimento são alguns componentes para os quais terão que desenvolver habilidades. A habilidade de gerar consensos simbólicos e materiais é central neste escopo, configurando, mais que discursos, práticas cooperativas. Muitos e complexos elementos simbólicos e materiais entram em jogo nesse processo. São procedimentos de aprendizagem individual e coletiva, e que a sociologia denomina de “capital social”. Ou seja, trata-se de desenvolver estratégias e ações que per-

mitam a um grupo em cooperação encontrar respostas concretas às motivações que o levaram a se reunir em torno de uma organização cooperada.

Dado o exposto, considera-se importante compreender, a partir das experiências de cooperação retratadas nos diferentes capítulos deste livro, quais estratégias e ações orientam caminhos para processos cooperativos com menos isomorfismo institucional. Importante também indagar que habilidades e novas práticas revelam as experiências analisadas e quais desafios e oportunidades se evidenciam para maiores avanços da cooperação nos tempos atuais. Por fim, acredita-se que as experiências podem contribuir para se perceber como a cultura da cooperação vem sendo trabalhada no seio das organizações cooperadas.

Entendemos que a cooperação deve ser considerada também um elemento estratégico para qualificar os processos de desenvolvimento dos territórios rurais. O tópico a seguir procura contribuir com esse debate, tendo em conta as novas visões a respeito da ruralidade no contexto da sustentabilidade.

## **A COOPERAÇÃO COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO NAS DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

As práticas de cooperação inseridas em dinâmicas de desenvolvimento rural devem se atentar para os desafios que representam o atual período histórico, no qual as atividades humanas se intensificaram de forma exponencial, gerando impactos globais que passam a ser determinantes na continuidade da vida no planeta (VEIGA, 2017). Como forma de chamar atenção e tentar avançar na construção de ações concretas que evitem uma escalada de destruição e ampliem as ações humanas em torno da sustentabilidade, as Organizações das Nações Unidas (ONU) lançaram a Agenda 2030, associada a um conjunto de metas que devem ser alcançadas para se atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (BRASIL, 2020; ONU, 2020). Os territórios rurais estão direta ou indiretamente envolvidos em 132 metas dos ODS, sendo que em 36 delas as ações devem se realizar exclusiva ou fundamentalmente em territórios rurais (BERDEGUÉ; FAVARETO, 2019). A pandemia de Covid-19 produziu novos dilemas civilizatórios e aumentou, em todos os continentes, a necessidade de se adotar medidas convergentes aos ODS e às metas propostas pela ONU.

A Agenda da ONU estabelece uma série de compromissos institucionais que demandam atitudes inovadoras em vários níveis de decisão. Tais atitudes vão desde a formulação de novos acordos internacionais, que estão sujeitos à aprovação dos governos centrais dos países, até as ações localizadas, que dependem diretamente das pessoas e das suas formas de mobilização comunitária (FAVARETO, 2020). Tais compromissos e necessidades de ação coletiva são também decisivos para se estruturar novas dinâmicas de desenvolvimento rural sustentável, pois muitas vezes “a dificuldade reside em efetivar esses princípios [dos ODS] em práticas concretas para a transformação dos territórios rurais” (FAVARETO, 2020, p. 40). O próprio autor lança a pergunta: quais atores liderarão o desenho e implantação de uma nova geração de políticas públicas voltadas aos ODS?

Diante de tais imperativos, as experiências cooperadas devem compreender o que elas representam objetiva e simbolicamente para os territórios nos quais estão inseridas. Isso permite visualizar melhor os desafios e as oportunidades que seus membros e suas comunidades possuem em termos sociais, econômicos e ambientais. Como se discute em alguns capítulos deste livro, dinâmicas de desenvolvimento rural sustentável têm íntima relação com as organizações cooperadas, sendo que elas agem muitas vezes como efetivos agentes de desenvolvimento (BÚRIGO, 2007). Elas são capazes de desempenhar uma diversidade de papéis, gerando impactos em seus contextos e territórios de atuação, assim como na transformação da cultura, das práticas e habilidades das próprias organizações cooperadas. Essas organizações podem atuar em diferentes dimensões (social, econômica e ambiental), em um espectro que vai da busca por transformar o mundo até resolver questões pontuais (JESUS; TIRIBA, 2004).

As organizações cooperadas inseridas em regiões vulneráveis, como é o caso de muitos territórios rurais de países da América do Sul, têm igualmente um papel relevante em processos de transformação e emancipação social. Nesse sentido, IMEN (2017) aponta três fatores como sendo fundamentais para sua atuação:

o primeiro é a busca da satisfação das necessidades comuns resolvidas coletivamente de modo eficaz e eficiente; o segundo, a concretização de um modelo de gestão e governança democrático substantivo, com protagonismo e participação dos membros de cada entidade solidária; o terceiro, o compromisso individual e comum para contribuir com a

transformação da sociedade em um sentido integral de justiça (IMEN, 2017, p. 143).

As organizações cooperadas que atuam em territórios rurais têm importante papel econômico gerando trabalho e renda. Contudo, podem ampliar sua atuação fortalecendo igualmente componentes não econômicos, que influenciam os processos econômicos e o funcionamento dos mercados (NORTH, 1994). Nas últimas décadas, além de preocupações em torno de planilhas de preços e de estudos de oferta e de demanda, muitas empresas vêm aprimorando mecanismos para orientar seu comportamento nos mercados. Alguns destes mecanismos articulam componentes sociais e econômicos, e deveriam ser considerados pelas organizações cooperadas que atuam em territórios rurais. Baseados em levantamento de custos de transação e na compreensão que a racionalidade dos agentes é limitada (WILLIAMSON, 1985), empresas aprimoram modelos gerenciais que passam pelo fortalecimento de ritos destinados a gerar mais confiança nas marcas e nos produtos, e formas de alcançar diferentes públicos. Novas condutas e contratos são estabelecidos, de maneira a explorar sentimentos ligados às noções de pertencimento, fidelidade e geração de confiança entre as empresas produtoras e seus consumidores/usuários.

Por suas características, as organizações cooperadas têm melhores condições para efetuar uma aproximação entre os atributos econômicos e não econômicos das transações econômicas, reduzindo a incerteza e o oportunismo presentes nas trocas inseridas na ordem capitalista, tornando esses intercâmbios mais sustentáveis. Isso pode se traduzir na “criação de padrões de troca e distribuição mais autônoma, constituídos sob relações de reciprocidade, de troca socialmente regulada e de redistribuição” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 211). Ou seja, sem resvalar por medidas que caracterizem um isomorfismo gerencial com as organizações não cooperadas, as organizações cooperadas podem demonstrar de forma mais cabal “o caminho de retorno às instituições sociais de onde os mercados formadores de preços na verdade nunca saíram” (LIMA; HIGGINS, 2018, p. 15).

No debate sobre o futuro da cooperação em territórios rurais, outras particularidades precisam ser destacadas, por serem cruciais para se avançar numa agenda pautada pela sustentabilidade. Além do crônico problema da concentração das terras, resultado de políticas de governança fundiária historicamente ineficientes e pouco inovadoras em termos de sustentabilidade



(CAZELLA *et al.*, 2015), ganha força o conceito da multifuncionalidade e a ideia de que o rural é, antes de tudo, um valor para a sociedade (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008). Essas concepções demonstram que a importância do rural vai muito além de ser um espaço destinado à produção primária e fornecedor de mão de obra barata para os demais setores econômicos. Para dar fundamento à multifuncionalidade dos territórios rurais, incentivos para atividades não agrícolas precisam estar contemplados, de modo a estabelecer novas formas de gerar trabalho e renda, preservar recursos naturais e fortalecer seu tecido socioeconômico. Isso passa pela valorização de uma série de atributos (paisagísticos, culturais, históricos, sociais, ambientais, etc.), que podem contar com apoio da população local e de suas organizações cooperadas para estruturar empreendimentos e equalizar a distribuição da riqueza gerada. A geração de renda não agrícola passa também pelo entendimento de que a pluriatividade é uma realidade para muitas famílias que vivem nos territórios rurais, mas ainda é pouco compreendida e levada em conta nos processos de planejamento do desenvolvimento rural. Por vezes, sua presença não indica que a produção agrícola esteja perdendo importância no seio das famílias agricultoras, mas que ela é uma estratégia para compatibilizar interesses e necessidades de seus membros, preservando vínculos e atividades com o território. Nesses termos, a pluriatividade é um aspecto positivo para o desenvolvimento rural, pois permite, dentre outros benefícios, diversificar as fontes de trabalho e renda, e manter as famílias agricultoras em seus territórios.

Uma agenda de suporte às demandas e necessidades da juventude rural é também vital para que se planeje o amanhã desses territórios, visto o crescente envelhecimento da população do campo<sup>3</sup>. Diversos territórios rurais enfrentam uma crescente falta de mão de obra, de um lado, e falta de opções de trabalho, de outro. A carência sinaliza a importância da cooperação para otimizar o compartilhamento de equipamentos agrícolas, bem como de organizações especializadas em prestar serviços agropecuários.

As dinâmicas de cooperação em territórios rurais têm ganhado novos contornos nos anos recentes, em função da crescente percepção da população quanto aos riscos ambientais gerados pelas ações humanas. Essa questão se soma ao aumento do interesse da população urbana em estabelecer

---

<sup>3</sup> Dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que 69,8% dos produtores de Santa Catarina estão na faixa etária de 45 a 75 anos (IBGE, 2019).

laços com as amenidades do rural e conhecer quem produz e como são produzidos os alimentos. Em vários casos, o fenômeno mobiliza consumidores interessados em alimentos saudáveis e preocupados com a preservação dos sistemas e grupos sociais que os produzem. A “crise de confiança dos consumidores” (RENTING *et al.*, 2012) em relação aos alimentos que levam para casa estimula o que Goodman (2003) denominou de “virada para a qualidade”. Exemplo disto é a demanda crescente por alimentos orgânicos, agroecológicos, com denominação de origem, etc, que têm gerado relações de aproximação entre atores sociais dos territórios rurais e urbanos. Este é um dos temas mais discutidos nos demais capítulos deste livro.

Outro aspecto importante para que essa nova visão do rural emergja e se torne preponderante em termos sociais refere-se ao papel institucional das organizações cooperadas. Em muitos casos, elas têm um bom grau de representatividade social e relevantes conhecimentos sobre os territórios em que atuam. Esses atributos lhes outorgam legitimidade (e responsabilidade) para liderar ou integrar comitês de formulação de projetos e outras iniciativas voltadas ao desenvolvimento de seu território de atuação. Os impactos positivos de organizações cooperadas podem ser ainda maiores em territórios rurais com maior vulnerabilidade socioeconômica.

Também é importante considerar que esse conjunto de ações que as organizações cooperadas realizam nos territórios são atravessadas por diferentes visões e perspectivas sobre os possíveis caminhos para o desenvolvimento rural. Se tratam de perspectivas teóricas que têm seu correlato em expressões concretas, que ao longo da história buscaram operacionalizar diferentes noções de desenvolvimento nos territórios rurais. A partir das experiências apresentadas neste livro, podem ser identificadas pelo menos três formas em torno das quais se organizam as dinâmicas do desenvolvimento rural. Um primeiro conjunto é vinculado às noções de tecnificação, modernização e civilização dos territórios rurais (SEVILLA GUZMÁN; SOLER, 2009), em que o processo de desenvolvimento central é dado por meio da territorialização do capital (industrial e financeiro), integrando de forma subordinada os agricultores familiares e suas organizações cooperadas, por meio de uma intervenção do Estado que estimula essa integração vertical e dependente (PAULINO, 2003). Outro conjunto expressa organizações de agricultores familiares que, por meio de suas lutas e disputas territoriais, conseguem criar condições para construir sua própria

territorialidade, embora em permanente resistência à hegemonia do capital (MARTINS, 2017). Neste caso, a Reforma Agrária surge como um dos instrumentos fundamentais e implica um elevado grau de intercooperação econômica e social, a partir de organizações cooperadas que tiveram que avançar na construção de conhecimento nas áreas técnica, organizacional, gestão e comercialização, assim como na infraestrutura para o processamento intermediário e industrial do que é produzido. O terceiro conjunto de experiências surge da articulação entre organizações de agricultores familiares e, principalmente, iniciativas da sociedade civil urbana. Por meio de estratégias baseadas principalmente na agroecologia, buscam a construção de sistemas agroalimentares em torno de redes e formas organizacionais que não necessariamente se enquadram nas clássicas associações ou cooperativas. A expressão simultânea e muitas vezes conflituosa dessas diferentes visões sobre os caminhos do desenvolvimento em uma mesma área geográfica faz parte dos desafios que as organizações cooperadas enfrentam em sua prática cotidiana, nos processos de sua própria construção e do território em que intervêm.

Vários aspectos aqui apontados não estão ainda suficientemente incorporados nas agendas das organizações cooperadas. Por outro lado, um olhar mais atento para as experiências retratadas nos capítulos deste livro indicam avanços em vários sentidos e relevantes para a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos territórios rurais. São experiências que revelam habilidades de cooperação e a construção de boas práticas, com capacidade de dar contribuições efetivas para dinâmicas inovadoras de desenvolvimento rural sustentável.

## **HABILIDADES E PRÁTICAS EVIDENCIADAS NOS DEMAIS CAPÍTULOS**

Em muitos países, como o Brasil, a construção das experiências cooperativas enfrenta o problema do baixo conhecimento da população sobre os preceitos da cooperação e da importância da vida comunitária. Isso ocorre especialmente em cidades cuja formação deriva de um acelerado processo de êxodo rural. Nesses ambientes, tradições, conhecimentos, habilidades e práticas de ação coletiva acabam se esvaindo. O estranhamento social que se estabelece entre pessoas que chegam aos núcleos urbanos, oriundas de vários lugares e com várias culturas, gera dificuldades para o estabelecimento de vínculos de confiança, um elemento chave na coopera-

ção. A esta realidade, soma-se a quase total indiferença com que os temas da cooperação e da ação coletiva são tratados nos currículos escolares e nos espaços de convívio social.

Em muitos territórios rurais da América do Sul há mais presença de coletivos informais e formais, frequentemente derivados de uma condição de maior vulnerabilidade. Ao longo do seu processo de ocupação, as dificuldades inerentes à vida no meio rural despertaram a consciência das famílias agricultoras sobre a importância da ação coletiva como estratégia de solução de problemas sociais e econômicos. Superar desafios que permitiam adquirir insumos, comercializar a produção, obter crédito, dentre outras, foram razões que justificaram a criação de inúmeras organizações cooperadas nesses territórios. O desafio atual parece estar menos em despertar seus habitantes para a necessidade e a importância da cooperação, e mais para qual sentido dirigir os esforços da ação coletiva, de modo a ampliar e equilibrar suas conquistas sociais, econômicas e ambientais, como também viabilizar estratégias de articulação institucional e de intercooperação que promovam o desenvolvimento sustentável desses territórios.

Como se ressaltou anteriormente, ao se analisar as experiências de cooperação, é preciso atentar para o grau de isomorfismo presente, ou seja, avaliar o quanto e como elas se diferenciam ou se aproximam das organizações não cooperadas. Dito de outro modo, juntamente com as análises sobre o lado empresarial, é importante compreender como práticas e habilidades afeitas aos princípios da cooperação e às conquistas não econômicas são valorizadas pela organização cooperada, especialmente quando essas ações apresentam alto significado social e cultural para os associados e os territórios.

Insistir nessa questão não significa desconsiderar um necessário empreendedorismo cooperativo ou minorar a importância do risco que está sempre presente nas atividades econômicas. Já se conhece como as organizações de agricultores familiares podem diminuir tais riscos, aumentar a escala, fortalecer o poder de barganha dos seus membros para realizar negócios e assim aumentar seus ganhos nos mercados. Chayanov demonstra isto pelo uso da teoria dos ótimos diferenciais, desenvolvida no início do século XX, pela qual é possível compreender como as cooperativas possibilitam “ao pequeno produtor separar de seu plano organizativo aqueles itens cuja produção em larga escala apresentam vantagens indubitáveis em

relação à de pequena escala – e fazê-lo sem sacrificar sua individualidade” (CHAYANOV, 2017, p. 56). Atualmente, práticas e habilidades envolvendo a cooperação podem incorporar esses ensinamentos, como também gerar inovações nesses e em outros sentidos, já que “não há um modo único de organização da economia que seja a expressão de uma ordem natural, mas um conjunto de formas de produção e de repartição que coexistem” (LAVILLE, 2014, p. 71). Por isso, a geração de benefícios sociais e econômicos é sempre um desafio e uma oportunidade para as organizações cooperadas criarem novos “espaços de manobra” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011), ou seja, soluções que sejam oportunas e muitas vezes inviáveis de serem empregadas por organizações não cooperadas.

Algumas experiências analisadas nesta obra revelam respostas inovadoras que atendem uma série de demandas de seus membros. Duas delas podem ser destacadas, a título de exemplo: inovações capazes de deslocar a dependência tecnológica muito presente na agricultura moderna (*treadmill*), que exige constantes investimentos voltados ao aumento da produção, mesmo sabendo que isso não resulte em maiores ganhos aos agricultores – os produtores de orgânicos e os de queijo artesanal são referências nesse sentido; mecanismos que viabilizem estratégias de comercialização direta e de aproximação entre produtores e consumidores, capazes de gerar ganhos substantivos para as partes envolvidas, não recorrendo apenas aos mecanismos de mercado convencional – os coletivos criados para viabilizar feiras e sistemas de vendas de cestas de produtos da agricultura familiar ilustram essa situação.

As diferentes formas de cooperação entre agricultores familiares, inclusive as criadas por meio de redes interorganizacionais, podem também ajudar a reduzir custos de transação, criar novas economias de escala e de escopo, melhorar serviços fornecidos e recebidos, qualificar suas relações sociais e culturais, e valorizar suas atividades profissionais e territoriais. Além disso, essas organizações auxiliam as famílias agricultoras a ter influência e representação, melhorando seu posicionamento nos mercados e na demanda de políticas (FAO, 2012).

Contudo, para que tais impactos se evidenciem, é necessário que se instalem sinergias, seja dentro das próprias organizações cooperadas, seja entre elas e as outras organizações sociais, econômicas e instituições do território e de fora dele. A construção de sinergias intra e interorganiza-

cionais é uma habilidade percebida em diferentes experiências estudadas neste livro. São experiências que se fortalecem por meio da participação em redes, consórcios e fóruns. Nesses espaços comuns, a experiência de cada organização cooperativa específica tem mais suporte para sua efetivação.

A gestão das organizações não cooperadas é geralmente mediada por relações hierárquicas, forjadas em sistemas de decisão estabelecidos a partir de interesses dos controladores de seu capital. Para não produzir este tipo de isomorfismo institucional, as organizações cooperadas precisam construir processos decisórios mais horizontalizados. Isto implica em desenvolver habilidades dialógicas, as quais envolvem ações como “ouvir com atenção, agir com tato, encontrar pontos de convergência e de gestão da discordância ou evitar a frustração em uma discussão difícil” (SENETT, 2012, p. 17). Várias situações de uma experiência de cooperação podem se tornar problemáticas sem uma boa aplicação de tais habilidades. Para além das habilidades dialógicas agregam-se como necessárias ao bom sucesso de uma experiência de cooperação a capacidade de planejamento, organização, direção e controle colegiados, ou seja, a capacidade de gestão social. Neste contexto, as habilidades dialógicas visam tratar elementos internos da dinâmica organizativa, enquanto habilidades de gestão visam dar conta tanto destes elementos internos quanto do relacionamento com o contexto que envolve a organização cooperada. Elementos de tomada de decisões de forma colegiada, relações horizontalizadas ou verticalizadas, dentre outros elementos da gestão, também são discutidos em variados capítulos deste livro.

Observa-se que as experiências analisadas nesta obra podem ser divididas em três estágios organizativos, a saber: a) grupos informais, que cooperaram de forma experimental ou para resolver questões pontuais. Futuramente, após agirem sobre o desafio que estimulou sua criação, esses grupos podem deixar de existir, se manter cooperando informalmente ou avançar para a constituição de uma associação ou cooperativa; b) associações e cooperativas já formalizadas em termos jurídicos, que tiveram origem ou não em grupos informais preexistentes; c) redes de cooperação constituídas por associações e cooperativas, assim como entre elas, instituições públicas, grupos informais de consumidores, dentre outros. Muitas destas associações e cooperativas singulares e mesmos as redes aqui destacadas têm sua atuação restrita a uma região específica. Entretanto, em outros casos, elas transcendem a seus territórios de origem e ampliam sua atuação para dimensões supralocais.

Os três estágios organizativos acima indicados exigem o desenvolvimento de habilidades e de práticas específicas, que podem envolver também forte disposição e abertura para a adoção de inovações. A articulação em rede, por exemplo, amplia a necessidade de habilidades dialógicas para construção de sinergias para o trabalho em parceria. Não obstante os avanços alcançados, os casos analisados demonstram que há, em diferentes sentidos, muitos caminhos ainda inexplorados para se praticar a intercooperação. Sabe-se que a cooperação não pode se expandir apenas pela geração de empreendimentos cooperativos, mas deve ser entendida como o resultado de um movimento cooperativo (CHAYANOV, 2017). Destacam-se, nesse sentido, alguns elementos que aparecem nos demais capítulos, ligados à mobilização e articulação com outros atores sociais: construção de selos de qualidade para produtos; compra e troca de produtos entre grupos e organizações de agricultores, para ampliar sua diversidade e escala de oferta; crescente mobilização e articulação com atores sociais de áreas urbanas, especialmente formando grupos que efetivem aquisições sistemáticas de seus produtos. Além disso, em muitas partes desta obra, fica evidente o potencial das organizações cooperadas para mobilizar e aglutinar diferentes grupos culturais e de interesse. Esse esforço geralmente passa pelo aprimoramento de habilidades e práticas menos focadas numa ótica setorial, e mais na valorização de processos territoriais, interculturais e interterritoriais.

## **DESAFIOS E OPORTUNIDADES: À GUIA DE CONCLUSÃO**

Por envolverem componentes econômicos, sociais e institucionais particulares, as organizações cooperadas se caracterizam por sua diversidade e complexidade. Seu desenho organizacional original pode, todavia, colaborar de forma estratégica na construção de novas ruralidades e de sociedades mais sustentáveis. Essa abordagem passa pela difusão e qualificação de uma cultura da cooperação, tanto nas próprias organizações cooperadas quanto na sociedade em geral. Avanços nesse sentido dependem da forma como as pessoas compreendem e são educadas para praticar a cooperação. Sociedades que apostam na cooperação estão mais preparadas para construir um futuro menos desigual para seus membros.

O desafio da educação está, portanto, presente de forma inescapável para as organizações cooperadas viabilizarem seu destino. Há necessidade

de investimentos constantes em educação, formação técnica e divulgação de informações, tendo em conta que as relações entre as pessoas e as organizações estão em constante transformação e transcorrem cada vez mais em ambientes virtuais, marcados por novas linguagens e plataformas de comunicação digital.

Outro desafio das organizações cooperadas diz respeito aos seus processos de governança. Há experiências analisadas neste livro que explicitam conflitos relacionados à gestão técnico-burocrática das organizações, muitas vezes gerando dinâmicas verticalizadas de tomada de decisão. Uma cultura da cooperação adequada aos dias atuais deve incrementar a formação de coletivos plurais e relações em rede, com aprimoramento de práticas e habilidades capazes de estabelecer níveis de horizontalidade e de transparência nas decisões, de modo a garantir a participação ativa e democrática nos processos de governança. A atuação dos jovens e mulheres nas organizações cooperadas é decisiva para que novas formas de sociabilidade surjam e se consolidem no seio das organizações, como também para que se estabeleçam relações sociais mais horizontalizadas. Em muitos territórios rurais, o envelhecimento e a masculinização da população residente já são problemas que afetam a sucessão familiar e o futuro das próprias organizações cooperadas. Ao mesmo tempo, essas organizações têm muitos conhecimentos e legitimidade para apoiar processos que construam propostas e implantem mudanças que alterem esses cenários.

Não obstante os retrocessos políticos observados em vários países da América do Sul nos últimos anos, muitas experiências e institucionalidades já presentes nos territórios rurais em torno da cooperação permanecem ativas. Cabe às organizações cooperadas empregarem e qualificarem suas habilidades e práticas para sobrepor os processos de desmonte de importantes políticas públicas, ao mesmo tempo em que a sua presença e experiência política e organizacional tornam-se um importante elemento de resistência para que esses territórios e suas populações consigam enfrentar esse momento.

Um dos desafios relacionados às políticas públicas diz respeito à elaboração e capacidade de resposta dos agricultores aos regulamentos e legislação, seja da produção orgânica, sanitárias, tributárias, entre outras. Ao mesmo tempo e por pressão de organizações sociais de agricultores e consumidores, em muitos contextos se têm aberto oportunidades com le-



gislações favoráveis a certificações participativas e valorização de produtos artesanais e territoriais. As organizações cooperadas devem aproveitar essas oportunidades e também representar seus pares na luta para manter tais conquistas, realizando articulações e movimentos para que retrocessos não se efetivem.

Em muitos territórios rurais, as experiências de cooperação não são importantes somente porque estão fortalecendo a produção, beneficiamento, comercialização ou garantindo o financiamento das famílias agricultoras. Elas também conseguem viabilizar e qualificar processos de certificação orgânica, incrementar a incidência política, fortalecer consórcios e outras formas institucionais de pleitear políticas públicas.

Nota-se que existem amplos espaços de manobra para as organizações cooperadas intensificarem sua atuação e aprimorarem os processos cooperativos e associativos nas dinâmicas de desenvolvimento rural. As habilidades e práticas presentes nas formas cooperativas podem fazer que essa organização atue como um efetivo agente no desenvolvimento de seu território específico ou em articulações mais amplas, envolvendo distintos territórios e agrupamentos sociais.

Esses espaços se traduzem em oportunidades para se estabelecer novas formas de articulação produção-consumo, o que significa a construção de novos tipos de aproximação e relacionamento entre produtores e consumidores. Apesar do crescente interesse das populações urbanas pela qualidade dos alimentos que consome, arranjos inovadores representam também um desafio, visto serem ainda iniciais as experiências coletivas e formais envolvendo esses dois públicos. A criação desses novos processos de intercâmbio e redistribuição passa pelo aumento e qualificação das experiências de cooperação nos territórios urbanos e pela capacidade de se constituir novos mercados. Diversas iniciativas cooperadas e em rede para comercialização e criação de circuitos curtos de comercialização, analisadas nesta obra, representam tentativas de superar os limites de acesso a mercados convencionais e de se construir caminhos que fortaleçam as relações e viabilização de novas formas de trocas envolvendo a produção e consumo de alimentos.

Em síntese, as experiências discutidas neste livro abrem um importante espaço de reflexão para que organizações cooperadas possam inovar na construção social de mercados, na criação de processos de intercâmbio e articulação em rede, assim como na qualificação da representação

e demanda de políticas públicas pelos agricultores familiares. As próximas páginas explicitam motivações e experiências para gerar demandas aos produtos e serviços rurais, construir arranjos organizativos que garantam bases de apoio para políticas públicas e organizações urbanas que apoiem a agricultura.

Muito precisa ser construído para que a articulação entre atores organizacionais e territoriais resulte em sinergias significativas e formas mais planejadas de construção de desenvolvimento rural sustentável. Isto representa, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para novas práticas de cooperação e de intercooperação. O engajamento das organizações cooperadas em processos de desenvolvimento sustentável de seus territórios rurais não é apenas algo desejável, mas um imperativo para planejar o futuro de cada organização e de seu território.

## REFERÊNCIAS

- BERDEGUÉ J., FAVARETO A. *Desarrollo territorial rural en América Latina y el Caribe, 2030: Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: FAO, 2019.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-227, 2008. Disponível: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/302>.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)*. Brasília: MRE, 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods#:~:text=Chegou%2Dse%20a%20um%20acordo,infraestrutura%2C%20redu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades%2C%20cidades>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- BÚRIGO, F. L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Editora Argos, 2007.
- CAZELLA, et al. (org.). *Governança da terra e sustentabilidade: experiências internacionais de políticas públicas em zonas rurais*. Blumenau: Editora Nova Letra, 2015.
- CHAYANOV, A. *A teoria das cooperativas camponesas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- FAO - Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. *Cooperativas campesinas y seguridad alimentaria: un modelo vigente*. Roma: FAO, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i3078s/i3078s.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- FAVARETO, A. Territórios rurais em um mundo urbanizado e globalizado: paradoxos e transição para a sustentabilidade. In: GUIBERT, M; SABOURIN, É. (coord.). *Ressources, inégalités et développement des territoires ruraux en Amérique latine, dans la Caraïbe et en Europe*. Paris: Instituto das Américas/Agência Francesa de Desenvolvimento /Fundação EU-LAC, 2020. p.17-32.
- GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, [s.l.], 19, 1-7, 2003.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Santa Catarina é o quinto estado em par-

- tipificação da agricultura familiar na produção, revela Censo Agro 2017. Brasília: IBGE, 2019. [Informativo para a mídia].
- IMEN, P. Hacia una pedagogia de la solidaridad. Idelcoop y un proyecto educativo de y desde el cooperativismo transformador. *Revista Idelcoop*, Buenos Aires, n. 221, p. 141-158, mar. 2017.
- LAVILLE, J. Mudança social e teoria da economia solidária: uma perspectiva maussiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 36, p. 60-73, maio/ago. 2014.
- LEVI, Y. The Ambiguous Position of Cooperatives vis-a-vis the Issue of “difference”. *Journal of Rural Cooperation*, Jesuralem, v. 28, n. 2, 2000. p.125-131.
- LIMA, R.J.D.C; HIGGINS, S. S. Apresentação do dossiê de sociologia econômica: pluralismo de enfoques e inovação metodológica. *Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 48, p. 13-20, Jan./jun. 2018.
- JESUS, P. de; TIRIBA L. Cooperación. In: CATTANI, Antonio A. D. (org.). La otra economía. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004, p. 85-95.
- MARTINS, A.F.G. *A produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre*: territórios de resistência ativa e emancipação. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós - Graduação em Geografia. UFRGS, 2017.
- NORTH, D. *Custos de transação, instituições e desempenho econômico*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.
- ONU. Organizações das Nações Unidas. *Transformando Nosso Mundo: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Brasília: ONU, 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 28 jul. 2020.
- PAULINO, E. T. *Terra e vida: a geografia dos camponeses no norte do Paraná*. 2011. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Unesp, Bragança Paulista, 2011.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring Civic Food Networks and newly emerging forms of food citizenship. *Int. J. of Soc. of Agr. & Food*, East Lansing, EUA, v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012.
- SCHILLING, V. Polanyi e Hayek: as duas faces do mercado. *Portal Terra*, São Paulo, set. 2020. Seção Educação/História. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/polanyi-e-hayek-as-duas-faces-do-mercado,2101e0944a99b310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 09 set. 2020.
- SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*, ano 13, n.27. p. 180-219, mai./ago. 2011.
- SENNET, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SEVILLA GUZMÁN, E.; SOLER, M. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. *Documentación social*, n.155, p.23-39, 2009.
- WILLIAMSON, O. E. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: New York Press, 1985.
- VEIGA, J.E. A primeira utopia do Antropoceno. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 227-246, abr./jun, 2017.

## Capítulo 2

# INTENCIONALIDADES PEDAGÓGICAS. ALGUNOS ELEMENTOS DE LA EXPERIENCIA EDUCATIVA DE LA ESCUELA DE VERANO DEL PROCOAS<sup>1</sup>

Diego Barrios  
César Gómez

### INTRODUCCIÓN

Cuando abordamos procesos educativos que tematizan el papel de lo colectivo en las prácticas y representaciones sociales, la relación entre forma y contenido constituye un desafío singular que permanentemente nos invita a reflexionar. Vivimos en sociedades organizadas bajo la lógica de mercados autorregulados, en las que la cooperación como fuerza social colectiva tiende a ser apropiada individualmente a través de múltiples estructuras heterónomas. El formato escolar es una de ellas.

La educación es acción política; parte de supuestos que formulan un modo de producción y re-producción de la cultura. En su dimensión política la educación es praxis, propone y produce coherencias entre el pensar y el hacer, entre teoría y método. Es en ese entramado que nos interesa reflexionar sobre la producción de experiencias educativas que colocan su centralidad en lo colectivo como intencionalidad pedagógica.

¿Cómo hacemos para asumir la dimensión colectiva como contenido estructurante de una propuesta pedagógica? ¿Cómo se entrelaza lo colectivo en los procesos de formación que promovemos en los espacios de la economía social y solidaria? Asumimos que desde ese ámbito apostamos a la construcción de alternativas basadas en principios como cooperación, autogestión, y autonomía, pero permanentemente nos preguntamos cómo incorporar esos contenidos de modo coherente a nuestras propuestas educativas.

En este escrito proponemos explicitar las intencionalidades pedagógicas y su vínculo con la experiencia didáctica y metodológica desarrollada

---

<sup>1</sup> Especial agradecimiento a las queridas colegas Neusa Dal Ri de la Universidad Estadual Paulista, Unesp (campus Marília), Brasil, y Karina Tomatis de la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, por sus reflexiones y comentarios acerca de este artículo.

en las escuelas de verano del Comité Académico de Procesos Cooperativos y Asociativos (Procoas) de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM)<sup>2</sup>. Por un lado, nos interesa comunicar esas experiencias a través de una caracterización de la propuesta pedagógica, cuyo elemento destacable radica en la interrogante constante del vínculo entre pensamiento y acción, idea y método. Por otro lado, procuramos explicitar las intencionalidades involucradas en las escuelas de verano del Procoas; cooperación y autogestión en su sentido sustantivo; autonomía como proyecto político que problematiza lo instituido en sociedades heterónomas; la experiencia, en el sentido de la afectación del sujeto.

Desde el punto de vista metodológico, el artículo está concebido sobre la base de una sistematización conceptual y revisión bibliográfica, pero fundamentalmente a partir de reflexiones compartidas en torno a la experiencia de los autores como docentes de escuela de verano del Procoas.

## **LA ESCUELA DE VERANO DEL PROCOAS COMO DISPOSITIVO PEDAGÓGICO**

La escuela de verano del Procoas consiste en un curso de formación inscripto en el ámbito universitario y forma parte del Programa Escuelas de Verano/Invierno (EVI) de AUGM<sup>3</sup>. Hasta hoy el Comité Procoas ha desarrollado la Escuela en cuatro oportunidades alternando su sede, donde han participado unos 150 estudiantes procedentes de cinco países de la red: Chile, Argentina, Paraguay, Brasil y Uruguay. Las EVIs se desarrollaron anualmente según la siguiente secuencia:

- 2017. Cooperativismo y Asociativismo como estrategia para el desarrollo rural. Universidade Federal do Paraná, Brasil.
- 2018. Educación y procesos asociativos en espacios rurales. Universidad Nacional del Nordeste, Argentina.

---

2 La Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM) es una entidad que nuclea 40 universidades públicas de la región (Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay), y que tiene como objetivo la articulación política y académica a través de programas comunes de intercambio ([www.grupomontevideo.org](http://www.grupomontevideo.org)). En ese marco, el Procoas forma parte del Programa “Comités Académicos y Núcleos Disciplinarios”, y está integrado por representantes (docentes) de universidades miembro de la red que abordan los procesos asociativos, cooperativos y de economía social y solidaria desde distintas disciplinas y perspectivas ([http://grupomontevideo.org/ndca/caprocosscooperativos/?page\\_id=16](http://grupomontevideo.org/ndca/caprocosscooperativos/?page_id=16)).

3 <http://grupomontevideo.org/sitio/escuela-de-verano-invierno-2019/>

- 2019. Procesos Asociativos Rurales. Desarrollo, Tierra, Producción y Redes de Consumo. Universidad de la República, Uruguay.
- 2020. Procesos cooperativos y asociativos en dinámicas de desarrollo rural. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

En cada edición se abordó un campo problemático común, constituido en torno a los procesos asociativos rurales, a partir de líneas de trabajo compartidas, y desde intercambios que se producen en diversos programas de la red. Esto supuso, por un lado, asumir como ejes temáticos articuladores el asociativismo y la ruralidad, y problematizar una serie de tópicos según la propuesta específica de cada universidad anfitriona. Fue así que se trabajó alternadamente sobre cooperativismo, políticas públicas y sujetos sociales agrarios, circuitos de comercialización, modelos de desarrollo, educación en alternancia, agroecología, entre otros temas. En todos los casos el énfasis estuvo colocado en promover una aproximación a distintas experiencias de carácter asociativo (cooperativas, asociaciones, colectivos, redes), que desde la producción, el turismo, la recreación, el intercambio, el crédito, el consumo, se desarrollan en los espacios rurales.

A su vez, los procesos asociativos rurales integran un campo mayor de abordaje relacionado con los procesos cooperativos y la economía social y solidaria. En términos generales pueden definirse como aquellas prácticas de carácter asociativo (cooperativas, asociaciones, colectivos diversos en el campo de la producción, los servicios, la distribución, el consumo, el crédito, etc.), sobre la base de objetivos comunes, donde se privilegia a las personas sobre el capital, donde existe una gestión democrática en la toma de decisiones, y donde todas/os los integrantes participan de sus resultados económicos<sup>4</sup>.

En las EVIs se busca incorporar esos contenidos a partir de un abordaje que privilegia la experiencia vivencial, en detrimento de una práctica “contenidista” (transmisión convencional de contenidos). Este aspecto ya supone una diferencia respecto de otras ofertas formativas extracurriculares de educación superior, que suelen poner el acento en la especialización académica sobre la base de reproducción de contenidos.

En este sentido, si bien la propuesta busca interpelar a sujetos del ám-

---

<sup>4</sup> No es objetivo de este artículo un desarrollo conceptual en torno a la economía social y solidaria. Para una mayor aproximación a la conceptualización remitimos a los trabajos de Cruz (2007) y Mutuberría (2010).

bito universitario, también se orienta a quienes transitan por los espacios de interfaz que se generan en el encuentro entre la academia, los movimientos sociales y agencias estatales de extensión. Esto responde a la premisa de la necesidad de promover el diálogo de saberes y un intercambio recíproco entre la universidad y los actores que conforman el campo de la economía social y solidaria. Según ese criterio, las convocatorias estuvieron direccionadas con el propósito de garantizar, cada año, una composición diversa de la cohorte, entre estudiantes de grado y postgrado<sup>5</sup> e integrantes de instituciones públicas o colectivos rurales.

Los criterios de selección de los participantes, se ajustaron a la necesidad de garantizar la presencia de estudiantes de distintos países, como también asegurar esa diversidad dentro de cada país. Se facilitó la participación de estudiantes no universitarios cuyas trayectorias de formación o laborales estuvieran vinculadas al eje temático de los procesos asociativos rurales. De este modo se buscó generar condiciones para habilitar el encuentro de sujetos con trayectorias y perfiles diversos y promover el diálogo de saberes como axioma metodológico.

Dentro del marco formal que establece las pautas para las actividades del Programa EVI de AUGM, los procesos formativos se desarrollaron fuera de los calendarios de cursado regular de las universidades de la red. Se realizaron en cada oportunidad, durante la segunda mitad del mes de febrero, con una duración que osciló entre 6 y 10 jornadas de trabajo, según las particularidades de la propuesta específica promovida por el equipo organizador. El equipo docente mantuvo su conformación (con alguna variación), a través de las cuatro ediciones, lo que posibilitó un aprendizaje acumulativo a lo largo del proceso, desde su primera experiencia en 2017, catalizadora para pensar ediciones posteriores.

## **PROPUESTA DE TRABAJO**

A lo largo de cada edición, la programación de la escuela de verano se organiza en base a una secuencia de actividades que privilegia el intercambio entre los participantes y el tránsito por una experiencia compartida. Cabe destacar en ese esquema las siguientes:

---

<sup>5</sup> En las cuatro ediciones de la escuela de verano los estudiantes de postgrados tuvieron la oportunidad de formalizarlo como curso de Maestría o Doctorado.

**Actividades de aula.** En estos espacios se abordan contenidos en relación a los distintos tópicos temáticos. Las actividades de aula incluyen la presentación de contenidos a través de dinámicas dialógicas coordinadas por miembros del equipo docente. A través de técnicas participativas se busca problematizar los aspectos centrales de la problemática abordada en cada convocatoria.

**Visitas a experiencias asociativas.** Como parte de la jerarquización del proceso vivencial, la visita a emprendimientos asociativos rurales constituye una de las actividades centrales. Se incluyen en este caso cooperativas y asociaciones agropecuarias, ferias, redes de consumo, y otros colectivos rurales de diversa naturaleza. Las visitas se desarrollan a partir de un importante despliegue logístico en el territorio, que supone, en ocasiones, traslados que insumen una parte importante de la jornada. Estas visitas se organizan como encuentros con los protagonistas de las experiencias asociativas, quienes offician de anfitriones y se presentan a partir de un relato sobre la propia trayectoria que habilita una instancia de diálogo con los participantes, tanto docentes como estudiantes.

**Mesas de debate y talleres de discusión.** Como parte de acercar las experiencias a la escuela de verano, se constituyen mesas de debate e intercambio (tertulias), con presencia de distintos actores, para abordar un campo temático específico. De estas mesas participan integrantes de experiencias colectivas, directivos o técnicos de instituciones públicas e instituciones de apoyo a la producción rural, universitarios, y los propios participantes de la escuela.

**Grupos de trabajo.** Como parte de jerarquizar la experiencia vivencial, al inicio de cada edición los participantes se distribuyen en grupos de trabajo (entre 4 a 7 integrantes), considerando la diversidad de orígenes y trayectorias. Al mismo tiempo se propone que cada grupo defina una o varias preguntas de investigación sobre el campo problemático convocante. Esos interrogantes, que generalmente expresan las expectativas iniciales, acompañan al grupo durante todo el proceso y orientan su trabajo de análisis y reflexión en torno a las experiencias que se abordan durante la semana. Al finalizar la escuela cada grupo elabora un texto que incluye reflexiones en torno a los debates derivados de las inquietudes explicitadas el primer día, lo que eventualmente puede expresarse a través de una problematización de los presupuestos asumidos al inicio de la escuela, una re-



formulación de los interrogantes, o un ensayo con respuestas tentativas basado en argumentos elaborados durante la experiencia. En cualquier caso, los miembros del equipo docente acompañan el proceso de cada grupo con la premisa de promover un ejercicio de problematización que permita la formulación de nuevos interrogantes.

**La convivencia.** La escuela de verano reúne a los participantes en un régimen de alojamiento compartido en sitios acondicionados para ese propósito. Se trata de buscar el mayor grado de convivencia entre estudiantes y docentes, a partir de compartir los espacios de alimentación, la recreación, el esparcimiento, el intercambio y la mayor proximidad posible, que permita un re-conocimiento entre todos/as. La convivencia permanente se constituye también como componente educativo.

## **LO COLECTIVO EN SU FORMA Y CONTENIDO COMO INTENCIONALIDAD PEDAGÓGICA**

Suele definirse a la estrategia didáctica como el conjunto de procedimientos (técnicas y actividades) que se llevan adelante de manera planificada para la consecución de objetivos específicos de aprendizaje. Es decir, es un curso de acción definido por el docente con fines prácticos. Generalmente cuando se piensa en la didáctica en el ámbito de las ciencias de la educación se tiende a recrear posiciones prescriptivas con criterios instrumentales respecto de proceso de enseñanza aprendizaje, vinculado a la noción de proyecto y de su realización. Entonces se promueve una mirada evaluativa, pero en la que se toman como referencia los resultados, el producto más que el proceso.

Se asume generalmente que la estrategia didáctica mejora o enriquece el aprendizaje si contribuye a promover la autonomía de los estudiantes. Sin embargo esta es concebida como resultado, de modo que mientras se habla de modelos pedagógicos que promueven la autonomía, las estrategias didácticas aparecen como conjuntos de técnicas subordinadas aunque fungibles, como si pudiera separarse el producto del proceso o la forma del contenido.

Es importante considerar que la estrategia didáctica no responde simplemente a la adecuación instrumental de procedimientos técnicos sino que presupone también, como punto de partida, una intencionalidad pedagógica que orienta y a la vez construye el vínculo docente-estudiante.

Ranciere sugiere esa idea cuando reflexiona en torno a las implicancias pedagógicas de proyectar la igualdad social como objetivo que podrá ser realizado en un futuro mediado por los procesos educativos. Tanto la igualdad como la autonomía son principios que proponen y disponen nuestras relaciones, que al animar nuestras prácticas las producen, por lo que no pueden someterse a una mediación instrumental que separe al proyecto de su realización sin disociar a la vez forma y contenido: [...] “quien plantea la igualdad como objetivo a alcanzar a partir de una situación no igualitaria la aplaza de hecho al infinito. La igualdad nunca viene después, como un resultado a alcanzar. Debe ubicársela antes”. (RANCIERE, 2007, p. 9).

Toda propuesta educativa se construye a partir de intencionalidades político pedagógicas. Estas, se traducen en contenidos, mediaciones, métodos, en una visión del sujeto. En toda propuesta educativa existe un imaginario del Otro (MEIRIEU, 1998). Este imaginario sustenta un sentido de lo educativo, qué se pretende enseñar (contenido y forma) y cómo se pretende enseñar (forma, contenido, mediaciones). Contenido y forma, teoría y práctica, intención pedagógica y acción educativa, constituyen una relación de sentido, se construyen dialécticamente:

así como en la poesía forma y contenido, sólo pueden ser separados momentáneamente para el análisis, en educación sucede algo similar. Tanto el contenido como la forma que se adoptan en una relación educativa, no son ingenuos, ni neutros, se vuelven sustancialmente educativos. (STEVENAZZI, 2010, p.73).

## **LA PRODUCCIÓN DE AUTONOMÍA**

En este punto nos interesa resaltar la intencionalidad pedagógica orientada como proyecto de autonomía, necesariamente democrático y participativo, que no se agota en formas instituidas. En las sociedades heterónomas esas formas tienden a ser asumidas como significados “dados”, naturalizados, donde no parece posible intervenir en su producción, ni individual ni colectivamente. En contraste con esa heteronomía, entendemos que la autonomía es la capacidad de un sujeto, individual o colectivo, de darse uno mismo sus propias leyes a partir de asumir la necesidad de autolimitación, a la vez que la posibilidad de problematizar los límites de modo reflexivo (CASTORIADIS, 2008).

Podemos parafrasear a Ranciere para sostener que la autonomía, en tanto proyecto, no puede ser pensada como resultado, sino que tiene que presuponerse desde el inicio como intencionalidad. Si apuntamos a la autonomía como objetivo a lograr a partir de una situación heterónoma, no haremos más que recrear lo instituido.

El mayor poder concebible es el de preformar a alguien de suerte que por sí mismo haga lo que se quería que hiciese sin necesidad de dominación o de poder explícito [...] para llevarlo a... Resulta evidente que esto crea para el sujeto sometido a esa formación, a la vez la apariencia de la ‘espontaneidad’ más completa y en la realidad estamos ante la heteronomía más total posible. (CASTORIADIS, 2008, p. 98).

El mayor desafío, entonces, al momento de pensar una propuesta pedagógica que verse sobre cooperación y autogestión, y donde la intencionalidad se orienta a un proyecto de autonomía, es evitar la disociación entre forma y contenido. En ese sentido, no se trata de reducir la estrategia didáctica a la utilización de técnicas y procedimientos para transmitir conocimientos. En términos de una pedagogía freireana<sup>6</sup>, eso supondría renunciar a una auténtica situación gnoseológica, en la que no se trata de asimilar contenidos sino de construir conocimiento en un diálogo intersubjetivo, a través de la praxis:

Llamamos praxis a ese hacer en el cual el otro, o los otros, son considerados como seres autónomos y como el agente esencial del desarrollo de su propia autonomía. La verdadera política, la verdadera pedagogía, la verdadera medicina, puesto que han existido alguna vez, pertenecen a la praxis [...] para la praxis, la autonomía del otro, o de los otros, es a la vez el fin y el medio; la praxis es lo que apunta al desarrollo de la autonomía como fin y utiliza con este fin la autonomía como medio. (CASTORIADIS, 2013, p. 120-121).

## LA PRODUCCIÓN DE LA COOPERACIÓN Y AUTOGESTIÓN

Asumimos las desavenencias en la construcción de conceptos esclarecidos, una arquitectura conceptual que pueda optimizar la mirada sobre cualquier contexto, una especie de “deber ser” que se da de bruces con la realidad. La reflexión y búsqueda de conceptos y relatos se constituyen en

---

<sup>6</sup> Mencionamos a Paulo Freire porque entendemos que la propuesta de una “educación como práctica de la libertad” (FREIRE, 2010) se fundamenta precisamente en una noción de praxis coherente con el sentido que recuperamos desde Castoriadis.

orientadores, una especie de prismáticos, no siempre eficientes, pero que en definitiva permiten una lectura de sentido sobre la realidad.

Cooperación y autogestión son representaciones teórico metodológicas que adquieren un determinado protagonismo en la acción educativa. Este protagonismo se relaciona con los sentidos, ideas, prerrogativas que se les atribuya. Por tanto no son conceptos asépticos, ajenos a cosmovisiones y representaciones de la realidad.

Entendemos que las distintas dimensiones de la cooperación y la autogestión operan desde intencionalidades, que son explícitas o implícitas, direccionalidades “que tienen que ver con el posicionamiento (yo soy esto)” (ACASO, 2018, p. 103), y que se pretenden movilizadoras, perturbadoras, instigadoras, y que no implican de ninguna manera evangelizar, tamizar, establecer un orden pre-establecido.

Cooperar en su sentido sustantivo se caracteriza por la “fusión de muchas fuerzas en una fuerza social común, lo que genera un producto global diferente o mayor que la suma de las fuerzas individuales de los trabajadores aislados” (TIRIBA, 2004, p. 89). Se produce por tanto la irrupción de un sujeto colectivo, “otro sujeto”, resultado de la producción asociada de personas, una “fuerza social colectiva”. No hay negación del individuo, en este sentido se trasciende la perspectiva de agregar individuos, porque el ejercicio de la cooperación supone la producción de un sujeto/otro.

De manera de organizar y desagregar el concepto de cooperación procuraremos un ejercicio de construcción en cinco dimensiones de análisis.

La cooperación como dimensión histórica. Todo proceso cooperativo está cargado de historicidad, forma parte de un entramado histórico, producto de las múltiples experiencias individuales y colectivas. Historia y contexto determinan, delimitan, y ubican el proceso colectivo, tanto en el campo ideológico, como en político, y social. No hay posibilidad de pensar la cooperación sin contexto histórico.

La cooperación como dimensión ideológica. La cooperación en tanto cuerpo de ideas, remite a un conjunto de supuestos sobre la condición humana, de conservación y/o transformación, lo que se traduce en perspectivas, itinerarios, generalizaciones que dan sentido al cuerpo de ideas. La cooperación en su dimensión ideológica se emparenta con la tradición socialista (en su sentido originario), donde la centralidad del ejercicio político, social, económico y cultural, se origina a partir de la producción colectiva.

La cooperación como dimensión política. La cooperación es el resultado de un entramado de arreglos en relación a la producción de la polis. La política como el modo de producir y establecer decisiones, las formas en las que se toman esas decisiones. La cooperación aparece como un modo particular de toma de decisiones, supone la necesaria existencia de un entramado colectivo, que de manera conjunta produce y construye decisiones, determinando la propia existencia de un sujeto colectivo.

La cooperación como dimensión social. El entramado social supone a las personas como centro del ejercicio de la cooperación. La cooperación sucede en el entramado social. Lo social no niega al individuo, lo reconoce en su dimensión humana, en su individualidad, y lo predispone en la construcción de otro sujeto supra-individual, colectivo.

La cooperación como dimensión económica. El aumento de las capacidades productivas como resultado de la creación de una fuerza social común es un proceso consustancial a la civilización humana, presente a lo largo de la historia como correlato de la división social del trabajo. En el capitalismo esos procesos de cooperación asumen formas heterónomas desde que los propietarios de los medios de producción detentan el control del proceso productivo. La cooperación heterónoma se manifiesta como fuerza productiva del capital. Pero es posible pensar en otra forma de cooperación, que supone un ejercicio de autonomía, cuando los trabajadores asumen la decisión y participación activa, y el ejercicio democrático es un principio orientador.

La cooperación como dimensión organizativa. La cooperación remite a formas de gestión colectiva, a arreglos políticos, al método, el instrumento del proceso. No es solo una tecnología de gestión. Es la síntesis que se expresa en lo organizativo, en el procedimiento, pero que supone e integra las dimensiones histórica, ideológica, política, y social.

Autogestión, en tanto abstracción polisémica, también es forma y contenido. Podría considerarse, en términos generales, que autogestión remite a tres formas de comprenderla.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Para una visión sobre su génesis contemporánea: “Henri Arvon [señala] que el término autogestión fue introducido en Francia a finales de los años setenta para designar la experiencia yugoslava instaurada a partir de 1950. Para los anglosajones el término autogestión se corresponde con dos nominaciones: el self-government, que implica la voluntad ciudadana para participar en el funcionamiento democrático de la sociedad, y el self-management, que implica la voluntad de transferir el poder decisorio a todos los integrantes de una empresa” (HUDSON, 2010, p. 582)

La primera con respecto al sentido personal/individual, lo que cada persona puede por sí misma gestionar. Esta visión, ligada a la tradición liberal, utiliza el concepto de autogestión en su centralidad en el individuo, particularmente en su individualidad. En la actualidad esta acepción conlleva cierta ambivalencia al inscribirse en discursos en los que se expresa la gubernamentalidad neoliberal, donde se reivindica una ampliación de la autonomía y las potencialidades del individuo, pero a la vez el sujeto cada vez más aparece como un empresario de sí mismo, responsabilizado a gestionar sus trayectorias de vida en todas sus dimensiones.

La segunda es en función instrumental, la autogestión es una técnica, una forma de gestionar (individual o colectiva), exenta de sentido ideológico, sin campo de ideas que produzcan un sentido filosófico (ALBUQUERQUE, 2004, p. 40)

Una tercer forma de comprenderla, es en su sentido sustantivo, como “el conjunto de prácticas sociales que se caracteriza por la naturaleza democrática de las tomas de decisión, que favorece la autonomía de un colectivo” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 39). La idea remite primariamente a un conjunto de características estructurales. La primera en relación a su carácter de práctica social, la autogestión se origina, es producida, en un entramado social, colectivo. Una segunda característica es su condición política ligada a un determinado tipo de toma de decisiones, democrática, una gestión cuya gobernanza radica en el demos, en todas/os quienes participan de ese entramado social. Una tercera característica, tiene relación con un ejercicio de producción de autonomía. La práctica autogestionaria opera sobre la construcción de autonomía, que también es social y democrática, una autonomía colectiva.

A partir de esta primera aproximación a su sentido sustantivo, se identifican sus dimensiones; social, económica, política y técnica:

Social por su atribución en tanto resultado y acciones para grupos o individuos envueltos en la autogestión. La autogestión es un instrumento que repercute de manera concreta en quienes (personas) participan del proceso.

Económica en la medida que se sustenta en “prácticas que privilegian el factor trabajo sobre el capital” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 39). La centralidad de todo proceso de construcción y desarrollo económico tienen a la persona como factor central, se prioriza o privilegia sobre los diseños del capital.

Política en la medida que sus formas de gestionar decisiones se construyen de manera colectiva, un ejercicio de “poder compartido” a partir de

un sistema de valores, prácticas y condiciones que favorecen la construcción de poder colectivo.

Técnica en cuanto a que sugiere otra forma de estructuración del trabajo, una gestión que adopta modos particulares de gestión de la organización.

¿Cómo abordar entonces la relación entre cooperación y autogestión en los procesos educativos? La diversidad de enfoques y contenidos derivados de la polisemia de ambos conceptos tiene una incidencia particular en relación a la educación.

Como planteamos, autogestión y extensivamente la cooperación, en educación se vinculan en función de contenidos y métodos (forma). En la tradición sustantiva, las distintas dimensiones de la cooperación y la autogestión operan sobre una perspectiva de lo educativo, dan una dimensión de la participación de quienes transitan la acción educativa, del rol docente, y de las distintas mediaciones entre los sujetos.

Lo social, lo económico, lo ideológico, lo político, lo técnico, son dimensiones que operan sobre lo educativo, sobre quienes participan, sus contenidos, métodos, y la circulación de la toma de decisiones.

Las distintas dimensiones de la cooperación y la autogestión operan desde intencionalidades explícitas o implícitas, direccionalidades a partir de un posicionamiento (ACASO, 2018, p. 103), que se pretenden movilizadoras, perturbadoras, instigadoras, y que no implican de ninguna manera evangelizar, tamizar, establecer un orden pre-establecido.

Estas intencionalidades/direccionalidades siempre ocurren en el plano de la incertidumbre, cooperación y autogestión operan en un plano, muchas veces, de lo indefinido. No sabemos cuáles serán las condicionantes de las intencionalidades. Lo indefinido opera como orientador, como catalizador de intencionalidades; “la indefinición, o un nivel de indefinición mayor, entra en el aula, la pluralidad tarda en adaptarse, y a la larga, general procesos verdaderamente democráticos, optimistas y regenerativos” (ACASO, 2018, p. 108).

## **COOPERACIÓN, AUTOGESTIÓN Y AUTONOMÍA: INTENCIONALIDADES DE LA ESCUELA DE VERANO**

Cooperación y autogestión aparecen como paradigmas de la economía social y solidaria, en tanto contenidos e instrumentos de gestión y organización. Recuperando la idea de reciprocidad entre forma y contenido

nos preguntamos, ¿dónde incorporar la cooperación y el cooperativismo en un proceso formativo? Abordemos algunas de esas relaciones.

En cuanto a contenidos, se contempla en toda su integración temática, en la medida que toda problematización del campo de los procesos asociativos rurales también integra una reflexión sobre la cooperación y autogestión.

En cuanto a la forma se reconoce en distintos aspectos; en primer lugar, en la gestión del equipo docente, debido a la necesidad de contar con un colectivo docente que transite en procura de constituir un nuevo sujeto (colectivo), trascendiendo la mera agregación individual de prácticas docentes.<sup>8</sup>

En segundo lugar, en la conformación de grupos de trabajo entre los participantes, asumiendo desde el inicio la necesidad de encarar un proceso cooperativo para transitar la experiencia. La construcción de la pregunta de investigación, la búsqueda de respuestas, la reformulación de la pregunta resultado del proceso, y la presentación de un producto final (común), operan como fermento de un entramado cooperativo. También como práctica autogestiva, porque coloca a los participantes ante la necesidad de asumir decisiones sobre la división del trabajo, la distribución de responsabilidades y la producción de contenidos, en el marco de un espacio y tiempo de convivencia compartido.

En tercer lugar en la relación docente/estudiante. Los roles existen y se diferencian en la acción educativa, pero operan otros factores en esa mediación que no son exclusivamente pedagógicos; las concepciones políticas, simbólicas y culturales desde las que se aborda el campo de los procesos asociativos rurales y la economía social y solidaria, la vivencia producida a partir de la convivencia, y reflexión sobre todos y cada uno de los aspectos que sucede durante el proceso (individuales y colectivos), lo que provoca Otras<sup>9</sup> mediaciones, un ruptura de la línea fronteriza entre los distintos roles que operan en la Escuela.

---

<sup>8</sup> Es importante destacar que hay una intención manifiesta de un proceso de cooperación y autogestión del equipo docente. Sin embargo, como cada EVI es organizada por un equipo docente local (universidad organizadora), las prerrogativas locales son mayores en cuanto a la adopción de buena parte de las decisiones. Esto aparece relacionado a la distancia (dificultades en lo cotidiano), que a una práctica tradicional docente (estas dificultades quedan circunscriptas a la etapa de organización y planificación). También es importante considerar el trabajo con los equipos de apoyo locales, esto es, aquellas personas que participan de la organización de todo el proceso de la Escuela, pero que no integran formalmente el equipo docente.

<sup>9</sup> La mayúscula opera en el sentido de pensar el “Otra” como una alteridad.



Cooperación y autogestión, en definitiva, acontecen como intencionalidades que intervienen dotando de sentido pedagógico la propuesta de formación. En esas búsquedas existen también contradicciones, estas “mutan, transitan, sobreviven, se reproducen, lo que supone de manera latente lo inacabado de la propia construcción colectiva” (BARRIOS, 2018, p. 234). Lo inacabado es a la vez incertidumbre, incomodidad, inconformidad, pero de alguna manera,

[...] la inconformidad como instrumento, transforma lo espontáneo en organizado, en la medida que se integra la grilla permanente de acciones necesarias en la reflexión sobre el devenir [...] no es posible trascender, alterar, disrumir, sin organizar, no es posible organizar sin el “soporte” casi necesario de la inconformidad. (BARRIOS, 2018, p. 231).

## LA EXPERIENCIA COMO INTENCIONALIDAD PEDAGÓGICA

En todo proceso educativo hay producción de experiencia, trayectos cargados de sentidos, sentidos que proyectan ideas, sensaciones, reflexiones, comportamientos, relatos.

La experiencia parte del acontecimiento, “el pasar de algo que no soy yo” (SKLIAR; LARROSA, 2009, p. 14), por tanto es algo que no depende de mí, no son mis ideas, mis preocupaciones, mis proyectos, mi pensamiento, es algo que acontece independientemente, “es otra cosa que yo” (p. 15). Larrosa denomina a esto “principio de alteridad” o de “exterioridad” (“ex/terior”), es algo externo que acontece independientemente de mí. Para que exista experiencia tiene que existir “algo” o “alguien” exterior a mí, “la experiencia no reduce el acontecimiento, sino que lo sostiene irreductible. A mis palabras, a mis ideas, a mis sentimientos, a mi saber, a mi poder, a mi voluntad” (SKLIAR; LARROSA, 2009, p. 15).

La experiencia por tanto es algo que acontece exterior a mí, pero me supone, lo que acontece, me acontece, por tanto “el lugar de la experiencia soy yo”. En ese sentido es sobre mí (emociones, sentimientos, pensamientos, reflexiones) donde acontece la experiencia. Larrosa denomina a esto “principio de subjetividad” (porque la circunstancia de la experiencia es el sujeto), o “principio de reflexividad”, en tanto acontece una acción reflexiva en sentido de “ida y vuelta”. De ida en tanto acontece exterior a mí, de vuelta, “porque la experiencia supone que el acontecimiento me afecta [...] que tiene efectos en mí” (SKLIAR; LARROSA, 2009, p. 16).

Considerando a la experiencia como el producto de acontecimientos, encuentros, espacios, relatos, y tránsitos que pasan (que no soy yo), pero que me suponen, en tanto sujeto del acontecimiento, es interesante reflexionar sobre aquello que pasa y nos pasa en función de una experiencia educativa.

Para el caso de la Escuela de Verano del Procoas, y desde su presencialidad, podemos dar cuenta de lo que acontece, de la experiencia, en tanto existencia de una diversidad de sucesos, espacios, lugares, relatos, debates, momentos, que parten de intencionalidades.<sup>10</sup> Tal vez, de aquello que acontece “reflexivamente”, “subjétivamente”, no tengamos tantos elementos. No contamos con estudios en profundidad sobre la producción de subjetividad en quienes participan del proceso. En primer lugar porque “lo que me pasa”, o lo que le pasa a cada una/o producto del acontecimiento, tiene varias dificultades para reconocerse. En segundo lugar, porque la producción de subjetividad no necesariamente surge espontáneamente (a partir de una pregunta concreta), en ocasiones la “reflexividad” sobre la experiencia se produce en otro tiempo (días, meses, años), y en ocasiones expresado de otras maneras que la del verbo, lo subjetivo acontece desde una diversidad de manifestaciones.

Contamos de cualquier modo, de un conjunto importante de evaluaciones, reflexiones, relatos, productos, que dan cuenta de lo acontecido sobre quienes participaron de las distintas ediciones<sup>11</sup>, sin embargo no hay una producción sistematizada sobre los impactos de la escuela de verano<sup>12</sup>.

Se proyectaron experiencias de carácter didáctico, como la puesta en práctica de ejercicios discursivos como el “barómetro”<sup>13</sup>, donde se extraen

10 No todo lo que acontece, aquello que pasa, la experiencia, es un producto intencional. Podríamos decir que existe una intencionalidad general instrumentada a partir de determinados acontecimientos. Hay una intencionalidad que determinada experiencia acontezca.

11 No es objetivo de este artículo reproducir reflexiones y comentarios emanados de las distintas ediciones de la escuela de verano (son muchos e interesantes).

12 Existe alguna propuesta de estudio o investigación en la materia.

13 El “barómetro” es un ejercicio de debate entre dos posiciones diferenciadas, producto de un concepto o frase predefinida. Se utiliza para introducir al debate entre diferentes paradigmas y recrear o escenificar un espacio de disputa. Se basa en dos reglas centrales: todos y todas deben tomar posición con el propio cuerpo, a favor o en contra, de un lado o de otro, como si existiera una grieta, y no es posible colocarse en el centro de manera neutral. Las frases propuestas dan lugar a interpretaciones diversas para que se constituya el escenario de disputa. A la vez, todos y cada uno debe estar en condiciones de argumentar por qué asumió su posición, pero además hacerlo frente al resto de los compañeros que se ubicaron como antagonistas, porque el objetivo

prejuicios y subjetividades, desnudan relatos e ideas de posiciones, en ocasiones impensadas. Esta construcción dialéctica abona la reflexión sobre lo impensado, lo oculto, lo olvidado, somete a quienes participan al establecimiento de conexiones, de ideas y de pasiones, que va descubriendo eso que “me pasa”. Esta breve experiencia, es recuperada de manera sustantiva por los participantes durante todo el proceso de la escuela, en tanto suceso en la producción de subjetividad.

Podríamos enunciar un conjunto de “reflexividades” generales, dando cuenta de los efectos de la escuela de verano en tanto experiencia o conjunto de experiencias. De las evaluaciones (colectivas) llevadas adelante a lo largo de las distintas ediciones, quizás el elemento asiduamente jerarquizado, tenga relación a los efectos en la producción de subjetividades. Si bien, contenidos, literatura, materiales, aspectos metodológicos, entre otros elementos son apreciados, lo experiencial, “lo que me pasa” y “lo que nos pasa”, fueron considerablemente más significativos para quienes participaron del proceso.

Lo interesante del fenómeno de la experiencia como intencionalidad educativa, o como búsqueda pedagógica, se reconoce al lograr ver lo que acontece y reflexionar colectivamente. La experiencia es algo que siempre acontece en acto educativo. La intencionalidad pedagógica está en el ejercicio colectivo de la experiencia a partir de “lo que pasa”, pero sustantivamente en “lo que me pasa” y en lo que “nos pasa”.

## CONSIDERACIONES FINALES

Asumimos la existencia de una tensión entre un formato pedagógico que piensa la enseñanza a partir del modelo de un proyecto y su realización, de la elaboración de un producto evaluable desde una secuencia didáctica predefinida, y una propuesta pedagógica que promueve una puesta en cuestión de esos mismos presupuestos. En primera instancia, se revela una incomodidad propia, producto de la necesidad de reducir la incertidumbre. Esto ha ocurrido en cada edición de la escuela durante los momentos iniciales, cada vez que los participantes comienzan a familiarizarse con la propuesta y tienden a reproducir el formato escolar, jerárquico. Para

---

consiste en convencerlos. Se apela a un sinceramiento de los participantes en términos de que deberán atender a los argumentos y reconocer la posibilidad de cambiar su posición. Sin embargo, eso también conduce a problematizar que muchas veces se toma partido en una discusión, aun cuando no se dispone de argumentos.

los docentes representa un desafío desde el momento en que proponen un corrimiento respecto del rol de portadores del saber desde donde son interpelados.

En la medida de reconocer la emergencia de estos desafíos, es necesaria una postura político-pedagógica. Desde este punto de vista, será necesaria una puesta en crisis de los parámetros convencionales. Es ineludible también un componente de incertidumbre, en la medida que requiere otra composición del papel docente procurando producir alteraciones y sentidos sobre el poder, el conocimiento, la toma de decisiones, y sobre las miradas del Otro, desde un “maestro ignorante” que busca vincularse más allá de la lógica explicativa.

Cooperación, autogestión y autonomía, como en el enfoque de derechos humanos, no pueden identificarse como punto de llegada, o como resultado de un proceso, sino que deben formar parte desde un inicio, como pretensión y como horizonte, como marco estructurador de las relaciones sociales.

La producción de lo colectivo en educación, requiere transformaciones, adecuaciones, alteraciones en formas y contenidos. No hay transformación si no existe un ejercicio de visibilizar los presupuestos políticos y culturales de una gramática escolar hegemónica. En todo tránsito de cambio, es fundamental reconocer el carácter de proceso, es decir, un paulatino pero accidentado trayecto, donde conviviremos con contradicciones y formatos esclerosados de la vieja gramática.

La experiencia a partir de procesos de cooperación, autogestión y autonomía como intencionalidad educativa, tendrá que re-pensarse, imaginando nuevos sentidos alterativos, tanto en sus contenidos como en sus formas, desde una mirada orientada de construcción de coherencia, conexiones entre el pensar, el decir, el hacer.

La escuela de verano es un catalizador interesante para profundizar estudios sobre el alcance y la intromisión de éstas intencionalidades en la subjetividades en todas/os quienes participan del proceso. Una primera reflexión a partir de la experiencia muestra algunos de estos alcances.

## REFERENCIAS

- ACASO, M. *Pedagogías invisibles*. El espacio del aula como discurso. Madrid: Libros De la Catarata, 2018.
- ALBUQUERQUE, P. Autogestión. In: CATTANI, Antonio D. (org.). *La otra economía*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004.
- BARRIOS, D. Caracterización de intencionalidades pedagógicas del curso taller de cooperativismo, asociativismo y economía solidaria, de la Unidad de Estudios Cooperativos de la UdelaR. In: GUERRA, P. (Coord.) *Aportes de la Universidad de la República al campo temático de la economía social y solidaria*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2018, p. 226-239
- CASTORIADIS, C. *El mundo fragmentado*. La Plata: Editorial Caronte, 2008.
- CASTORIADIS, C. *La institución imaginaria de la sociedad*. Buenos Aires: Tusquets, 2013.
- CRUZ, A. *A diferença da igualdade a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*, 2007. Tese (Doutorado em Economia Aplicada - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007).
- FREIRE, P. *¿Extensión o comunicación?* La concientización en el medio rural. México: Siglo XXI Editores, 2010.
- HUDSON, J. P. Formulación teórica conceptual de la autogestión. *Revista Mexicana de Sociología*, México, n. 72, p. 571-597, 2010.
- JESÚS, P. de; TIRIBA L. Cooperación. In: CATTANI, Antonio D. (org.). *La otra economía*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004. p. 85-95.
- MEIRIEU, P. *Frankestein Educador*. Barcelona: Leartes S. A. de Ediciones, 1998
- MUTIBERRÍA, V. El campo de la economía social en debate. In: GARCÍA, A. (coord). *Repensando la economía social*. Buenos Aires: Ediciones del CCC - Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini, 2010. (Cuaderno de trabajo n. 86).
- RANCIERE, J. *El maestro ignorante*, Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2010.
- SKLIAR, C.; LARROSA, J. *Experiencia y alteridad en educación*. Rosario: Homo Sapiens Editores, 2009.
- STEVENAZZI, F. Las cooperativas de educación hacia la educación cooperativa. *Revista de Estudios Cooperativos*: revista da Unidad de Estudios Cooperativos da UdelaR, Montevideo, año 15, n.1, p. 72-79, 2010.

## Capítulo 3

# COOPERATIVISMO E INTERESSE PELA COMUNIDADE - O SÉTIMO PRINCÍPIO COOPERATIVISTA COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA CRESOL VALE EUROPEU

Eloiza Andréa Moraes Silva  
Fábio Luiz Búrigo  
Ademir Antonio Cazella

### INTRODUÇÃO

O mundo passa por uma pandemia que provoca mudanças em diversas áreas. Diante da crise, as estruturas econômicas e financeiras estão sendo questionadas quanto as suas capacidades de distribuir de forma mais equânime as riquezas geradas, de modo a minimizar os efeitos devastadores na renda e nas relações sociais em geral. O modelo concentrador das organizações econômicas e financeiras presentes no capitalismo contemporâneo tem, historicamente, por contraponto, o cooperativismo. No atual cenário, o papel que as cooperativas desempenham em prol de suas comunidades está mais uma vez posto à prova. Este propósito necessita, no entanto, considerar a inserção do cooperativismo no quadro jurídico institucional do país, bem como avaliar os limites e possibilidades de cumprir esse papel alternativo para um número significativo de pessoas físicas e jurídicas presentes em seu raio de ação.

A estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN), constituído por um reduzido número de bancos e grande concentração do mercado de crédito, aponta para a necessidade de se fortalecer organizações financeiras alternativas, capazes de realizar um atendimento diferenciado ao público. As cooperativas de crédito (também chamadas de cooperativas financeiras) possuem uma característica importante nesse sentido, devido à sua capacidade e interesse em aprimorar o relacionamento com o público consumidor, especialmente das pessoas que compõem o seu quadro social. Por se

configurar como uma associação de membros que trabalham com objetivos comuns, as cooperativas acabam se diferenciando das demais organizações empresariais. Desde o seu surgimento no século XIX, o cooperativismo é o único movimento socioeconômico mundial que prospera sob uma mesma orientação doutrinária (MEINEN; PORT, 2014).

A partir da ação inédita dos moradores de Rochdale<sup>1</sup>, as cooperativas vêm seguindo valores e princípios comuns. Esses ideais cooperativistas são revistos periodicamente, como forma de aprimorar a ação cooperativista em todo o mundo, sendo fundamentais para a efetividade da criação e organização de cooperativas (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020). O interesse pela comunidade foi o último princípio a ser incorporado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1995, durante seu congresso centenário.

O Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) está presente em diversas regiões do Brasil, notadamente em municípios com forte produção agropecuária e muitas comunidades rurais. Junto com o crédito destinado aos seus cooperados, principalmente ao agricultor familiar, cooperativas desse sistema buscam desenvolver outros serviços financeiros e sociais de proximidade.

A Cooperativa de Crédito Rural Cresol Vale Europeu, lócus de análise deste artigo, é fruto de um processo de união, ocorrido em 2018, envolvendo cinco cooperativas singulares existentes nos municípios catarinenses de Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú, Schröeder e Águas Mornas. A união tornou a Cooperativa Vale Europeu uma organização de grande porte socioeconômico em comparação com os padrões anteriores. Conta atualmente com um quadro social diversificado, composto por mais de 26 mil associados, e com uma área de abrangência que contempla quase uma centena de municípios de Santa Catarina e de outros estados. Tais mudanças reacendem preocupações em seu quadro social – dirigentes, colaboradores (funcionários) e associados – sobre a continuidade de seus compromissos sociais e institucionais. Uma questão que emerge é se, com a nova estrutura, a Cooperativa conseguirá manter, respeitar e aprimorar a aplicação dos princípios do cooperativismo.

1 Em 1844, depois de uma greve fracassada, 28 tecelões da cidade de Rochdale, Inglaterra, criaram a Cooperativa de Rochdale, com o objetivo de melhorar a situação de penúria pela qual passavam (HOLYOAKE, 1933). Esses pioneiros ficaram mundialmente conhecidos como ‘Probos Pioneiros de Rochdale’ (FILHO, 2002).

Este trabalho estuda de que maneira a Cooperativa de Crédito Cresol Vale Europeu concebe e desenvolve ações relacionadas com o sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade –, a partir do processo de união<sup>2</sup>.

Este documento está formulado em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção é apresentada a metodologia que serviu de base para a elaboração deste artigo. Na sequência, apresenta-se uma síntese da revisão da bibliografia efetuada, com destaque para os debates sobre o sétimo princípio do cooperativismo e a questão do desenvolvimento sustentável no mundo cooperativo. A quarta seção oferece uma breve evolução do Sistema Cresol e da Cooperativa Cresol Vale Europeu. Os resultados da pesquisa de campo são detalhados na quinta seção. No último tópico, as considerações finais trazem as conclusões e sugestões para novas investigações a respeito dos dados obtidos.

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho pautaram-se pela abordagem qualitativa. Estão baseados fundamentalmente na revisão da bibliografia, pesquisa documental, observação de atividades da Cooperativa (como assembleias e reuniões), entrevistas, e análise e interpretação de dados. Para a elaboração deste trabalho, as entrevistas priorizaram dirigentes, gestores executivos e colaboradores (funcionários) da Cooperativa, e foram realizadas entre 9 de setembro e 20 de dezembro de 2019.

A pesquisa se dividiu em três fases, nas quais se utilizaram processos e ferramentas metodológicas diferentes. Na primeira, foram realizadas seis entrevistas piloto com os principais dirigentes das antigas cooperativas singulares que passaram pelo processo de incorporação. Nessa fase também ocorreu uma visita à sede da Central Cresol Baser, em Francisco Beltrão, no Paraná, onde se pode conversar com dirigentes e colaboradores do sistema. A partir desses passos, foi possível entender, ainda de forma aproximada, a política de relacionamento da Cooperativa com o seu quadro social e com atores sociais da região onde está inserida. Os dados recolhidos também

---

<sup>2</sup> No final de setembro de 2018, os autores aprovaram um projeto na chamada pública CNPq/SES-COOP 007/2018 – Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação em Cooperativismo com o objetivo de estudar os programas educacionais e de formação da Cresol Vale Europeu. Nesse escopo estão inseridas também suas ações em torno do sétimo princípio, voltadas à comunidade, as quais derivaram a elaboração deste trabalho.



permitiram ajustar o referencial teórico-metodológico da pesquisa. Na segunda fase, foram efetuadas mais 18 entrevistas, dessa vez com colaboradores, gestores executivos e outros dirigentes da Cooperativa. Nessa fase, coletaram-se informações mais detalhadas, o que possibilitou uma análise de conteúdo referente ao objetivo principal de pesquisa. A terceira fase contemplou a análise, interpretação e discussão dos dados coletados, tendo por referência a abordagem teórica sobre os princípios do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável.

## **EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS E VALORES COOPERATIVISTAS**

Foi pensando no funcionamento de uma organização pautada em princípios e valores sociais que os Pioneiros de Rochdale construíram uma cooperativa com normas claramente definidas. Os princípios configuram orientações e diretrizes pelos quais são colocados em prática os valores defendidos pelos sócios (FILHO, 2002; SOCREPPA; SILVA, 2017). Embora mantivessem grande parte dos ideais e valores defendidos pelos Pioneiros, os princípios cooperativistas sofreram modificações ao longo do tempo. As principais alterações ocorreram nos congressos internacionais da ACI de 1937, 1966 e 1995 (DRUMOND, 2010). Atualmente, os sete princípios do cooperativismo são os seguintes: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e; interesse pela comunidade.

Para nortear a execução de seus princípios, a ACI defende que a atuação das cooperativas esteja baseada num conjunto de valores, tais como: autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seguindo os pioneiros, mantém ainda os valores éticos da honestidade, atitude receptiva, responsabilidade social e respeito mútuo (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020).

Para Meinen e Port (2014), o primeiro princípio (adesão voluntária e livre) está ligado diretamente aos valores da liberdade e da igualdade. O segundo define que a cooperativa deve se guiar pelos princípios da democracia e da responsabilidade. Participação econômica dos membros é o princípio que norteia a cooperativa desde o seu início e se desenvolve com a formação e crescimento da sua estrutura patrimonial, amparada nas reservas e no capital social (MEINEN; PORT, 2014).

Ribeiro (2012) assinala que esses três primeiros princípios referem-se mais à dinâmica interna da cooperativa e estão relacionados à questão da formação e consolidação do vínculo associativo das pessoas à organização. Já Meinen e Port (2014) ressaltam que a autonomia e independência é o princípio pelo qual qualquer negociação que envolva a participação de pessoas, entidades ou órgão externos não pode afetar o controle democrático pelos próprios associados.

O quinto princípio, o da educação, formação e informação, é considerado a regra de ouro do cooperativismo, sendo base para a perpetuação de todos os demais princípios. É base também para a promoção de seus valores, ideologia e fortalecimento econômico e social dos cooperados (FERREIRA, 2015). É, portanto, uma conduta importante para a expansão do cooperativismo (diferentes públicos) e sustentabilidade do empreendimento, pois prepara os atores internos (sócios, dirigente e colaboradores) e o público em geral para as especificidades e as diretrizes do cooperativismo.

O sexto princípio, a intercooperação, é decisivo para nortear o relacionamento entre cooperativas. Elas podem realizar ações conjuntas, praticando assim o valor da solidariedade, pois é de interesse de qualquer cooperativa que organizações de origem semelhantes, do mesmo e de outros ramos, se desenvolvam (MEINEN; PORT, 2014; SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

Ribeiro (2012) destaca que o quarto princípio, independência e autonomia dos associados, sustenta a responsabilidade da cooperativa diante dos três últimos – educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade. Esses três últimos princípios dizem respeito aos modos de ação que intensificam as relações externas da cooperativa.

Muitas vezes surgem embates em torno da formulação e aplicação dos princípios cooperativistas. Eles refletem as disputas ideológicas entre as correntes de pensamento e as visões de mundo existentes no interior dos agrupamentos cooperativos. De maneira geral, de um lado, estão os grupos que atribuem um papel educativo e transformador das cooperativas no ambiente em que atuam. De outro, os que adotam uma visão mais instrumental, promulgando que as cooperativas precisam abrir mão de certos ideais para agir de forma mais competitiva, e assim aumentar sua inserção na ordem capitalista vigente. O caso aqui analisado tende se aliar ao pri-

meio grupo, mas seu processo de crescimento recente pode representar um entrave se continuar nessa direção.

O trabalho discute a seguir como as cooperativas podem ter diferentes abordagens ao interpretar e colocar em prática o sétimo princípio cooperativista.

## **O INTERESSE DAS COOPERATIVAS PELA COMUNIDADE**

O Congresso da ACI de 1992, em Tóquio, teve como principal tema o desenvolvimento sustentável e suas dificuldades de implantação. Durante este evento foi aprovada a Declaração do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e um relatório especial chamado “Cooperativas e Meio Ambiente”. Essas ações inseriam no cooperativismo a preocupação com o meio ambiente, que estava crescendo em todo o mundo (KURIMOTO *et al*, 2015). No Congresso de 1995, a ACI determinou que as cooperativas passassem a garantir prioridade às questões ambientais, adotando para isso um novo princípio: “interesse pela comunidade”. Em 2002, em comemoração ao 80<sup>o</sup> Dia Internacional de Cooperativas, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), a ACI distribuiu mensagem convocando todos os seus membros a praticarem o sétimo princípio cooperativista.

Sobre este princípio, Schneider e Hendges (2006) afirmam que é incontestável que as cooperativas possuam como principal objetivo o benefício de seus sócios, já que elas existem em função deles. E ao trabalhar em prol dos seus associados, as cooperativas acabam desenvolvendo um vínculo com as comunidades onde estão localizadas. Alves (2003) ressalta que ao explicitar interesse pela comunidade, as cooperativas reafirmam seu compromisso com a sociedade e com o ambiente, além de reforçar os vínculos dos princípios do cooperativismo com a responsabilidade social dessas organizações. Para Bertuol, Cançado e Souza (2012) persiste uma recorrente confusão entre a responsabilidade social e o interesse pela comunidade. Na responsabilidade social praticada por uma entidade – privada, por exemplo – quem for beneficiado não precisa estar perto, ou pertencer à mesma comunidade onde ela está localizada. Já o sétimo princípio visa a valorização tanto o local onde a cooperativa está inserida, quanto às comunidades do entorno.

A cooperativa deve estimular seus cooperados não só a buscar melhorias para suas vidas, mas também torná-los agentes capazes de atuar no planeja-

mento estratégico interno e externo – para além dos limites da própria organização –, partindo para soluções de problemas mais amplos da comunidade (DRUMOND, 2010). Um exemplo disso são medidas de apoio a pessoas e organizações da comunidade que têm direitos de acesso a créditos oficiais subsidiados ou ajudas emergenciais, mas que precisam de contrapartidas financeiras e materiais locais para poder chegar aos beneficiários.

Mas que outras ações podem representar avanços práticos na aplicação do sétimo princípio do cooperativismo? Drumond (2010) destaca 22 indicadores que demonstram a efetivação do princípio “interesse pela comunidade” numa cooperativa (ver Quadro 1).

Quadro 1: Indicadores que confirmam o interesse pela comunidade de uma cooperativa

1. Realização de momentos de lazer com objetivo de integração dos cooperados e inserção de seus familiares no contexto cooperativista.
2. Divulgação dos resultados diferenciados obtidos pelos cooperados, destacando a diferença entre pertencer a uma cooperativa ou a uma empresa comum.
3. Contratação de pessoal que priorize membros da comunidade em que a cooperativa está inserida.
4. Projeto de responsabilidade social.
5. Publicação das ações sociais por meio de Balanço Social.
6. Acompanhamento dos indicadores sociais e econômicos do município ou região no qual está inserida, e mensura a sua participação relativa nestes números.
7. Estabelecimento de registro e estudo sobre indicadores sociais que demonstrem as diferenças de desenvolvimento entre cooperados e não cooperados.
8. Ações de inclusão social e geração de trabalho e renda na comunidade onde está localizada.
9. Existência de critérios formalizados para apoiar instituições que prestam serviços sociais, como por exemplo, asilos e creches.
10. Apoio às iniciativas da comunidade local para geração de trabalho e renda.
11. Construção de política interna de conscientização sobre a importância da responsabilidade social.
12. Estimulo à prática do voluntariado.
13. Processo de coleta seletiva e reciclagem dos materiais utilizados em suas atividades.
14. Envolvimento em campanhas de mobilização social tais como: Campanha do Agasalho, Campanha do Quilo, Carta do Papai Noel - Correios.
15. Estabelecimento de parcerias com outras instituições para estimular o desenvolvimento local.
16. Priorização de fornecedores que desenvolvem práticas de responsabilidade social empresarial.
17. Estabelecimento de um Conselho de Ética.

18. Construção de um código formal de ética que seja amplamente divulgado para o seu quadro social.
19. Estabelecimento de parcerias locais com objetivos de oferecer serviços ao seu quadro social como, por exemplo: escolas, academias, farmácias.
20. Estabelecimento de programa de doações de seus produtos ou serviços.
21. Estabelecimento de programa para contratação de funcionários portadores de necessidades especiais.
22. Inclusão de mulheres no conselho de administração e ou diretoria.

Fonte: DRUMOND (2010), adaptado pelos autores.

Percebe-se que várias sugestões de Drumond (2010) referem-se a ações de elaboração de estruturas de gestão (por exemplo, os itens 17 e 22). Outras defendem a construção de políticas internas que orientem a condução dos colaboradores e associados (itens 2, 5, 6, 7, 11 e 13). Ressalta mais orientações internas, mas que visam promover o envolvimento da Cooperativa no plano comunitário (itens 1, 3, 4, 8, 10 e 12). Sugere também ações de cunho social, baseadas em alianças e cooperação com entidades e movimentos da coletividade (itens 9, 14, 15 e 16). Particularmente, o item 15 propõe que a cooperativa estabeleça parcerias e integre redes para conceber e executar projetos estratégicos de desenvolvimento nos locais onde atua.

Muitas sugestões de Drumond (2010) significam uma aproximação com as demandas cotidianas das comunidades que vão além das questões econômicas. Como as ações dependem dos interesses dos próprios membros cooperados, cabe a eles deliberarem sob quais normas as gestões devem se seguir para cumprir essa orientação doutrinária (MEINEN; PORT, 2014).

Contudo, o quadro acima não estabelece uma hierarquia de ações, de modo a traçar um conjunto de prioridades, como forma de explicitar qual a missão da cooperativa com a transformação do local onde atua. Ou seja, de que maneira ela se preocupa com a comunidade e sob qual visão ela age estrategicamente a favor do seu desenvolvimento.

Ademais, em suas ações, as cooperativas prescindem de um componente incontornável nos dias de hoje, que é a questão da sustentabilidade do desenvolvimento. Por isso, o sétimo princípio aprovado pela ACI em 1995 determina que “as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros” (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020). Para os autores deste trabalho, a forma mais estratégica de se colocar em prática

essa determinação da ACI é pensar o desenvolvimento sustentável das comunidades numa ótica territorial.

### **A TERRITORIALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O cerne do sétimo princípio é trabalhar para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades onde a cooperativa atua. A bibliografia sobre o desenvolvimento demonstra que esse conceito não se confunde com o crescimento econômico e nem que esse crescimento representa uma etapa a ser alcançada para, então, se voltar para as demais dimensões da sustentabilidade. Ao contrário, ele interfere na qualidade das relações humanas com o ambiente natural e na necessidade de conciliar a evolução de valores, com a rejeição de processos que levam à violência contra a cultura de um povo (MONTIBELLER-FILHO, 1993).

Amartya Sen (1999) remete a uma noção de desenvolvimento distante das percepções que se limitam ao crescimento do Produto Nacional Bruto, aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. As escolhas e oportunidades pessoais não podem ser limitadas pela privação de liberdade. O desenvolvimento deve gerar melhorias na qualidade de vida e nas liberdades dos indivíduos.

Veiga (2010) constata que ainda são negadas liberdades fundamentais a um grande contingente de pessoas. Essa ausência de liberdades pode estar diretamente relacionada com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma alimentação saudável, de comprar um remédio, de vestir-se apropriadamente, de ter acesso a serviços de saneamento básico. Mas pode se expressar também pelas dificuldades que algumas categorias sociais encontram para participar da vida social e cultural da comunidade. Inspirado em Sen, Veiga afirma que “o processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas” (VEIGA, 2010 p. 85).

Segundo Barbosa (2008, p. 2), o termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de “estudos da ONU sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX”. No processo preparatório da Conferência da ONU – também chamada de “Rio 92” – foi elaborado o relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual está exibida o conhecido conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele

que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). Por essa formulação, baseada em questões e desafios de diferentes ordens, o desenvolvimento sustentável é entendido como uma consequência do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental e de suas interações.

Para Sen (1999), com oportunidades sociais adequadas, as pessoas – aqui podendo ser denominadas “agentes” ou “pacientes”, dependendo da forma como são integradas nas ações de desenvolvimento – são capazes de delinear seus destinos e se ajudarem mutuamente, conforme seus valores e objetivos. Martins e Passador (2009, p. 4) afirmam que “a vida acontece no local, e cada localidade tem uma forma diferente de manifestação de vida. Portanto, não cabem mais políticas impostas de “cima para baixo”, mas geradas a partir do local, com participação popular”.

A bibliografia contemporânea sobre este tema tem mobilizado o conceito de território às ações de desenvolvimento promovidas por iniciativas de atores locais que buscam a valorização de recursos de um dado espaço geográfico (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). Em um território dado, compreendido como uma área geográfica administrativa, de implementação de política pública ou de atuação, por exemplo, de uma cooperativa, podem coexistir diferentes territórios construídos por ação de atores territoriais (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008; PECQUEUR, 1996, 2006). A noção de desenvolvimento territorial sustentável (DTS) procura articular a iniciativa territorializada de atores sociais com os preceitos da sustentabilidade discutidos acima (VIEIRA *et al.*, 2010).

Na continuidade deste estudo pretende-se aprofundar a tese de que o sétimo princípio do cooperativismo equivale ou tem uma forte interface com as formulações sobre a noção do DTS. O movimento cooperativista tem um papel de destaque na concepção e participação de sistemas de governança territorial que promovam, segundo Campagne e Pecqueur (2014), a interação de atores públicos, privados e associativos. Trata-se de construir, de forma cooperada, ações estratégicas de DTS que vão além das esferas internas de ação do cooperativismo. Essa iniciativa representa o elo a ser construído para que esse princípio ganhe plenitude e não se limite a ações, na maioria das vezes, protocolares e pontuais.

## O SISTEMA CRESOL E A COOPERATIVA VALE EUROPEU

O Sistema Cresol foi constituído em 1995, no sudoeste do Paraná, por organizações e movimentos sociais ligados à agricultura familiar. Esse público clamava por mudanças no sistema cooperativista nacional, propondo a construção de cooperativas de crédito com preocupações de cunho mais social. Esse modelo alternativo passou a ser denominado de cooperativismo de vertente solidária (PINHO, 2004). Nos primeiros anos, a Cresol baseava sua ação em estruturas pequenas, descentralizadas e articuladas localmente em forma de rede (COLONIESE *et al*, 2010).

Passados 25 anos, a estrutura da Cresol se expandiu para dezesseis estados do país. Seu quadro social ultrapassa meio milhão de associados, distribuídos em dezenas de cooperativas singulares e mais de quinhentas agências. Nesse período, o Sistema passou a atuar de forma mais vertical, por meio do apoio de quatro centrais e uma confederação de crédito (CONFEDERAÇÃO CRESOL, 2020).

Com o processo de união ocorrido no final de 2018, a Cooperativa de Crédito Rural Vale Europeu tornou-se uma das maiores singulares do Sistema Cresol. A união é resultado da política de regionalização das singulares adotada nos últimos anos pelo Sistema<sup>3</sup>. Sediada em Águas Mor-nas, a Vale Europeu está presente em 95 municípios da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Litoral Norte de Santa Catarina, além da região de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro. No final de 2019, suas 35 agências atendiam mais de 26 mil sócios, seu patrimônio de referência alcançava R\$ 68,2 milhões, os depósitos totalizavam R\$ 251,6 milhões, e o resultado financeiro chegava a quase R\$ 5 milhões (CRESOL, 2020).

Embora o Sistema Cresol tenha surgido com foco na agricultura familiar, hoje suas filiadas já atendem outras categorias socioprofissionais. Essa característica está ampliando suas ações numa ótica territorial, envolvendo também comunidades e públicos urbanos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa seção apresenta e analisa os dados coletados durante a pesquisa, re-trata os resultados das visitas de campo, dedicando-se especialmente a abor-

---

<sup>3</sup> O objetivo central dessas medidas é melhorar a competitividade por meio do ganho em escala das singulares, absorvendo as organizações menores numa estrutura de maior porte e com maior capacidade operacional.



dar as entrevistas realizadas com os gestores, lideranças e colaboradores da Cooperativa Cresol Vale Europeu. Durante as entrevistas, se explorou principalmente os seguintes fundamentos do tema: quais são as ações práticas realizadas pela cooperativa em relação à comunidade; para quem se destinam essas práticas (o público); qual a percepção dos entrevistados sobre as mudanças na comunidade provenientes destas ações empreendidas.

Um levantamento, que leva em conta os indicativos de Drumond (2010), presentes no Quadro 1, permite notar que a Cresol Valeu Europeu desenvolve ações cuja perspectiva é de cumprir com sua responsabilidade social para com a comunidade (item 11). Suas práticas incluem iniciativas voltadas para jovens estudantes de escolas públicas, direcionadas ao aprendizado financeiro e cooperativista. Além desse público, a Cresol Vale Europeu atua com capacitações e cursos direcionados a um determinado assunto, efetuados em parceria com o Sistema “S” (item 15), prefeituras e sindicatos. As práticas do voluntariado (item 12) se dão principalmente com os colaboradores, que são incentivados a fazer parte de associações de bairro, em conselhos pastorais da igreja ou a ajudar na organização de festas e de outros eventos comunitários (item 1). Outro indicativo presente são os convênios (item 19), que favorecem a oferta de serviços ao seu quadro social, tais como: academias, restaurantes e universidades particulares que concedem descontos em suas matrículas. Possui também um programa especial de contratação de funcionários portadores de necessidade especial (item 21). A Organização também valoriza os fornecedores locais, sendo que a maioria deles já faz parte do seu quadro social (item 16). Na prática de ações de inclusão social e geração de trabalho e renda, a Cooperativa fornece cursos de aprimoramento voltados aos sócios e familiares, com o objetivo de qualificá-los para o mercado de trabalho (item 8). Entre esses cursos estão o de comunicação e oratória e o de matemática financeira, que ocorrem por plataformas de educação à distância. São realizadas também ações de incentivo, como palestras e outras atividades que estimulam a participação social de mulheres e sua inclusão em direções das organizações comunitárias e nos próprios conselhos diretivos da Cooperativa (item 22). A Cooperativa se envolve ainda em campanhas de mobilização social (item 14), como campanha do agasalho, de arrecadação de alimentos, de arrecadação de brinquedos, além de campanhas educativas ligadas à saúde: “a gente tem o Outubro Rosa, que é um evento que fazemos em todas as

agências. Tem o Novembro Azul, que fizemos em conjunto, de homens e mulheres. Foi bacana [...], tinha entre nove a dezesseis homens” (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

A Cresol Vale Europeu possui parceria com a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina. Realizado em escolas públicas das redes municipais onde a Cooperativa atua, o projeto Protetor Ambiental tem como público alvo estudantes do ensino fundamental. Durante o ano letivo eles recebem aulas semanais sobre educação ambiental e participam de ações comunitárias, como a distribuição de mudas de árvores à população.

Para os entrevistados, foi unânime a opinião que as ações da Cooperativa atingem direta ou indiretamente toda a comunidade. Mesmo quando a prática é direcionada exclusivamente aos cooperados, por meio da rede de relacionamento destes mesmos sócios, os resultados das ações acabam se espalhando em seu entorno. Porém, nota-se que, para uma parcela dos entrevistados, essas ações da Cooperativa têm que beneficiar em primeiro lugar os associados que vivem na comunidade atendida, já que eles são seus donos. Por outro lado, há aqueles que entendem que deve abranger, com suas ações, o público em geral, pois elas têm como resultado final um aumento de conhecimento coletivo das vantagens de se pertencer a uma cooperativa. Para conseguir “desenvolver a parte social do município, tem que ser geral [...]. A única coisa que é limitada é a assembleia, só vota quem é sócio, mas também é aberto [à participação de não associados]” (COLABORADOR PARTICIPANTE). Todos os questionados apontaram que as ações da Vale Europeu transformaram positivamente a comunidade onde atua. Quando abordados se essas ações são mais de natureza social ou mais econômica, a maioria dos colaboradores respondeu que são ligadas à primeira. “Acho que é mais social. Se você olhar pelo lado da instituição financeira, por que a gente participaria de um evento como o Outubro Rosa?” (COLABORADOR PARTICIPANTE). Outro entrevistado afirma que as ações comunitárias “são todas ações sociais, não têm fins econômicos [...]. Tanto a escolinha de futebol, associação dos idosos, nenhuma delas tem fins lucrativos, então são ações sociais” (COLABORADOR PARTICIPANTE).

Mas para alguns entrevistados, as mudanças são tanto de caráter social quanto financeiro (econômico). O argumento é o de que uma não caminha sem a outra. Para dirigentes, a Cooperativa deve também apoiar

determinadas ações comunitárias de modo que os cooperados envolvidos possam fazer negócios entre si.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que o papel das cooperativas na sociedade atingiu um patamar mais elevado a partir da inclusão, em 1995, do sétimo princípio cooperativista – interesse pela comunidade –, que nesta análise associa-se ao enfoque do DST. Esse princípio manifesta a necessidade das cooperativas ampliarem seus olhares sobre suas atribuições onde estão inseridas, não se limitando aos benefícios diretos ao quadro social. Parte-se do pressuposto que, se forem bem aplicados, os princípios cooperativistas se tornam importantes diretrizes para promover o desenvolvimento territorial sustentável.

Neste trabalho procurou-se elencar quais práticas de interesse da comunidade são realizadas pela Cresol Vale Europeu. A partir de checagem de indicadores e das entrevistas com dirigentes, gestores executivos e colaboradores, foi possível verificar que a Cooperativa analisada busca cumprir seu papel como prestadora de serviços financeiros de proximidade e desenvolve alguns mecanismos de apoio em suas regiões de atuação. O que não pôde ser explorado de forma mais exaustiva foi a existência, entre os diferentes membros que integram o quadro social e mesmo de atores sociais externos que conhecem a atuação da Cooperativa, de entendimentos distintos a respeito da base conceitual que norteia o sétimo princípio, e se essas diferentes visões se expressam nas suas ações comunitárias.

Os dados levantados indicam que as ações da Cooperativa em relação ao sétimo princípio são, na sua maioria, de natureza socioassistencial, não havendo em curso iniciativas na ótica do DST. Para isso, é necessário um diálogo suficientemente articulado com entidades – órgãos de planejamento e de assistência técnica, prefeituras, ONG, redes de agroindústrias familiares, feirantes, grupos de produtores agroecológicos etc., que atuam e possam representar o embrião de uma estratégia territorial de desenvolvimento que busque fortalecer a sustentabilidade das comunidades atendidas pela Cooperativa.

As questões da dimensão territorial do desenvolvimento sustentável e o grau de preocupação com a comunidade ou território onde a Cooperativa está inserida são capazes de promover esse desenvolvimento, e são

temáticas que poderão ser aprofundadas em estudos futuros. Por meio das informações e das análises já formuladas, juntamente com um estudo aperfeiçoado sobre o impacto das ações da organização na comunidade, compreendida como sinônimo de território, será possível apresentar sugestões para melhorar a aplicação do sétimo princípio, como integrar eventuais sistemas de governança territorial existentes, e/ou por meio das ações de educação cooperativista.

## REFERÊNCIAS

- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Identidad cooperativa: nuestros principios y valores. 2020. Disponível em: <[https:// https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional](https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional)>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- ALVES, A. G. M. P. *As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas*. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Porto Alegre, 2003.
- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, Macaé, 4ª ed., v. 1, n. 4, jan. / jun. 2008.
- BERTUOL, R.; CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A. A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins. *Organizações e Sustentabilidade*, Amazônia, v. 1, n. 2, p. 07-18, ago. / dez. 2012.
- BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjugação de enfoques. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2008.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p. 23-48, 2006.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation*. Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.
- COLONIESE, C.; LOURENCI, A.; RODRIGUES, L.M.S. Sistema Cresol, uma família que cresce com você. In: VOLLES, A.; COLONIESE, C.; MITTELMANN, C.C.; CINTRA, C.A. (org.). *Ensaio sobre o cooperativismo solidário*. Francisco Beltrão: Infocos, 2010.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ed. 2, 1991.
- CONFEDERAÇÃO CRESOL. *Encontre a Cresol mais próxima de você*. Disponível em: <[https:// https://www.cresol.coop.br/localizar-agencia/](https://www.cresol.coop.br/localizar-agencia/)>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- CRESOL. Cooperativa de crédito rural com interação solidária. *Relatório de atividades e balanço social 2019*. Cresol Vale Europeu, 2020.
- DRUMOND, V. R. S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 1., 2010, Brasília. *Anais* [...] Brasília: EBPC, 2010.
- FERREIRA, G. M. V.; SILVA, D. F. *Educação cooperativista*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015.
- FILHO, L. D. T. *Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo*. 2. ed. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002. 304 p.
- HOLYOAKE, G.J. *Os 28 tecelões de Rochdale: história dos probos pioneiros de Rochdale*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.
- KURIMOTO, A. *et al. Guidance notes to the co-operative principles*. Bruxelas: ACI, 2015. Disponí-

- vel em: <<http://ica.coop/sites/default/files/attachments/Guidance Notes EN.pdf>>. Acesso em: 1 de nov. de 2019.
- MARTINS, M. M; PASSADOR, C. S. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL 47.*, 2009, Porto Alegre. *Anais [...]*. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.
- MEINEN, Ê.; PORT, M. *Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios*. Brasília: Confedbrás. 2014.
- MONTIBELLER-FILHO, G. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, conceitos e princípios. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 4, n. 1, UFSC, 1993.
- PECQUEUR, B. (Ed.) *Dynamiques territoriales et mutations économiques*. Paris: L'Harmattan, 1996. 246 p.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. *Eisforia*, v. 4, p. 81-103, 2006.
- PINHO, D. B. *O cooperativismo: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- RIBEIRO, J. X. P. *Princípios cooperativistas na percepção dos associados: estudo em uma cooperativa de crédito de Minas Gerais*. 2012, 131p. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2012.
- SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. *Revista Economia Solidária e Ação Cooperativa*. São Leopoldo, RS: Unisinos, v. 1, n. 1, p. 33-48, 2006.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SOCREPPA, A.; SILVA, E. O princípio do interesse pela comunidade nas cooperativas. *Cadernos Zygmunt Bauman*, Maranhão, v. 7, n.13, p. 106-116, 2017.
- VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- VIEIRA, P. H. *et al.*, (org.) *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil*. Florianópolis, Aped/Secco, 2010.

## Capítulo 4

# A ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA A COOPERATIVAS: UMA ANÁLISE DE CORRELAÇÃO COM A GERAÇÃO DE VALOR DA PRODUÇÃO<sup>1</sup>

Larissa Liane Heidorn

### INTRODUÇÃO

Este trabalho surge a partir das reflexões proporcionadas pela Escola de Verão sobre “Processos Cooperativos e Associativos em Dinâmicas de Desenvolvimento Rural”, organizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pelo Comitê acadêmico Processos Cooperativos e Associativos da Associação de Universidades do Grupo Montevideo (Procoas/AUGM). As atividades da Escola ocorreram em Santa Catarina, Brasil, no período de 17 a 22 de fevereiro de 2020.

Entre o conteúdo programático da Escola de Verão foram realizadas visitas a experiências cooperativas de diversas regiões do estado de Santa Catarina, algumas das quais no Planalto Serrano Catarinense. Durante esses encontros, foi possível perceber que as dificuldades de pequenos produtores comercializarem e agregarem valor a suas produções foram uns dos fortes motivos para o surgimento de novas experiências cooperativas agropecuárias. Um exemplo é a Coopersalto – Cooperativa dos Criadores de Frango Caipira em São José do Cerrito, que iniciou como uma associação de 12 famílias com interesse na produção de frango caipira em 2002, começou a estruturação de um abatedouro próprio em 2015 e, atualmente, já na condição de cooperativa, conseguiu uma certificação sanitária do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), que permite a comercialização de seus produtos em todo território nacional.

---

<sup>1</sup> A autora agradece a revisão realizada em seu capítulo pelo estatístico Joelmir Divino Carlos Feliciano Vilela.

O estudo de Deimling *et al.* (2015) demonstra que, em Santa Catarina, os agricultores familiares não possuem grande variedade de opções de comercialização. Não obstante, os canais de distribuição mais utilizados pelos agricultores familiares entrevistados são as cooperativas (35%), seguidas pelas agroindústrias (26%). Segundo os dados do IBGE (2017a), os estados da região sul do Brasil apresentam os maiores percentuais de estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas. No Sul, eles são superiores a 30%, enquanto que a média nacional é de 11,4%.

Contudo, num estudo de caso realizado no oeste de Santa Catarina, Kunzler e Badalotti (2017) enfatizam a presença de modelos contraditórios de cooperativas. Segundo os autores, durante o processo de modernização da agricultura brasileira da década de 1980, expandiu-se o modelo que eles denominam de cooperativismo empresarial convencional, responsável por fomentar direta e indiretamente os chamados sistemas de integração que, ao longo do tempo, promoveram concentração e intensificação da produção. Porém, esse processo, assim como se viu na produção agroindustrial tradicional, excluiu agricultores menores, o que, de acordo com os mesmos autores, levou ao surgimento dos primeiros movimentos sociais do campo e de processos de associativismo rural que buscavam alternativas de organização e de geração de renda aos pequenos agricultores. Por fim, esses autores identificam que os movimentos sociais, associações de agricultores e organizações não governamentais vinculadas à agricultura familiar desenvolveram um modelo de cooperação alternativo que contrapõe o convencional.

Dessa forma, algumas definições de cooperativas agropecuárias ou agroindustriais focam sua atuação principalmente no atendimento dessa necessidade de acesso ao mercado e de geração de renda. Crúzio (2005) as define como aquelas que são formadas por associados que estão no campo, objetivando a comercialização de seus produtos por meio do beneficiamento e da revenda direta ao mercado consumidor. Moraes e Schwab (2019) verificam em sua revisão sistemática que uma das principais questões abordadas pelos trabalhos que estudam o cooperativismo na agricultura familiar é a atuação das cooperativas como meio para o produtor rural comercializar a sua produção e, assim, ter acesso também aos mercados institucionais.

De acordo com o estudo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) descrito por Mior *et al.* (2019), 56% das redes cooperativas levantadas em Santa Catarina têm menos de 10 anos de existência, o que indica um crescimento recente dessas vias de inserção ao mercado. Segundo esses autores, os principais motivos para esse aumento seriam financiamentos de programas governamentais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), outras linhas do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e o programa SC Rural, do governo do estado, com financiamento do Banco Mundial. Citam também o crescimento das políticas de âmbito federal para o desenvolvimento de mercados para a agricultura familiar, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a modificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e as mudanças na regulamentação da produção e comercialização de produtos de origem animal.

Ao levantar a questão da importância das experiências cooperativas para a comercialização dos produtos do campo, o presente estudo visa responder o seguinte problema da pesquisa: a associação dos agricultores de Santa Catarina em cooperativas tem auxiliado a alavancar o valor gerado por suas produções? O objetivo primário desse capítulo é investigar se existe correlação entre o fato do produtor ser associado a uma cooperativa e o valor que ele consegue gerar com a produção agropecuária de seu estabelecimento. O objetivo secundário é verificar a existência de diferenças no comportamento dessa correlação entre os dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017, entre a produção familiar e não familiar, e entre as produções animais e de lavouras agrícolas.

## **METODOLOGIA**

Para realizar este trabalho, foram utilizados os dados de 2006 e 2017 dos Censos Agropecuários realizados pelo IBGE em Santa Catarina, extraídos separadamente para os produtores familiares e não familiares (IBGE 2006; 2017b). Essa classificação segue a determinação de agricultura familiar da lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que a caracteriza como a atividade rural praticada pelo produtor e sua família em uma área menor ou igual a 4 (quatro) módulos fiscais, utilizando mão-de-obra predominantemente da própria família e com percentual mínimo de renda familiar originada dessas atividades (BRASIL, 2006).



O Censo Agropecuário não faz distinção entre os ramos das cooperativas, portanto o estabelecimento agropecuário que se declarou associado pode ser em relação a uma cooperativa agropecuária, de crédito ou de transporte, por exemplo.

Nos dados do Censo Agropecuário, a área e o valor da produção dos estabelecimentos podem ser classificados em mais uma subdivisão, em relação aos grupos de atividade econômica, rotulados entre: produção de lavouras temporárias; horticultura e floricultura; produção de lavouras permanentes; produção de sementes e mudas certificadas; pecuária e criação de outros animais; produção florestal – florestas plantadas; produção florestal – florestas nativas; pesca; aquicultura. Para este estudo, foram selecionados os dados do total das atividades econômicas, da produção pecuária e criação de outros animais e da soma das lavouras permanentes e temporárias, horticultura e floricultura.

Para que os dados fossem avaliados em grandezas comparáveis, foram estabelecidas as variáveis: Porcentagem de estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas, calculada através da divisão do número de estabelecimentos agropecuários que declararam ser associada a alguma cooperativa pelo número total de estabelecimentos agropecuários de cada município de Santa Catarina; e Valor da produção do estabelecimento agropecuário por área, mesurada em mil reais por hectare através da divisão da soma do valor da produção dos estabelecimentos agropecuários pela soma da área dos estabelecimentos agropecuários dos municípios catarinenses.

Em 2017, o estado de Santa Catarina possuía 295 municípios. Contudo, em 2006, o atual município de Balneário Rincão fazia parte do município de Içara, e Pescaria Brava pertencia ao território de Laguna. Portanto, nesses casos, os dados dos dois municípios foram somados. Os municípios que não possuíam área de produção agropecuária ou apresentavam alguma informação inconsistente, como apresentar algum valor de produção e nenhuma área de produção para a mesma atividade econômica, foram excluídos das análises. Dessa forma, a amostra total analisada continha 262 municípios.

Foi efetuada a aplicação estatística dos testes de correlação e regressão com o objetivo de identificar a existência de relações lineares entre a variável independente, porcentagem de estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas, e a variável dependente, valor das produções dos esta-

belecimentos agropecuários dos municípios catarinenses. Tais testes visam identificar e medir possíveis correlações entre os dados pesquisados, bem como estabelecer as respectivas equações de regressão. Ademais, visa-se identificar o grau de influência de uma determinada variável sobre outra.

À vista disso, foram realizados testes para comparar as variações no comportamento da relação dessas variáveis entre os anos 2006 e 2017, entre produtores familiares e não familiares e entre as produções animais e de lavouras agrícolas.

Para as análises estatísticas e realização dos gráficos, foi utilizado o *software* IBM® SPSS® Statistics 22. Antes dos cálculos, foram efetuadas algumas análises dos dados. Primeiramente, verificou-se a estatística descritiva para entender o comportamento das séries, abordando as seguintes estatísticas: média, desvio padrão, valor máximo e mínimo. Em seguida, foram elaborados os *boxplots*<sup>2</sup> para cada uma das variáveis, com o intuito de avaliar a existência de dados que se diferenciam drasticamente dos outros na série (*outliers*). Apesar de terem sido encontrados alguns dados *outliers*, ou seja, além do limite máximo dos gráficos de caixa, não foram encontradas inconsistências aparentes na amostragem que justificassem a exclusão desses dados. Portanto, as séries foram utilizadas sem nenhuma correção nesse sentido. Também foram elaborados os gráficos de dispersão, dessa vez com o propósito de identificar de maneira visual a existência de relação linear entre as variáveis estudadas.

O primeiro cálculo foi o de correlação. Segundo Triola (2008), a existência de uma correlação entre duas variáveis indica que uma delas está relacionada com a outra de alguma maneira. Para a análise de correlação, não se distingue a variável dependente e independente, as duas variáveis são tratadas simetricamente (GUJARATI; PORTER, 2011). A existência de correlação é verificada pelo coeficiente de correlação, que também é chamado de coeficiente de Pearson<sup>3</sup>.

---

2 Gráfico de caixa ou *boxplot* é uma representação gráfica definida por uma “caixa” com o nível superior dado pelo terceiro quartil e o nível inferior pelo primeiro quartil. A mediana é representada por um traço no interior da caixa e segmentos de reta são colocados da caixa até os valores máximo e mínimo, que não são observações discrepantes (MAGALHÃES; DE LIMA, 2004). Caso ocorram observações discrepantes, são representadas por pontos.

3 O coeficiente de Pearson é uma medida de associação linear entre variáveis quantitativas e varia de 1 negativo a 1 positivo (OLIVEIRA, 2007). Quando negativo, o aumento dos valores de uma

O segundo cálculo realizado foi a regressão linear simples. Ela presume uma equação matemática utilizada para prever o valor de Y (variável dependente) por meio de valores conhecidos de X (variável independente) (GUJARATI; PORTER, 2011).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No segmento da agricultura não familiar, o estado de Santa Catarina se destaca por ter aumentado em mais de 10% a porcentagem de estabelecimentos associados a cooperativas, enquanto no Brasil houve um aumento menor que 1% (Tabela 1). É provável que isso ocorra por conta da existência de grandes cooperativas convencionais no estado, que estão entre as maiores agroindústrias do país, como a Coopercentral Aurora Alimentos e a Cooperalfa, ou por uma maior associação a cooperativas de crédito. Parte dessa diferença também é, provavelmente, explicada pelo crescimento mais acentuado do número de estabelecimentos não familiares em Santa Catarina (59% a mais) em relação ao Brasil (45% a mais). Uma fração desse aumento, possivelmente, é composta por estabelecimentos que deixaram de ser enquadrados como familiares por conta do aumento da renda.

Já os valores das produções agropecuárias aumentaram em relação a 2006 no Brasil e em Santa Catarina, sem demonstrar grandes diferenças entre os números do Estado e os nacionais.

Tabela 1. Percentuais de agricultores não familiares associados a cooperativas e valores de suas produções agropecuárias no Brasil e em Santa Catarina (2006 e 2017).

Ano	Local	Associados a cooperativas (%)	Valor da produção Total (Mil reais/ha)	Valor da produção Pecuária (Mil reais/ha)	Valor da produção Soma Lavouras (Mil reais/ha)
2006	Brasil	13,41	0,43	0,17	1,07
	SC	14,66	0,98	0,65	1,03
2017	Brasil	14,21	1,33	2,74	2,82
	SC	26,55	2,53	2,75	3,09

Fonte: IBGE (2006 e 2017b).

---

variável acarreta na diminuição dos valores da outra. Já quando positivo, o aumento de valores em uma variável gera o aumento na outra. O valor nulo do coeficiente de Pearson indica a não existência de correlação.

Em relação à agricultura familiar, em 2006 o estado de Santa Catarina já se destacava por contar com uma maior porcentagem dos estabelecimentos agropecuários associados a cooperativas. Os valores das produções agropecuárias do estado também eram superiores aos nacionais em 2006 (Tabela 2). Em 2017, a superioridade do valor da produção por área da agricultura familiar catarinense em relação à nacional é especialmente destacada na pecuária, apresentando 3,6 mil reais a mais por hectare.

Tabela 2. Percentuais de agricultores familiares associados a cooperativas e valores de suas produções agropecuárias no Brasil e em Santa Catarina (2006 e 2017).

Ano	Local	Associados a cooperativas (%)	Valor da produção Total (Mil reais/ha)	Valor da produção Pecuária (Mil reais/ha)	Valor da produção Soma Lavouras (Mil reais/ha)
2006	Brasil	5,45	0,68	0,31	1,21
	SC	12,08	2,15	1,72	2,30
2017	Brasil	10,58	1,32	0,98	2,05
	SC	37,21	4,23	4,62	4,04

Fonte: IBGE (2006 e 2017b).

Outro ponto interessante é a comparação do valor da produção por área entre agricultura familiar e não familiar. Em 2006, o valor da produção familiar nacional era superior ao da não familiar e, em 2017, passa a ser inferior. No mesmo período, em Santa Catarina, o valor da produção familiar se manteve superior, não havendo essa depreciação em relação ao não familiar.

Os resultados da estatística descritiva das variáveis para os municípios de Santa Catarina (Tabela 3) indicam que a porcentagem média de estabelecimentos associados a cooperativas no ano de 2017 foi maior, tanto para agricultores familiares como não familiares. Contudo, em 2017, os desvios padrões também foram superiores, mostrando maiores variações entre os municípios, o que indica que a evolução não ocorreu de forma uniforme no Estado. Os dados corroboram as observações feitas por Mior *et al.* (2019), que identificaram um maior número de novas redes cooperativas nas mesorregiões catarinenses Oeste e Sul – as

duas possuem, respectivamente, 49,5% e 23,5% dessas redes presentes no Estado. Elias *et al.* (2019) também indicaram que, diferentemente do Oeste catarinense, onde as atividades da agricultura familiar são as mais desenvolvidas, no Norte catarinense existe uma maior resistência do agricultor em investir em algo que lhe pareça novo. Essa característica se reflete na menor presença da agroindustrialização, do associativismo e do cooperativismo.

Tabela 3. Estatística descritiva das variáveis de porcentagem de estabelecimentos associados a cooperativas em Santa Catarina (2006 e 2017).

Censo	Variável		Número de dados	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão
2006	Estabelecimentos associados a cooperativas (%)	Não familiar	262	0	77,78	15,74	12,63
		familiar	262	0	62,94	11,74	10,62
2017	Estabelecimentos associados a cooperativas (%)	Não familiar	262	0	84,95	28,71	18,07
		Familiar	262	0	80,37	33,85	21,07

Fonte: elaborada pela autora.

A estatística descritiva em relação ao valor das produções por área nos municípios catarinenses (Tabela 4) também demonstra, para todos os casos analisados, um aumento da média de 2017 em relação à de 2006. Já para o desvio padrão, o aumento em 2017 foi também geral, menos na variável soma das lavouras da agricultura familiar, que apresentou uma redução de 2,06, em 2006, para 1,90, em 2017. Portanto, nesse quesito, a evolução do valor ocorreu de forma mais equilibrada entre os municípios e, provavelmente, não acompanhou a mesma distribuição apresentada pelo crescimento do cooperativismo na agricultura familiar.

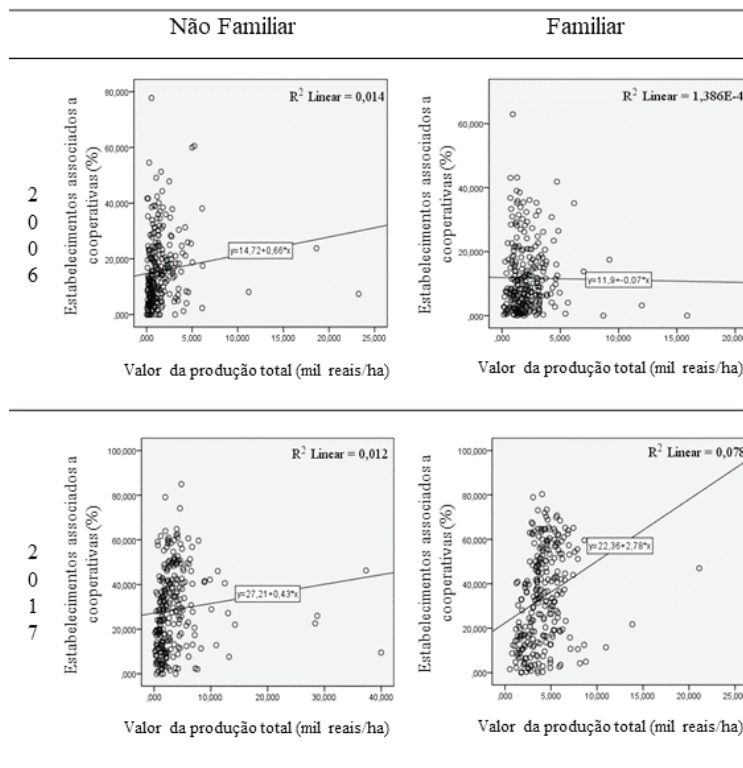
Tabela 4. Estatística descritiva das variáveis de valor da produção por área, da agricultura familiar e não familiar, em Santa Catarina (2006 e 2017).

Censo	Variável		N. de dados	Valor Mínimo	Valor Máximo	Média	Desvio Padrão	
2006	Valor da produção por área (mil reais/ha)	Total	Não familiar	262	0,03	23,25	1,55	2,26
			Familiar	262	0,16	15,88	2,16	1,69
	Animal	Não familiar	262	0	81,97	2,18	6,38	
		Familiar	262	0,05	7,76	1,47	1,29	
	Soma das lavouras	Não familiar	262	0	5,56	1,13	0,94	
		Familiar	262	0,07	25,57	2,21	2,06	
2017	Valor da produção por área (mil reais/ha)	Total	Não familiar	262	0,15	39,99	3,51	4,59
			Familiar	262	0,53	21,12	4,13	2,12
	Animal	Não familiar	262	0	88,43	4,58	8,73	
		Familiar	262	0	33,57	3,84	3,07	
	Soma das lavouras	Não familiar	262	0	14,84	2,79	2,20	
		Familiar	262	0	13,21	3,39	1,90	

Fonte: elaborada pela autora.

A análise visual dos gráficos de dispersão da figura 1 constata uma provável existência de relações lineares positivas entre a porcentagem de estabelecimentos cooperados e o valor da produção total dos estabelecimentos por área. Ou seja, aparentemente, o fato do agricultor ser associado a cooperativas promove acréscimos no valor da sua produção por área. Porém, em 2006, essa constatação não foi visível para a agricultura familiar e o gráfico apresenta uma leve tendência de relação linear negativa, o que demonstra que a associação do produtor a cooperativas poderia até reduzir o valor de sua produção em área. Já o gráfico da agricultura familiar em 2017 é o que apresenta maior inclinação positiva da reta de regressão linear. Provavelmente, nesse caso houve maior influência positiva do fato do agricultor ser cooperado sobre o valor da sua produção agropecuária total. Essa melhoria do impacto da associação a cooperativa na criação de valor da produção agrícola familiar pode ser parcialmente explicada pelo aumento de cooperativas alternativas no estado. Essas cooperativas visam melhores ganhos financeiros para os associados. Fazem isso buscando dos mercados institucionais e praticando preços diferenciados para produtos de qualidade superior. Elas auxiliam também o produtor na configuração de redes logísticas mais longas e no incentivo ao consumo de produtos diferenciados nos mercados locais (KUNZLER; BADALOTTI, 2017).

Figura 1. Gráficos de dispersão entre a produção total e a porcentagem de estabelecimentos vinculados a cooperativas, na agricultura familiar e não familiar (2006 e 2017).

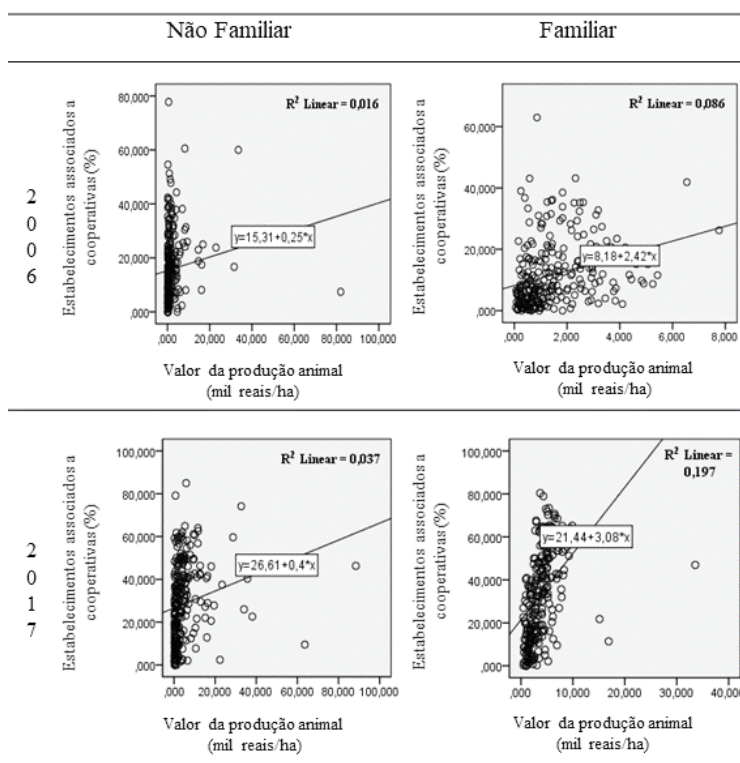


Fonte: elaborada pela autora.

Na análise visual dos gráficos de dispersão entre a porcentagem de estabelecimentos cooperados e o valor da produção pecuária dos estabelecimentos por área (Figura 2), em todos os casos as relações lineares aparentam ser positivas. No caso da agricultura familiar em 2017, mais uma vez a reta de regressão se sobressai, por possuir a maior inclinação positiva. Para os produtos de origem animal, a associação a novas formas cooperativas pode ser ainda mais impactante para agricultura familiar, pois os sistemas de inspeção sanitária são bastante complexos e muitas vezes inviabilizam a inserção do produtor no mercado de forma isolada, além de a concentração da produção por grandes agroindústrias muitas vezes excluir o pequeno produtor. No caso da indústria do leite, existem exigências derivadas de regulamentos técnicos, padrões de instalações e equipamentos mínimos

necessários, como também acentuada diferenciação no preço pago por volume produzido. Esse quadro favoreceu a criação de cooperativas que industrializam o próprio leite dos cooperados de forma independente da grande indústria (KUNZLER; BADALOTTI, 2017). Recentes evoluções no sistema de inspeção sanitária também têm contribuído para que pequenas cooperativas familiares consigam comercializar seus produtos de origem animal de forma independente. Essas evoluções geraram normas específicas para a elaboração e comercialização de produtos artesanais.

Figura 2. Gráficos de dispersão entre a produção pecuária e a porcentagem de estabelecimentos vinculados a cooperativas, na agricultura familiar e não familiar (2006 e 2017).



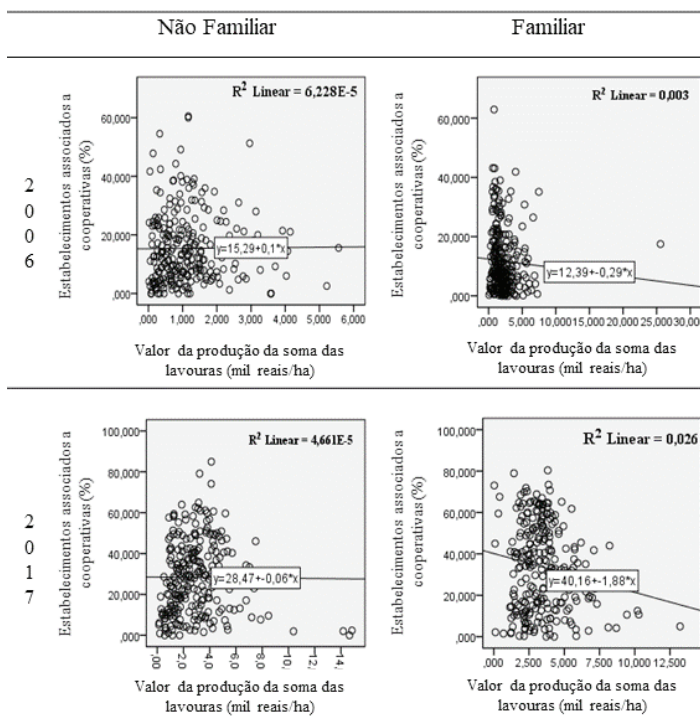
Fonte: elaborada pela autora.

Por outro lado, na análise visual dos gráficos de dispersão entre a porcentagem de estabelecimentos cooperados e o valor da produção das lavouras agrícolas dos estabelecimentos por área (Figura 3), em nenhum



dos casos foi possível perceber relações lineares positivas. As análises relativas à agricultura familiar indicam que em 2006 a reta de regressão apresentou inclinação negativa. Essa inclinação negativa se tornou ainda mais acentuada em 2017, o que significaria, nesse caso, que o aumento na porcentagem de estabelecimentos cooperados não promoveu um aumento na mesma proporção do valor da produção das lavouras agropecuárias e que o fato do estabelecimento estar associado a uma cooperativa não é um fator tão importante para atingir valores maiores para os produtos da lavoura agrícola como é para produtos pecuários. Presumivelmente, para os produtos agrícolas, outros fatores que influenciam no acesso ao mercado, são mais impactantes e garantem um valor melhor para o agricultor familiar de forma que, acabam ofuscando o impacto da cooperativa.

Figura 3. Gráficos de dispersão entre a produção das lavouras agrícolas e a porcentagem de estabelecimentos vinculados a cooperativas, na agricultura familiar e não familiar (2006 e 2017).



Fonte: elaborada pela autora.

Após a análise gráfica, procedeu-se a verificação de correlação, por meio do cálculo dos coeficientes de correlação de Pearson ( $r$ ). Para o cálculo também foram realizados testes de hipótese. Nos testes, admitiu-se como hipótese nula que o valor calculado de  $r$  é igual a zero, e como hipótese alternativa, que o valor calculado de  $r$  é significativamente diferente de zero. Para esse estudo, adotou-se o nível de significância ( $\alpha$ ) igual a 5%, ou seja, buscou-se encontrar um p-valor igual ou menor que 0,05 para rejeitar a hipótese nula.

Nas correlações realizadas com os valores da produção total (Tabela 5), somente o p-valor para o coeficiente de correlação calculado para agricultura familiar em 2017 foi igual ou menor que 0,05. Portanto, unicamente nesse caso existe correlação entre as variáveis, e o coeficiente é positivo em 28%.

Tabela 5. Coeficiente correlação entre Estabelecimentos associados a cooperativas (%) e Valor da produção total do estabelecimento (mil reais/ha), em Santa Catarina (2006 e 2017).

Ano /Segmento /Dados	2006		2017	
	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar
Coeficiente correlação	0,118	- 0,120	0,109	0,279
P-valor	0,057	0,850	0,078	0

Fonte: elaborada pela autora.

A análise das correlações realizadas com os valores da produção indica que somente na pecuária todos p-valores foram iguais ou inferiores a 0,05 (Tabela 6). Contudo, apesar de todos os coeficientes de correlação terem se apresentado significantes, os resultados calculados demonstraram-se divergentes em relação a suas grandezas. Para agricultura não familiar, tanto em 2006 quanto em 2017, os coeficientes de correlação foram inferiores a 20%. No caso da agricultura familiar, em 2006, o coeficiente foi próximo de 30% e, em 2017, foi superior a 40%. O valor maior de 40% pode ser considerado relativamente elevado, devido a associação à cooperativa ser apenas um dos fatores que pode determinar o valor da produção pecuária familiar.

Tabela 6. Coeficiente correlação entre Estabelecimentos associados a cooperativas (%) e Valor da produção animal do estabelecimento (mil reais/ha), em Santa Catarina (2006 e 2017).

Ano /Segmento /Dados	2006		2017	
	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar
Coeficiente correlação	0,127	0,293	0,193	0,444
P-valor	0,040	0,000	0,002	0,000

Fonte: elaborada pela autora.

Em contrapartida, entre as correlações realizadas com os valores da produção das lavouras agrícolas (tabela 7), mais uma vez somente o p-valor para coeficiente de correlação calculado para agricultura familiar em 2017 foi igual ou menor que 0,05. Todavia, dessa vez o coeficiente foi negativo em 16%, concordando com a tendência negativa apresentada no gráfico de dispersão.

Tabela 7. Coeficiente correlação entre Estabelecimentos associados a cooperativas (%) e Valor da produção da soma das lavouras agrícolas do estabelecimento (mil reais/ha), em Santa Catarina (2006 e 2017).

Ano /Segmento /Dados	2006		2017	
	Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar
Coeficiente correlação	0,008	-0,570	-0,007	-0,162
P-valor	0,900	0,358	0,915	0,010

Fonte: elaborada pela autora.

Em seguida, foram geradas as equações de regressão linear, calculando-se os coeficientes a e b. Para os resultados desses coeficientes também foram realizados testes de hipótese. Nesses testes, admitiu-se como hipótese nula que o valor calculado do coeficiente é igual a zero e como hipótese alternativa, que o valor calculado do coeficiente é significativamente diferente de zero. Na tabela 9, não foi representado o coeficiente a (constante) que não é significativamente diferente de zero, a um nível  $\alpha$  de 5%.

Na tabela 8, é analisada a significância dos coeficientes b em relação ao valor da produção total. Apenas para agricultura familiar em 2017 o

coeficiente foi significativo. De tal modo, unicamente nessa regressão linear com valores da produção total familiar em 2017 foi possível dizer que existe uma parte do valor da produção que varia de acordo com o fato dos estabelecimentos agropecuários serem associados a cooperativas. Contudo, quando se verifica os coeficientes de determinação ( $R^2$ ) encontrados, nota-se que a quantidade de variação do valor de produção total que é explicada pela reta de regressão criada é muito baixa, inferior a 10%.

Tabela 8. Resultados dos cálculos das regressões lineares simples para produção total, em Santa Catarina (2006 e 2017).

Ano /Segmento /Dados		2006		2017	
		Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar
Coeficientes	a (p-valor)	1,22 (0,00)	2,19 (0,00)	2,71 (0,00)	3,18 (0,00)
	b (p-valor)	0,02 (0,06)	0,00 (0,85)	0,03 (0,08)	0,03 (0,00)
$R^2$		0,01	0	0,01	0,08

Fonte: elaborada pela autora.

Nos resultados da tabela 9, em relação às regressões com o valor da produção pecuária, todos os coeficientes b foram significativos. Porém, ao analisar os coeficientes de determinação ( $R^2$ ), nota-se que somente para a regressão com estabelecimentos familiares em 2017 o coeficiente é um pouco mais elevado, igual a 20%.

Tabela 9. Resultados dos cálculos das regressões lineares simples para produção pecuária, em Santa Catarina (2006 e 2017).

Ano /Segmento /Dados		2006		2017	
		Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar
Coeficientes	a (p-valor)	--	1,06 (0,00)	2,03 (0,05)	1,80 (0,00)
	b (p-valor)	0,06 (0,04)	0,03 (0,00)	0,09 (0,00)	0,06 (0,00)
$R^2$		0,02	0,08	0,04	0,20

Fonte: elaborada pela autora.

Entre as regressões com o valor da produção das lavouras agrícolas, somente a com os estabelecimentos familiares em 2017 possui coeficientes b significativo. No entanto, o valor do coeficiente é negativo e o poder de explicação da regressão ( $R^2$ ) é inferior a 5%.

Tabela 10. Resultados dos cálculos das regressões lineares simples para produção das lavouras agrícolas, em Santa Catarina (2006 e 2017).

Ano /Segmento /Dados		2006		2017	
		Não Familiar	Familiar	Não Familiar	Familiar
Coeficientes	a (p-valor)	1,13 (0,00)	2,34 (0,00)	2,97 (0,00)	3,99 (0,00)
	b (p-valor)	0,00 (0,90)	-0,01 (0,36)	0,00 (0,91)	-0,14 (0,01)
$R^2$		0,00	0,00	0,00	0,03

Fonte: elaborada pela autora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos nos testes estatísticos realizados neste trabalho possibilitam fomentar as discussões sobre a eficácia das cooperativas agropecuárias de Santa Catarina, no tocante ao auxílio à comercialização e geração de valor das produções de seus cooperados.

Entre todas as situações analisadas, foi possível identificar uma correlação positiva mais significativa no par que correlaciona porcentagem de estabelecimentos familiares associados a cooperativas e o valor por área da produção pecuária familiar, no ano de 2017. Portanto, é provável que o aumento da porcentagem de agricultores familiares associados a cooperativas tenha auxiliado principalmente a venda de seus produtos de origem animal. A maior complexidade de comercialização de produtos de origem animal, por conta das normas sanitárias, corrobora com esse resultado.

Por outro lado, o par que correlaciona porcentagem de estabelecimentos familiares associados a cooperativas e valor por área da produção das lavouras agrícolas familiares em 2017 obteve uma correlação significativa mais fraca e negativa. Embora esse par apresente coeficientes de correlação e determinação mais baixos, sua tendência negativa foi um resultado im-

portante obtido nesse estudo, pois contrasta com o resultado encontrado na análise referente aos produtos de origem animal. No entanto, em nenhum dos casos estudados foi encontrada forte evidência de existência de relação linear. Desse modo, estudos futuros são necessários para analisar outras formas funcionais de distribuição dos dados.

É possível identificar a necessidade de aprofundar pesquisas sobre as cooperativas agropecuárias em Santa Catarina, buscando melhor compreender as diferenças encontradas entre produtos pecuários e de lavouras agrícolas da agricultura familiar. Destacam-se alguns pontos que podem ser melhor investigados. Por exemplo, o porquê do crescimento da associação a cooperativas e do valor das produções pecuárias entre os estabelecimentos da agricultura familiar de Santa Catarina ocorreu de forma mais concentrada, enquanto que o aumento do valor da produção agrícola ocorreu de forma mais uniforme. Recomenda-se identificar e descrever, por meio de estudos de casos, de que forma as cooperativas têm auxiliado na geração de valor nos produtos pecuários e os fatores que podem ser mais relevantes que a associação a cooperativas, para auxiliar na agregação de valor para produtos agrícolas da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Câmara dos Deputados. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/ lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.html). Acesso em: 11 mar. 2020.
- CRÚZIO, H. de O. *Como organizar e administrar uma cooperativa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- DEIMLING, M. F. *et al.* Agricultura familiar e as relações na comercialização da produção. *Inter-ciência*, Caracas, v. 40, n. 7, p. 440–447, jul. 2015.
- ELIAS, L. P. *et al.* Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 57, n. 2, p. 215-233, jul. 2019. DOI 10.1590/1806-9479.2019.171266. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.171266>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- GUJARATI, D.O N.; PORTER, D. C. *Econometria básica*. Tradução: Denise Durante; Mônica Rosemberg; Maria Lúcia G. L. Rosa. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017 resultados definitivos: cooperativas*. Brasília, DF: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017 resultados definitivos*. Brasília, DF: IBGE, 2017b. Disponível em: [https:// sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017](https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017). Acesso em: 2 abr. 2020.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar*

- MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Brasília, DF: IBGE, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/dados-sobre-agricultura-familiar-mda-pronaf>. Acesso em: 2 abr. 2020.
- KUNZLER, L. L.; BADALOTTI, R. M. Cooperação alternativa como estratégia de viabilização da agricultura familiar: o caso da Cooperativa Central Sabor Colonial. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 15, n. 39, p. 320-352, maio. 2017. DOI 10.21527/2237-6453.2017.39.320-352. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2017.39.320-352>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- MIOR, L. C. M. et al. Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas. *In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 9., 2019, Florianópolis. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2019. Disponível em: <<https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/2019/11/14/redes-de-cooperacao-na-agricultura-familiar-de-santa-catarina-acesso-aos-novos-mercados-e-politicas-publicas>>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- MAGALHÃES, M. N.; DE LIMA, A. C. P. *Noções de probabilidade e estatística*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019. DOI 10.17058/cepe.v0i49.13679. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/cepe.v0i49.13679>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- OLIVEIRA, F. E. M. *SPSS básico para análise de dados*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2007.
- TRIOLA, M. F. *Introdução à estatística*. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

## Capítulo 5

# O PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA CRESOL ÁGUAS MORNAS (SC)

**Stéfani Tamara Pérez**  
**Fábio Luiz Búrigo**  
**Pablo Imen**

### INTRODUÇÃO

Em todos os continentes, o movimento cooperativista segue orientações definidas em 1844, em Rochdale, Inglaterra, quando um grupo de pioneiros constituiu uma cooperativa de consumo baseada em valores e princípios (FILHO, 2002). Tais princípios são atualizados periodicamente em congressos internacionais. Em 1995, em Manchester, os princípios sofreram sua última revisão e passaram a ter a seguinte redação: 1) Adesão voluntária e livre; 2) Gestão democrática; 3) Participação econômica dos membros; 4) Autonomia e independência; 5) Educação, formação e informação; 6). Intercooperação e; 7) Interesse pela comunidade. No mesmo Congresso, o quinto princípio foi assim detalhado: as cooperativas promovem educação e formação dos seus membros, representantes eleitos e trabalhadores, de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa. Informam o público em geral, principalmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020). Considerado a regra de ouro do cooperativismo, o princípio da educação, formação e informação conforma três elementos distintos, mas que se articulam entre si e pelos quais o sistema cooperativo perpetua todos os demais princípios, como também promove seus valores, ideologia e prima pelo desenvolvimento econômico e social de seus sócios (FERREIRA; SILVA, 2015).

As propostas educativas no movimento cooperativo devem contemplar algumas variáveis extrapedagógicas que dão inteligibilidade ao projeto educativo, para compreender seu sentido, seus princípios e seus fins e sua metodologia. Embora não seja uma regra geral entre os estudiosos da educação, seguindo a redação do quinto princípio, as organizações cooperati-



vistas fazem distinções claras entre um programa de natureza educacional e um voltado à formação. De acordo com essa orientação, a formação trabalha o conhecimento técnico e objetivo, voltado para um fim. Já a educação proporciona, além do conhecimento técnico, reflexões sobre a realidade dos educandos – na maioria dos casos o alvo dessas ações educativas são os cooperados, mas podem haver situações envolvendo outros públicos beneficiários – e de seu meio, o que a aproxima do sétimo princípio cooperativista: a preocupação com a comunidade.

Para diferenciar-se dos bancos comerciais, uma cooperativa de crédito precisa praticar o que se define como “finanças de proximidade” (SERVET; VALLAT, 2001). Uma das estratégias para alcançar essa aproximação é fortalecer a organização do quadro social e a participação dos cooperados na vida da cooperativa. Nesse sentido, é importante analisar como os programas de educação / formação abordam o tema da participação do cooperado e se preocupam com o desenvolvimento das comunidades.

O programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento (programa Agentes) foi criado em 2000 pela Central de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (Cresol Baser) e seu coligado, o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos), hoje denominado de Cresol Instituto<sup>1</sup>. O programa Agentes operou durante quase duas décadas e teve apoio financeiro das cooperativas de primeiro grau da Baser, as chamadas “singulares”. Seu objetivo era constituir-se como elemento de aproximação entre o quadro social e a direção, entre a comunidade e a cooperativa, como também estimular a participação dos associados e formar lideranças. O Programa chegou a envolver 1300 líderes por ano, denominados de agentes, selecionados entre agricultores, empreendedores, autônomos, servidores públicos e outros cooperados. Mesmo tendo uma ação abrangente, o Programa foi extinto em 2019, no mesmo momento em que o Sistema Cresol efetuou uma reestruturação do Cresol Instituto, especialmente das ações que tinham relação mais direta com as comunidades rurais e com os seus associados.

Uma das singulares que aplicou o Programa Agentes foi a Cresol Águas Mornas, hoje denominada Cresol Vale Europeu<sup>2</sup>. Em abril de 2020,

1 As duas organizações estão sediadas no município de Francisco Beltrão, no Estado do Paraná (Brasil).

2 Quando aplicada a pesquisa de campo (2017), a Cresol Águas Mornas estava iniciando um processo de união com outras 04 cooperativas singulares e possuía no seu quadro social cerca de 8 mil cooperados (antes da união ser concluída). No entanto, o processo de união das cooperativas não é foco deste trabalho.

a Vale Europeu contava com um total de 25 mil cooperados, distribuídos em 32 agências de relacionamento. Sua área de abrangência alcançava 98 municípios, quase todos situados em Santa Catarina. Tais números tornaram a Vale Europeu a segunda maior singular da Central Baser.

A partir das bases conceituais que lhe dão inspiração e das práticas pedagógicas adotadas, as iniciativas em educação podem caminhar numa direção crítica e transformadora do meio social, ou tornarem-se um meio de reprodução de relações sociais pré-existentes. Seguindo nessa direção, como avaliar se os processos de educação/formação desenvolvidos por uma organização cooperativa estão gerando transformações pessoais e sociais no meio social onde ela está inserida?

Este trabalho tem como objetivo discutir os processos de educação/formação cooperativista na ótica da transformação social, à luz de concepções pedagógicas e sua relação com as práticas adotadas. Para tanto, toma como base empírica de estudo o Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento, desenvolvido entre 2000 e 2018 pela Cresol Águas Mornas.

Em termos metodológicos, o trabalho apresenta um caráter qualitativo, baseado num estudo de caso. Além da revisão bibliográfica, a investigação se debruçou sobre documentos institucionais (projetos, relatórios, cartilhas, manuais, vídeos etc.) obtidos na Cooperativa, no Cresol Instituto e na sede da Cresol Baser. Durante aproximadamente três meses efetuou-se visitas exploratórias junto à sede da Cooperativa, o que permitiu observar o funcionamento do Programa e realizar conversas informais com dezenas de pessoas (dirigentes, funcionários e associados) direta ou indiretamente envolvidas com a iniciativa. Após o período exploratório, foram executadas treze entrevistas formais, guiadas por questionários semiestruturados. Um total de sete agentes foi arguido, entre os doze que participavam do Programa naquele momento. Todos os entrevistados eram agricultores familiares ou possuíam vínculos com a agricultura. Outras seis entrevistas abrangiam idealizadores do Programa que trabalhavam na Baser e no Cresol Instituto, em funções de coordenação do Programa. As entrevistas ocorreram nos meses de setembro e outubro de 2017.

Este capítulo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda traz o referencial teórico, o qual reflete sobre as concepções de educação cooperativista e das práticas pedagógicas. A terceira res-

gata brevemente a história do Sistema Cresol, da cooperativa Cresol Águas Mornas e apresenta o Programa Agentes, objeto deste estudo. Na quarta seção são discutidos os principais resultados da pesquisa e, na sequência, as considerações finais sintetizam os ensinamentos proporcionados pela investigação.

## **CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS COOPERATIVAS**

O movimento cooperativo reconhece formalmente seu nascimento em 1844, com a criação da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, que teve como principal finalidade prover alimentos a seus associados. Essa experiência forneceu uma tradução prática e organizacional ao cooperativismo moderno. Porém, antes dessa criação, diversos pensadores já apontavam a importância da educação como elemento fundamental para a criação de uma sociedade mais justa em termos sociais e econômicos. Thomas More foi o primeiro de uma saga de intelectuais de sua época que se enquadraram na tradição do denominado “socialismo utópico”. More, Campanella, mais tarde Saint Simon, Fourier, Owen e outros pensadores que faziam forte crítica ao capitalismo nascente, e criavam horizontes de sociedades igualitárias e radicalmente democráticas, também fizeram, em muitos de seus escritos, reflexões sobre a educação que deveria promover o cooperativismo: a formação para o trabalho libertador, a criação de verdadeiros cidadãos governantes, bem como uma pedagogia integral que revelasse todos os aspectos da personalidade (não apenas os cognitivos, mas também os técnicos, os expressivos, os corporais, entre outros possíveis).

Por outro lado, como parte histórica da América, está o acervo de grandes pedagogos e pedagogias que passaram a fazer parte do diálogo, de maneira mais ou menos explícita, com o enfoque da cooperação. Esse ponto levanta uma tensão com a historiografia oficial do cooperativismo, que figura suas origens nas criações do proletariado europeu. Sem negar essas raízes, o “americanismo”, que renasceu neste turbulento início do século XXI, leva a se pensar nos legados dos povos nativos (que sustentam valores de solidariedade e coletividade muito compatíveis com o ideário do cooperativismo moderno). Assim, é preciso ter em conta um elemento relevante: o cooperativismo não é uma construção homogênea. Uma corrente entende que não cabe ao cooperativismo confrontar a ordem social

hegemônica, o que na atualidade de muitos países significa reforçar ideais e práticas vinculadas ao neoliberalismo. Outra posição – que tem sido defendida por diferentes expressões do cooperativismo da América do Sul – concebe o cooperativismo como uma ferramenta de transformação social.

A educação é um termo polissêmico. Por um lado, supõe uma prática social e histórica, com regras específicas e uma autonomia relativa, com distintos saberes construídos em torno da tríade do educador/educando/conhecimento. Essa prática, a educação, tem nesta dimensão um caráter intencional e supõe a planificação de fins e meios para chegar à aquisição de um determinado conhecimento, saber, perspectiva.

Porém, essa definição deve completar-se com outra ideia tão poderosa quanto: todas as práticas sociais têm uma dimensão pedagógica. Ou seja, se aprende a ser pai, membro de um sindicato, de uma igreja ou de uma cooperativa. Assim, as ações cooperativas são, muitas vezes, entre outras coisas, processos indubitáveis de ensino e aprendizagem (IMEN, 2017). Todas essas aprendizagens têm um caráter difuso, pouco intencional e explícito, pois são ensinamentos advindos da interação com o ambiente.

De acordo com Machado, Campos e Paludo (2008), a pedagogia em si existe somente quando pode ser transformada em prática. E por trás de toda prática educacional há uma pedagogia. Dessa forma, os conceitos de pedagogia, que orientam as ações educativas nas cooperativas, são também pautados por educadores e pedagogos com distintas visões de mundo. Muitas vezes, esses profissionais formam suas concepções a partir do contato com educadores que atuam fora do sistema cooperativo que, por sua vez, também possuem formas próprias de analisar as mudanças de valores e as manifestações culturais observadas nas sociedades. Tal constatação remete à ideia de que a educação está intrinsecamente ligada aos modelos de desenvolvimento presentes nas sociedades onde atua. Portanto, as correntes pedagógicas são as diferentes maneiras sob o qual a educação é entendida, teorizada e praticada.

De maneira geral, uma corrente de pensamento adota o que Paulo Freire, um dos maiores educadores do mundo, denomina de “educação bancária”, na qual o professor é detentor do saber, e seu aluno é um ser que está vazio em termos de conhecimento (FERREIRA; SILVA, 2015). Pela concepção de Freire, a educação bancária transforma os homens em recipientes a serem preenchidos por aqueles que julgam saber ensinar. Esse

ato acaba por defender os interesses do opressor, que trata os homens como seres vazios e dependentes. Na concepção de Paulo Freire, a prática educacional baseada nesses moldes não contribui para formação de sujeitos ativos e críticos.

Em oposição ao pensar bancário, Freire (1987) propõe que a educação seja pensada de forma dialógica, considerando o saber do educando, instigando-o a participar do processo educacional. Freire sempre defendeu a conscientização dos homens como forma de superar sua alienação (RUAS; BRANDÃO; CARVALHO, 2006). Essa concepção tem como ideal abrir caminho para libertação dos oprimidos (FERREIRA; SILVA, 2015), visto que Paulo Freire sempre revelou uma profunda crença no indivíduo humano, na sua capacidade de educar-se como sujeito da história. Ele defendia que todo indivíduo possui saberes, cultura, história e valores que devem ser reconhecidos.

Uma das vantagens da educação libertadora, defendida por Paulo Freire, é a capacidade do educando poder tomar decisões a partir de uma visão crítica da realidade. Os atores sociais envolvidos no processo educacional buscam construir um novo olhar sobre a realidade, no qual não existem verdades absolutas. Outra contribuição da pedagogia freiriana é a compreensão do homem como sujeito da própria história. Esse princípio constitui a base de um processo participativo de desenvolvimento sustentável e coloca o ser humano como protagonista da sua evolução (RUAS; BRANDÃO; CARVALHO, 2006).

Essas diferenças de concepção sobre educação se refletem também nas estratégias de gestão das cooperativas. Existem propostas que avançam em relações ou modelos que se pode definir como democracias participativas diretas, e outras mais delegadas. Em outras palavras, existem fatores subjetivos, culturais, estruturais e organizacionais que fornecem pistas sobre a consistência entre os valores e princípios da cooperação e como isso se traduz em estratégias presentes no modelo de gestão e de participação existentes em cada cooperativa. Nesse contexto, as propostas de educação e formação são indicadores relevantes e significativos sobre os alcances da democracia participativa realmente existente. Ressalte-se que as propostas para educação do cooperativismo latino-americano são também heterogêneas e podem haver perspectivas mais ou menos consistentes com o acervo cooperativista, latino americanismo e radicalmente democrático.

Para se compreender o alcance do quinto princípio do cooperativismo, é fundamental também analisar as diferenças entre educação, formação e informação. Freire (1987) defende a educação como um processo de construção da aprendizagem, no qual há reflexão e envolvimento das pessoas. Como existe forte interação e participação entre os indivíduos, não é simplesmente um ato de recepção de informações, e sim um ato de troca, de ouvir e de participar. A educação é, portanto, a base de um processo de transformação. O mesmo autor também coloca a educação como não sendo neutra, mas como geradora de uma postura investigativa, ativa e crítica do educando. A pessoa se transforma e se torna apta a transformar outras pessoas, é uma dialética de caráter subjetivo (FREIRE, 1987). De acordo com Ferreira e Silva (2015), no meio cooperativista a formação possui, no entanto, caráter mais específico e pontual, podendo ser comparada à capacitação. Geralmente ela é direcionada aos colaboradores, dirigentes e funcionários, mas também pode ser aplicada aos demais associados.

Embora distintas, nas cooperativas, a educação, formação e informação devem ser entendidas como práticas complementares. Quando o indivíduo adquire conhecimento e se modifica, ele transforma o ambiente em que vive, influenciando as pessoas e seu modo de ver as coisas. Aí há educação de fato, muitas vezes por meio de um processo oculto. Há reflexão e troca de saberes. Já na formação cooperativista, há uma transferência de informações, técnica e, por vezes, superficial. As pessoas ouvem e reproduzem o conteúdo, às vezes de forma acrítica. E ainda, diferentemente das anteriores, a informação pode ser considerada a divulgação de dados ou números do sistema cooperativo, como, por exemplo, informativos, *banners* etc. É o caminho pelo qual o associado pode vir a conhecer uma cooperativa e seus benefícios. Por isso, a divulgação de informações deve ser realizada permanentemente (FERREIRA; SILVA, 2015).

Praticamente todas as necessidades do cooperado podem pautar os processos educacionais cooperativistas. Da mesma forma, a educação não ocorre somente nos processos formais, mas pode estar por trás das atividades cotidianas da organização. A cooperativa torna-se um agente de desenvolvimento da pessoa e da localidade, os resultados dessas ações podem ser positivos e duradouros, ao serem incorporados pelas famílias e adaptados à cultura do local onde são aplicados (FERREIRA; SILVA, 2015).

## O PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO DA COOPERATIVA CRESOL ÁGUAS MORNAS

O Sistema Cresol nasceu em 1995, quando um grupo de lideranças, oriundos de movimentos sociais rurais do estado do Paraná, resolveu replicar um modelo de cooperativas de crédito que estava sendo implantado por agricultores familiares de Santa Catarina. Impulsionadas por organizações não governamentais, movimentos sociais e órgãos públicos locais, as novas cooperativas catarinenses eram constituídas de forma independente, sem o aval das grandes cooperativas de produção agrícola. No Paraná, o processo ganha nova dimensão, pois, junto com as singulares independentes, constitui-se uma cooperativa de serviços de segundo grau (denominada de base de serviços). Esse arranjo inédito entre singulares de crédito e uma central de serviços viabilizou a criação do Sistema Integrado de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol (BÚRIGO, 2007; INFOCOS, 2016).

Muitos fatores auxiliaram na rápida expansão do Sistema Cresol. No plano social, desde os anos 1980, o meio rural do Sul do Brasil observava uma forte mobilização comunitária, que articulava oposições sindicais de trabalhadores rurais, organizações não governamentais, comunidades eclesiais de base da igreja católica, grupos de sem terra em luta pela reforma agrária etc. No plano político, o país vivia o período de redemocratização e de estruturação de políticas públicas advindas da Constituição de 1998. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995, impulsionou um inédito acesso às linhas de crédito aos pequenos agricultores. A possibilidade de atender agricultores familiares até então alijados das políticas de crédito, associada à forte capacidade de mobilização de sua base social, deu grande impulso às cooperativas Cresol, permitindo que, em poucos anos, o Sistema se propagasse, inicialmente em pequenos municípios do Sul, e, mais tarde, em outros estados do país. Em abril de 2020, o Sistema Cresol contava com um modelo organizacional complexo, alicerçado em 91 cooperativas singulares, quatro centrais de crédito (cooperativa de segundo grau) e uma confederação (cooperativa de terceiro grau)<sup>3</sup>. O Sistema estava

---

<sup>3</sup> A Confederação Cresol tem sede em Florianópolis (SC). A Central Cresol Baser está localizada em Francisco Beltrão (PR); a Cresol Central SC/RS, em Chapecó (SC); a Cresol Sicoper, em Passo Fundo (RS); e a Central Ascoob, em Serrinha (BA). As antigas bases de serviços regionais estão sendo extintas.

presente em 16 estados brasileiros, onde mais de 500 mil cooperados eram atendidos em 535 agências de relacionamento.

Para fortalecer os processos educacionais, em 2005, a Cresol Baser fundou o Instituto Infocos. Em 2018, o Infocos passou a denominar-se Cresol Instituto<sup>4</sup> e ampliou suas ações para as cooperativas ligadas às centrais Sicooper e Ascoob<sup>5</sup>.

No ano de 2005, em Águas Mornas, município da Grande Florianópolis (SC), os agricultores familiares, com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, constituíram uma cooperativa de crédito ligada ao Sistema Cresol. Apesar de já produzirem alimentos em qualidade e escala comercial e estarem próximos da capital e de grandes centros de abastecimento – um dos fatores relevantes para seu relativo sucesso econômico – lhes faltava ajuda financeira para aprimorar a produção e impulsionar o desenvolvimento rural do município, por meio da diversificação de suas atividades.

Em pouco tempo, a Cresol Águas Mornas, como era então denominada, ganhou forte respaldo econômico e social, o que permitiu a instalação de várias agências na região da Grande Florianópolis. Em 2018, ao aderir a uma política de regionalização das singulares apregoada pela Cresol Baser, ela se une a quatro cooperativas de outras regiões do estado para formar a Cresol Vale Europeu. Por ser a mais estruturada, a Cresol Águas Mornas foi escolhida como sede para a nova organização<sup>6</sup>.

O Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento foi concebido em 2000, cinco anos depois da fundação do Sistema Cresol. Até 2017, ano da realização da pesquisa de campo que norteia este trabalho, o Programa Agentes tinha sofrido diversos aprimoramentos e se tornado uma referência dentro do Sistema. Segundo seus idealizadores, o Programa

---

4 O Cresol Instituto tem por objetivo “fornecer soluções educacionais ao sistema de cooperativas Cresol, pela modalidade presencial e à distância, aos seus colaboradores, conselheiros, cooperados, comunidade e parceiros (...). Seus pilares de atuação são: educação cooperativa e financeira, sustentabilidade e o cooperativismo empreendedor” (CRESOL INSTITUTO, 2020).

5 Trata-se de duas centrais filiadas a uma Confederação, denominada Cresol Confederação. Ambas, assim como a Cresol Baser (que também é uma central) já citada no texto, usam a bandeira Cresol como marca. A Cresol Sicooper possui postos de atendimento no Oeste de SC, no RS, no MT e PE. Já a Ascoob tem o foco de seus trabalhos na BA, SE e AL.

6 Um projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) está analisando os processos de educação na Cresol Vale Europeu. É conduzido pesquisadores do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) da Universidade Federal de Santa Catarina, do qual dois dos autores deste artigo fazem parte.



surgiu pela necessidade de aproximar diretorias e base social das cooperativas e formar novas lideranças cooperativistas. Para isso, os agentes selecionados pelo Programa nas comunidades participavam de um processo de educação/formação e atuavam como representantes e divulgadores da Cresol, além de trazer e levar informações que envolviam a comunidade e a Cooperativa.

A operacionalização do Programa se dava por meio de encontros mensais dos agentes. Nesses encontros, que duravam cerca de duas horas, o agente tomava contato com conteúdos tais como: história, princípios e valores do cooperativismo, origem e estrutura do Sistema Cresol, diretrizes do cooperativismo solidário, importância da agricultura familiar, normas de funcionamento das políticas de crédito rural e outras iniciativas governamentais. Aprendia também noções de gestão cooperativa e desenvolvia sua capacidade de expressar-se e coordenar atividades em grupo. Ao mesmo tempo, o agente era estimulado a transformar sua propriedade rural numa unidade de referência. A ideia era incentivar a estruturação de cadeias produtivas curtas, por meio da organização de cultivos agrícolas ou criação de animais, transformação/beneficiamento e comercialização de produtos locais (INFOCOS, 2016). Geralmente, cada agente participava de 8 encontros por ano, e seu envolvimento no Programa perdurava por três anos. Após esse período, constituía-se uma nova turma e o ciclo era reiniciado.

Em 2019, o Programa Agentes deixou de existir em todo o Sistema Cresol. Segundo os dirigentes do Cresol Instituto, ele não estava mais atendendo as expectativas do público participante e nem dos dirigentes das cooperativas. Nesse mesmo ano, as ações de educação/formação cooperativista do Sistema Cresol passaram por uma grande reorganização. Foi criado o Programa Juntos, incluindo todas as ações educacionais desenvolvidas pelas cooperativas, que passaram a ser divididas em 4 eixos temáticos: cooperar, vivenciar, liderar e participar. Por meio de uma ação denominada Lideranças Cresol, o novo Programa tenta manter a aproximação entre a cooperativa singular e seus cooperados, mas por outro caminho. Essa ação promovida pelo Lideranças Cresol não envolve os agentes, mas os colaboradores das agências (postos de atendimento), que passam a ouvir os anseios da comunidade e dos seus cooperados, por meio de reuniões mensais efetuadas nos espaços da agência. É, portanto, uma tentativa de

manter, e talvez aumentar, o grau de afinidade entre associados e membros das cooperativas que atuam no dia a dia das agências.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta da etapa de campo da pesquisa, realizada em 2017, foi identificar possíveis efeitos que o Programa gerava para a base social e na gestão da Cooperativa. Tendo em conta as concepções de educação de Paulo Freire e o quinto princípio do cooperativismo, procurou-se também observar se havia uma perspectiva transformadora de educação cooperativista na execução do Programa Agentes e Quão Educador, formador ou informador eram suas ações.

Todos os participantes ouvidos destacaram que o Programa teve um papel relevante em suas vidas. Os entrevistados demonstraram que os benefícios foram além de melhorias técnicas, ainda que as questões produtivas relacionadas à agricultura familiar fossem temas recorrentes no andamento do Programa. A declaração ratificava a posição de seus idealizadores, para os quais o Programa era uma oportunidade de se receber e trocar experiências dentro da perspectiva do cooperativismo, qualificava a formação pessoal e ampliava a rede de contatos pessoais e com entidades da sociedade civil, universidades e organizações públicas e privadas (INFOCOS, 2016). Outro benefício era poder captar o sentimento do cooperado, já que os agentes tinham “informações e críticas dos associados que provavelmente não chegavam aos funcionários e demais responsáveis pela Cooperativa. Acredito que seja mais fácil para o sócio expressar o que pensa a outro sócio como ele” (AGRICULTOR PARTICIPANTE).

Notava-se que a maioria dos novos associados tinha como principal motivação as facilidades de acesso ao crédito rural do Pronaf. Por estar situada numa região sem a mesma tradição de mobilização e de cultura política que forjou a criação do Sistema Cresol, os novos cooperados da Cresol Águas Mornas geralmente tinham poucos conhecimentos sobre os valores e princípios cooperativistas e os ideais que embasaram a sua constituição. Esse baixo grau de consciência se juntava a uma rápida expansão da Cooperativa, que depois de pouco tempo de funcionamento já conseguia gerar retornos importantes para os associados, principalmente no acesso ao crédito rural oficial.

Para destacar que esses benefícios só tornavam-se realidade em decorrência dos esforços de muitos associados pioneiros, o Programa procurava, com apoio de antigas lideranças, ampliar a cultura cooperativista a ganhar coesão de sua base social. Mas nem sempre esse objetivo era alcançado, pois “com esse grande dinamismo nos dias atuais, o valor da cooperação tem se perdido. Nós, pequenos agricultores, temos que nos unir para poder alcançar alguma coisa na vida” (AGRICULTOR PARTICIPANTE).

Em relação à compreensão dos participantes e dos idealizadores a respeito dos objetivos do Programa, pôde-se observar certa indefinição em relação ao papel do agente, revelando a presença de uma prática distinta da que assinalava os manuais. Notou-se que havia algumas lacunas na aplicação prática da metodologia do Programa, causadas tanto pelos mediadores quanto pelos participantes. Esperava-se que o agente se aproximasse dos associados para tratar de assuntos gerais e dos destacados acima, mas necessidades relativas à divulgação da marca e dos produtos comerciais da Cresol acabavam sendo priorizadas pelos coordenadores locais do Programa. Com o tempo essa contradição diminuiu:

Antes, o agente tinha a função de ir à comunidade e preencher propostas do Pronaf. [...] Tanto que, antes, o nome do Programa era Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito. Após perceber que esta função não cabia mais ao agente, o nome do Programa foi mudado (IDEALIZADOR DO PROGRAMA, CRESOL BASER).

Segundo seus idealizadores, o agente do Programa devia trazer as dúvidas dos cooperados, que têm pouca oportunidade de expressar-se com os dirigentes. Aqui se fala então da participação, do envolvimento do cooperado na tomada de decisão e fiscalização da cooperativa. Participação que vai além do envolvimento de interesse material, voltado a maximizar a utilização de produtos e serviços. De acordo com Ferreira e Silva (2015), às cooperativas cabe o papel de educar e capacitar os associados para a participação, seja em reuniões, palestras, programas de rádio ou outros. Construir espaços para o cooperado falar e expressar-se é fator essencial, ainda mais quando os próprios cooperados não entendem suas opiniões como relevantes.

Ainda segundo Ferreira e Silva (2015), os benefícios da participação geram empoderamento, autoconhecimento, valorização pessoal, tolerância e consciência coletiva. No caso da cooperativa Cresol Águas Mornas, apesar da importância dessa participação ser evidente nos discursos dos propo-

nentes do Programa Agentes, a análise sobre sua operacionalização revela certo desencontro de ideias. De acordo com as informações coletadas no campo, ao mesmo tempo em que os dirigentes e idealizadores afirmavam nos encontros que o agente devia ser participativo, alguns agentes alegavam que, ainda que pudessem expressar livremente sua opinião, ela nem sempre era valorizada nas tomadas de decisão da Cooperativa. Esse descompasso revelou haver limitações no processo educativo do Programa, quando se pensa numa ótica de construção coletiva e de troca dos saberes, de gestão democrática e no potencial transformador da educação cooperativista: “só vai fazer sentido o Programa, quando a Cooperativa o escutar, mesmo que pareça ser impossível a sua colocação. A interface entre a cooperativa e o agente é fundamental. Se não, pode-se criar um diálogo de surdos” (IDEALIZADOR PROGRAMA NO CRESOL INSTITUTO).

Essa frustração dos agentes acabava afetando a imagem externa da Cooperativa, já que o agente é o elo entre cooperativa e cooperado: “tinham que dar mais atenção para o grupo de agentes, que é a vitrine da Cresol. Agente na comunidade tem um papel muito importante” (AGRICULTOR PARTICIPANTE). Ademais, certas demandas dos associados não eram tratadas com os agentes: “muitas coisas vão para a Cooperativa sem passar pelos agentes, e as pessoas perguntam as coisas para nós na rua e nós não sabemos responder” (PARTICIPANTE DO PROGRAMA, COOPERADO).

O Sistema Cresol também se apoiava no Programa Agentes para planejar suas ações em termos de desenvolvimento regional, e poder saber qual tipo de crédito ou outro serviço financeiro eram deficitários naquela região (INFOCOS, 2016). A partir da sensibilização proporcionada pelos agentes, um novo cooperado poderia preferir a Cresol, também porque ela se preocupa com a sua comunidade em distintas dimensões. Ou seja, o lado social tende a aumentar a identidade do associado com a cooperativa e gerar mais fidelidade. Nesse sentido, o agente tinha um papel fundamental no equilíbrio econômico e social, na mediação, na difusão da informação e para a construção coletiva de conhecimento na comunidade. Por outro lado, em função da baixa cultura cooperativista existente no Brasil, é comum que os funcionários de cooperativas tenham dificuldades para entender que o papel da organização vai além do econômico-financeiro. Essa debilidade estava presente especialmente nos colaboradores mais novos,

que não viveram a fase de inicial da Cooperativa, durante a qual a discussão sobre os seus ideais foi intensa.

Conforme citado anteriormente, o quinto princípio do cooperativismo ressalta diferenças entre educação, formação e informação. Nos documentos institucionais e nos materiais didáticos do Programa que a Cooperativa utilizava não existia distinção clara entre formação e educação e de sua real necessidade. Por essa razão, em sua linguagem cotidiana, os operadores do Programa pronunciavam somente a palavra formação, quando na verdade, pelo que se observou empiricamente na Cooperativa, em sua execução havia componentes (ocultos) de cunho educativo. Para o movimento cooperativista, a educação está presente quando, além do conhecimento técnico, desenvolvem-se reflexões sobre a realidade dos educandos. Na Cresol Águas Mornas, ações nesse sentido era uma prática pedagógica desenvolvida pelo Programa Agentes.

Durante a pesquisa na Cooperativa observou-se que esta não distinção entre formação e educação gerava outras consequências negativas. A principal delas era a pouca valorização dada à participação dos agentes nos espaços de decisão da Cooperativa. Se, de um lado, o Programa apregoava que o agente não fosse apenas um repassador de ideias, que possuísse senso crítico, fosse reflexivo nas discussões, de outro, o próprio agente desejava ser mais ouvido pelos colaboradores e dirigentes da Cooperativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa permitiu constatar que no Brasil a educação cooperativista ainda é pouco entendida e até confundida com a formação cooperativista. Embora seja tão cara para o desenvolvimento do cooperativismo, a própria bibliografia acadêmica do cooperativismo nacional pouco explora a diferenciação entre uma e outra. Essa debilidade pode acabar fortalecendo as concepções inspiradas na educação bancária, que se fundamentam em abordagens acríticas e reprodutoras da ordem social vigente. A ausência dessa clareza afeta quem elabora e executa processos educativos e obscurece o potencial transformador da educação cooperativista. Uma pessoa que ingressa numa cooperativa e desconhece o princípio de educação transformadora – como defende Paulo Freire – pode menosprezar a força da educação e de vários ideais subjacentes à cultura cooperativista, pelas quais o indivíduo aprende, transforma-se e torna-se capaz de transformar seu

meio. Nesse contexto, os programas de educação cooperativista podem desempenhar um papel fundamental e libertador, envolvendo e valorizando o associado de forma muitas vezes não vista nos sistemas de educação tradicional e nas ações de empresas tradicionais, que atuam na lógica capitalista. Esse potencial transformador dos processos educativos cooperativos assume importância maior em países com baixas taxas de escolaridade e com pouca cultura cooperativista, como o Brasil. Talvez, por essa razão, um programa de uma cooperativa, mesmo quando se diz educativo, muitas vezes acaba se concentrando em ações de formação/capacitação ou em processos de cunho meramente informativo.

A pesquisa identificou que o Programa Agentes foi uma importante iniciativa atrelada ao quinto princípio do cooperativismo. Ele teve uma função transformadora para muitos participantes no plano pessoal e, de alguma forma, também fortaleceu o envolvimento da Cooperativa com o meio externo. Isso a aproximava do sétimo princípio, que apregoa a preocupação da cooperativa com a comunidade e seu desenvolvimento sustentado.

Enquanto esteve em vigor, o Programa teve o mérito de propor análises reflexivas em vários aspectos que conformavam a realidade dos seus integrantes. Esse processo o aproximava de uma construção social de caráter educacional e com potencial transformador. Durante os oito anos de existência na Cresol Águas Mornas, ele também colaborou com a criação de novas lideranças cooperativistas, embora esse seja um trabalho de longo prazo e em permanente construção. Após o fim do Programa Agentes, em 2019, parte de suas ideias foi assumida pelo Programa Juntos (Lideranças Cresol). Concepções e práticas que dão forma ao novo Programa não foram aqui abordadas, o que abre um cenário para futuras pesquisas.

Ao analisar uma experiência concreta ligada à educação cooperativista, este trabalho revelou que o tema engendra esforços de natureza complexa, e que envolvem simultaneamente muitos aspectos culturais, sociais, políticos e pedagógicos. Pode-se constatar igualmente que a educação resulta de processos objetivos e subjetivos, que precisam ser desenvolvidos por meio de estímulos contínuos e bem direcionados.

Para os agentes, o envolvimento no Programa por um período de três anos permitia a criação dessa continuidade, o que também gerava uma identidade coletiva e um ambiente favorável à reflexão, ao aprendizado e

às trocas de saberes. Um líder em construção questiona, se envolve, aprende, provoca e é capaz de transformar. Por essa ótica, o Programa Agentes tinha um componente educativo de caráter transformador, mesmo que se apresentasse formalmente como uma ação de formação. Ao incitar a educação de atores sociais transformadores de realidades locais, ele era uma oportunidade de ouro para que a Cresol Águas Mornas ficasse próxima do seu quadro social, diferenciando-se de um banco.

Mas havia um entrave para quem lidava diariamente com o Programa nas cooperativas singulares: levar a voz dos associados para o corpo diretivo. Talvez os mediadores precisassem ter ciência que vivenciavam um processo educativo na ótica da educação transformadora e, como tal, deveriam dispor de ferramentas pedagógicas e espaço político para serem mais atuantes na organização do quadro social. Essa visão teria que se estender aos diretores e a todos os colaboradores (funcionários), pois, na condição de cooperados, também precisam estar preparados para entender os processos educativos transformadores e saber externar os princípios e valores cooperativistas em seu meio social. Essa preparação conjunta daria uma compreensão maior para o quadro social a respeito do potencial da educação e das práticas pedagógicas numa perspectiva libertadora. Esse processo dialógico, associado a uma constante requalificação dos agentes, ajudaria a Cooperativa a desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, de modo a torná-la mais preparada para lidar com as necessidades diretas do quadro social. Certamente, essa conduta ampliaria os canais de participação qualificada dos associados na gestão da Cooperativa e ajudaria a fortalecer seu papel de agente de desenvolvimento sustentável. Essa visão estratégica mobiliza a Cooperativa em questões de interesse coletivo, que extrapolam sua ação direta como agente financeiro.

A não valorização substancial dos processos educativos transformadores nas cooperativas não eram debilidades exclusivas da antiga Cresol Águas Mornas e nem do Sistema Cresol. Muito pelo contrário, o cooperativismo nacional sempre avançou muito pouco nesse tema, mesmo tendo Paulo Freire como patrono da educação brasileira. É sabido que em países de enormes desigualdades, em que a educação e a cultura popular são historicamente pouco valorizadas, as cooperativas acabam sendo reflexos de seu meio. A própria cultura cooperativista, ainda pobremente difundida no Brasil, influencia e recebe influência deste pouco interesse dado à edu-

cação libertadora. Ao resgatar seus próprios princípios e se lançar no papel de educador e de agente transformador do meio social, a Cooperativa é capaz de ajudar seus associados e membros das comunidades em que atua a construir uma sociedade mais solidária, reflexiva e menos desigual. Pelo que se viu nesta pesquisa essa caminhada educacional está apenas começando

## REFERÊNCIAS

- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. *Identidad cooperativa: nuestros principios y valores*, 2020. Disponível em: <<https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional>> Acesso em: 31 mar. 2020.
- BÚRIGO, F.L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Editora Argos, 2007.
- CRÉSOL INSTITUTO. *Cresol Instituto - institucional*. Disponível em: <<https://www.cresolinstituto.org.br/institucional/paginas.php?page=institucional>>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- FERREIRA, G. M.V.; SILVA, D.F. *Educação cooperativista*>. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2015.
- FILHO, L. D. T. *Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo*. 2. ed. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 2002.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 27. ed., São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.
- IMEN, P. Hacia una pedagogia de la solidaridad: Idelcoop y un proyecto educativo del y desde el cooperativismo transformador. Revista *Idelcoop*, Buenos Aires, 221, p. 141-158, mar., 2017.
- INFOCOS - Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento: *Caderno do Agente*. Cresol comunidade v. 2. Francisco Beltrão: Grafisul, 2016.
- MACHADO, C. L. B.; CAMPOS, C.S; PALUDO, C. *Teoria e prática da educação do campo*. Análises de experiências. Brasília: MDA, 2008.
- RUAS, E.D; BANDÁO, I.M.M.; CARVALHO, M.A.T.; *Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável (MEXPAR)*, Belo Horizonte: Emater MG, 2006. Disponível em: < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2099413/mod\\_resource/content/0/LIVRO%20MEXPAR.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2099413/mod_resource/content/0/LIVRO%20MEXPAR.pdf)> Acesso em: 13 out. 2017.
- SERVET, J.; VALLAT, D. (orgs.). *Exclusion et liens financiers*. Rapport du Centre Walras – 2001. Paris: Economica, 2001.



## Capítulo 6

# COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NO ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA SERRA CATARINENSE

Marja Zattoni Milano  
Ademir Antônio Cazella

### INTRODUÇÃO

A perspectiva do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) abarca um modelo de desenvolvimento descentralizado, que não se restringe a um setor econômico, voltado para a valorização de recursos locais (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). Segundo esses autores, o DTS pressupõe a mobilização e o protagonismo de múltiplos atores e prioriza aspectos ligados à qualidade de vida, abrangendo, além da dimensão econômica, as dimensões ambientais, sociais e culturais. Dessa forma, a perspectiva do DTS possibilita que as representações de desenvolvimento sejam resignificadas no nível local, oportunizando trajetórias diversas, a partir da construção social coletiva.

A abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) foi concebida por pesquisadores franceses como uma ferramenta de promoção do DTS, especialmente voltada para territórios rurais desfavorecidos no processo de globalização (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2001). Essa abordagem se baseia na valorização dos recursos de um território e nas articulações entre diferentes atores e instituições – públicos, privados e associativos.

Desde meados da década de 2000, diferentes estudos adotaram o enfoque da CBST para a compreensão do processo de desenvolvimento de territórios rurais, majoritariamente na Europa, onde o modelo foi concebido, mas também na América Latina e na África (ALVARÉZ *et al.*, 2014; CAZELLA *et al.*, 2019; HIRCZAK *et al.*, 2008; MELLO; FROELICH, 2019; PECQUEUR, 2001; SPERB; SERVA, 2018; TOCCATELLI, 2015). Nos diferentes estudos concluiu-se que a existência de articulação entre atores públicos e privados é um fator essencial e também um dos maio-

res desafios para o desenvolvimento territorial. Particularmente, onde há maior desigualdade social, advém desse tipo de articulação a possibilidade de construção de estratégias de desenvolvimento capazes de redistribuir os benefícios e não permitir que eles sejam apropriados por atores historicamente integrados às iniciativas e políticas já existentes e melhor posicionados na hierarquia social. Sendo assim, a consolidação de um sistema de governança territorial é uma das maiores limitações da aplicação desse enfoque em contextos mais desiguais.

Considerando que os recursos não estão igualmente distribuídos entre os diferentes atores do território e tampouco está sua habilidade de articulação (ABRAMOVAY, 2006), as associações e cooperativas podem exercer um importante papel para integrar interesses diversificados na pauta de desenvolvimento de um território. A partir de suas organizações coletivas, os indivíduos têm maior capacidade de construir coalizões políticas para negociar com os demais atores territoriais e externos.

Desde 2006, o Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), da Universidade Federal de Santa Catarina, vem desenvolvendo projetos de pesquisa que visam adaptar o enfoque da CBST para o caso de territórios brasileiros. Nesse contexto, o presente capítulo tem como objetivo aprofundar a reflexão sobre o papel das experiências cooperativas e associativas na aplicação do enfoque da CBST, a partir da análise de experiências na Serra Catarinense.

As reflexões apresentadas resultam de revisão teórica e pesquisa empírica e documental, complementadas pela análise de cinco experiências cooperativas que foram visitadas durante a realização da quarta edição da Escola de Verão (EV) sobre Processos Cooperativos e Associativos em Dinâmicas de Desenvolvimento Rural do Comitê Acadêmico Processos Cooperativos e Associativos (Procoas), a saber: Cooperativa de Produtores de Frango Caipira de São José do Cerrito (Coopersalto); queijaria artesanal da Dona. Hilda, também em São José do Cerrito, associada à Associação dos Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense (Aproserra); Cooperativa Ecológica dos Produtores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana (Ecoserra); Associação Acolhida na Colônia de Agroturismo Ecológico, que atua em municípios diversos; e o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar (Cisama).

O recorte geográfico adotado neste estudo coincide com a delimitação espacial da Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures)<sup>1</sup>. A escolha desta região para o aprofundamento da análise deve-se a três fatores principais: i) a EV contemplou, na Serra, experiências associativas de instituições públicas, além das de natureza privada, possibilitando uma reflexão sobre a complementariedade entre os dois tipos de organização; ii) existe um caminho já trilhado de estudos com o enfoque da CBST no território desde 2017; iii) o enfoque da CBST está sendo aplicado no planejamento de ações e políticas de desenvolvimento na Serra Catarinense, com as quais espera-se contribuir.

Além dessa introdução, o capítulo contém, na próxima seção, uma breve revisão teórica sobre a concepção de território e o enfoque da CBST. Em seguida, é apresentada a Serra Catarinense e algumas experiências associativas e cooperativas. Por fim, se discute o papel que esse tipo de organização coletiva desempenha, ou pode vir a desempenhar, na aplicação da abordagem da CBST, enfatizando sua importância em territórios com grande desigualdade social.

## **TERRITÓRIO E O MODELO DA CBST**

Para facilitar a distinção entre as dimensões físico-geográfica e sociopolítica presentes no conceito de território, Pecqueur (2006) diferencia duas facetas interconectadas desse conceito: território dado e território construído. O primeiro designa áreas geográficas político-administrativas, definidas sem necessariamente privilegiar aspectos socioculturais, a exemplo de municípios, regiões, estados e países. O segundo refere-se à construção social e coletiva dos atores, originando uma identidade sociocultural. Assim, para além do recorte geográfico explicitado na seção anterior, esse capítulo considera a Serra Catarinense um território construído a partir da trama de relações dos atores sociais e institucionais, entre eles as cooperativas e associações, foco das reflexões propostas.

Complementando a noção de território construído, é pertinente recorrer à compreensão de território enquanto uma expressão do exercício do poder dos atores sociais, proposta por Raffestin (1993). Para este autor,

<sup>1</sup> Os municípios associados à Amures são: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici, Urupema.

o espaço é uma matéria-prima, um local de possibilidades, que os atores sociais ocupam e sobre o qual atuam, exercendo seu poder. Dessa forma, o conjunto de atores – Estado, organizações e indivíduos – produz o território ao agir e exercer seu poder em suas relações sociais.

O modelo da CBST foi formulado na França, no bojo dos trabalhos da economia territorial, para os quais o desenvolvimento territorial funda-se em processos de diferenciação de produtos e serviços (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2001). Nesse modelo, a “cesta”, longe de ser um objeto concreto, consiste em um processo de valorização de diferentes produtos, serviços e do cenário (patrimônio natural, arquitetônico, histórico e cultural), por meio da articulação de atores sociais em torno de uma mesma construção cognitiva na escala de território (PECQUEUR, 2006).

O consumidor percebe a especificidade de diversos produtos procedentes da produção local e, ao adquiri-los, ele compra, além dos bens e serviços, o prazer em contribuir com a manutenção das singularidades sociais e ambientais do território. A “cesta”, portanto, não é apenas um conjunto de bens privados, mas também o resultado das políticas e investimentos realizados e estratégias de apropriação dos recursos estabelecidas no território. Os bens e serviços que constituem uma “cesta” são complementares, o que pressupõe uma interdependência entre os produtores e prestadores de serviços, implicando em sua organização e atuação coletiva (PECQUEUR, 2006).

Segundo Hirczak *et al.* (2008), a constituição de uma CBST se dá em torno de três eixos principais: i) bens e serviços complementares, que possuam uma origem territorial comum e uma imagem coerente com o território, dificilmente substituíveis por bens e serviços genéricos; ii) laços de proximidade e de confiança, os quais podem se expressar no desenvolvimento de agroindústrias familiares, sistemas de venda direta, gastronomia típica e atividades turísticas; iii) bens públicos que valorizem a cesta, constituindo o cenário. Como será aprofundado nas próximas seções, as ações cooperadas podem exercer papéis fundamentais nos três eixos que compõem a cesta do território pesquisado.

Por ter sido inicialmente constatado a partir do território de Barrois, na França, que reúne um conjunto peculiar de características, como a produção de azeite de oliva de qualidade diferenciada e um forte apelo turístico, alguns autores indagaram se o modelo da CBST poderia ser

generalizado. Para responder a esse questionamento, a metodologia foi empregada na análise de outros territórios franceses, com características diversas, de onde se concluiu que, embora não exista um formato único de “cesta”, o modelo teórico-metodológico é útil tanto para o diagnóstico, quanto para traçar objetivos de desenvolvimento estimulantes e acessíveis (HIRCZAK *et al.*, 2008).

Para além da Europa, há estudos que apontam que a metodologia é útil em realidades com grande desigualdade social, como na Argélia (ÁLVAREZ *et al.*, 2014), no México (PENSADO-LEGLISE; MARTÍNEZ-VICENTE, 2015) e no Brasil (CAZELLA *et al.*, 2019; MELLO; FROELICH, 2019; MILANO *et al.*, 2019). Contudo, nesses territórios, a articulação necessária para a constituição de um sistema de governança territorial e de processos de desenvolvimento inclusivos, com distribuição dos benefícios materiais e simbólicos, parece ser o maior desafio.

## **COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO NA SERRA CATARINENSE**

O movimento cooperativista surgiu como crítica e resistência ao avanço do capitalismo e das injustiças sociais por ele provocadas (BÚRIGO, 2010). Embora seja possível identificar cooperativas e associações construídas a partir de objetivos bastante distintos, pode-se dizer que estas experiências coletivas de organização econômica se caracterizam por buscar a socialização da riqueza e a gestão democrática da atividade econômica, sendo regidas por valores de igualdade, reciprocidade, cooperação e solidariedade (IGNÁCIO; SOUZA, 2008).

A responsabilidade das cooperativas com o seu contexto social pode ser constatada a partir do princípio cooperativista que consiste no interesse pela comunidade. Por meio deste princípio, as cooperativas reconhecem seu papel enquanto agentes de transformação social nas comunidades onde atuam (ILHA, 2008). Nesse sentido, Ignácio e Souza (2008, p. 60) chamam a atenção para a convergência entre o cooperativismo e a perspectiva do DTS: “o cooperativismo faz emergir democraticamente processos de desenvolvimento local, que ao se integrar nos respectivos territórios, possibilitam a construção de um novo padrão de desenvolvimento, mais humano e solidário”.

A Serra Catarinense, inicialmente habitada pelos povos indígenas Xokleng e Kaingang, sofreu grande influência do tropeirismo em sua estruturação fundiária e econômica – as grandes fazendas para criação de gado – e na cultura que, posteriormente, foi também influenciada pela colonização europeia. Os principais ciclos econômicos foram a pecuária extensiva; a atividade madeireira, inicialmente de exploração das florestas nativas e, depois, com o plantio de espécies exóticas; a fruticultura de clima temperado e, mais recentemente, o turismo. Essas atividades conviveram com a agricultura de subsistência, nas beiras de rio e em relevos acidentados, e com a extração do pinhão (LOCKS, 2016). Trata-se de uma região com grande extensão territorial, porém, pouco habitada, com 284.115 habitantes e uma densidade demográfica (DD) de 17,6 hab./ Km<sup>2</sup>, baixa em comparação à DD estadual de 64,8 hab./Km<sup>2</sup>. Os índices de saúde, qualidade de vida e economia são preocupantes e figuram entre os piores do estado. Tomando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) como parâmetro, Lages, com IDH-M de 0,77, é o município mais bem posicionado da região, porém ocupa a 73<sup>a</sup> posição estadual, enquanto Cerro Negro, com IDH-M de 0,62, possui o menor IDH-M na região e fica com a penúltima colocação estadual (IBGE, 2010).

A paisagem peculiar com grande beleza cênica, a natureza exuberante, o inverno rigoroso e a história de colonização influenciam a forma de viver da população local, motivam a crescente atividade turística e caracterizam alguns produtos e serviços típicos, que propiciam a adoção do modelo da CBST. Entre os produtos, destacam-se a vitivinicultura de altitude, o cultivo da maçã fuji, o queijo artesanal serrano (QAS) e o mel de melato de bracinga, os quais têm sido alvos de processos de valorização por meio da construção de Indicações Geográficas (IG)<sup>2</sup>, a partir da atuação de associações ou cooperativas, com apoio de instituições públicas e da sociedade civil (CAZELLA *et al.*, 2019). Dentre os serviços merece menção o turismo em unidades agrícolas familiares.

---

2 As Indicações Geográficas se referem a produtos ou serviços que tenham uma origem geográfica específica. Seu registro reconhece reputação, qualidades e características que estão vinculadas ao local. No Brasil, o reconhecimento desse instrumento se deu a partir da legislação brasileira de Propriedade Industrial, Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 (INPI, s/d a).

## ALGUMAS EXPERIÊNCIAS COOPERATIVAS E ASSOCIATIVAS E O MODELO DA CBST NA SERRA CATARINENSE

A Coopersalto é uma cooperativa que envolve doze famílias e se dedica à produção de frango caipira. A criação dos frangos se dá nas propriedades familiares, porém, a gestão e operação do abatedouro são feitas coletivamente. Na visita à experiência, chamaram a atenção, por um lado, a dificuldade de atendimento à legislação sanitária brasileira para produtos de origem animal, que, segundo o discurso dos cooperados e do responsável técnico, ainda é bastante restritiva para empreendimentos de pequeno porte. Por outro, o quanto a ação coletiva foi determinante para superar essa dificuldade, tanto por meio da organização dos produtores na cooperativa, quanto também pelo apoio do Cisama. Com a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), a atuação do Cisama pôde agilizar a inspeção, o que possibilitou a comercialização dos produtos em âmbito nacional.

Ligadas ao QAS, este trabalho analisa a queijaria da Dona Hilda e a Aproserra, associação que agrega cerca de 70 produtores de queijo. A história do QAS remonta ao início do ciclo do tropeirismo em Santa Catarina e o surgimento das primeiras propriedades rurais no estado. O produto, elaborado a partir de leite cru de vacas criadas em campos nativos, apresenta características únicas, que se devem tanto ao ambiente serrano quanto ao saber-fazer (YAMAGUCHI, 2016). O processo de obtenção da IG do QAS iniciou em 2009, por iniciativa da Federação das Associações de Produtores de Queijo Artesanal Serrano de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Faproqas), da qual a Aproserra é participante. A IG foi obtida em 2020, com o nome de “Campos de Cima da Serra”. O processo de solicitação da IG foi coordenado pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Epagri e Emater/RS, respectivamente), com a participação de produtores e suas entidades representativas e apoio financeiro e técnico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (EPAGRI, 2017).

Em Santa Catarina, mais de 2 mil famílias produzem o QAS e, para cerca de 90% delas, essa é a principal ou a segunda fonte de renda (EPAGRI, 2017). Em 2016, a lei estadual nº 17.003/2016 legalizou a produção

e comercialização do QAS, estabelecendo normas que abrangem a sanidade do rebanho, a ordenha, as características do leite, as instalações da queijaria e do estábulo, a qualidade da água, a embalagem, o transporte e a fiscalização do produto. Porém, no diálogo com a Dona Hilda e em entrevista realizada anteriormente com uma extensionista que atua no território, percebeu-se que algumas dessas normas representam custos impositivos para a adequação de pequenos produtores, especialmente aqueles com idade avançada e cuja sucessão da propriedade é incerta.

Para a construção do processo de IG das experiências ligadas ao QAS sobressai a ação coletiva de longo prazo, engajando uma série de instituições públicas de diferentes esferas e associações de produtores. Trata-se de um caso emblemático de construção social voltado à valorização de um produto da agricultura familiar, com grande importância econômica para os pequenos agricultores na região. Contudo, considerando o contraste entre o número total de produtores (mais de 2 mil famílias) e o número de produtores associados à Aproserra (cerca de 70 famílias), é preciso questionar como a IG poderá ser gerida de forma a distribuir seus benefícios amplamente.

Dentre os resultados esperados das IG, Niederle (2013) menciona o acesso a novos mercados, a agregação de valor, o aprimoramento dos processos de produção, o aumento da qualidade do produto e a preservação do patrimônio natural e cultural. No entanto, Froehlich (2012) alerta para as limitações desse instrumento em superar os objetivos particulares de determinado arranjo produtivo e sugere o enfoque da CBST como uma alternativa capaz de alcançar resultados mais abrangentes.

Outra experiência analisada é da Cooperativa Ecoserra. A organização reúne cerca de 290 famílias com o propósito de ampliar a produção e consumo de alimentos orgânicos e fortalecer a agroecologia no território. Por meio do estímulo às cadeias curtas de comercialização, essa experiência favorece a construção social de mercados, gerando novas cadeias de abastecimento de alimentos, as quais contribuem para a dinamização do território. Vollet e Said (2018) apontam que alimentos vegetais *in natura* ou minimamente processados são amplamente consumidos e têm grande potencial para serem agregados a uma “cesta” territorial, seja ela focada na demanda do público consumidor interno ou externo. Ainda que nem todos os produtos orgânicos possam ser considerados típicos do território, eles possuem outros atributos de qualidade, associados ao meio ambiente e à saúde.



Com relação à prestação de serviços, aborda-se aqui o caso da Associação Acolhida na Colônia, dedicada à organização do agroturismo. Na Serra Catarinense, a Acolhida está presente nos municípios de São Joaquim, com quatro famílias associadas; Urubici, com 14 famílias associadas e Alfredo Wagner,<sup>3</sup> com sete famílias associadas. O agroturismo é o segmento do turismo desenvolvido por agricultores familiares, os quais abrem suas unidades de produção para visitação. Essa atividade baseia-se na diversificação produtiva e propicia novas fontes de renda, por meio da oferta, com agregação de valor, de produtos e serviços de qualidade (GUZZATTI, 2019). O agroturismo representa uma estratégia para valorizar a produção territorial que tem tipicidade e favorece novas dinâmicas sociais e econômicas nos territórios rurais, conforme Requier-Desjardins (2011).

O agroturismo também tem sido reconhecido por exercer uma ação de elo entre os diferentes serviços e produtos específicos nesse território, reforçando o potencial do modelo de CBST (CAZELLA *et al*, 2019). Considerando que a Serra Catarinense tem se consolidado como importante destino turístico no estado e atraído diferentes perfis de empreendimentos, o associativismo é um caminho importante para o fortalecimento e manutenção do agroturismo no território. Por meio dele, os agricultores que oferecem serviços turísticos são representados nos diferentes fóruns que discutem a atividade.

Finalizando o conjunto de experiências empiricamente tratadas por este trabalho, retrata-se o caso do Cisama. Essa organização, diferentemente das outras cooperativas e associações relatadas, congrega atores governamentais. Trata-se de um consórcio com finalidades múltiplas, que abrange todas as prefeituras dos municípios associados à Amures. Em sua apresentação, o representante dessa organização ressaltou aspectos sociais preocupantes do território, como o grande número de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família<sup>4</sup> – 11.500 na Serra Catarinense – como um indicador da condição de pobreza e desigualdade. Além disso, com relação à valorização de recursos territoriais, foram apresentadas as iniciativas de estabelecimento de um roteiro da sociobiodiversidade associado ao pinhão

3 Embora o município de Alfredo Wagner não seja associado à Amures, na organização interna da Acolhida da Colônia ele integra o território da Serra Catarinense.

4 O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal, instituído em 2003, que fornece ajuda financeira às famílias extremamente pobres, com renda mensal de até 89 reais por pessoa, e pobres, com renda mensal entre 89 e 178 reais por pessoa.

e da marca coletiva<sup>5</sup> Sabor Serrano<sup>6</sup>. Essas duas iniciativas demonstram o papel diferencial que o associativismo do poder público municipal pode assumir na construção de propostas que superam a escala administrativa de município e assumem uma perspectiva territorial.

A valorização do pinhão não só representa a possibilidade de agregá-lo à potencial “cesta” do território, mas merece destaque por se tratar de um produto ligado à biodiversidade local, que favorece economicamente os segmentos sociais em maior estado de vulnerabilidade do território, que realizam a coleta dessa semente. A marca coletiva Sabor Serrano foi criada em 2010, como uma estratégia de construção de identidade dos produtos das agroindústrias do território. Essa iniciativa está ligada ao Sistema Único de Atenção à Agropecuária (Suasa), o qual, além de buscar a sanidade agropecuária dos produtos das agroindústrias familiares, tem como meta a permanência das pessoas no meio rural, com renda e qualidade de vida. Atualmente, podem utilizar a marca 68 agroindústrias cadastradas no Cisama, que respondem por 651 diferentes tipos de processados, entre derivados de carne e leite, panificação, doces, frutas e hortigranjeiros em geral<sup>7</sup>.

O conjunto de cooperativas e associações analisadas não reflete a totalidade de experiências da Serra Catarinense. O estudo de Paula (2019) indicou a existência de uma série de outras ações coletivas ligadas a produtos e serviços com potencial de integrar uma CBST. O autor relatou a existência de seis cooperativas ligadas à cadeia produtiva da maçã, as quais reúnem aproximadamente 300 sócios, de um universo de aproximadamente 1.700 fruticultores; duas associações de produtores de mel, que reúnem 40 sócios, de um total de aproximadamente 300 apicultores; uma associação ligada à cadeia produtiva do vinho, que reúne 21 sócios do uni-

---

5 Segundo o Manual de Marcas do INPI (INPI, s/d b, não paginado): Marca coletiva é aquela destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços provenientes de membros de uma pessoa jurídica representativa de coletividade (associação, cooperativa, sindicato, consórcio, federação, confederação, entre outros), de produtos ou serviços iguais, semelhantes ou afins, de procedência diversa (art. 123, inciso III, da LPI).

6 O Cisama solicitou ao INPI o registro de duas marcas: a “Sabor Serrano”, voltada às agroindústrias familiares, e a “Saber Serrano”, aos prestadores de serviços com especificidades. A segunda marca obteve o registro, porém a primeira enfrenta uma contestação jurídica, por já existir registro de marca com esse nome. Os gestores do Cisama optaram por utilizar a marca “Sabor Serrano” enquanto o INPI julga sua defesa.

7 Números divulgados em notícia no website da Amures, em agosto de 2019, disponível em: <<https://www.amures.org.br/noticias/index/ver/codNoticia/571555/codMapaItem/41771>>

verso de 23 vitivinicultores; e quatro associações ligadas ao turismo rural, as quais possuem 143 sócios.

Percebe-se que as associações e cooperativas ligadas aos sistemas produtivos da maçã e do mel, constituídas por pequenos produtores, parecem ter dificuldade de agregar um número de associados representativo em relação ao universo total de produtores. A mesma situação pôde ser observada na associação de produtores do QAS. Diferentemente, a associação de vitivinicultores, que abrange basicamente empreendedores que se instalaram recentemente no território, integra quase a totalidade dos produtores da cadeia produtiva. Essa constatação pode indicar que são necessárias ações de incentivo e formação para o associativismo entre os pequenos agricultores, visto que esses são os que mais poderiam se beneficiar da ação coletiva para ter acesso e protagonismo na elaboração das estratégias de desenvolvimento. Como apontam Jesus e Tiriba (2004), para compreender essa realidade, é preciso abandonar uma visão idealizada em relação ao cooperativismo e associativismo para se reconhecer que existem diferentes motivações que levam um indivíduo a se associar a uma iniciativa coletiva e, também, que essas iniciativas se constroem com diferentes objetivos, em alguns casos de acesso ao mercado ou a tecnologias, enquanto em outros, de emancipação e transformação da realidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto que merece atenção é que todas as experiências analisadas estão relacionadas à produção, comercialização, ou fornecimento de serviços com tipicidade territorial ou outra qualidade diferenciada, alternativos aos genéricos de base industrial, encaixando-se na ideia de *quality turn* proposta por Goodman (2003). Segundo essa ideia, o consumo agroalimentar, embora não de forma hegemônica, tem se orientado cada vez mais por um novo padrão de qualidade, baseado em saúde humana e ambiental, e na valorização de aspectos culturais, sociais e imateriais.

As experiências ligadas ao QAS, à gestão da marca territorial Sabor Serrano e ao agroturismo podem ser atreladas a processos de valorização e ativação de recursos específicos do território, pois remetem a características diretamente associadas ao modo de vida, à história, à cultura, e à paisagem da Serra Catarinense. Nessa categoria também se encaixam o projeto de valorização do pinhão e a produção de alguns alimentos agroecológicos,

com destaque para frutas nativas. Já as experiências de produção de frango caipira e de alimentos agroecológicos em geral, embora também valorizem qualidades diferenciadas – produtos da agricultura familiar, em modelos que procuram respeitar ciclos naturais, considerados mais saudáveis e saborosos – podem ser atreladas à ativação de recursos genéricos, ou seja, de recursos cuja produção poderia se dar em outros territórios. Segundo o marco conceitual da CBST, essa oferta combinada de produtos diversificados, específicos e genéricos, favorece a existência de uma cesta híbrida.

Do ponto de vista da demanda, os produtos e serviços de uma CBST podem ser orientados para um público externo, principalmente de turistas, ou, mais raramente, para o público local. Essa demanda pode ocorrer por motivações diversas, seja a preferência por produtos com qualidades específicas, o desejo de contribuir com a manutenção do patrimônio natural e cultural, ou a geração de renda e empregos dentro do território. Cabe, no entanto, salientar que o consumo de produtos de qualidade pressupõe que o consumidor tem condições de realizar escolha, ou seja, que ele possui condições de avaliar as vantagens relativas de tais produtos e também recursos financeiros que permitam sua aquisição. Num contexto de distribuição desigual dessas condições, tanto da informação, quanto de recursos materiais, as cooperativas podem exercer um papel importante na democratização do acesso aos produtos de qualidade. Esse papel pode ser exercido por duas vias: primeiro, conduzindo processos de valorização dos produtos e serviços territoriais, visto que alguns estudos vêm indicando que a percepção da qualidade diferenciada requer ações ativas de valorização, pois não ocorre espontaneamente pelo público consumidor (VOLLET; SAID, 2018); segundo, por meio da organização dos produtores e dos consumidores, encurtando as cadeias de comercialização e possibilitando que os produtos e serviços sejam ofertados por preços mais baixos aos consumidores e, mesmo assim, justos aos produtores.

Pesquisas anteriores realizadas na Serra Catarinense a partir do referencial da CBST apontaram a presença dos principais elementos (cenário, produtos e serviços de qualidade e demanda) para se deflagrar um processo de DTS a partir da valorização de recursos territoriais. Entretanto, indicaram também que as maiores dificuldades residem na desarticulação entre os atores territoriais e na acentuada desigualdade social existente.

Apesar de também constatar a desarticulação entre as distintas experiências na Serra Catarinense, o capítulo evidenciou que as cooperativas e associações, em função de seu caráter coletivo e dos valores que as orientam, podem desempenhar papéis fundamentais na construção de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais, seja na organização da oferta e da demanda por produtos e serviços de qualidade diferenciada, seja nos processos de valorização e especificação de recursos do território ou ainda na governança territorial, assegurando uma participação mais ampla e equilibrada dos distintos atores sociais. Sendo assim, a análise de sua presença, densidade e articulação com outros atores territoriais é fundamental para os estudos e projetos ligados ao enfoque da CBST.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (org.). *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p. 51-70.
- ÁLVAREZ, E. G.; ABELLA, O. M.; CAETANO, S. F.; FRESNO, C. D. C.; GARCIA, S. R. El cesto de bienes y servicios territoriales: Un útil de diagnóstico aplicado a la Wilaya Argelina de Ain Témouchent. *Anales de Geografía de la Universidad Complutense*, Madrid, v. 34, n.1, p. 105-128. 2014.
- BÚRIGO, F. L. *Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2010.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p. 23-48. 2006.
- CAZELLA, A. A.; PAULA, L. G. N.; MEDEIROS, M.; TURNES, V. A. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n.3, p. 49-74. 2019.
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. SC aprova lei para produção e venda do queijo artesanal serrano. *Revista Agropecuária Catarinense*, v. 30, n. 1. 2017. Disponível em: <http://revista.epagri.sc.gov.br/index.php/2018/11/10/sc-aprova-lei-para-producao-e-venda-do-queijo-artesanal-serrano/>. Acesso em: 19 de junho de 2019.
- FROEHLICH, J. M. (org). *Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
- GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, [s.l.]. v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.
- GUZZATTI, T. C. *Acolhida na Colônia: um espaço de vida e encontros...* Criciúma: Unesc, 2019.
- HIRCZAK, M. ; MOALLA, M. ; MOLLARD, A. ; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. Paris, *Économie Rurale*, n. 308, p.55-70. 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico. 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020
- IGNÁCIO, O. M. C.; SOUZA, E. M. S. Gestão estratégica aplicada ao cooperativismo solidário: uma alternativa de fortalecimento para os agricultores familiares. *Revista Brasileira de Gestão e*

- Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 4, n. 4, p. 54-79. 2008.
- ILHA, P. C. S. A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. *Revista da FAE*, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 25-34. 2008.
- INPI a – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. *Guia básico de indicação geográfica*. Rio de Janeiro: INPI. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/guia-basico>>. Acesso em: 19 de jun. 2020.
- INPI b - Instituto Nacional de Propriedade Industrial. *Manual de marcas*. Rio de Janeiro: INPI. 2020. Disponível em: <<http://manualdemarcas.inpi.gov.br>>. Acesso em: 19 de jun. 2020.
- JESUS, P. de; TIRIBA L. Cooperación. In: CATTANI, Antonio A. D. (org.). *La otra economía*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004. p. 85-95.
- LOCAS, A. G. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da Serra Catarinense. In: YAMAGUCHI, C. K; TURRA, N. C.; STRASSER, A. T. B. (org.). *Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense*. Lages: Ed. Uniplac, 2016. p. 19-42.
- MELLO, C. I.; FROELICH, J. M. O bem que falta na cesta: o artesanato no território Quarta Colônia, RS. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 282-306, 2019.
- MILANO, M.Z.; PRADO, F. H.; CAZELLA, A. A.; DESCONSI, C.; DORTZBACH, D. A Indicação Geográfica como instrumento para criação de uma cesta de bens e serviços territoriais: o caso da erva-mate do Planalto Norte Catarinense. In: Workshop Catarinense de Indicação Geográfica, 8, 2019, Florianópolis. *Anais (...)*, Florianópolis. 2019. p. 181-186.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial : une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Economie Rurale*, Paris, n. 261, p. 16-34, 2001.
- NIEDERLE, P. A. Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares. In: NIEDERLE, P.A. *Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 23-54.
- PAULA, L. G. N. *Cesta de bens e serviços territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?* 2019. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p.135-154. 2006.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Economie Rurale*, v. 261, p. 37-49. 2001.
- PENSADO-LEGLISE, M.; MARTÍNEZ-VICENTE, S. La estrategia de canasta de bienes territoriales y su repercusión local en empleo e ingresos. El caso de Xicotepec de Juárez, Puebla. *Corpoica Ciencia y Tecnología Agropecuaria*, v. 16, n. 2, p. 217-237. 2015.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REQUEIER-DESJARDINS. Le tourisme rural peut-il contribuer au développement local durable dans les pays du Sud? In: FROGER, G. (org.). *Tourisme durable dans les Suds? Collection Eco-Polis*, n. 11, PIE Peter Lang. 2010. p. 87-108.
- SPERB, M. P.; SERVA, M. Economia Social e Solidária, Governança e Turismo no Âmbito do Desenvolvimento Territorial Sustentável. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v. 20, n. 50, p. 93-109. 2018.
- TOCCACELLI, D. Agricultural districts in the Italian regions: looking toward 2020. *Agricultural and Food Economics*, v. 3, n.1, p. 1-33. 2015.
- VOLLET, D., SAID, S. Vers l'identification de paniers de biens et de services liée à la demande locale dans les territoires d'élevage: illustration à partir de la Planèze de Saint Flour et du bocage bourbonnais, *Géocarrefour*, v. 92, n. 3. 2018.
- YAMAGUCHI, C. K. O queijo artesanal serrano como fator de desenvolvimento nos campos de altitude no sul do Brasil. In: YAMAGUCHI, C. K; TURRA, N. C.; STRASSER, A. T. B. (org.). *Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense*. Lages: Ed. Uniplac, 2016. p. 109-120.

## Capítulo 7

# REDES COLABORATIVAS PARA EL FORTALECIMIENTO DE COOPERATIVAS: LOS CASOS “ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA” Y “COOPER FRANGO CARÚ”

María de la Paz Acosta

Laísa Boechel Barcelos

Margarita Baptista

Maíra Elena Borges Costa Suave

Átila Souza Rocha Freire de Santana

### INTRODUCCIÓN

Desde tiempos inmemoriales las sociedades humanas han desarrollado el trabajo cooperativo de diferentes maneras y, a medida que éstas fueron evolucionando, con ellas fue adaptándose la idea de cooperación. Con el inicio del capitalismo, Europa fue testigo de una gran transformación social de la que hoy somos herederos. De este modo, con el desarrollo del sistema capitalista, el mercado –tanto global, regional como local– en las últimas décadas se tornó más concentrado y competitivo, producto de políticas neoliberales desplegadas a nivel planetario. Los principales perjudicados de este fenómeno resultan ser los pequeños productores y comerciantes, campesinos, artesanos, trabajadores independientes y otros tantos sectores sociales, que sufren la marginalización de la participación de las ganancias y la responsabilidad sobre los costos de este modelo económico.

Como consecuencia y avance de estos procesos competitivos y de explotación, pasamos a vivenciar en las últimas décadas una profunda crisis civilizatoria (ACOSTA; BRAND, 2017; BARTRA, 2013; LANDER, 2019; QUINTERO, 2014) basada en el cuestionamiento y la transformación de las actuales formas de relacionarnos como sociedad. En respuesta a esta crisis, los procesos cooperativos y asociativos representan la posibilidad de acceso al mercado y seguridad económica de los excluidos de las reglas del juego impuestas por la economía actual. Estos procesos pueden ser los re-

fuerzas de una nueva manera de relacionarnos como sociedad, basada en la solidaridad, la reciprocidad y la cooperación.

Las redes de colaboración (MANCE, 2002) son una herramienta importante para fortalecer los procesos cooperativos y asociativos, fundamentándose en un sentido moral de corresponsabilidad, donde personas unidas por intereses compartidos velan por el interés común. En estas redes, el objetivo se convierte en el bien vivir de todos y cada uno en particular, orientado a la construcción de una nueva formación social basada en la cooperación y la colaboración.

Este artículo de carácter exploratorio, tiene como objetivo identificar y describir las diferentes articulaciones en redes colaborativas de dos emprendimientos asociativos: la “Associação Acolhida na Colônia” y la “Cooper Frango Carú”, localizados en el Estado de Santa Catarina, Brasil. Para eso, buscamos reconocer sus principales articulaciones en el territorio y reflexionar sobre las diferentes formas en las cuales éstas interactúan y se relacionan con la comunidad. El trabajo está dividido por secciones: primero realizamos una breve mención a la metodología con la cual enfocamos el artículo; en segundo lugar hicimos uso de algunos conceptos para posicionarnos frente a éstos; en tercer lugar desarrollamos los casos seleccionados; y por último dejamos planteadas algunas reflexiones finales.

## **METODOLOGÍA**

El presente artículo surge en el marco de la Escuela de Verano sobre “Processos Cooperativos e Associativos em Dinâmicas de Desenvolvimento Rural”, organizada por Procoas/AUGM y desarrollada en la Universidad Federal de Santa Catarina (Brasil) del 17 al 22 de febrero de 2020. A partir de la reflexión sobre las visitas de campo realizadas a diferentes experiencias asociativas rurales vinculadas a movimientos sociales, de producción, comercialización, agroindustria y crédito, con diferentes modelos y lógicas de funcionamiento, complementado por los paneles y mesas de debate donde participaron investigadores, actores sociales y miembros institucionales vinculadas a las mismas, observamos diferentes formas de interacción y vínculo de estas experiencias concretas con su entorno inmediato.

Para este trabajo hemos escogido el caso de la asociación de turismo agroecológico “Acolhida na Colonia” y el caso de la Cooperativa de Criadores de Frango Caipira Salto dos Marianos – Cooper Frango Caru. Esta



selección se fundamentó en base a que si bien todas las experiencias visitadas tienen puntos en común como el asociativismo y el cooperativismo, estar situadas en el mismo territorio y buscar el bienestar de sus asociados, al comparar los casos seleccionados encontramos que sería interesante ponerlos a dialogar ya que entre éstos existen diferencias sustanciales en cuanto a las estrategias de creación de cada uno, los distintos vínculos que construyeron para conformarse, el tiempo que transcurrió desde su creación a la actualidad —entre otras—, y en este intercambio poder buscar las respuestas a los fines que nos planteamos.

La metodología empleada fue de carácter cualitativo, donde se utilizaron las entrevistas abiertas a las instituciones y los productores responsables de los emprendimientos e informantes clave en el marco del desarrollo de la Escuela de Verano, las cuales fueron complementadas con el uso de la revisión literaria.

Aspectos como inclusión social, género, promoción de los valores cooperativos, y comunicación y diálogo son elementos que identificamos se presentaban en reiteradas oportunidades en las experiencias analizadas y por lo tanto, serán los ejes que pretendemos abordar a la hora de pensar la relación entre los procesos cooperativos y asociativos con la comunidad donde están insertos, y su incidencia en el fortalecimiento y enraizamiento de las redes en el territorio.

## **CRISIS CIVILIZATORIA, REDES DE COLABORACIÓN Y COOPERATIVISMO**

En las últimas décadas estamos transitando a nivel global una profunda crisis civilizatoria basada en el cuestionamiento y la transformación de las actuales formas de relacionarnos como sociedad. En palabras de Bartra (2013), el autor la describe de este modo:

La convergencia de calamidades materiales, de carácter productivo, ambiental, energético, migratorio, alimentario, político, bélico, sanitario, que en el arranque del tercer milenio agravan las de por sí abismales desigualdades socio-económicas consustanciales al sistema, se transforma en una potencial crisis civilizatoria porque encuentra un terreno abonado por factores espirituales, que ya no sólo materiales: un estado de ánimo de profundo escepticismo y generalizada incredulidad, un ambiente de descreimiento en los ídolos de la modernidad, una promesa que en el fondo nos defraudó a todos: a los poseedores y a los desposeídos, a los urbanos y a los rurales, a los metropolitanos y a los periféricos, a los defensores del capitalismo y

a los impulsores del socialismo; que defraudó incluso a sus opositores más radicales, las sociedades tradicionales, campesinas e indígenas, que empecinadamente la resistieron, y ahora están viendo que ese monstruo era un monstruo hueco que se desploma casi él solo (BARTRA, 2013, p. 51).

En Latinoamérica las recientes experiencias en Chile, Ecuador y Bolivia –por nombrar solo las más enérgicas y drásticas–, reflejan este estado de emergencia en el que se encuentran las sociedades. Éstas incluyen aspectos económicos, sociales, ambientales, políticos y de valores, marcando una frontera que denota el agotamiento de un modelo de organización tanto económico, productivo como social.

Dentro de los diversos abordajes propuestos a esta crisis global y sus implicancias, autores como Mance (2002) y Mason (2016), proponen la necesidad de crear nuevas formas de relacionarnos entre actores económicos, políticos y sociales que rompan las lógicas del modelo neoliberal, ya no basadas en la competencia y la acumulación, sino en la colaboración solidaria. El concepto de “redes de colaboración solidaria” acuñado por Mance (2002) es una herramienta analítica que nos permite repensar las relaciones que se establecen al interior de los casos seleccionados para comprender su implicancia en el contexto en el cual se desarrollan. Para el autor:

La noción de ‘red de colaboración solidaria’ [...] es producto de la reflexión sobre prácticas de actores sociales contemporáneos, vistas desde la teoría de la complejidad y la filosofía de la liberación. En cuanto categoría estratégica es un elemento central de la llamada revolución de las redes, en la cual acciones de carácter económico, político y cultural se retroalimentan subvirtiendo los patrones y procesos hegemónicos en los que se sustenta el capitalismo y avanzando hacia la construcción de una globalización solidaria (MANCE, 2002, p. 1).

A su vez el autor plantea una segunda acepción, desde el plano económico esto implica entonces la articulación de manera solidaria y ecológica de las cadenas productivas a través de una planificación dirigida a componer emprendimientos que sean solidarios en cuanto a la producción, a la comercialización, al financiamiento, con los consumidores y otras organizaciones populares –por ejemplo sindicatos y ONG– que conformen un movimiento de realimentación y crecimiento conjunto, apuntando de forma antagónica al capitalismo en pos de la autosustentabilidad (MANCE, 2002). Básicamente estas redes se sostienen en cuatro criterios fun-

damentales de participación: la ausencia de explotación o dominación en ninguna de sus formas (económica, política, cultural, etc.), la autogestión, el equilibrio de los ecosistemas y la expansión de la propia red a partir de los excedentes generados (MANCE, 2002).

Por otra parte, autores como Jesus y Tiriba (2004) afirman que la acepción semántica del término cooperación significa el acto de operar en simultáneo, trabajar de forma común, colaborar, expresando de este modo un sentido de acción y movimiento, en oposición a una perspectiva individualista. A su vez, reflexionan acerca de los motivos por los cuales los trabajadores practican el cooperativismo. Las razones pueden ser diversas, ya sea de carácter individual como estar relacionado al interés colectivo. Más allá de estos motivos, los autores concluyen que la práctica en sí del cooperativismo en tanto acción y movimiento son condiciones necesarias para el logro del proyecto colectivo (JESUS; TIRIBA, 2004).

## **PRESENTACIÓN DE LOS CASOS DE ESTUDIO**

### ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA (AAC)

“Acolhida na Colônia” es una asociación de turismo agroecológico que integra actualmente cerca de 120 unidades de agricultura familiar y está presente en 26 municipios de Brasil, pertenecientes a tres Estados (Santa Catarina, Rio de Janeiro y São Paulo). Surge inicialmente por la iniciativa de un grupo de personas que buscaban alternativas para el desarrollo territorial, a partir de un escenario de crisis económica y social acontecido en el año 1999 en las “Encostas da Serra Geral”, que culminó en un intenso proceso de éxodo rural en la región (ACOLHIDA NA COLÔNIA, 2020; GUZZATTI, 2010; MARTENDAL; TOMIO, 2015).

La primera propuesta para traer nuevas alternativas de ingreso en la ciudad de Santa Rosa de Lima –Municipio de la Encostas da Serra Geral– fue la implementación de la producción de alimentos orgánicos, con la venta garantizada en redes de supermercados, fundando la “Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral” (Agreco). Con el fortalecimiento de Agreco se inicia la expansión del número de productores orgánicos; la implantación de pequeñas agroindustrias rurales para el procesamiento de la producción; el desarrollo de la cooperativa de crédito rural; la creación del centro de formación para jóvenes, entre otras iniciativas.

En consecuencia a estos procesos, los consumidores comienzan a buscar el contacto y la aproximación con los agricultores y las actividades productivas de las Encostas da Serra Geral. En respuesta a esta demanda y con el objetivo de permitir una mejora en la calidad de vida de la población rural, a través de la diversificación de la oferta tradicional del sector, surge en el año 1999 la Associação Acolhida na Colônia (AAC), orientada al agroturismo<sup>1</sup>. Su creación contó con el apoyo de la asociación francesa “Accueil Paysan”, una red internacional presente en treinta y tres países, cuyo fin es el fomento y la revalorización de la agricultura familiar.

#### COOPERATIVA DE CRIADORES DE FRANGO CAIPIRA SALTO DOS MARIANOS – COOPER FRANGO CARÚ

La Cooperativa de Criadores de Frango Caipira Salto dos Marianos - Cooper Frango Caru fue creada en el año 2019 en el Municipio Sao José de Cerrito - SC y está compuesta en la actualidad por doce unidades familiares. Surge a partir de la Asociación de Productores de Frango Caipira Carú, originada en 2011 en una región donde la actividad avícola ya tenía fuerte presencia, contando con aproximadamente treinta productores de pollo caipira, los cuales comercializaban a través de ferias locales.

Paralelamente, el mismo año se constituye la “Cooperativa de Produtores Rurais de São José do Cerrito - Cooper Carú”, formada en su mayoría por familias agropecuarias que desarrollaban actividades de producción de leche, granos y otros productos agropecuarios. En el 2015, con el fin de diversificar la economía de Cerrito e incrementar la renta de las familias del sector, la Municipalidad inauguró una planta de faenado con capacidad de 1000 pollos diarios, la cual es utilizada por la asociación de productores de Franco Caipira en régimen de comodato con la Prefeitura Municipal de São José do Cerrito. Los productores asociados utilizan en forma colectiva dicha planta de faena y a partir de 2016 comenzaron las actividades de venta de pollo caipira a través de la Cooper Carú, en pequeña escala y solo dentro del Municipio.

---

<sup>1</sup> O agroturismo é “[...] um segmento do turismo desenvolvido no espaço rural por agricultores familiares organizados, dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural, mantendo suas atividades econômicas, oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem-estar aos envolvidos. [...]” (GUZZATTI, 2003, p. 53).

En el mismo año, los productores deciden con apoyo de la Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures), conseguir el sello SIS-BI/POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal) que forma parte del Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), a través de la estandarización del proceso de inspección de los productos de origen animal para garantizar la inocuidad y seguridad alimentaria.

Cada uno de los productores recibió apoyo económico estatal, en colaboración con el Banco Mundial a través del Programa SC Rural, para la construcción de aviarios con capacidad para 3500 aves y asistencia técnica a través de la Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) en relación al proceso de crianza y faenado dentro de las normas de inspección sanitaria.

En 2019 –con la conquista del sello Sisbi/POA– doce unidades familiares crean la “Cooper Frango Carú”, con el objetivo de comercializar nacionalmente el producto diferenciando la carne de pollo caipira, criado a través de prácticas sustentables que implican el uso de raciones balanceadas y naturales, ausencia de promotores de crecimiento y procesos de manejo más cuidadosos y respetuosos que permiten al animal criarse libremente.

## **DISCUSIÓN DE LOS CASOS DE ESTUDIO**

### **ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA Y LAS REDES COLABORATIVAS**

La red de cooperación de la AAC está formada por los asociados, instituciones públicas y privadas, instituciones religiosas y otras experiencias asociativas. Dentro de éstas, están Agreco, asociación francesa Accueil Paysan, Epagri, Prefecturas Municipales, Secretarías de Turismo del Gobierno Estatal y Municipal, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Cooperativa de Crédito de interação solidária (Cresol), Associações Comunitárias, Iglesia Católica, Universidade Privada Univale y el Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre otros (figura 1).



Figura 1. Red colaborativa de la Associação Acolhida na Colônia.

Fuente: elaborado por los autores (2020).

Las vinculaciones firmadas a lo largo de la historia de la Asociación son diversas. Con el establecimiento de éstas como parte de su objetivo desde un principio, por un lado se viabiliza técnica y financieramente a la organización, y por otro lado, se consolida al agroturismo como una alternativa económica para los agricultores familiares (GUZZATTI, 2010). Siguiendo a Guzzatti (2010), la apertura para nuevas asociaciones en el contexto de la AAC puede contribuir de forma significativa para la construcción de políticas públicas que facilitan la superación de desafíos de carácter colectivo o territorial.

Dentro de las articulaciones clave de la AAC está el hecho de que la Asociación surgió a partir de Agreco, una asociación convertida para la producción y comercialización de alimentos orgánicos. Esta articulación logró que la AAC tenga entre sus objetivos valorizar las actividades de los agricultores asociados, ofreciendo alternativas para que persistan en el medio rural, rescatando su historia, su cultura y a la vez fortalecer una práctica productiva dentro de los principios de la agroecología, donde se protege y

se recupera al ambiente (ACOLHIDA NA COLÔNIA, 2020). Este principio colabora para que los servicios contratados para el agroturismo –como la adquisición de alimentos para comidas en el caso de aquellos que no la producen– sean prioritariamente proporcionados por otros agricultores familiares asociados. De esta forma, la experiencia garantiza que exista el vínculo entre el agroturismo y el desarrollo de la agricultura familiar y orgánica en los territorios, así como incentiva que surjan relaciones de solidaridad entre los asociados.

El vínculo entre la agricultura orgánica y el desarrollo del agroturismo también está ligado al apoyo de la “Associação Accueil Paysan”, visto que la red posee una gran experiencia en el agroturismo posibilitando a la AAC la adaptación de la metodología y de las estrategias de acción para la realidad brasileña.

También observamos la presencia de ciertos factores que consideramos cumplen un papel fundamental para afianzar el relacionamiento con su entorno inmediato, transformar el territorio y a su vez fortalecer la propia red. Uno de ellos sería el carácter colaborativo y la búsqueda de trascender el interés particular en pos de un beneficio colectivo basado en la solidaridad y otros principios cooperativos. En este sentido, las ganancias de AAC no son contabilizadas solo a través de los dividendos obtenidos, sino por otros factores como la generación de renta familiar, inclusión social y preservación de costumbres y tradiciones locales.

Esto se manifiesta, por ejemplo, en el trabajo conjunto orientado a la difusión y acompañamiento en la transición hacia la producción agroecológica de los establecimientos asociados. En su origen, los miembros pertenecientes a AAC usaban exclusivamente prácticas de producción agroecológicas, pero a medida que el proyecto fue creciendo, se incorporaron nuevos establecimientos de producción convencional que paulatinamente fueron adoptando estos principios de producción. La asociación cumple en este sentido un importante rol de apoyo orientado a la transición a través de la concientización, capacitación y facilitar el acceso al crédito para su puesta en práctica.

Otro aspecto a destacar tiene que ver con su carácter integrador de la población más vulnerable del entorno rural. Como se plantea en sus estatutos, busca englobar a mujeres y jóvenes que por falta de oportunidades laborales terminan emigrando a las ciudades.

En las familias visitadas, efectivamente se observa una fuerte presencia de mujeres en la gestión de los establecimientos, que si bien en muchos casos quedan encargadas de la operacionalización del trabajo doméstico, en otros también están a cargo de la administración general, gerenciamiento del emprendimiento turístico y articulación de redes, actuando en coordinación y comunicación con otros grupos asociativos. Este proceso colabora para el empoderamiento e inclusión de las mujeres en las actividades productivas y gestión de la propiedad, fortaleciendo la permanencia de las mujeres en el medio rural frente a los procesos de éxodo selectivo y masculinización del campo (COSTA *et al.*, 2016). Tratándose tanto de las mujeres como de los jóvenes rurales, la AAC propicia la participación y protagonismo de éstos, actuando fuertemente en las innovaciones de la propiedad y el compromiso con el agroturismo.

Sin embargo, respecto a los aspectos de inclusión social, la experiencia se caracteriza por la participación de determinados grupos sociales, reconocidos localmente como descendientes de inmigrantes europeos del siglo XIX, incluyendo raros ejemplos de otros que habitan aquel territorio rural –como caboclos, indígenas, entre otros. Este hecho es demostrado en la estrategia de marketing de la AAC, que tiene puesto el enfoque en los hábitos “coloniales” de la agricultura familiar de la región (ACOLHIDA NA COLÔNIA, 2020).

Por otra parte, consideramos que el papel de la comunicación, la promoción y difusión de las experiencias colaborativas constituye otro factor fundamental que permite el crecimiento y el desarrollo de esta iniciativa. La asociación cuenta con espacios de difusión formales que se manejan en forma conjunta (como su página web) y a su vez cada emprendimiento realiza su promoción de forma individual. Debemos aclarar que esta modalidad es posible gracias al desarrollo de las redes sociales, las cuales por intermedio de una computadora o un teléfono celular, permiten el fomento de perfiles de los emprendimientos logrando llegar a millones de personas con bajos costos de publicidad.

En este sentido, la AAC reconoce la relevancia de las estrategias como el marketing convertido para la sensibilización de los consumidores, como forma de aproximar al consumidor y el productor por medio del agroturismo, buscando crear y fortalecer circuitos cortos para la comercialización de sus productos ecológicos (FANTINI *et al.*, 2018; ACOLHIDA NA COLÔ-



NIA, 2020). Observamos que este aspecto, la comunicación, es clave para el desarrollo de sus emprendimientos, siendo esencial inclusive para fortalecer la comercialización de los productos orgánicos elaborados por los asociados.

#### COOPER FRANGO CARÚ Y LAS REDES COLABORATIVAS

La red de cooperación de la Cooper Frango Carú está formada por el Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (Cisama), por la Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC (Epagri), la Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures), la Prefeitura Municipal de São José do Cerrito, el Programa SC Rural del Gobierno Estatal y la Cooperativa de Crédito Rural São José do Cerrito (Credicarú) (Figura 2).

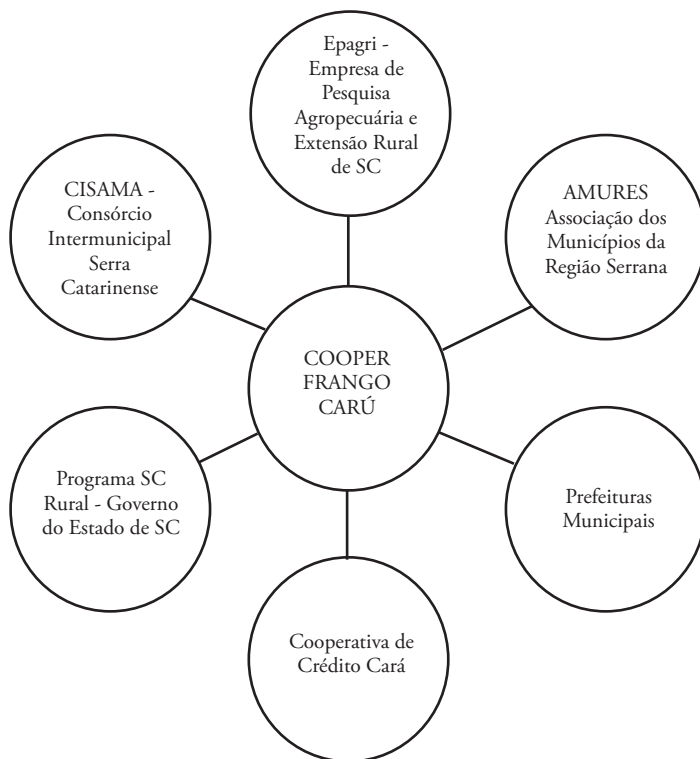


Figura 2. Red Colaborativa de la Cooperativa de Criadores de Frango Caipira Salto dos Marianos - Cooper Frango Carú.

Fuente: elaborado por los autores (2020)

En el contexto investigado y conforme queda claro en la palabra de sus representantes, el poder público se muestra fuertemente comprometido en el movimiento de formación de la Cooper Frango Carú, siendo esta articulación el principal foco de la cooperativa. Esa relación puede ser observada en el apoyo del Cisama para la obtención del sello que permite la comercialización a nivel nacional, el Sisbi/POA. Vale resaltar que el Cisama se presenta como compañero en varias acciones en la región serrana del Estado de Santa Catarina, en apoyo a la formación de cooperativas y adecuación de la legislación en dieciocho municipios del Estado (AMURES, 2020).

La actuación del Cisama ilustra la relevancia de las organizaciones asociativas en la región, visto que el consorcio tiene su origen en la Amures, hoy realiza la auditoría de servicios municipales de inspección sanitaria y productos de agroindustrias para la venta en todo el territorio nacional. Conforme a la ordenanza nº 01, publicada el 13 de enero de 2020 por el Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), la auditoría del servicio de inspección municipal del matadero de la Cooper Frango Carú fue la primera realizada por Cisama y le confiere su equivalencia al MAPA. Según el director ejecutivo del Cisama, Selênio Sartori –en conferencia realizada en Lages/SC en la Escola de Verão Procosa 2020–, ese proceso es el inicio para que otras agroindustrias del Estado de Santa Catarina sigan el mismo camino de la cooperativa.

En ese sentido, uno de los puntos de relevancia en el discurso de los sujetos entrevistados fue la importancia de la obtención del Sisbi/POA, justamente como estrategia para el acceso a los mercados de mayor alcance de los practicados en el nivel estatal, utilizando un producto diferenciado y de calidad para garantizar el acceso a los mismos. Queda claro que los procesos de cooperación entre los asociados de la Cooper Frango Carú y su articulación con las redes colaborativas, es una estrategia para la inserción en un mercado competitivo. De forma complementaria, la producción del pollo caipira, de bajos costos de elaboración y originario de la agricultura familiar por los valores culturales asociados, representa la posibilidad de trascender por los consumidores que buscan este tipo de alimentos.

En cuanto a la comunicación, la Cooper Frango Carú tiene limitaciones en relación a la AAC. Debemos aclarar que al ser un proyecto relativamente nuevo y con menos asociados que AAC, los canales de comunica-

ción aún se encuentran en desarrollo, contando únicamente con un perfil en la red social Facebook y el propio embalaje del producto, siendo éstos las caras visibles de la marca que ofrecen. En este sentido, la cooperativa dedica poco espacio a la comunicación de la diferencia y la calidad de su producto y sus productores, siendo este un aspecto que puede representar vulnerabilidad en torno a la competencia contra las grandes empresas del mercado.

Respecto al género y la inclusión social, encontramos que de los asociados que tiene la Cooper Frango Carú, ocho de ellas son mujeres, identificadas como las mujeres de los asociados y no mencionadas en un primer momento como socias de la cooperativa. Esta situación nos genera algunos interrogantes más que la propia reflexión que podemos realizar, es decir, si ellas eran identificadas como “las mujeres de los asociados”, creemos que la lógica asociativa que está por detrás tiene un carácter netamente familiar que escapa a las tradicionales formas asociativas establecidas en el cooperativismo (JESUS; TIRIBA, 2004). En relación a este aspecto, nos preguntamos cómo serán las distribuciones de las ganancias entre los asociados de cada género, así como las actividades de gestión y la toma de decisión de la cooperativa, aspectos claves en la administración exitosa del emprendimiento.

Los motivos por los cuales la AAC y la Cooper Frango Carú fueron creadas nos dan indicios de que surgieron a partir de redes de colaboración. Mientras que la AAC nace en medio de una crisis económica local y actores de la sociedad civil lideran un movimiento para buscar alternativas de desarrollo, considerando no sólo aspectos económicos, también sociales y ambientales, la Cooper Frango Carú es iniciada con el apoyo del poder público para dar acceso al mercado a los agricultores familiares, los cuales tenían ese objetivo individual y perciben que en la comunidad era posible lograr ese objetivo común. Por lo tanto, si bien los orígenes de estas iniciativas difieren por completo en tanto los objetivos planteados en cada emprendimiento como el tiempo que cada uno lleva impulsando, podemos plantear que las redes de colaboración de ambos emprendimientos tienen representatividad local por los motivos por los cuales fueron creadas, los cuales se fortalecen y se afirman en la comunidad.

Haciendo uso de la tipología elaborada por Mance (2002) para establecer el sostenimiento de una red de colaboración, vemos que en los casos

seleccionados se fomentan –en mayor o en menor medida– los criterios que el autor establece. Sin embargo, además de su dimensión económica es necesario que también se constituyan como redes políticas, ya que se basan en nuevos principios bajo los cuales se regula la convivencia entre personas, trascendiendo el individualismo en pos de la colaboración solidaria (MANCE, 2002).

## REFLEXIONES FINALES

En ambos casos analizados, observamos que la búsqueda de soluciones asociativas viene dada por la presencia de dificultades en la inclusión productiva, las cuales se tornan muchas veces imposibles en forma individual. En otras palabras, notamos que estas dificultades están íntimamente relacionadas con las características de las y los productores: de escala pequeña y con un mínimo capital que invierten, las cuales se tornan inviables a la hora de competir en un mercado que tiende a la concentración y a la competencia.

De este modo, la cooperación y el asociativismo contribuyen a la inclusión de estos agricultores y agricultoras en relación con la dependencia de las lógicas excluyentes del mercado, por permitir el ingreso de escala y por facilitar el acceso al crédito, la asistencia técnica y el diálogo con el poder público.

Sin embargo, resaltamos que la estrategia comunicacional de estas cooperativas y las formas asociativas debe ser eficiente en transmitir los valores, origen y calidad de los productos y su vínculo con la agricultura familiar y el desarrollo local. De esta forma, el espacio que ganaran en los mercados, se garantiza –frente a la competencia desenfrenada con los grandes jugadores– por medio del reconocimiento y la lealtad por parte de los consumidores y otros actores. Consideramos que una buena comunicación que interpele a la comunidad donde están insertos los casos estudiados pueden acercarlos, siendo ésta una buena estrategia de fortalecimiento entre las experiencias y las comunidades.

Así como destacamos el valor que tiene la herramienta de la comunicación, los vínculos generados con el poder público también deben usarse para un mayor control de los mercados. A partir de la construcción de lazos solidarios entre las cooperativas y el poder público, es necesario que la herramienta política intervenga en la regulación de los mercados. Queda

claro que éstos no se autorregulan y producto de décadas sin intervenciones políticas claras en sus intercambios, fueron concentrándose y relegando a productores y productoras de escalas pequeñas.

En cuanto a la cuestión de género, encontramos que las experiencias relatadas tienen grandes diferencias entre ellas. Si bien en AAC la perspectiva de género está mucho más trabajada que en Cooper Frango Carú, el papel de las mujeres muchas veces queda aún relegado a las tareas del cuidado o incluso implica un doble trabajo, doméstico y gerencial. Somos conscientes de que las transformaciones de las relaciones de género en la sociedad aún se encuentran en etapas de cuestionamiento hacia las prácticas hegemónicas y en desarrollo de otros modelos de relacionarnos. Dependerán de los avances en los cuales las sociedades adopten nuevas perspectivas y cuestionen viejos modelos sociales.

Dentro de las problemáticas que afectan a gran parte de los actores cooperados, destacamos el éxodo rural, las dificultades productivas y de asistencia técnica, el acceso y la permanencia en los mercados y la propia reproducción social de las familias. En este sentido, considerando que esta serie de obstáculos impactan directamente en los procesos asociativos y cooperativos, y el desafío parece ser el desarrollo de los procesos que no tienen como orientación exclusiva la obtención del lucro, pero que invierten en redes colaborativas y que tienen el objetivo de encontrar estrategias comunes a las formas pulverizadas de la cooperación.

Somos conscientes que este es un estudio exploratorio y que investigaciones futuras deberían dedicarse al análisis en profundidad de las relaciones de solidaridad que se establecen entre los actores involucrados en las experiencias y las organizaciones. La comprensión de las relaciones que van más allá de la dimensión económica podría indicar si las redes de colaboración son basadas en principios cooperativos, en contraste con el establecimiento de asociaciones que apenas buscan ganancias a través de la inserción en un mercado competitivo.

Por último, pero no menos importante, nos parece fundamental destacar que tanto ACC como la Cooper Frango Carú en sus desarrollos productivos apuntan a actividades agroecológicas, intentando respetar los ciclos naturales de esos futuros alimentos en pos de buscar un menor impacto en los agroecosistemas. Tener esta perspectiva cuando se desarrolla una actividad económica incita a repensar las actividades humanas dentro

del contexto en los cuales se impulsan, es decir, creemos que tanto los agricultores como las agricultoras están entendiendo que si no respetamos el medio en cual vivimos, estaremos condenados a una permanente crisis civilizatoria.

## REFERENCIAS

- ACOLHIDA NA COLÔNIA. *Associação de Agroturismo Ecológico*, 2020. Disponível em: <https://acolhida.com.br/>. Acesso em: 12 de março de 2020.
- ACOSTA, A.; BRAND, U. *Salidas del laberinto capitalista. Decrecimiento y postextractivismo*. Buenos Aires: Tinta Limón y Fundación Rosa Luxemburgo, 2017.
- AMURES. Associação de Municípios da Região Serrana. Disponível em: <https://www.amures.org.br/>. Acesso em: 12 de março de 2020.
- BARTRA, A. Crisis civilizatoria. In: ORNELAS, R. (Coord.) *Crisis civilizatoria y superación del capitalismo*. México, DF: Instituto de Investigaciones Económicas - UNAM, 2013. p. 25-71.
- COSTA, A.; MATOS, R. E. da S.; VALLE, M. H. S. Análise dos processos de masculinização no meio rural os municípios brasileiros segundo porte populacional e grau de modernização da agropecuária. *Campo-Terrirório*, [s.l.], v. 10, n. 21, p. 271-292, 2016.
- FANTINI, A.; ROVER, O. J.; CHIODO, E.; ASSING, L. Agroturismo e Circuitos Curtos de Comercialização de Alimentos Orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia”-SC/Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 56, n. 3, p. 517-534, 2018.
- GUZZATTI, T. C. *O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas Encostas da Serra Geral Catarinense*. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- GUZZATTI, T. C. *O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)*. 2010. 281 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- JESUS, P. de; TIRIBA L. Cooperación. In: CATTANI, Antonio A. D. (org.). *La otra economía*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004. p. 85-95.
- LANDER, E. *Crisis civilizatoria. experiencias de los gobiernos progresistas y debates en la izquierda latinoamericana*. Guadalajara: CALAS, 2019.
- MANCE, E. A. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômicos-filosóficos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- MARTENDAL, A. G.; TOMIO, M. Gestão familiar no agroturismo em Santa Catarina: a experiência da Acolhida na Colônia. *Turismo em Análise*, São Paulo, vol. 26, n. 4, 2015.
- MASON, P. *Postcapitalismo*. Hacia un nuevo futuro. Barcelona: España, Paidós, 2016.
- QUINTERO, P. (Ed.). *Crisis civilizatoria, desarrollo y buen vivir*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2014.
- SÁ, M. A. de. *Redes de cooperação como estratégia para o desenvolvimento da agricultura familiar: Programa SC Rural*. 2014. 158 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

## Capítulo 8

# REDES DE COOPERACIÓN PARA LA COMERCIALIZACIÓN DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS: MIRADAS SOBRE DOS EXPERIENCIAS EN BRASIL Y CHILE

Dr. Pablo Saravia Ramos  
Dr. Oscar José Rover

### INTRODUCCIÓN

Desde Octubre de 2019 Chile ha vivido significativos procesos de protesta social que han cuestionado la fisonomía y las características del modelo económico instaurado por la dictadura cívico militar en la década de los ochenta. El reclamo popular se ha centrado no solo en la necesidad de mejorar la calidad de vida de las personas o sus ingresos, sino que ha puesto en tela de juicio una forma de entender lo político, los territorios y las formas de relacionarse. Es una protesta que ataca la médula del modo neoliberal de pensar y vivir la sociedad, y que abre nuevos escenarios, en los que la cooperación y el trabajo colectivo adquieren un nuevo impulso histórico.

En Brasil, al mismo tiempo, muchas transformaciones estructurales han sucedido en las últimas dos décadas. Desde el 2003 el país se estructuró en torno a un gobierno central que construyó una fuerte presencia del Estado en las dinámicas de organización socioeconómica, ciclo que se cerró en 2015 con un golpe jurídico parlamentario. Desde ese momento comenzó el avance de una agenda neoliberalizante que se profundizó con la irrupción de un gobierno de extrema derecha a partir de 2019. Aun así, en los dos períodos mencionados – es decir, pre y post 2015 – se organizaron importantes dinámicas de acción social en diversos campos, destacándose la formación de redes agroalimentarias alternativas - RAA (GOODMAN, 2003; RENTING *et al*, 2003), que han resistido a diferentes formas de centralización y homogenización de lo agroalimentario. La formación de estas redes es también visible en la realidad chilena, aun cuando su organización en los dos países se de con diferentes grados de intensidad.

Renting *et al* (2003) afirman que las RAA se refieren, en términos generales, a redes de productores, consumidores y otros actores que incor-

poran formas de abastecimiento de alimentos alternativas al modo industrial, de carácter más estandarizado. En los casos de América Latina estas son normalmente estimuladas por movimientos sociales de origen rural, aun cuando en diferentes realidades se han venido organizando nuevas iniciativas de consumidores y de mayor articulación en la diada producción-consumo. Quienes compran se comprometen con estas redes buscando dar calidad a su abastecimiento alimenticio, especialmente motivados por disminuir los riesgos de los alimentos para la salud, derivados de su excesiva industrialización o creciente uso de agrotóxicos (ROVER; RAMOS, 2019).

En los contextos de producción y comercialización de alimentos en los que hay espacio para el cuestionamiento y la reformulación de prácticas, se potencian las capacidades de compromiso productivo y político de consumidores y pequeños agricultores. Allí la agroecología representa el abordaje que moviliza a los actores sociales, al ser vista como un camino estructurante para la transformación de lo agroalimentario, con impactos en el conjunto de la sociedad (MOSSI *et al*, 2020). Diversas experiencias que buscan articular modos alternativos de producción y comercialización se han organizado alrededor de todo el mundo; dentro de ellas destacamos dos casos, uno en Chile y el otro en Brasil. El análisis de estos casos pretende contribuir al conocimiento acumulado que ya existe sobre este tipo de experiencias, con el fin de aprender de sus fortalezas y debilidades.

Con respecto a Chile, donde estas iniciativas tienen un desarrollo aún incipiente, problematizaremos un caso de distribución de alimentos agroecológicos emplazado en la Región de Valparaíso. En Brasil, el escenario es diferente. Especialmente en el sur, hay experiencias que cuentan con una historia más vasta, como por ejemplo, la Red Ecovida de Agroecología, creada a fines de los noventa (ROVER, 2011; ROVER *et al*, 2017), o experiencias recientes, como las Células de Consumidores Responsables, en el litoral del Estado de Santa Catarina. Muchas de estas iniciativas nacieron en el contexto de movimientos sociales rurales, avanzaron en dinámicas productivas y organizativas, hasta que necesitaron ampliar la demanda por sus alimentos y movilizaron a la ciudadanía urbana interesada en ser abastecida por agricultores familiares y agroecológicos.

Se trata de esfuerzos por disminuir las brechas entre el campo (producción) y la ciudad (consumidores), reconocerse a partir de sus diferencias y proyectar caminos y estrategias conjuntas y recíprocas que potencien ambos



territorios. El encuentro entre campo y ciudad, y la ampliación de relaciones directas entre producción y consumo, van organizando nuevas redes relacionales. Personas y organizaciones que antes se involucraban escasamente con lo agroalimentario se incorporan a otras que trabajan hace décadas, co-construyendo un camino hacia la creación de redes de ciudadanía agroalimentaria (RENTING *et al*, 2012)<sup>1</sup>. Estas redes que se han organizado en torno de los alimentos, implementan procesos cooperativos e innovadores.

El objetivo de este capítulo es analizar la puesta en práctica de estos procesos, destacando dos redes de articulación producción-consumo. En ellas se observan nuevas formas de comercialización de alimentos agroecológicos, con nuevas dinámicas económicas que, construidas sobre la base de relaciones de solidaridad y cooperación, buscan mayores niveles de soberanía alimentaria.

El capítulo se organiza de la siguiente forma: comenzamos por una incursión teórica, abordando brevemente algunas redes de comercialización territorializadas que movilizan a agricultores familiares y consumidores en torno a alimentos agroecológicos. Luego presentamos y discutimos los dos casos seleccionados como ejemplos para el análisis; finalmente exponemos las principales conclusiones.

## REFERENCIAS TEÓRICAS PARA PENSAR LAS ARTICULACIONES QUE APROXIMAN LA PRODUCCIÓN Y EL CONSUMO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS

Las formas organizativas que denominamos redes de ciudadanía agroalimenticia (RCA) tienen como característica clave el esfuerzo por aproximar a los sectores de la producción y el consumo de alimentos. Agricultores organizados en grupos, cooperativas y asociaciones se articulan con consumidores organizados en conjuntos a veces informales, logrando avanzar hacia organizaciones más institucionalizadas. Muchos ciudadanos reivindican el deseo de tener un papel con mayor influencia en la organización de los sistemas de producción, distribución y consumo de alimentos, lo que

---

<sup>1</sup> Los autores denominan *civic food networks* cuando analizan experiencias organizadas especialmente en Europa y EUA, observando que en aquellos contextos los consumidores tuvieron un papel activo en su organización. Entre tanto, para los casos latinoamericanos consideramos más pertinente denominarlas *civic agrifood networks* o redes de ciudadanía agroalimenticia, dado que la mayoría de las experiencias latino-americanas tienen iniciativa y proactividad de actores sociales con origen en los territorios rurales.

contribuye a la creación de nuevas formas de compromiso con las cadenas alimenticias (RENTING *et al*, 2012). Además de la organización ciudadana, la mayoría de las RCA se compone de producción orgánica y agricultura familiar. Las RCA articulan estos componentes formando circuitos cortos de comercialización (CCC), es decir, formatos organizativos que reducen intermediarios, al aproximar productores y consumidores en términos relacionales, espaciales e informacionales (MARSDEN *et al*, 2000). Un estudio sobre CCC de alimentos en diversos países europeos identificó que los alimentos orgánicos eran elementos claves, que se encontraban presentes en la mayoría de los casos (KNEAFSEY, 2013). Las experiencias que analizaremos en este capítulo organizan CCC de alimentos orgánicos de agricultura familiar, priorizando un tipo de circuito corto que es la venta directa. A través de los CCC en general y de las ventas directas en particular, agricultores, consumidores y sus organizaciones construyen y reconstruyen redes, movilizándolo a su ciudadanía en torno a un interés común: el abastecimiento con alimentos orgánicos/agroecológicos. Distintas experiencias poseen diferentes niveles de compromiso/participación y proyección política. La gestión de este interés común se construye sobre la base del principio de reciprocidad colectiva, donde la prioridad tiene que ver con la consolidación de un proyecto conjunto en el centro del cual está el alimento.

Los CCC pueden desarrollarse en diferentes contextos territoriales, sin embargo, es alrededor de los centros urbanos que estos demuestran tener un mayor potencial, por la proximidad espacial de la producción de alimentos con el gran contingente poblacional que allí reside. La agricultura familiar tiene en los CCC una alternativa de desarrollo socioeconómico, relacionándose con consumidores que buscan alimentos con menor riesgo y que reconocen cada vez más la relación entre su elección de compra y los impactos socioambientales de la misma (PALTRINIERI, SPILLARE, 2015). La proximidad territorial y la creciente demanda de los consumidores por alimentos agroecológicos y orgánicos, amplían o crean mercados para innumerables agricultores familiares (ROVER; RAMOS, 2019), generando procesos de inclusión económica.

A partir de esto, entendemos el concepto de territorio como una red de relaciones sociales, políticas, culturales y económicas que se dan en un espacio-tiempo determinado. En él se expresan conflictos, tensiones y disputas que lo cargan de sentidos (WAHREN; GARCÍA, 2014) y que

permiten re-crearlo y re-imaginarlo desde posiciones e imaginarios que se tensionan en el entramado complejo de las relaciones de poder. El territorio también es una forma de imaginar y construir nuevas estrategias de vinculación y reapropiación de la naturaleza, que se expresan en identidades culturales y estrategias autogestionadas, capaces de movilizar recursos y potencialidades para satisfacer necesidades, aspiraciones y deseos (LEFF, 2005) de las comunidades excluidas por el modelo capitalista dominante.

Inserta en territorios diversos, la agricultura familiar es un sector de la producción agroalimenticia que normalmente produce alimentos en mayor diversidad y menor escala, lo que permitiría un mejor ajuste entre las necesidades de los consumidores y las realidades territoriales de los agricultores. Según la FAO (2013), la agricultura familiar busca un equilibrio entre renta y bienestar, organizando sistemas productivos diversos y en relación al contexto en el que se integra, a través de la combinación de funciones económicas, ambientales, sociales y culturales. Así, muchos agricultores familiares, especialmente aquellos cercanos a áreas urbanizadas, tendrían en los CCC una modalidad de comercialización todavía poco desarrollada, a través de la cual podrían repensar agroecológicamente sus sistemas productivos, para atender la diversificada demanda de los consumidores.

Entre tanto, no basta que la comercialización de los alimentos se de en un CCC; sus impactos socioeconómicos y ambientales dependen de qué relaciones de mercado se establecerán y se organizarán con ellas. En este sentido, a continuación analizaremos dos experiencias que promueven CCC y se articulan en red, movilizando agricultores, consumidores (y sus organizaciones), además de organizaciones e instituciones de apoyo. Tales experiencias poseen alimentos originales semejantes, al mismo tiempo que generan formatos de funcionamiento y resultados diferenciados, de acuerdo a sus contextos territoriales, históricos y organizativos.

### **LA COMERCIALIZACIÓN DE ALIMENTOS ORGÁNICOS Y AGROECOLÓGICOS PROVENIENTES DE LA AGRICULTURA FAMILIAR: DOS CASOS DE REDES QUE AMPLÍAN LA RELACIÓN PRODUCCIÓN-CONSUMO**

Los casos analizados son experiencias que han sido articuladas y observadas por dos grupos de investigación y extensión universitaria: el Laboratorio de Comercialización de la Agricultura Familiar (Lacaf/UFSC-Brasil) y el Observatorio de Participación Social y Territorio (UPLA-Chile). Estos grupos

han desarrollado una relación de intercambio desde 2018, lo que permite mirar sus bancos de datos y entender las redes organizadas para la comercialización de alimentos en sus contextos de trabajo. A través de ellos, el capítulo a continuación busca destacar aquellas redes que promueven una ampliación de las relaciones producción-consumo, mediante circuitos cortos y venta directa, con miras al abastecimiento de alimentos orgánicos/agroecológicos.

Las experiencias y redes de comercialización aquí analizadas son específicas de cada contexto territorial, aunque se basan en ejemplos ya desarrollados en otras partes del planeta, como los GAS (Gruppi d'Acquisto Solidali) en la Italia, las Amap (Association pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne) en Francia y las CSA (Community Supported Agriculture) que funcionan en varias partes del planeta.

La experiencia liderada por el Lacaf/UFSC que analizaremos en este capítulo es denominada "Células de Consumidores Responsables (CCR)"<sup>2</sup>. Esta se desarrolla en el Litoral de Santa Catarina, en la región Sur de Brasil, una de las regiones con mejores indicadores económicos y sociales del país. En toda esta zona predominan los agricultores familiares (IBGE, 2017). La región ha vivido un proceso de modernización de su agricultura desde finales de los años '60 y posee una fuerte integración de agricultores (incluso agricultores familiares), en las cadenas productivas del agronegocio corporativo (especialmente de pollos, cerdos, tabaco y leche). Sin embargo, muchos agricultores familiares no están insertos en estas cadenas, especialmente aquellos que producen frutas, legumbres y verduras (FLV), y se integran a los mercados por diversos otros mecanismos, con ventas a centrales de abastecimiento, así como a intermediarios feriantes que abastecen pequeños mercados, entre otros. En lo que se refiere a los agrotóxicos, hay un elevado porcentaje de establecimientos que no los utilizan, a pesar de existir un intensivo uso en la región. En Santa Catarina 29,2% de los establecimientos rurales declaran no utilizar agrotóxicos (IBGE, 2017). En lo que se refiere a la producción orgánica agroecológica, la región Sur de Brasil destaca con más del 41% de los productores orgánicos certificados del país (MAPA, 2020). Las CCR trabajan solo con agricultores familiares que poseen certificación orgánica, específicamente con aquellos ligados a la Red Ecovida de Agroecología<sup>3</sup>, la cual promueve la Certificación Participativa.

---

2 Más informaciones en <https://lacaf.paginas.ufsc.br/celulas-de-consumidores-responsaveis/>

3 Más informaciones en <https://lacaf.paginas.ufsc.br/celulas-de-consumidores-responsaveis/>

Para el abastecimiento directo con alimentos orgánicos/agroecológicos, cada CCR articula un grupo de agricultores familiares y otro de consumidores. La venta se da por pedidos anticipados, de manera que cada mes los grupos de consumidores pagan un valor correspondiente al total de cestas de alimentos que recibirán semanalmente a lo largo del mes. La recepción semanal es en un punto de entrega que consiste en un local seco, fresco y aireado, de fácil acceso al grupo de consumidores y previamente definido con el grupo de agricultores. Cada CCR tiene su punto de entrega específico y los consumidores asumen la responsabilidad de garantizar las condiciones de funcionamiento de este espacio. El punto de entrega es un elemento central de la experiencia, pues con este se reducen costos de logística y tiempo de dedicación de los agricultores con la distribución de los alimentos.

Desde el punto de vista del formato organizativo, los pilares de esta experiencia son: a) un precio estable de R\$ 29,00 (US\$ 5,42) para las cestas pequeñas y de R\$ 53,00 (US\$ 9,91) para las grandes, lo que corresponde al precio medio más bajo aplicado a alimentos orgánicos en la región Litoral Catarinense; b) un peso aproximado de 4,5 kg para las cestas pequeñas y 9,0 kg para las cestas grandes; c) garantía de diversidad de ítems (frutas, legumbres, verduras, raíces, aliños y tés). Los consumidores pueden escoger si quieren una cesta pequeña o grande, sin embargo, los alimentos que compondrán cada cesta no son a su elección, puesto que le serán entregadas aquellas frutas, legumbres, verduras, raíces, aliños y tés que los agricultores consigan producir en cada período. Esto deriva de un principio agroecológico: no todos los alimentos pueden ser producidos en todas las épocas del año; los consumidores deben adaptar su dieta y sus recetas de acuerdo a los alimentos que los agricultores disponen en cada época. El modelo CCR descrito nació en noviembre del 2017 con una Célula y 27 cestas semanales; después de tres años actúa con 12 Células y más de 500 cestas semanales.

Del punto de vista de los procesos cooperativos y asociativos, varios aspectos transversalizan la experiencia: a) todas las Células son abastecidas por grupos de agricultores familiares, que individualmente no podrían atenderlas, pero que reunidos garantizan diversidad y escala para abastecer la demanda; b) todos los grupos de agricultores son integrados a la Red Ecovida de Agroecología, una red de grupos y organizaciones sociales que

incluye a cerca de 4.500 familias agricultoras; c) en el ámbito de la Red Ecovida se opera la certificación participativa<sup>4</sup>, una forma cooperada de evaluación de la conformidad orgánica de los productos; d) los grupos consumidores son formados para recibir las cestas y se organizan de acuerdo al lugar de trabajo y/o residencia de sus miembros, asumiendo la autogestión del funcionamiento del grupo y del punto de entrega; e) los grupos de agricultores y consumidores asumen un “término de responsabilidades compartidas”, que funciona como un contrato a ser respetado por ambas partes, siempre abierto a evaluaciones a través de las dinámicas de autogestión entre los dos grupos; f) dentro de cada CCR y entre ellas se dan intercambios de informaciones y capacitaciones sobre cómo aprovechar alimentos estacionales, autogestión de grupos, etc.

La diversidad de grupos y organizaciones involucradas en las CCR se da por la capacidad del Lacaf de actuar como agente mediador, permitiendo la formación de una nueva red de organizaciones, articulada en torno del abastecimiento de alimentos orgánicos/agroecológicos. Esta articulación en red mejora el proceso con intercambios de aprendizajes e informaciones, lo que permite el perfeccionamiento constante de la iniciativa, y generar ganancias a escala por cooperación para: a) los agricultores: cuando a través de un grupo superan la limitada oferta de volumen y diversidad de productos, además de optimizar la logística en la distribución de los alimentos; b) para agricultores y consumidores: cuando ambos grupos se benefician de la existencia de un punto de entrega que reduce los costos a los agricultores y el precio final a los consumidores. La formación de los grupos, los avances generados en cada CCR y la articulación de todos estos esfuerzos en red permite un proceso de maduración colectivo y perfeccionamiento de las prácticas. Así, grupos y organizaciones sociales construyen nuevas formas de economía, sin esperar que el Estado resuelva los asuntos asociados a la oferta y demanda de alimentos orgánicos/agroecológicos, y sin creer que el mercado es una institución cerrada en la cual no habría espacio para la innovación. De este modo, grupos y organizaciones sociales

<sup>4</sup> La certificación es operada por la Asociación Ecovida de Certificación Participativa, un Organismo Participativo de Evaluación de la Conformidad (sigla en portugués: Opac), que obedece a la legislación nacional para los productos orgánicos. Los productos que reciben esta certificación pueden ser comercializados en todo el territorio brasileño. Para mayores informaciones ver: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-19-de-28-de-maio-de-2009-mecanismos-de-controle-e-formas-de-organizacao.pdf/view>

ligados a agricultores familiares y consumidores activan su ciudadanía y se articulan en red para la comercialización de alimentos de calidad superior, generando innovación e inclusión económica.

En lo que se refiere al caso de estudio de la Región de Valparaíso, Chile, el reconocimiento de los actores que estaban desarrollando actividades en el territorio vinculadas a procesos asociativos, comenzó el año 2015, momento en el que se pudo levantar un mapeo sobre los tipos de colectivos existentes y sus áreas fundamentales de trabajo<sup>5</sup>. En este mapeo se identificaron diferentes colectivos y personas claves que estaban desarrollando iniciativas en diversas áreas incluida algunas del ámbito de la agroecología y la alimentación en base a procesos asociativos y cooperativos (SARAVIA, 2018).

Como gran parte del resto del país, la Región de Valparaíso se caracteriza por una fuerte actividad económica extractiva, concentrada en dos grandes rubros: por una parte la minería (fundamentalmente cobre, molibdeno, oro y plata) y por otra la presencia de grandes extensiones de monocultivo de paltas y cítricos. Ambas actividades están generando un fuerte impacto en los territorios, siendo el más dramático el caso del agua. Chile cuenta con el triste registro de ser el único país en el mundo que tiene privatizadas sus aguas, por lo que esta riqueza de la naturaleza se convierte en un bien más, que se transa en un mercado al mejor postor<sup>6</sup>.

En este contexto, se comenzó a dar forma a una estrategia que permitiera conectar directamente la producción agroecológica del campo de la región con grupos de consumidores sensibilizados con estas temáticas y que pudieran contrarrestar la influencia del modelo de distribución alimentario convencional, determinado por el peso del supermercadismo y

---

5 Proyecto Fondecyt Regular n°1160182 “Cartografías de heterogeneidad económica: estudio de casos en las regiones de Biobío y Valparaíso.

6 Innumerables estudios (BOLADOS, 2016; MUNDACA, 2014; BUDDS, 2012, entre otros) y movimientos sociales fuertemente criminalizados (aquí resalta, aunque no exclusivamente, el caso del Movimiento de Defensa del Agua, la Tierra y la protección del Medioambiente - Modatima) han visibilizado esta problemática que ya se extiende por décadas y que en los últimos años se ha vuelto crítica por los efectos de la sequía y del constante acaparamiento y robo de agua a la que se ven sometidos los territorios de la región. La particular condición jurídica en la que se encuentra el agua en nuestro país, tiene su fundamento en la promulgación, el año 1981, del Código de Aguas (consagrado en la Constitución de 1980, la misma que a partir de octubre de 2019 se convierte en una de las principales instituciones que se busca transformar) que, entre otros aspectos, separa la propiedad del agua de la propiedad de la tierra, generando el esquizofrénico contexto de propietarios de tierras sin agua y propietarios de agua sin tierra.

la fuerte concentración en la distribución de alimentos representada en las centrales mayoristas.

Desde el punto de vista de la producción, esta experiencia de distribución de alimentos de base agroecológica se fundamenta en una relación de apoyo y colaboración entre diferentes unidades de agricultura familiar emplazadas en el territorio. Estas unidades productivas han podido avanzar en sus procesos de articulación y certificar que la cooperación entre ellos los sitúa en un mejor escenario frente a los retos de comercialización de sus alimentos fuera de los mecanismos convencionales. La formación de esta red ha permitido, entre otros aspectos, reproducir con mayor facilidad relaciones de solidaridad y reciprocidad entre las diferentes unidades productivas; mejorar los niveles de comunicación y transferencia de conocimiento entre ellos y, por último, otorgar mayores seguridades a los agricultores frente a potenciales incrementos de la escala (dimensión) de la experiencia.

En la primera etapa lo que se hizo fue reflexionar sobre cuál sería la estrategia más adecuada para enfrentar colectivamente una forma de distribución que pudiera poner en vinculación los alimentos que están disponibles en los territorios y la demanda que surge desde las ciudades. Se optó por una alternativa que contemplaría la distribución de una cesta de diez alimentos utilizados en gran parte de las preparaciones tradicionales de la cocina chilena (papas, cebollas, ajo, zanahoria, limón, acelga/ espinaca, tomate, zapallo italiano, pimentón y lechugas). La delimitación de estos alimentos tuvo en cuenta la temporalidad de la producción (este proyecto comenzó en el verano chileno de 2019/20, donde estos productos abundan), por lo que se prevee que en futuros repartos su composición se ajuste a la estacionalidad de la producción agrícola. A pesar de lo anterior, algunos de ellos podrán mantenerse durante gran parte del año debido a que pueden ser almacenados, como es el caso de la papa, la cebolla y el ajo. El peso aproximado de esta cesta básica rondaría los 10 kg con un valor final único de \$12.000 (US\$14) y con una distribución quincenal. A esta cesta básica, luego se han agregado una serie de hortalizas y alimentos procesados (mermeladas, conservas, miel, vinos, entre otros) que se denomina “extras” y que cada unidad de consumo solicita en cada reparto quincenal.

El modelo de distribución comienza con el acopio de alimentos en un punto equidistante entre la producción y el consumo, facilitado por las relaciones de colaboración que se han construido con la Cooperativa Viti-



vinícola Marga-Marga y en particular con una de sus socias. Se dio forma a un grupo denominado “motorización”, que opera como facilitador de la conexión entre el grupo de productores y el de los consumidores, gestionando los aspectos logísticos del modelo.

En la ciudad se han dado diferentes dinámicas, al comienzo existían tres nodos de consumidores que agrupaban entre 30 y 35 unidades de consumo (cestas). En uno de ellos, se recepcionaban los alimentos y se realizaba el armado de cestas con el trabajo voluntario de los consumidores de los tres nodos, que iban rotando. Las cestas eran armadas de manera igualitaria y posteriormente se distribuían en los otros nodos. Actualmente esta experiencia cuenta con dos nodos que agrupan a 50 unidades de consumo y el armado de cestas como la preparación de los productos extras es realizado por un equipo de agricultores en el campo.

En síntesis, este modelo se sustenta en relaciones de solidaridad y de reciprocidad donde cada uno de los actores involucrados tiene responsabilidades que debe cumplir para mantener este ejercicio. En relación a las responsabilidades de las unidades productivas, estas serían: llegar un día antes o el mismo día al centro de acopio con la producción programada previamente, y disponer de alternativas cuando un determinado alimento no pueda llegar a tiempo al centro de acopio, o cambie por la estacionalidad. En el caso de las personas que participan como consumidores, las responsabilidades serían: pagar con anticipación (como plazo último el viernes anterior a la semana del reparto) el valor de la cesta básica a un responsable del nodo elegido de manera autónoma; ir al punto de distribución para retirar su cesta o buscar una alternativa en caso de que no pueda hacerlo en la fecha y hora programada, y mantener la relación por un plazo fijo y determinado (actualmente está siendo debatida la cantidad de meses de duración de este ciclo, que puede rondar entre los 6 meses y un año). Esto último se entiende como un factor que permite la mantención del proyecto en el tiempo, evita la rotación permanente de consumidores y el desgaste natural que eso significa para quienes permanecen en el proyecto, y también da mayores certezas a la red productiva, con respecto a la estabilidad de demanda que necesita para poder planificar su producción. Las responsabilidades tanto de los consumidores como de los productores, son definiciones básicas que permiten reproducir relaciones de cooperación entre el campo y la ciudad, ya que tanto unos como otros se ven be-

neficiados por las potencialidades de cada cual. Las unidades de consumo aseguran un piso económico y de trabajo territorial (no son simplemente compradores de alimentos), y la red productiva garantiza alimentos de calidad basados en los principios de la agroecología, reproduciendo con ello relaciones de mayor equilibrio con la naturaleza.

## CONCLUSIONES

Las experiencias analizadas demuestran cómo diferentes grupos y organizaciones se articulan en red y promueven mecanismos de autogestión para llevar a la práctica nuevas formas de mercado, que aproximen espacial y relacionalmente productores y consumidores. Tanto el Estado brasileño como el chileno, tienen una gran deuda con el desarrollo socioeconómico de las capas populares, e históricamente han estimulado formas comoditizadas de mercado, con poco soporte para iniciativas agroecológicas y cooperaciones entre agricultores familiares. Los consumidores han sido crecientemente obligados a alimentarse de productos industrializados, muchos de los cuales son ultraprocesados y usan agrotóxicos de forma intensiva en sus procesos productivos. De este modo, varios grupos de agricultores familiares y consumidores encuentran en el abastecimiento directo de alimentos agroecológicos un interés común y han movilizad su acción ciudadana hacia la construcción social de mercados, articulando redes en los moldes de las experiencias aquí analizadas.

Experiencias de este tipo dejan claro que los agricultores no pueden funcionar como si sus compradores fueran un supermercado o una tienda y, al mismo tiempo, los consumidores no pueden operar con los mismos criterios ni con las mismas exigencias que utilizan con aquellos locales. El abastecimiento directo entre agricultores y consumidores, y la continuidad de las experiencias analizadas demandan una economía del cuidado, en la que —más allá de los productos— se deposite atención sobre las personas, la sociedad y la naturaleza. Una perspectiva de este tipo exige un cambio educacional y cultural, al que las experiencias estudiadas han demostrado poder contribuir, dado que sus dinámicas de autogestión generan un proceso de co-responsabilidad entre agricultores y consumidores.

Estas experiencias sufren el impacto de limitaciones estructurales que sobrepasan sus campos de acción directos, como el acceso a la tierra en Brasil o al agua en Chile. Además, los casos estudiados evidencian algunas

debilidades, tales como: la escala que estas poseen para responder a la complejidad creciente de su gestión, la cual muchas veces no puede ser asumida en su totalidad con trabajo voluntario; articulaciones poco consolidadas entre productores y consumidores, a pesar de los importantes avances que han habido en la construcción de redes para ambos casos; la aún débil conciencia crítica de los consumidores, aunque se ha fortalecido, dándole una mayor centralidad al consumo de alimentos en las prácticas cotidianas; la necesidad de avanzar hacia mayores niveles de autogestión, lo que demanda un cambio cultural que modifique la posición pasiva, especialmente del consumidor.

La mercantilización es un proceso que se incrustó en las prácticas que van de la producción al consumo alimenticio. Las experiencias analizadas representan una posibilidad de consumir alimentos sanos, de mejor calidad, así como de construir nuevas relaciones producción-consumo alimenticio, que trasciendan los formatos estrictamente mercantiles, agregando prácticas de reciprocidad y cooperación. Estas permiten valorar la producción de los territorios, solventar procesos educativos, transformar la relación campo-ciudad y demostrar que la agroecología es un camino real para la construcción de mayores niveles de soberanía alimentaria.

## REFERENCIAS

- BOLADOS, P. Conflictos socio-ambientales/territoriales y el surgimiento de identidades post neoliberales (Valparaíso-Chile). *Izquierdas*, Valdivia, Chile, n. 31, p. 102-129, 2016.
- BUDDS, J. La demanda, evaluación y asignación del agua en el contexto de escasez: un análisis del ciclo hidrosocial del valle del río La Ligua, Chile. *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 52, p. 167-184, 2012.
- FAO, *Food and Agriculture Organization of the United Nations*. International Year of Family Farming 2014: Master Plan. Rome: FAO, 2013.
- GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, n. 19, p. 1-7, 2003.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuario*. Rio de Janeiro, 2017.
- KNEAFSEY, M. et al. *Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU: A State of Play of their Socio-Economic Characteristics*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.
- LEFF, E.. La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable. Economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. *Revista OSAL*, Buenos Aires, n. 17, p. 263-273, 2005.
- MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos>>. Acesso em: abr. 2020.

- MARSDEN, T., BANKS, J. e BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.
- MOSSI, A.; PETRY, C. REICHERT JUNIOR, F. *Agroecology: Insights, Experiences and Perspectives*. NY: Nova, 2020.
- MUNDACA, R. *La privatización de las aguas en Chile: causas y resistencias*. Santiago: Editorial América en Movimiento, 2014.
- PALTRINIERI, R.; SPILLARE, S. *L'Italia del biologico: Un fenomeno sociale, dal campo alla città*. Milano: Edizione Ambiente, 2015.
- RENTING, H.; MARSDEN, T.K.; BANKS, J. *Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development*. *Environment and Planning A*, v. 35, p. 393-411, 2003.
- RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. *Int. J. of Soc. of Agr. & Food*. East Lansing, EUA, v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012.
- ROVER, O. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. *Revista Ciências Sociais*, São Leopoldo, v. 47, p. 56-63, 2011.
- ROVER, O., DE GENNARO, B., ROSELLI, L. Social innovation and sustainable rural development: the case of a brazilian agroecology network. *Sustainability*, Basel, Suíça, v. 9, p. 3-14, 2017.
- ROVER, O., RAMOS, P. Alternativas de mercado para o desenvolvimento da agricultura familiar. Desenvolvimento sustentável na produção agroalimentar [recurso eletrônico] = Desarrollo sostenible en la producción agroalimentaria / editores, Marciel J. Stadnik, Aline C. Velho, Susana E. Zorrilla. – Dados eletrônicos. - 1. ed. – Florianópolis : CCA/UFSC, 2019.
- SARAVIA, P. Heterogeneidades económicas en territorios de la región de Valparaíso-Chile: aproximaciones y emergencias de otras formas económicas. *Población y Sociedad*, Santa Rosa, Argentina, v. 25 (1), p. 103-131, 2018.
- WAHREN, J. y GARCÍA, L. Campesinado, territorios en disputa y nuevas estrategias de comercialización de la producción campesina en Argentina. *Veredas: Revista del Pensamiento Sociológico*, Ciudad de México, n. 28, p 297:342, 2014.

## Capítulo 9

# RELAÇÕES SOCIAIS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: OS CASOS DAS CÉLULAS DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS E DO ASSENTAMENTO VITÓRIA DA CONQUISTA

**Maria Novoa Alvarez  
Laura Niño  
Adevan da Silva Pugas  
Pâmela Ribeiro  
Wagner Nascimento**

### INTRODUÇÃO

O modelo convencional na agricultura refere-se ao sistema promovido pela revolução verde no século XX, que se concentra no produto e na promoção de suas características remuneratórias em detrimento da saúde do solo, das fontes hídricas, de qualquer animal que se alimenta desses produtos. Os atores vinculados à produção primária estão na base do sistema, orientados muitas vezes a privilegiar a produção em monocultura. Apesar disso, no sistema agroalimentar cada vez mais globalizado, sua proeminência é cada vez menor se comparada aos agentes vinculados a outros processos do sistema, aos quais se agrega valor ao produto agrícola para convertê-lo em um bem agroalimentar. São aqueles agentes (armazéns, transportadoras, transformadores e todos os tipos de intermediários) que transformam e adaptam o produto que finalmente chega aos consumidores que recebem o maior benefício econômico no sistema agroalimentar convencional, sendo sua maior expressão as corporações supermercadistas.

No entanto, o caráter comum desse sistema não impediu a prevalência de sistemas familiares (ou de baixa escala), que foram adaptados ou reformados, criando mecanismos alternativos de produção e relacionamento econômico em torno dos alimentos. A produção da agricultura familiar encontrou alternativas para comercialização, baseadas nas ações individuais e coletivas dos produtores. Essas alternativas fundamentam-se em lógicas diferentes das do sistema agroalimentar globalizado, de modo que o

contexto social e econômico vigente apresenta uma série de obstáculos que a agricultura familiar tem enfrentado.

A categoria agricultura familiar é designada como um guarda-chuva para cobrir diferentes práticas técnicas e culturais, mas com algumas características comuns. Martínez (2016) aponta a relação entre produção agrícola, dinâmica familiar e identificação com o território. Acevedo *et al.* (2018) enfatizam o profundo conhecimento da família agrícola sobre as condições locais, o que permite a coprodução com a natureza e a sua provisão alimentar. Os produtores familiares têm problemas para alcançar relacionamentos equitativos em diferentes mercados devido ao seu menor poder de barganha. Tal situação responde à falta de acesso à terra, acesso limitado a financiamento e informações, dificuldades em logística e transporte, baixos níveis de formalização, entre outros (CARACCILO, 2018; ALCOBA; DUMRAUF, 2011).

Existem inúmeros exemplos na América do Sul em que os atores da agricultura familiar, principalmente em processos associativos, conseguiram enfrentar esses obstáculos, desde a transformação do relacionamento com os consumidores, a negociação com atores privados e até a influência política. Compreender o jeito como os produtores enfrentam esses obstáculos é importante para fortalecer essas estratégias alternativas de comercialização.

Nesse sentido, e observando o caso dos agricultores do Assentamento Vitória da Conquista de Fraiburgo (SC) e um dos grupos de agricultores que abastecem as Células de Consumidores Responsáveis de Florianópolis (CCR), esse trabalho analisa as diferentes relações construídas pelos agricultores na efetivação de processos de comercialização. Os casos analisados foram vivenciados durante a realização da Escola de Verão Procoas 2020. Ademais, os dados aqui apresentados são parte de observação participante de dois dos autores, os quais atuam nas iniciativas estudadas.

Essa pesquisa procura identificar e analisar as relações de cooperação existentes nos dois casos para, em seguida, discutir as estratégias de comercialização presentes. Na seguinte epígrafe, são introduzidos os conceitos empreendidos neste estudo. Na terceira seção se apresentam os casos em análise a partir de dados empíricos e de informações secundárias oriundas de outros estudos. Na seção seguinte, são expostos os resultados dos dois casos, e finalmente na última seção são indicadas as conclusões.

## MARCO CONCEITUAL

As fases envolvidas nos processos de produção e distribuição em uma atividade econômica associam-se a interesses não puramente econômicos, mas também sociais e culturais.

Contrariando o pensamento vigente nas teorias de mercado, sobretudo as clássicas, como a do economista Adam Smith, é possível observar, ao longo da história, a prevalência de preocupações sociais em detrimento das que se alinhariam inteiramente ao lucro. Dessa forma, a economia globalizada do capital reduziu a sociedade ao mercado, negando outros princípios econômicos e relações sociais. Essa perspectiva separa a economia da sociedade, ou seja, concebe a economia e seus processos como sendo algo alheio às relações sociais desenvolvidas entre indivíduos e grupos (CORAGGIO, 2010).

No entanto, o mercado, tal como consolidado na modernidade, não assume papel central em outras experiências coletivas do passado. A suposta tendência à lógica de mercado nas sociedades, vista por algumas vertentes da economia como algo da essência humana, pode ser desmentida em estudos históricos e antropológicos. Conforme aponta Karl Polanyi (2000, p. 65):

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social.

Assim sendo, o enriquecimento pessoal e financeiro não é o único condutor dos processos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Outros mecanismos são possíveis, tendo como objetivo de integração social, e não a individualização das ações econômicas. Esses dois modelos opostos são o que alguns autores chamam conceitualmente de “Economia Formal” e “Economia Substancial”, movendo-se dentro da economia como disciplina científica e como campo de conhecimento, formas de entender a economia.

A perspectiva formal estabelece seus postulados na teoria neoclássica de que, com o tempo, tem sido a visão hegemônica, não apenas no campo teórico, mas na dimensão política da sociedade. Essa perspectiva sustenta que o econômico “é o que lida com a distribuição de meios escassos entre múltiplos fins. Dado o caráter ilimitado dos desejos humanos, ele argu-

menta que a escassez de meios deve ser reconhecida e a maneira economicamente racional para resolver esse problema da maneira mais eficiente possível” (VÁZQUEZ 2014, p. 120). Assim, o mercado é a instituição considerada a mais eficiente para resolver a satisfação das necessidades a partir do princípio da oferta e demanda<sup>1</sup>.

Embora os mercados existam em nossas sociedades como uma construção social e cultural, é considerado que eles foram constituídos como uma instituição econômica natural, a partir de processos políticos intencionais, mercantilizando nossas relações sociais, bem como a terra, o trabalho e o dinheiro (VÁZQUEZ, 2014). Essa perspectiva se baseia em uma racionalidade lucrativa. Nesse sentido, a troca tem uma finalidade de vencer num nível individual e às custas dos outros, que fazem parte duma sociedade de mercado, ou seja, de uma sociedade em que tudo passa pelo mercado, pelo qual tudo é comprado e vendido.

Por seu lado, a perspectiva substantiva da economia a sustenta enquanto “um processo de interação entre os homens entre si e com a natureza, a partir do qual todas as sociedades se organizam para fornecer as condições materiais que permitem satisfazer as necessidades de todos os seus membros” (VÁZQUEZ, 2014, p. 124). Portanto, é evidente que as sociedades, baseadas em outras práticas e princípios econômicos, se propuseram a garantir a reprodução da vida das pessoas em relação às suas comunidades e natureza, diferente do mandato da escassez de postura formal do econômico.

Polanyi apresenta quatro princípios norteadores (ou formas de integração social), aparelhados com as relações sociais e amparados por instituições e modos de organização. São os casos da redistribuição, reciprocidade, troca mercantil e a administração doméstica. O primeiro diz respeito à distribuição, ao compartilhamento de bens e serviços centralizados em uma sociedade; o segundo, a uma troca mútua entre atores da sociedade, baseados na simetria. Nos dois casos, o que está em jogo é antes a facilitação de um arranjo social do que a garantia de lucro.

As consequências sociais desses gêneros de economia, no entanto, podem variar conforme o interesse dos envolvidos. Na centralidade da redistribuição, por exemplo, pode estar um agente que visa à subjugação da

---

<sup>1</sup> Essa definição nos leva a pensar em uma sociedade baseada na escassez de recursos, em que todas as necessidades humanas, não importa quão básicas e fundamentais, não possam ser resolvidas.



comunidade ou aumento do poder político, fazendo com que os beneficiários do processo se tornem devedores.

Uma vez que as relações do grupo dominante com os dominados são diferentes, de acordo com os fundamentos em que repousa o poder político, o princípio da redistribuição envolverá motivações individuais tão diferentes como a partilha voluntária da caça pelos caçadores e o medo do castigo que impulsiona os fellahin a pagarem seus impostos em espécie (POLANYI, 2000, p. 72).

Em todo caso, a busca pela opulência não entra na conta dos motivos pelos quais se desenvolvem essas formas de organização econômica e social, ainda que elas possam fomentar desigualdade de relações.

Em relação ao princípio da troca, Coraggio (2010) sustenta que esse é o princípio baseado na “troca de mãos” de bens ou serviços, por meio de um sistema de equivalências. A troca difere do princípio da reciprocidade, o qual é um sistema de troca solidária baseada no dar-receber-retornar, de acordo com os critérios culturais determinados pela comunidade ou pelo grupo social; o princípio da troca é um princípio mediado por um sistema de equivalentes, onde o dinheiro cumpre uma função de ferramenta que permite o acesso a bens ou serviços.

Nesse senso, existem experiências de troca comercial de bens e/ou serviços com base em uma racionalidade sem fins lucrativos, especificamente de cooperação. A relação de cooperação está associada à reciprocidade e ao intercâmbio. Esse tipo de relação destoa das que vigoram nos tempos modernos, em que a individualidade impera. Como definem Jesus e Tiriba (2014), a cooperação caminha no lado oposto, no qual a coletividade dá o tom dos processos e cujos objetivos e produtos contam com o envolvimento de todos para atingir uma força social comum.

Desde a economia social e solidária, a cooperação responde à convergência de atores com uma proposta para solucionar conjuntamente uma necessidade comum (ANDRIOLI, 2011). Esse relacionamento constitui um dos princípios da economia social e solidária, na qual a primazia das pessoas sobre os resultados financeiros do intercâmbio econômico traduz-se na união de esforços para compartilhar as responsabilidades dos processos de produção, distribuição e consumo, assim como de seus resultados econômicos.

A cooperação evidencia-se em experiências desenvolvidas sob as abordagens de comércio justo, economia solidária ou circuito curto de comer-

cialização, em que o objetivo é construir relações de proximidade, reconhecimento e ajuda mútua entre quem produz e quem consome alimentos:

[Os processos de cooperação] se caracterizan por establecer relaciones sociales entre productores y compradores basadas en una nueva ética que guía nuevas prácticas económicas: disminución de la intermediación, precio justo, calidad, no explotación del trabajo, equidad de género, cuidado del ambiente (CARACCILO, 2013, p. 9).

Considerando a ocorrência dessas distintas formas de integração social e o foco deste trabalho, faz-se pertinente compreender em que medida elas expressam-se e como elas se configuram em distintas experiências de produção, abastecimento e consumo de alimentos da agricultura familiar.

## **ESTUDOS DE CASO**

Para analisar as relações construídas nos processos de comercialização da agricultura familiar, foi utilizado o método de estudo de caso. Essa metodologia é uma estratégia de pesquisa abrangente, que permite a construção de conhecimentos sobre a análise de características significativas de um tema empírico, a partir de procedimentos e técnicas que servem para coletar informações. Além disso, o estudo de caso permite uma abordagem investigativa de eventos em andamento, como intervenções ou processos de mudança (YIN, 1994; SOUSA, 2009).

Nesse contexto, utilizou-se o método de estudo de caso em duas experiências atuais de produção e comercialização familiar no estado de Santa Catarina: a dos agricultores do Assentamento Vitória da Conquista, no município de Fraiburgo/SC, e as Células de Consumidores Responsáveis existentes na Grande Florianópolis. Foram analisadas as informações coletadas durante as visitas de campo da Escola de Verão Procoas 2020, além das informações secundárias fornecidas por pesquisadores envolvidos com os dois casos.

Para a análise dos casos, foram identificados os atores envolvidos no processo de comercialização, tanto nas esferas pública e privada quanto na sociedade civil organizada. Além disso, procederam-se distinções entre os vínculos com atores internos que participam do processo de negócios, como entre os atores externos que possuem algum vínculo com as iniciativas. Posteriormente, caracterizou-se o tipo de relação empreendida com cada um dos atores identificados (internos e externos).

## CÉLULAS DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS

As Células de Consumidores Responsáveis consistem num arranjo envolvendo grupos de agricultores e de consumidores para a compra/venda de alimentos orgânicos ou agroecológicos. Esta iniciativa possui como princípio norteador aproximar quem produz a quem consome, favorecendo a redução dos custos na comercialização e, conseqüentemente, diminuindo os preços pagos pelos consumidores. Elas são construídas de forma coletiva, tendo a mediação do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar, da Universidade Federal de Santa Catarina. Por se estabelecer por meio de um método próprio e bem definido, a iniciativa consiste numa tecnologia social de venda direta, que visa à democratização do acesso aos alimentos orgânicos, sobretudo entre segmentos sociais de menor poder aquisitivo (ESCOSTEGUY *et al*, 2019).

O funcionamento apresenta quatro componentes fundamentais: a) as vendas ocorrem por meio da comercialização de cestas fechadas, tendo acordo entre as partes quanto à diversidade, à quantidade e um valor fixo (tripé peso-preço-diversidade); b) pedidos e pagamentos são realizados a cada mês, de forma antecipada, e a entrega dos produtos é feita semanalmente; c) as entregas das cestas são responsabilidade dos agricultores, que as disponibilizam num local único para todos dos consumidores envolvidos com aquela célula; d) a comunicação entre as partes se dá com o apoio da tecnologia (internet), sendo o espaço virtual o principal mecanismo de troca entre consumidores e agricultores, e onde ocorrem a discussão e resolução de problemas organizacionais (ESCOSTEGUY, 2019).

As CCR iniciaram suas atividades em novembro de 2017, com a participação inicial de um grupo de agricultores e 27 consumidores. Desde então, elas têm crescido acentuadamente. Em abril de 2020, a iniciativa atingiu a marca de 5 grupos de agricultores contemplados que, juntos, entregam aproximadamente 400 cestas por semana. Cabe mencionar, por questões de exequibilidade, a análise aqui apresentada foi direcionada nas ações da Associação de Agroecologia, Desenvolvimento e Educação Ambiental (Agrodea). Esse grupo foi o primeiro a abastecer uma CCR e o que conta com o maior número de consumidores abastecidos. As CCA são atualmente o principal canal comercial acessado pelo grupo.

A Agrodea se constitui como uma organização de agricultores orgânicos dos municípios de Imbuia, Vidal Ramos, Leoberto Leal e Ituporanga.

Estes municípios são próximos entre si e estão situados a aproximadamente 150 Km de Florianópolis. O grupo é composto por 14 famílias agricultoras que atuam na produção de alimentos orgânicos, todos certificados pela Associação Ecovida de Certificação Participativa, organização ligada à Rede Ecovida de Agroecologia. No momento, o grupo abastece com alimentos orgânicos três CCR, para as quais efetua a cada mês a comercialização de 205 cestas aproximadamente. Com essa escala, o grupo atingiu praticamente a sua capacidade produtiva máxima (ESCOSTEGUY, 2019).

#### OS PRODUTORES DE LEITE DO ASSENTAMENTO VITÓRIA DA CONQUISTA

O Assentamento Vitória da Conquista, localizado em Friburgo, SC, constitui um dos exemplos de luta pela terra, empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), que está presente em 24 estados das cinco regiões do país. Ao todo, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra pela luta e organização dos trabalhadores rurais. Mesmo após assentadas, as famílias continuam organizadas no MST, pois a conquista da terra é somente o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. Além disso, as famílias assentadas e acampadas possuem uma estrutura participativa e democrática para tomada de decisões (MST, 2020).

Em 1986, 78 famílias envolvidas no MST ocuparam diversas áreas de terras no município de Fraiburgo. Essas terras, posteriormente, constituíram cinco assentamentos, a saber: União da Vitória, Rio Mansinho, Chico Mendes, Contestado e Vitória da Conquista. Em 1997, os assentados do município fundaram a Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado (Coopercontestado). A Cooperativa promove o fortalecimento dos produtores rurais dos assentamentos da região, por meio da comercialização dos alimentos produzidos, com preços mais justos e fornecendo principalmente para programas governamentais como Pnae e PAA. A Cooperativa também possuía uma indústria de laticínios no município de Campos Novos, SC, que acabou sendo fechada. O empreendimento não obteve sucesso devido ao pouco volume de produção, dificuldades na comercialização do produto e problemas financeiros.

A principal fonte de renda das famílias vem da produção de leite. Até o seu fechamento, a produção dos assentados era toda comercializada por meio da Coopercontestado. Atualmente, o leite é entregue para a empresa privada Tirol, que recolhe o produto a cada dois dias na casa dos assenta-

dos. São feitos testes para definir a qualidade do leite e, a partir disso, os preços são definidos. A empresa também fornece assistência técnica, porém não de forma satisfatória, segundo os agricultores.

Uma das famílias indicou que também possui como fonte de renda a produção de hortaliças. Elas são comercializadas na feira da agricultura familiar, que ocorre aos sábados no centro de Fraiburgo; por meio da venda de cestas por encomendas, que são destinadas diretamente aos consumidores; e de entregas na Escola de Educação Básica Vinte e Cinco de Maio e Coopercontestado, viabilizadas por intermédio do Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Para sua efetivação, cada CCR constitui-se a partir de uma série de relações, as quais se dão dentro do escopo da iniciativa, mas também entre a iniciativa e alguns atores externos ao grupo da Agrodea (conforme apresentado no quadro 1). Merece destaque o fato das relações apresentadas compreenderem àquelas construídas no âmbito dos processos de comercialização. Especificamente, a análise restringe-se ao âmbito de atuação das CCR e não representa a totalidade das relações empreendidas pelo grupo de agricultores, os quais, mediante outras relações, também acessam e constroem diversas possibilidades de comercialização de seus produtos.

Conforme pode ser observado no quadro 1, as principais relações que constituem os processos comerciais feitas com as CCR estão associadas ao princípio da reciprocidade, manifestando-se em processos de cooperação entre os atores envolvidos. No entanto, os agricultores frequentemente integram este tipo de relação com outras que expressam o princípio das trocas mercantis, na medida em que fluxos de recursos são mobilizados para a viabilização da comercialização por meio das CCR. A integração entre mais de um princípio norteador das relações é uma característica deste grupo de agricultores.

A predominância de relações ligadas à reciprocidade no interior do grupo de agricultores evidencia um histórico de relações de cooperação empreendidas nesse coletivo. Antes mesmo de participarem das CCR, o grupo já construía processos de cooperação para a acreditação de suas unidades produtivas, mediante a certificação participativa. Para este engaja-

mento anterior foi necessário contar com uma participação ativa de todos os atores do grupo, configurando variados processos de cooperação (JESUS; TIRIBA, 2003). Embora com objetivos específicos e, frequentemente, a partir de interesses individuais (POLANYI, 2000), os processos de cooperação tendem a promover valores e atitudes cada vez mais alinhadas à coletividade. A iniciativa de venda a partir das CCR promoveu outras formas de cooperação e reciprocidade entre as famílias agricultores, que vão desde o planejamento da produção, como forma de evitar a competição pelo cultivo de mesmos produtos, até no estabelecimento de um acordo interno para se dar prioridade na comercialização àqueles agricultores com menos oportunidades de acesso aos mercados.

Quadro 1. Atores sociais e as relações que constituem as Células de Consumidores Responsáveis abastecidas pelo grupo da Agrodea.

Atores	Tipo de relação	Descrição
Relações entre os próprios membros		
Famílias agricultores	Reciprocidade e cooperação	Compromisso de organização da produção e entrega dos alimentos que compõem as cestas a cada semana;
Produtora coordenadora do grupo de agricultores	Reciprocidade e cooperação	Compromisso de gerir as atividades que envolvem a comercialização dos produtos (contato com produtores e consumidores, sistematização e envio das listas de produtos, recebimento dos pedidos, organização das cestas, contabilização e distribuição dos ganhos e custos, dentre outros);
Relações com atores externos		
Estado – Prefeitura local	Relações de redistribuição	Coopera com as CCR, na medida em que libera uma servidora [meio período] para atuar na coordenação das atividades de comercialização;
Produtores e outras organizações que atuam com orgânicos	Relações de reciprocidade e cooperação/ Troca mercantil	Aquisição de alimentos para complementar os produzidos pelos membros do grupo - destaque para alimentos em falta no grupo ou mesmo regularizados junto ao serviço de inspeção sanitária;
Grupos de Consumidores	Troca mercantil/ relações de reciprocidade e cooperação	Aquisição das cestas de alimentos; contribuição com o valor equivalente a uma caixa para o acondicionamento dos alimentos; limpeza das caixas; colaboram com a organização do espaço onde são entregues os alimentos e as caixas ficam armazenadas;
Lacaf/UFSC	Lacaf/UFSC	Lacaf/UFSC

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ademais, pôde-se perceber que a presença do Estado, como parte dessas relações sociais, expressa a ocorrência de formas de integração referentes à redistribuição. Este componente é evidenciado, seja na disponibilização de uma servidora em tempo parcial, no caso da prefeitura local, seja na atuação de membros do Lacaf/UFSC na assessoria e acompanhamento das CCR – este laboratório está situado numa universidade pública. Os recursos públicos redistribuídos por meio dessas entidades possibilitaram o surgimento e a manutenção desta iniciativa, favorecendo a comercialização dos produtos do grupo.

No caso dos agricultores do Assentamento Vitória da Conquista, as relações de cooperação (e de reciprocidade) também foram percebidas, sobretudo as que se estabelecem internamente; ou seja, entre os próprios assentados, envolvendo práticas coletivas de ajuda mútua na produção e na comercialização de alimentos (quadro 2). Assim como o destacado no caso anterior, verifica-se a presença do Estado como partícipe das relações que envolvem os agricultores assentados. No entanto, neste caso, o princípio da redistribuição se expressa a partir de políticas de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PNAE e PAA), fato que se expressa também como uma integração entre relações que emergem dos princípios da redistribuição e da troca mercantil.

Mas nessa experiência, os tipos de relações com atores externos variam segundo o ator. Fora do âmbito estatal, por exemplo, existem relações que se expressam puramente pelo princípio das trocas mercantis, envolvendo consumidores não organizados ou uma corporação agroalimentar que atua na cadeia produtiva do leite da região. No primeiro caso, os consumidores adquirem os produtos sem construir outra relação se não a de compra e venda, expressando uma prática de consumo individualizada. Já a corporação agroalimentar da região (Tirol) dispõe de poder e de formas de exercer coerção sobre os demais atores da cadeia do leite. Em função de sua estrutura, esta empresa consegue recolher o leite nas propriedades e dispor de profissionais técnicos que orientam os agricultores a entregar o produto conforme os padrões de seu interesse. É por meio dessas relações que ela exerce seu poder, condicionando a comercialização a determinados padrões, que “esterilizam” qualquer outra relação que não seja orientada pelo princípio da troca (POLANYI, 2000).

Quadro 2. Atores sociais e as relações que constituem a comercialização por agricultores no Assentamento Vitória da Conquista.

Atores	Tipo de relação	Descrição
Relações entre os próprios membros		
Famílias dos agricultores	Relações de reciprocidade e cooperação	Preparo da produção dos alimentos; transporte dos produtos (comercializados na Feira e entregas ao PNAE e PAA);
Escola de Educação Básica Vinte e Cinco de Maio	Relações de reciprocidade e cooperação	Auxílio na comercialização dos alimentos na Feira de Agricultura Familiar, e para o PNAE; formação técnica em Agroecologia para os filhos dos agricultores;
Grupo Patrulha	Relações de reciprocidade e cooperação	Grupo de agricultores formados para a utilização de máquinas e equipamentos da prefeitura; Divisão de custos.
Relações com atores externos		
Empresa Tirol	Troca mercantil	Fábrica de laticínios; responsável por coletar a produção, processar alimentos lácteos, como iogurtes, requeijão, queijos, bebidas lácteas, creme de leite, leite condensado, achocolatado e comercializa; Assistência técnica periódica ao produtor (não efetiva segundo relato dos agricultores).
Grupos de Consumidores	Relações de reciprocidade e cooperação/ Troca mercantil	Aquisição das cestas de alimentos; Responsáveis por divulgação da iniciativa; Contato com novos consumidores.
Coopercontestado	Relações de reciprocidade e cooperação/ Troca mercantil	Comercialização de produtos da reforma agrária; distribuição de alimentos por meio dos programas PNAE e PAA;
Grupo de consumidores não organizados	Troca mercantil	Aquisição de produtos na Feira da Agricultura Familiar; Responsáveis por divulgação da iniciativa; Contato com novos consumidores.
Estado: PNAE e PAA	Relações de redistribuição/ Troca mercantil	Distribuição dos alimentos a estudantes da rede pública de ensino; promoção do acesso à alimentação e incentivo a agricultura familiar.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos dois casos, predominam relações de cooperação, orientadas por reciprocidade. No entanto, elas são mais comuns quando os atores envolvidos são parte da dinâmica interna. No caso dos atores externos, surgem



outros tipos de relação, orientadas por formas de troca mercantil e redistribuição, recorrentes na interação com empresas privadas e o Estado.

Igualmente, a participação do Estado deriva de formas de redistribuição, uma vez que ela concentra os recursos e os aloca conforme os interesses políticos (POLANYI, 2000). No caso do Assentamento, ela está associada a uma política pública alimentar e de apoio à agricultura familiar. Nas CCR, a forma de redistribuição expressa-se na disponibilização de mão de obra, mediante a articulação de membros do grupo com membros do governo local. Mas também pelo papel de mediador do Lacaf/UFSC no desenvolvimento da iniciativa (representante de uma universidade pública federal).

Nos dois casos analisados observam-se a predominância de relações de cooperação e de reciprocidade do processo de comercialização dos produtos. Processos estes que se desenvolvem em espaços de diálogo e mediante a integração de princípios e relações sociais diversas (CARACCILO, 2003). Nenhum dos circuitos de comercialização observados se desenvolve sobre apenas um princípio ou tipo de relação social. Noutra direção, o que se observa foi a existência de combinações diversas de formas de integração social, que se conformam segundo o contexto, os atores envolvidos e suas necessidades e interesses.

## CONCLUSÕES

O trabalho parte da necessidade de compreender as relações empreendidas por atores ligados à agricultura familiar na efetivação de estratégias alternativas de comercialização. Utilizando-se do arcabouço das formas de integração social, percebeu-se que relações de reciprocidade e cooperação (sobretudo no âmbito das próprias organizações) potencializam novas práticas coletivas voltadas à promoção de circuitos econômicos solidários, os quais propiciam a reprodução ampliada da vida das famílias agricultoras. A combinação com outras formas (ligadas à redistribuição e à troca) faz-se também importante. Essa combinação varia conforme os atores envolvidos, o ambiente em que estes estão inseridos, seus valores e seus interesses. Esta vinculação nos parece fundamental, uma vez que se constrói uma demanda efetiva, distinta das “demandas individualistas”, capaz de reconstruir subjetivamente (a partir da relação com os outros) dinâmicas próprias de relações mercantis.

Portanto, torna-se fundamental seguir promovendo espaços de trocas, reflexão e de apropriação de conhecimentos e práticas cooperativas para avançar na transformação cada vez mais estrutural do sistema econômico contemporâneo.

Por fim, a pesquisa desenvolvida pode abrir um debate interessante sobre a autonomia e a sustentabilidade econômica da agricultura familiar. Assim, consideramos importante perguntar-se: a sustentabilidade econômica depende exclusivamente da capacidade das organizações produtivas de entrar no “caminhão” mercantil? Ou, diferentemente, a sustentabilidade econômica depende da interconexão, baseada em práticas e relações sociais, entre a multiplicidade de princípios econômicos, incluindo a administração doméstica?<sup>2</sup> Para se pensar mais profundamente no caminho para a institucionalização da economia social e solidária: é possível dispensar a troca mercantil comercial? Quais capacidades e recursos organizacionais são necessários para se co-construir trocas mercantis com base na cooperação, na democratização econômica e no comércio justo? E, finalmente, que papel o Estado desempenharia nesses tipos de trocas?

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Á.; SANTOYO J. S.; GUZMÁN, P.; JIMÉNEZ, N. La Agricultura Familiar frente al modelo extractivista de desarrollo rural en Colombia. *Gestión y Ambiente*. Bogotá, v. 21, n. 2, p. 144-154, 2018.
- ALCOBA, D.; DUMRAUF, S. *Del productor al consumidor. apuntes para el análisis de las ferias y mercados de la agricultura familiar en Argentina*. 1. ed. Buenos Aires Ediciones INTA, 2011.
- ANDRIOLI, A. et al. *Trabalho coletivo e educação: um estudo das práticas cooperativas do pce-programa de cooperativismo nas escolas-na região fronteira noroeste do estado do RS*. Unijui: Unijui, 2001.
- CARACCILO, M. Los mercados y la construcción de tramas de valor en la Economía Social y Solidaria. *Enfoques Contemporáneos*. Buenos Aires: IDAES/UNSAM, 2013. p. 53. Disponível em: <[http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-2395\\_pt.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-2395_pt.html)> Acesso em: 08 abr. 2020.
- CARACCILO, M. *Circuitos cortos de comercialización y consumo*: mercados: diversidad de prácticas comerciales y de consumo. Buenos Aires: INTA Ediciones, 2018.
- CORAGGIO, J. L. Territorio y economías alternativas. *Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. 2, n. 18, p. 7-30, 2010. Disponível em: <<http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/1495>> Acesso: 08 abr. 2020.
- ESCOSTEGUY, I. L. *Inovações sociais da promoção da agroecologia e redes de civismo agroalimentar em Florianópolis*. 2019. 131p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://lacf.paginas.ufsc.br/files/2012/09/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Isadora-Leite-Escosteguy.pdf>> Acesso em 14 mar. 2020.

2 Princípio que não foi desenvolvido em profundidade neste trabalho, dada a especificidade do objetivo do artigo em relação aos processos de comercialização da agricultura familiar.

- ESCOSTEGUY, I.; ROSA, D. L.; PUGAS, A. S.; MORGAN, L. M.; ROVER, O. J. Estratégias inovadoras em circuitos curtos de comercialização de alimentos: O caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis – SC. *In: Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 8., 2018. Florianópolis. Encontro da rede de estudos rurais. Florianópolis: Rede de Estudos Rurais. p. 1938-1952. Disponível em: <<https://lacaf.paginas.ufsc.br/files/2020/03/Estrat%C3%A9gias-inovadoras-em-circuitos-curtos-de-alimentos.pdf>> Acesso em 14 mar. 2020.
- JESUS, P.; TIRIBA, L. Cooperación. *In: CATTANI, A. D. En la otra economía*. Porto Alegre: Editora Voraz Ltda., 2003. Disponível em: <[economiasolidaria.org/sites/default/files/Laotraeconomia.pdf](http://economiasolidaria.org/sites/default/files/Laotraeconomia.pdf)> Acesso em 08 abr. 2020.
- MARTÍNEZ, C. N. *Aproximación teórica de la categoría “agricultura familiar” como contribución al análisis conceptual en la política pública de desarrollo rural en Colombia*. Bogotá. Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia. 2016. . 47-60.
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *A História da luta pela terra*. São Paulo: MST, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- SOUSA, M., *La artesanía de la investigación cualitativa*. 1. ed. Buenos Aires: Lugar Editorial. 2009. p. 336.
- VÁZQUEZ, G. Una perspectiva de economía sustantiva con pluralidad de principios e instituciones, *RED Sociales*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 118-134, 2014. Disponível em: <[redsocialesunlu.net/wp-content/uploads/2014/05/RSOC001-07-Economia-Sustantiva-Gonzalo-Vazquez.pdf](http://redsocialesunlu.net/wp-content/uploads/2014/05/RSOC001-07-Economia-Sustantiva-Gonzalo-Vazquez.pdf)> Acesso em 08 abr. 2020.
- YIN, R., *Investigación sobre estudio de casos: diseño y métodos*. SAGE Publications. 2. ed. v. 5, p. 35. 1994.

## Capítulo 10

# PROCESSOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS DE PRODUÇÃO RURAL E SUAS RELAÇÕES COM OS MERCADOS IMERSOS E ANINHADOS

Marlene Grade  
Carolina Vincenzi Mergen  
Oscar José Rover

### INTRODUÇÃO

Buscar a origem dos processos históricos construídos por trabalhadores quase sempre passa pelo universo utópico. As transformações aparecem primeiro como ideais. Conhecemos a narrativa de Platão, com a República, Thomas More, com a Utopia, Francis Bacon com a Nova Atlântica, Ítalo Calvino com as Cidades Invisíveis, entre outros. As idealizações destes autores materializaram-se em lugares imaginários que organizavam a vida ao redor de uma estrutura social onde todas as pessoas teriam suas tarefas e seu espaço específico e pré-determinado, sem desigualdades sociais. Nelas, a organização do trabalho aparece sempre como um processo cooperativo entre seres humanos semelhantes. Para além destas ideações, a história humana caminha através de experimentos reais e que, em grande medida, geram enormes desigualdades, pobreza, exclusão social e destruição da natureza.

Nos tempos atuais, vivenciamos uma crise sanitária (pandemia da Covid-19), social e ambiental em escala planetária. Uma parcela da humanidade consegue resistir às crises por tempos mais estendidos, enquanto para outra isto não é viável, em função de suas condições mais precárias e dependentes do trabalho. Vive-se uma grande incerteza.

Experiências que reivindicam acesso aos meios de produção, unificando capital e trabalho e ao mesmo tempo respeitando a natureza, têm sido cada vez mais importantes, uma vez que se operacionalizam para a resolução de problemas locais, criam novos mercados e tecem novas dinâmicas sociais. Para o modelo econômico hegemônico, entretanto, essas experiências sempre aparecem como marginais e frágeis. Cabe a pergunta: Até que ponto, na sociedade atual, é dado aos trabalhadores a possibilidade

de superarem suas agruras, saírem da dura luta cotidiana pela sobrevivência e conquistarem liberdade maior?

Os fios da história de experimentos da classe trabalhadora emergem em solo europeu como socialismo utópico, assim nomeados por Karl Marx, aos quais Paul Singer (2000) nomina de cooperativismo revolucionário, ou como o nascimento de um novo modo de produção, diferente do modo de produção capitalista. Dentre seus principais idealizadores estão Saint-Simon, Charles Fourier, Robert Owen, Joseph Proudhon, Piotr Kropotkin e Gustav Landauer. Nesses primórdios do nascente cooperativismo, no século XIX, várias organizações cooperativas operárias foram criadas na Inglaterra e nos Estados Unidos. Grande parte delas foi extinta pela reação feroz da classe patronal e também pela hostilidade dos governos. A experiência mais exitosa deste período foi a cooperativa de consumo dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. É nela que é criada uma carta de princípios, a qual até hoje inspira o cooperativismo em nível mundial.

Dessas inspirações, emerge a economia solidária no Brasil, diferenciada do cooperativismo tradicional instalado via legislação para operacionalizar a modernização conservadora da agricultura (SINGER, 2002). O autor entende que a economia solidária pode ser definida como um modo de produção que se caracteriza pelos seguintes elementos essenciais: igualdade de direitos entre os associados; os meios de produção são de posse comum; autogestão; e administração democrática. Os princípios que a definem são aqueles mesmos criados pelos pioneiros de Rochdale: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; formação, educação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

Tauile (2002) salienta que uma característica deste tipo de empreendimento é que seus atores estão engajados e interessados no desenvolvimento e em sua viabilização. Nesta perspectiva, as organizações cooperativas contribuem para o desenvolvimento do local, facilitando novas relações de produção e conduzindo para um maior dinamismo social, assim como para a geração de renda. É nesse sentido que o desenvolvimento pode ser visto como um processo que se produz endogenamente na sociedade, para superar as condições existentes. Esse processo pode ser o motor de um novo paradigma, qual seja, o de desenvolvimento sustentável e solidário (BOISIER, 2005). Singer (2002) indica que tal processo implicaria no fo-

mento de novas relações de produção, de modo a promover uma dinâmica sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos seus resultados.

Situamos a cooperativa de Frangos Caipira Carú nessa reflexão, caracterizando-a como uma cooperativa solidária, criada e organizada por trabalhadores rurais do município de São José do Cerrito, no estado de Santa Catarina. Ela originou-se das experiências produtivas de um grupo de agricultores, a partir de seu conhecimento empírico sobre a criação de aves caipiras, buscando fugir da armadilha da integração vertical feita por grandes corporações, as quais estão fortemente presentes no estado de Santa Catarina. Seus sócios formaram uma associação e posteriormente uma cooperativa. Na produção e organização produtiva vinculam-se estreitamente à economia solidária ou ao cooperativismo solidário. Seu desafio maior está na esfera do mercado, pois quando nele adentram se confrontam com o mundo das mercadorias e percebem que é necessário aprender sobre esta nova dinâmica. É sobre ela que vamos buscar, neste capítulo, uma compreensão.

Para isso, buscamos situar esta experiência na bibliografia que analisa a construção de novos mercados. Nesse sentido, seguimos autores como Polman *et al.* (2010), Oostindie (2010), Hebinck, Ploeg e Schneider (2014), Cassol, Brasil e Schneider (2016), Ploeg (2016). Outros autores que utilizaremos refletem sobre a economia solidária e o cooperativismo solidário, como Singer (2000 e 2002), Tauile (2002), Boiser (2005), Franz (2012) e Schneider (2012). A partir de duas abordagens compreensivas dos mercados, os imersos e os aninhados, buscamos observar em que medida esses mercados corroboram com os princípios do cooperativismo e da economia solidária.

Metodologicamente, este capítulo tem seu foco no estudo de caso da Cooperativa Cooper Frango Carú, tendo sido formulado a partir de considerações colhidas em uma visita *in loco*, da exposição oral feita pelos envolvidos na dinâmica da cooperativa, conversas informais com os cooperados e da revisão da bibliografia relacionada.

## **CONSTRUÇÃO DE NOVOS MERCADOS EM PROCESSOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS: MERCADOS IMERSOS E MERCADOS ANINHADOS**

Schneider (2012) explica que as cooperativas seguem racionalidades sociais, estando a serviço de uma associação de pessoas, não prezando ex-

clusivamente pela geração de lucro, buscando, além da eficiência econômica, a satisfação e o bem-estar de seus associados. Frantz (2012, p.13) entende o cooperativismo não somente como uma organização econômica e social, mas como um movimento que constrói uma cultura própria:

O movimento cooperativo moderno busca a afirmação da cultura da cooperação nas relações econômicas de oferta e procura, em favor do trabalho humano. Busca-se sair da individualidade pelo estabelecimento de interesses comuns. Este é o aspecto político do cooperativismo moderno: o desafio da construção de um novo projeto de sociedade, a sociedade em rede cooperativa em favor da valorização do trabalho.

Frantz (2012) percebe que o movimento do cooperativismo está atrelado à busca por uma outra sociedade, “a sociedade em rede cooperativa”, que valoriza o trabalho e constrói um sujeito coletivo, cujos interesses são comuns. Indica-se também que, em determinados casos, esse movimento constrói processos sociais e se move para o interior das relações constituídas dentro dos mercados convencionais, o que Hebinck, Ploeg e Schneider (2014) chamam de mercados aninhados (*nested markets*). Estes mercados não operam de forma isolada. Estão inseridos em mercados globais, sendo também parte dele, porém são diferenciados em função de como são geridos e de como operam. Entendemos que eles se forjam como mercados socialmente construídos, conforme descrito por Cassol, Brasil e Schneider (2016, p. 315):

são o resultado direto e concreto da interação social entre agentes, não havendo uma convenção, regra ou norma prévia que defina o caminho ou o ritual a ser seguido pelos que participam no processo de sua construção. A construção social é um processo dinâmico, que se movimenta em sentido espiral, às vezes retroage antes de avançar, gera contradições, demanda acordos, negociações e os consensos podem ser revistos e reavaliados.

Por sua vez, os estudos sobre mercados imersos vêm de análises institucionalistas e indicam que um conjunto de normas sociais e culturais são essenciais para manter a reprodução de recursos públicos, e que podem ser apropriados de forma coletiva pela sociedade para gerar benefícios através de governanças locais (OSTRÖN, 2010). Nesta lógica, os mercados imersos poderiam ser analisados como instituições que seguem um conjunto de normas capazes de fomentar maior coesão social entre os atores envolvidos e que poderiam contribuir para maior equidade social e um desenvolvimento local. Assim, o termo mercados imersos passa a ser cunhado

por diversos autores que sugerem que eles são socialmente construídos, de modo a possibilitar que grupos de pequenos agricultores consigam escoar sua produção de maneira paralela aos mercados hegemônicos, não sendo eliminados e em algumas situações podendo interagir com eles (HEBINCK, PLOEG e SCHNEIDER 2014; POLMAN *et al.*, 2010; OOSTINDIE *et al.*, 2010 e PLOEG, 2016). Neste sentido, pode-se afirmar que muitos mercados imersos são um tipo de mercado aninhado. Mas nem todo mercado imerso está aninhado e vice-versa.

Hebinck, Ploeg e Schneider (2014) analisam os mercados aninhados (*nested markets*) como construídos por atores que contrapõem a hegemonia global dos mercados agroalimentares, por adotarem práticas de reciprocidade com trocas e benefícios mútuos, aproximando produtores e consumidores em relações de confiança, gerando circuitos curtos de comercialização. Cassol, Brasil e Schneider (2016) destacam que os mercados aninhados são “fenômenos do mundo contemporâneo”, por sua própria característica de complexidade social na gestão interacional, produtiva e operacional.

Ploeg (2016) indica que os mercados imersos podem ser incorporados a mercados aninhados na medida que se desenvolvem, pois emergem e se cristalizam em um modelo híbrido de comercialização. Eles partem de uma escala local e territorializada para se inserirem em mercados de nível global, passam a competir com formas hegemônicas na comercialização de gêneros alimentícios, conquistando também parcela dos mercados convencionais, como as grandes redes de supermercados. Os mercados aninhados, nesta perspectiva de sua combinação com aqueles imersos, conformam-se como alternativos e enraizados em esfera local, ao mesmo tempo em que miscigenados com mercados convencionais dominantes.

Ploeg (2016) destaca a importância dos mercados aninhados em disporem de recursos de uso comum, que são infraestruturas sociomateriais planejadas, de forma que ajudem os atores envolvidos e que facilitem a circulação dos produtos interligando lugares e pessoas. Ele afirma que esses mercados emergem a partir de diferenciações dos produtos e formas produtivas e consolidam-se por transacionar maior volume de produtos, permitindo a expansão do mercado. O diferencial nos mercados aninhados é que eles podem estender o uso de recursos comuns dos produtores até os consumidores, pela singularidade dos processos produtivos e formas de arranjos sociais na produção. Estes arranjos são também direcionados a consumidores



que adquirem produtos com qualidade superior por diversas motivações, valorizando aspectos sociais, culturais e/ou ambientais em diferentes elos das cadeias produtivas. O processo de construção de um mercado aninhado induz à multifuncionalidade da agricultura, onde o produtor pode também se envolver em outros elos das cadeias produtivas, para além da produção, passando pela implantação de uma infraestrutura necessária a esses processos e a valorização de recursos de uso comum (PLOEG, 2016).

Niederle, Schubert e Schneider (2014), analisando a pluralidade de modelos de agricultura familiar existentes no Brasil, reconhecem a existência de múltiplas possibilidades de construção de mercados no ambiente rural, em contraponto aos sistemas agroalimentares hegemônicos. Isso se constitui em ferramenta importante para a emancipação econômica dos produtores e pode engendrar novas dinâmicas de desenvolvimento rural e territorial.

#### **HISTÓRICO E FUNCIONAMENTO DA COOPER FRANGO CARÚ E SUA INTERAÇÃO COM OS MERCADOS**

O nascimento do processo associativo da Cooper Frango Carú data do ano de 2002, envolvendo um grupo de pequenos agricultores familiares de São José do Cerrito, estado de Santa Catarina. Esse grupo de agricultores fez um curso técnico que tinha como enfoque a criação de aves em modelos alternativos de produção. Pelo sistema semiaberto ensinado no curso, os animais podiam ser criados parcialmente no regime extensivo a base de pasto, tendo uma instalação de suporte que permitia o abrigo noturno das aves. A partir desse curso, três famílias que já se dedicavam à avicultura convencional resolveram redesenhar seus sistemas produtivos visando a criação de frangos caipira.

Pela legislação que trata da criação de aves em modelos alternativos, os frangos caipiras compõem um sistema produtivo que, de maneira geral, mantém as aves até 25 dias de idade em regime intensivo. Posteriormente, elas são transferidas para o sistema extensivo, com medições mínimas de 3m<sup>2</sup> de piquete por ave (regime de pastejo). Dentre outras particularidades, a idade de abate é de, no mínimo, 70 dias (VELOSO *et al*, 2014). Esse sistema de criação atribui à carne um sabor e consistência próprios, apreciados por consumidores com paladar mais exigente, que demandam alimentos mais saborosos (BASTIANELLI, 2001).

A União Brasileira de Avicultura (2020) estima que 90% da avicultura brasileira produz aves sob o sistema convencional e integrado entre produtores e frigoríficos, a chamada integração vertical. Para Zaluski e Marques (2015), esta integração pode ser definida como uma relação contratual que demanda estreita dependência e exclusividade do agricultor com a empresa integradora. Na produção de frangos caipira há uma nova percepção sobre o modelo de produção avícola.

Os agricultores que fizeram o curso técnico organizaram uma rede de informações e debates com outros avicultores sobre a criação de frango caipira e a ideia passou a ser difundida e acatada por inúmeras famílias. Em 2009, um grupo de 100 agricultores foi responsável pela formalização da Associação de Produtores de Frango Caipira Salto Mariano. Essa associação tinha por objetivo fortalecer a produção conjunta e estruturar coletivamente a cadeia produtiva desses agricultores, gerando vínculos mais estreitos entre os produtores, em busca da consolidação e viabilização da atividade de criação de frango caipira na região.

Os agricultores familiares catarinenses têm buscado alcançar novos mercados para seus produtos de forma autônoma e autogestionada, para o que Mior *et al.* (2019) identificam o uso de duas estratégias principais: a industrialização da matéria prima das unidades produtivas e a formação de redes de cooperação entre os agricultores. Por meio dessas estratégias, os agricultores familiares encontram espaços para constituir empreendimentos socioeconômicos diferentes daqueles ligados às indústrias corporativas.

O modelo diferenciado de produção do frango caipira parecia potencialmente promissor, pois era capaz de agregar particularidades positivas para diversos agricultores que detinham anseios comuns, tanto referentes à geração de maior renda individual, quanto à maior autonomia em relação às indústrias de integração vertical. Os fundadores da Associação do Frango Caipira Salto Mariano também viram que a organização favorecia o crescimento das relações de cooperação entre os agricultores e o oferecimento aos consumidores de um produto diferenciado, com maior valor agregado, com melhor retorno econômico para os produtores.

Ressalte-se, porém, que no Brasil as associações são formadas por pessoas jurídicas de direito privado, sem atribuições a operações econômicas. Ou seja, são organizações incapazes legalmente de garantirem a comercialização, pois não geram retaguarda jurídica para a distribuição

dos resultados econômicos entre os associados (NEVES; MENDONÇA, 2017).

Em função dessa limitação jurídica e na tentativa de garantir retorno econômico às famílias produtoras, a Associação acabou sendo obrigada a orientar os seus associados a realizarem transações comerciais individualmente, limitando o seu acesso aos mercados. Isto gerou uma comercialização via vendas diretas (feiras, vendas na própria propriedade e em comércios locais) ou através de um intermediário (uma cooperativa localizada na região efetuava as transações comerciais em nome dos produtores da Associação). Esse acordo viabilizava parcialmente as vendas dos sócios da Associação, mas limitava seus rendimentos financeiros.

A intermediação de uma cooperativa que realizava a comercialização pela associação era um fator limitante para seus investimentos. Tierling e Schmidt (2016) dispõem que esta maneira de comercialização ocasiona a divisão de recursos e resultados entre as duas entidades envolvidas, por um lado favorecendo o escoamento da produção e, por outro, podendo não ser favorável para uma associação que necessita de capital para se manter em funcionamento.

Para resolver esse entrave e expandir a atividade, em 2019, foi criada a Cooper Frango Carú. Os 20 sócios fundadores da nova cooperativa integram 12 famílias de agricultores ligados à Associação de Produtores de Frango Caipira Salto Mariano. Os recursos financeiros para viabilizar a Cooperativa vieram da aquisição de cotas-parte de seus associados e dos retornos provenientes do abate dos lotes de aves de cada unidade produtiva. À Cooperativa ficou a responsabilidade pelas atividades de gerenciamento e de comercialização, enquanto a criação, o abate e o beneficiamento continuam a cargo de cada produtor. Estas decisões foram discutidas e aprovadas em assembleia geral, em que cada associado teve o direito a voz e a um voto. Nesse processo de formação da Cooperativa, foi incluída a captação de recursos públicos nas esferas municipal, estadual e federal, para que toda a estrutura física fosse adequada e aparelhada conforme os pré-requisitos exigidos pelas normativas técnicas e sanitárias.

Os aviários dos 12 produtores que participam da Cooperativa dispõem de capacidade idêntica de lotação de aves. Isso foi viabilizado pelo emprego de planta técnica similar na construção de todos os galpões, com apoio de várias instituições (Epagri, Consórcio Sisama, Prefeitura Muni-

pal). Eles foram projetados para terem a capacidade de lotação máxima de 3.500 aves cada, porém, em fevereiro de 2020, todos ainda operavam com a criação e abate de 1.000 aves por ciclo produtivo. Os insumos utilizados pelos agricultores são comprados de forma coletiva.

A Cooperativa e a Associação têm uma infraestrutura de uso comum, formados pelo frigorífico de abate, a área de beneficiamento (separação de cortes e embalagem das aves) e a central de gerenciamento da comercialização e distribuição dos produtos. Em assembleia geral da Cooperativa foi acordado que todos os cooperados garantiriam a exclusividade de comercialização de seus produtos para a Cooper Frango Carú.

O uso da infraestrutura de abate e beneficiamento das aves se dá de maneira escalonada e organizada, de modo que são abatidos os lotes de aves de cada produtor em períodos diferentes e sequenciais. O alojamento das aves é planejado para que cada aviário as tenha em época não coincidente.

Ocorrem práticas de ajuda mútua entre os cooperados. Independentemente de se tratar de seu lote ou de outro cooperado, o abate, a limpeza e o beneficiamento das aves são feitos em sistema de mutirões, com a participação de todos. Esta forma de funcionamento valoriza os ideais cooperativistas da autogestão e a solidariedade entre os membros cooperados.

Um momento de suma importância a ser considerado foi o enquadramento da Cooperativa no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi – POA). Obtida em 2019, essa certificação padroniza os procedimentos de inspeção sanitária e permite que o produto da Cooperativa seja comercializado em todo o território brasileiro (MAPA, 2020). A aquisição do selo Sisbi-POA, como relatada pelos cooperados, mudou as perspectivas da Cooperativa e ampliou de maneira substantiva as formas de comercializar os produtos.

## **DA ASSOCIAÇÃO À COOPERATIVA: NOVAS FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO E DE CONSTRUÇÃO DE MERCADOS**

O frango caipira não é um produto de exclusividade, nem de indicação geográfica do município ou da região citada, como é o caso da ovinocultura praticada no território holandês da Ilha de Texel, estudado por Ploeg (2016). O referido estudo é utilizado como exemplo comparativo em relação à produção da Cooper Frango Carú, pois permite refletir sobre

as formas de comercialização e relações com os mercados. O frango caipira tem crescente procura pelos consumidores, é um produto diferenciado, típico da agricultura familiar e ainda pouco encontrado à venda nos mercados convencionais (LIMA FILHO *et al*, 2004).

Para nossa análise, construímos a Figura 1, que ilustra a ativação de recursos de uso comum dos produtores e os canais de comercialização de frango caipira da Cooper Frango Carú. Consideramos dois momentos: a) quando existia apenas a Associação; b) posteriormente, a partir da criação da Cooperativa. Nos dois momentos ressaltam-se as mudanças nas formas de comercialização destes agricultores.

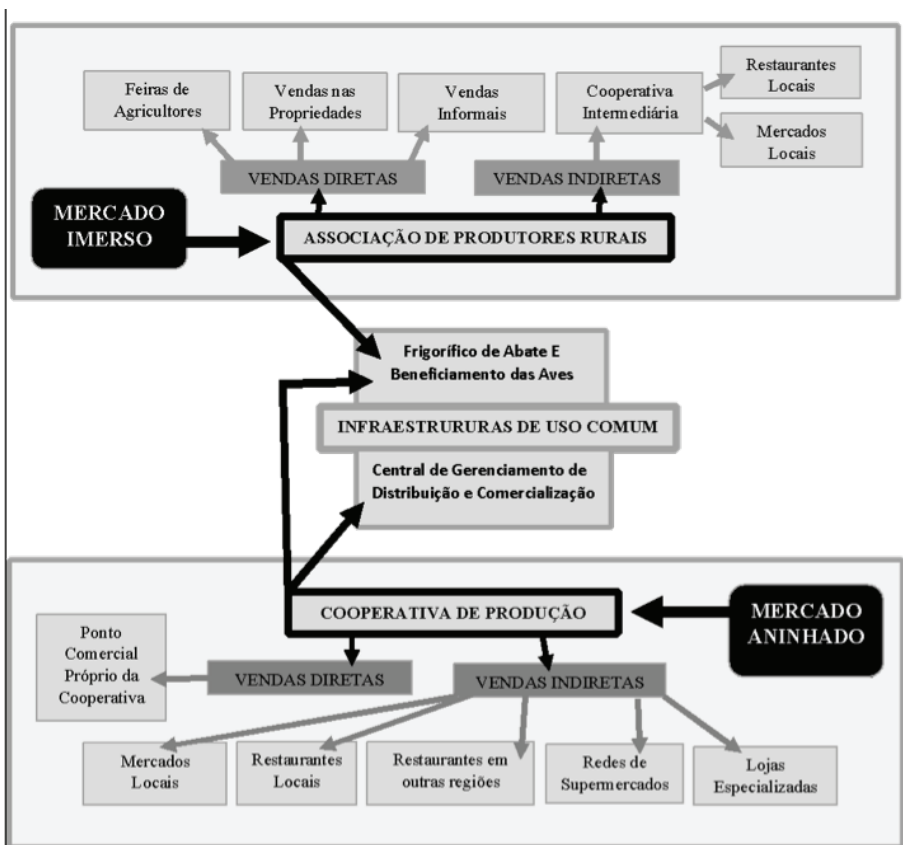


Figura 01: Diferenciação das infraestruturas de uso comum e canais de comercialização existentes nos períodos da Associação e da Cooperativa.

Fonte: Elaboração dos autores

Observa-se, na Figura 1, que as infraestruturas de uso comum foram ampliadas com a formação da Cooperativa. Havia apenas a infraestrutura para o abate e o beneficiamento das aves no período da Associação, sendo que, depois, foi agregada a central de gerenciamento de distribuição e comercialização. Percebe-se que a ampliação do mercado com a criação da Cooperativa exigiu novas estruturas comuns e uma forma diferente de gestão da atividade, devido a ampliação dos canais de comercialização: se inseriram em novos mercados através de vendas indiretas, tendo crescido significativamente as operações com agentes intermediários.

No período de Associação, prevaleceram as vendas diretas, formas congruentes a mercados especificamente imersos, que funcionam em nível regional, através de circuitos curtos de comercialização, como as feiras de agricultores, vendas nas unidades produtivas e vendas informais (entregas a consumidores e a estabelecimentos de comércio local, por exemplo). Não obstante, os canais de comercialização eram mais restritos nesse período.

Na análise que fez sobre mercados aninhados e utilizando como exemplo o caso dos produtores dos legítimos cordeiros da raça Texel, Ploeg (2016) informa que esses produtores se uniram de modo a preservar a genuinidade de sua atividade para não serem eliminados dos mercados, organizando-se para manter a integridade e a rentabilidade da atividade. Esta organização foi uma resposta frente à concorrência externa, vinda tanto de outros criadores quanto de frigoríficos de cordeiros da raça Texel produzidos na Nova Zelândia. A produção oriunda desse país é distribuída para toda a Europa por um preço mais competitivo que o dos produtores da Ilha de Texel.

Uma das estratégias de organização entre os criadores de ovinos na Ilha de Texel envolveu a ativação de recursos sociomateriais de uso comum, interligando todos os envolvidos na cadeia produtiva, tais como: abatedouros e açougues certificados, comerciantes comissionados, entre outros. Ao estudar essa experiência, Ploeg (2016) utiliza a categoria “mercados aninhados”, explicando-a como um segmento dentro do mercado hegemônico, que envolve novos circuitos, novas infraestruturas físicas e novos arranjos sociais, e considera como diferencial dos produtos a proveniência das redes sociais nas quais eles circulam, além da infraestrutura sociomaterial específica desses mercados.

Os produtos da Cooper Frango Carú fazem alusão ao território (ambiente rural) e ao bem estar animal, em função do modelo alternativo de produção, passando aos consumidores um produto com origem conhecida e a ideia de saudável. Seus padrões produtivos valorizam o trabalho social dos agricultores e a qualidade sanitária dos produtos, indo ao encontro das características presentes nos mercados aninhados.

Através destes apontamentos, observa-se que a Cooperativa analisada pode ser entendida como crescentemente integrada a “mercados aninhados”, conforme explicado por Ploeg (2016), uma vez que crescentemente se miscigenaram vendas diretas locais e regionais com formas de comercialização em mercados supralocais e convencionais. Na medida em que a atividade e os mercados se expandiram, houve maior esforço para comunicar a diferenciação no produto final ofertado, assim como se ampliaram os arranjos sociais e a utilização de recursos comuns. Isto foi feito valorizando princípios do cooperativismo na produção e na comercialização.

Mesmo em contexto diferente do verificado pela exploração da atividade agropecuária de cordeiros da raça Texel na Holanda, onde a organização de uma nova forma de comercialização foi relativa à pressão da concorrência oriunda do mercado externo, o alcance a novos mercados se deu de forma similar em nosso estudo de caso. Aqui, a reformulação da atividade ocorreu pela elaboração de um produto diferenciado, formulado por um sistema alternativo capaz de fazer frente àquele imposto pelas empresas integradoras da atividade da avicultura predominante em Santa Catarina. Diferente do exemplo estudado por Ploeg (2016), onde o mercado aninhado conformou-se como estratégia de sobrevivência para a atividade agropecuária, temos duas marcantes distinções na experiência da Cooper Carú: a primeira é que os produtos são diferenciados quanto aos quesitos de manejo de produção, mas são padronizados para a escala de sua pequena agroindústria; a segunda se refere à ausência de pressão de mercado, pois a produção de frango caipira foi uma livre escolha dos próprios produtores, que resolveram investir numa nova atividade.

A industrialização dos produtos da Cooperativa com o uso do selo Sisbi-POA permitiu ampliar a sua comercialização para uma escala nacional. Os relatos dos cooperados da Cooper Frango Carú indicam um cenário de baixa concorrência e uma demanda crescente do frango caipira. Apesar de inúmeras dificuldades organizacionais já vivenciadas, entre a trajetória

de formação da Associação até a consolidação da Cooperativa, incluindo burocracias e a capitalização necessária para os investimentos, os associados vislumbram um futuro promissor. Os produtores afirmam que há espaço no mercado para ampliação da produção e inserção de novos produtores, uma vez que a procura pelo produto é maior que o potencial produtivo que atualmente a cooperativa dispõe. Um dos produtores relatou que “se hoje tivéssemos 20 mil Kg de frango caipira, teríamos um único comprador interessado em adquirir toda essa produção”. Outro pondera: “claro que pensamos em ganhar dinheiro, mas também há outros que podem também fazer isso, espaço tem”. Entende-se que a atividade de produção de frango caipira cresce e que o mercado está muito receptivo ao produto.

O representante da Prefeitura Municipal de São José do Cerrito-SC também destacou o potencial da região e do estado de Santa Catarina em absorver mais produtores na atividade. Ele acredita que esse potencial permite pensar na formação de novas cooperativas de produção, pois, segundo as expectativas, os mercados têm capacidade de absorver um volume produtivo ainda maior deste produto diferenciado. Também foi possível notar que, além da questão econômica, vigoram princípios de solidariedade e reciprocidade entre os agricultores. Estes demonstraram estar dispostos a construir novas relações de trabalho, nas quais as pessoas se tornam atores ativos em ações coletivas. Apesar de o mercado agroalimentar hegemônico ser globalizado e excludente, e as organizações da agricultura familiar serem frágeis em capacidade gerencial (WILKINSON, 2003), vê-se que a experiência estudada supera suas fragilidades, recorrendo à cooperação como forma de inserção em mercados imersos e aninhados.

Conforme Valadares (2002), os associados, como proprietários da cooperativa, tomam decisões coletivamente, acompanham a execução das atividades e seus resultados, e ainda dispõem de controle democrático da gestão como elementos que constituem o modelo econômico cooperativo solidário. Entende-se que a autogestão e a gestão participativa no gerenciamento das cooperativas geram maior horizontalidade na tomada de decisões. Não se observou tendência de hierarquização do poder ou centralidade administrativa na experiência da Cooper Carú, mas complementaridade e ações conjuntas de reciprocidade e solidariedade, gerando benefícios mútuos entre os cooperados.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira fase da experiência gerou mercados através da venda direta em nível local, caracterizada como uma forma de inserção em mercados imersos. Após a criação da Cooperativa, seguiram e se ampliaram as dinâmicas coletivas, com a inserção em outros tipos de mercados e as vendas para o nível nacional, tendo também crescido as transações comerciais com agentes intermediários. Sua forma de inserção nos mercados nesta nova fase pode ser caracterizada como de perfil aninhado.

A formação da Cooperativa possibilitou o escoamento da produção de forma mais ampla, conquistando mais espaços de mercado, em conformidade com a legislação brasileira após a obtenção do selo Sisbi-POA. Isto possibilitou a abertura de comércio em todo o território nacional, com novas formas de comercialização, mantendo formas de inserção alternativas e territoriais, mas também ocupando espaços em mercados convencionais. Entretanto, esta ampliação não afastou a experiência do modelo de cooperativismo solidário, primando pela horizontalidade nas relações entre os produtores, mantendo laços de reciprocidade entre eles e não padronizando as atividades conforme normativas aplicadas pelas grandes empresas agroalimentares.

A Cooperativa permitiu a ampliação da infraestrutura de uso comum, o que refletiu na expansão da atividade na produção e na comercialização, mantendo seus produtores associados e primando pela autogestão. Observa-se que os associados têm orgulho de construir esta história, apontando a Cooperativa como uma experiência consolidada, que comercializa em todo território nacional.

A Cooper Frango Carú pode ser entendida dentro dos padrões de mercados aninhados, pois hibridiza formas de venda direta em mercados locais e regionais com a expansão para escalas mais amplas, comercializando também em mercados convencionais. Contudo, ela mantém um arranjo e práticas sociais, além de infraestruturas de uso comum que a efetivam como uma cooperativa solidária, também atendendo à demanda de consumidores que buscam um produto diferenciado.

Essas organizações apontam para a criação de novas dinâmicas, tanto de mercado quanto de produção e em outras dimensões da vida social. Observa-se como os associados prezam pela experiência e como se movi-

mentam em torno dela, fortalecendo-se e dando passos para sua ampliação e estruturação. Necessário se faz que as instituições e as políticas públicas se orientem para abrigar e fortalecer este tipo de experiência, que contribui para o desenvolvimento geral e de seu território.

## REFERÊNCIAS

- BASTIANELLI, D. A produção de frangos diferenciados na França. Mercado, aspectos organizacionais e regulamentares. In: CONFERÊNCIA APINCO 2001 DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AVÍCOLAS, 2001. Campinas. *Anais* [...]. Campinas: FACTA, 2001. v. 2, p. 235-254.
- BOISIER, S. El vuelo de una cometa. Una metáfora para una teoría del desarrollo territorial. *Estudios Regionales*, n. 48, p. 41-79, 2005.
- CASSOL, A. P.; BRASIL, N. S.; SCHNEIDER, S. Mercados imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. *Política & Sociedade*, Florianópolis, SC. v. 15, n. 33, p.314-346, 2016.
- FRANTZ, W. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Ijuí-RS. Ed. Unijuí, 2012.
- HEBINCK, P.; PLOEG, J. D.; SCHNEIDER, S. *Rural development and the construction of new markets*. Hague: Routledge. 2014
- LIMA FILHO, D.O.; *et al.* Comportamento do consumidor de alimentos: uma perspectiva da nova carne de galinha caipira. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52. 2004, Cuiabá - MT. *Anais* [...] Cuiabá: Sober, 2004.
- MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: Mapa, 2020 Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em 01/04/2020.
- MIOR, L. C. M. *et al.* Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 9., 2019, Florianópolis. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: Rede de Estudos Rurais, 2019.
- NEVES, P. D. M.; MENDONÇA, M. R. (Re) existência e permanência no campo através do associativismo e cooperativismo. *Revista Equador*, Terezina, v. 6, n. 1, p. 44-59, 2017.
- NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: DOULA, S. *et al* (org.). *A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados*. Viçosa: Ed. Suprema, 2014, v. 1, p. 43-68.
- OOSTINDIE, H. *et al.* The central role of nested markets in rural development in Europe. *Rivista di Economia Agraria*, Firenze, v. 65, n. 2, jun. 2010.
- OSTRÖM, E. Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. *American Economic Review*, Pittsburgh, n. 100, p. 1-33, 2010.
- PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S (org). *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.
- POLMAN, N. *et al.* Nested markets with common pool resources in multifunctional agriculture. *Rivista di Economia Agraria*, Firenze, v. 65, n. 2, jun. 2010.
- SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. *Cadernos Gestão Social*, Salvador, Universidade Federal da Bahia, v. 3, n. 2, p. 251- 273, jul./dez. 2012.
- SINGER, P. Economia dos setores populares: propostas e desafios, questões debatidas. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F, e COSTA, B. (org.) *Economia dos Setores Populares: entre a reali-*

- dade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- TAUILLE, J. Do socialismo de mercado à economia solidária. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 6 (1): 107-122, jan./jun. 2002.
- TIERLING, I. M. B. M.; SCHMIDT, C. M. Dificuldades, falhas e desafios da ação coletiva na agricultura familiar: um estudo na associação de produtores de Corumbataí do Sul – PR. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2016. Porto Alegre. *Anais [...]* Porto Alegre: SBEO, 2016.
- UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/uniao-brasileira-de-avicultura>. Acesso em 29/03/2020.
- VALADARES, J. H. *Moderna administração de cooperativas*. Belo Horizonte, 2002. Apostila FORMACOOOP – Mód.II - SESCOOP/BA.
- VELOSO, R. C. *et al.* Parâmetros de desempenho e carcaça de genótipos de frangos tipo caipira. *Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia*, Belo Horizonte, v. 66, n. 4, p. 1251-1259. 2014.
- WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIÓN EN AMÉRICA LATINA, 1., Campinas, 2003. *Anais [...]* Campinas: Unicamp, 2003.
- ZALUSKI, P. R.; MARQUES, C. Vantagens e desvantagens do sistema de integração vertical na avicultura de corte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 35., 2015, Fortaleza. *Anais [...]* Rio de Janeiro: Abrepro, 2015.

## Capítulo 11

# A COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA ORGÂNICA COMO RESPOSTA A EXIGÊNCIAS COMERCIAIS RECEBIDAS POR AGRICULTORES DE REGIÕES METROPOLITANAS<sup>1</sup>

Adevan da Silva Pugas  
Oscar José Rover

### INTRODUÇÃO

O capítulo analisa o papel dos processos de cooperação empreendidos por produtores de alimentos orgânicos, no atendimento às exigências dos canais de comercialização com os quais se relacionam. Empiricamente, ele trata das dificuldades enfrentadas pelos agricultores na fidelização de mercados de alimentos orgânicos. Teoricamente, analisa como processos cooperativos podem contribuir na construção de dinâmicas de desenvolvimento rural que sejam mais sustentáveis – ou alternativas ao modelo de produção de *commodities* na agricultura industrial –, ao contribuir com o acesso e permanência de agricultores familiares no abastecimento alimentar orgânico.

A importância da produção orgânica tem sido crescentemente evidenciada diante do aumento das transações desse segmento de mercado de alimentos. Conforme os dados da International Federation of Organic Agriculture (Ifoam), a agricultura orgânica já é desenvolvida em pelo menos 181 países, e 93 deles já dispõem de regulamentação própria para produção e comercialização de alimentos orgânicos. Globalmente, este mercado movimentou aproximadamente U\$ 97,4 bilhões em 2017, o que representa crescimento de 16,2% em relação a 2015 (U\$ 81,6 bilhões). Os países com maior fatia de mercado são, respectivamente, Estados Unidos (41%), Alemanha (10%) e França (8%) (IFOAM, 2018).

---

<sup>1</sup> O trabalho utiliza parte dos dados de pesquisa de dissertação de um dos autores, intitulada “Agroecologia e comercialização de alimentos: qual a agrobiodiversidade e qual autonomia aos agricultores?”, a qual pode ser acessada no link <http://tese.ufsc.br/teses/PAGR0411-D.pdf>.

No Brasil, esta tendência tem seguido trajetória similar, na medida em que o mercado movimentou, em 2018, a cifra de R\$ 4 bilhões, 20% superior ao registrado no ano anterior (MAPA, 2019). Segundo a publicação mais recente do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), há 21.177 estabelecimentos regularizados junto ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, atuando na produção primária (vegetal ou animal), no processamento ou no extrativismo sustentável de orgânicos (MAPA, 2020).

À medida que esse seguimento de mercado se expande, tornam-se necessários estudos para melhor compreender suas dinâmicas de funcionamento. A interação entre produtores e seus clientes compreende elemento importante, pois ali se conformam as exigências às quais os agricultores buscam atender ou contornar. Elas evidenciam dificuldades dos agricultores, e seu atendimento tende a compreender certa estabilidade no acesso aos mercados. Embora desde a década de 1990 os supermercados sejam o canal comercial mais acessado na compra de orgânicos (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013; GUIVANT, 2003), outros canais de comercialização têm se destacado, sobretudo formas de circuitos curtos. As cadeias curtas são frequentemente acionadas na comercialização de alimentos de qualidade (naturais, orgânicos, tradicionais, da sociobiodiversidade, etc.), com destaque em regiões próximas às grandes metrópoles ou a centros de consumo (SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em outras cinco seções. A segunda apresenta o conceito de cooperação utilizado, relacionando-o aos circuitos curtos de comercialização. A terceira apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa empírica. A quarta apresenta os resultados e discussões do estudo, enquanto a última apresenta as conclusões do trabalho, resultado da análise sobre a relação entre as formas de cooperação e as exigências postas pelos canais de comercialização.

## **OS PROCESSOS COOPERATIVOS E OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO**

A cooperação corresponde ao “ato de cooperar ou operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar” (JESUS; TIRIBA, 2004, p. 87). A partir dessa definição, compreende-se haver na concepção de cooperação um desdobramento em dois sentidos diferentes e articulados, ao assumir

tanto o sentido de ação quanto de movimento coletivo. O sentido da ação estaria ligado à iniciativa coletiva em que pessoas tomam posse de meios para a realização de uma atividade produtiva, cujo resultado ou produtividade depende de cada um dos indivíduos cooperados, e sua expansão contribui para a satisfação das necessidades e desejos de todos (JESUS; TIRIBA 2004). O movimento diz respeito às organizações que conformam a sociedade, que desde os primórdios, através da cooperação entre os indivíduos, produzem os meios pelos quais garantem sua existência e reprodução social (BÚRIGO, 2010; JESUS; TIRIBA, 2004).

Segundo Búrigo (2007, p. 23) o desenvolvimento das sociedades deu-se a partir de ampliados processos de cooperação, uma vez que “ela se cria, se consolida e se transforma em novas formas de colaboração – e também de conflito – na mesma medida em que as relações entre homens se tornam econômica e socialmente mais complexas”. No século XIX, houve um revigoramento dos ideais que permeiam a cooperação, movimento que resultou no surgimento de muitas iniciativas, em função da “busca por soluções contra a miséria, a exclusão, o desemprego e a cultura individualista dominante” (MORAIS et al., 2011, p. 68). Essas iniciativas cooperativas perpassaram os mais diversos campos de atuação, resultado do seu desenvolvimento teórico e empírico, que recentemente têm impulsionado a economia solidária (BÚRIGO, 2010; CUNHA; 2013).

No entanto, a cooperação pode assumir uma gama de significados e sentidos, representando desde cooperativas orientadas por lógicas patronais/capitalistas até outras em que a posse dos meios de produção e os resultados mais amplamente partilhados pelos trabalhadores cooperados (BÚRIGO, 2010; CUNHA; 2013; MORAIS *et al.*, 2011). Cunha (2013) aponta para o caso do cooperativismo brasileiro, no qual diferentes sentidos estão em disputa entre essas duas vertentes de organizações que defendem e regem distintos formatos de empreendimentos cooperativos. Neste trabalho, o enfoque analítico não recai sobre essa discussão. A análise busca compreender as contribuições de organizações cooperativas – em sua diversidade de formas – nos processos comerciais em que empreendimentos da agricultura orgânica estão inseridos.

No Brasil, a região Sul foi a que mais manifestou processos de cooperação, sejam em termos formais (cooperativas e associações) ou informais (grupos, clubes, grêmios, redes etc.). As manifestações de ação coletiva

nesta região refletiam (e ainda refletem) os traços culturais e o modelo de ocupação do território adotado pelos povos imigrantes. As iniciativas geradas nos territórios rurais envolvem agricultores e comerciantes ligados à organização socioeconômica nestes territórios. Sua estruturação contou com o estímulo decisivo de entidades religiosas, que desencadearam uma cultura política e organizacional expressiva, conformando um ambiente de cooperação em que as instituições solidárias faziam-se sempre presentes (BÚRIGO, 2010).

No estudo em que analisa a condição camponesa na dinâmica produtiva e comercial contemporânea, Ploeg (2008) atribui à cooperação elemento essencial para a sobrevivência dos agricultores em contextos hostis. Segundo ele, “[...] as circunstâncias político-econômicas adversas requerem [...] formas de cooperação adaptadas” às condições em que os agricultores estão inseridos (p. 50). Ao tratar especificamente dos processos comerciais, o autor faz referência à necessidade da modalidade de trocas socialmente reguladas para mencionar formas de colaboração entre agricultores e/ou demais agentes de uma cadeia produtiva (PLOEG, 2008).

Na perspectiva de Darolt (2013), a cooperação tende a estar presente em iniciativas de circuitos curtos de comercialização. Esses circuitos ou canais de abastecimentos representam canais comerciais de maior proximidade espacial ou geográfica, relacional e informacional – denominados na bibliografia internacional como *Short Food Supply Chain* (KNEAFSEY *et al.*, 2013; MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Eles têm sido constantemente associados à agricultura orgânica, bem como alimentos tradicionais e da agrobiodiversidade local, dimensões da produção intimamente relacionadas à agricultura familiar. As distintas dimensões de proximidade podem contribuir, de forma articulada, para o enfrentamento de uma série de problemas atuais do modelo de abastecimento convencional (BRANDENBURG; LAMINE; DAROLT, 2013; DAROLT, 2013).

Na perspectiva normativa, os circuitos curtos são definidos como canais comerciais de, no máximo, um intermediário entre os agricultores e os consumidores (DAROLT, 2013; MAYE; KIRWAN, 2010). Eles incorporam também um limite em quilometragem para a delimitação de um circuito curto (DAROLT, 2013; ROVER; RIEPE, 2015). Cabe mencionar que esses limites, com frequência, tendem a seguir padrões arbitrários e associados a

cada contexto. Por exemplo, enquanto no caso francês já se tem instituído um limiar de 80 km como circuito curto (DAROLT, 2013), para o caso brasileiro foi sugerida a distância de 200km, por considerar os arranjos socioespaciais e a dimensão geográfica do país (ROVER; RIEPE, 2015). Essa abordagem contempla uma variedade de formas de comercialização de alimentos, com destaque àquelas com qualidade destacada (orgânicos, artesanais, naturais, biodinâmicos, dentre outros).

Na perspectiva de Darolt (2013), “a articulação entre os diferentes atores ligados ao mercado local possibilita fortalecer e estruturar a agricultura de base ecológica” (p. 165). Essa articulação constitui processos cooperativos e associativos em torno da produção e abastecimentos de alimentos produzidos conforme os princípios agroecológicos. O autor acrescenta que iniciativas de circuitos curtos bem-sucedidas geralmente estão associadas à formação de redes envolvendo o poder público, organizações não-governamentais, agricultores e até mesmo consumidores locais (DAROLT, 2013). Tais iniciativas têm demonstrado a importância de relações de cooperação entre agricultores e consumidores, às quais podem extrapolar o campo do abastecimento alimentar (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012).

Um dos exemplos mais vigorosos da articulação de produtores de orgânicos consiste na Rede Ecovida de Agroecologia. Além da certificação participativa dos produtos dos agricultores associados, a rede oportuniza a construção de outras atividades, como o escoamento dos alimentos produzidos pelos agricultores (sistemas *deliveries*, feiras de agricultores, venda em mercados institucionais etc.). Uma delas corresponde ao Circuito Sul de Circulação de Alimentos, iniciativa que surgiu a partir de discussões no âmbito da rede, diante das dificuldades enfrentadas na comercialização, um dos principais desafios atuais para o desenvolvimento da organização e da produção de base agroecológica (MAGNANTI, 2008; ROVER, 2011; OLIVEIRA; GRISA; NIEDERLE, 2020). Com este intuito, a rede de atores passou a atuar de forma coordenada para a efetivação de circuitos comerciais, conformando uma diversidade de formas de cooperação nesse processo.

Processos de cooperação envolvendo comercialização de alimentos têm se disseminado, sobretudo em regiões populosas. Em Florianópolis, por exemplo, um mapeamento das compras coletivas de alimentos por



pedidos antecipados identificou 13 iniciativas em 19 pontos de entrega em funcionamento, articulando agricultores a grupos organizados de consumidores. Dentre elas, destacam-se as Células de Consumidores Responsáveis (CCR), iniciativa em que a cooperação entre agricultores orgânicos favorece o atendimento de uma demanda agregada (grupos de consumidores organizados), com diversidade, qualidade e preços acessíveis (ESCOSTEGUY, 2019).

Por tanto, uma diversidade de formas de cooperação se estabelece nos contextos que vão da produção ao consumo de alimentos orgânicos. As regiões das três capitais do Sul do Brasil dispõem de uma variedade de formas de comercialização, assim como uma demanda cada vez mais expressiva por esses produtos. Nesse sentido, faz-se necessário melhor compreender as exigências oriundas dos processos comerciais e analisar como processos de cooperação podem colaborar para a viabilização comercial dos agricultores contribuindo para o atendimento a tais exigências.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O trabalho compreende uma pesquisa descritiva e quali-quantitativa que se desenvolveu mediante um estudo de casos múltiplos (YIN, 2001), realizado junto a agricultores na região Sul do Brasil, especificamente nas regiões metropolitanas de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. A escolha dessas regiões justifica-se pela presença e proximidade de centros consumidores, e pelos diversificados circuitos de comercialização que atendem os consumidores (VIEGAS; ROVER; MEDEIROS, 2017). A pesquisa materializou-se por meio de entrevistas semiestruturadas com agricultores orgânicos. Ao todo, foram realizadas 24 entrevistas, com 8 agricultores entrevistados em cada região, entre os meses de abril e outubro de 2017.

A seleção dos entrevistados objetivou contemplar uma diversidade de tipos de empreendimentos da agricultura orgânica nas regiões. Para tanto, partiu de contato com informantes-chave de universidades, conselhos ligados à agricultura orgânica (constituídos por agentes governamentais, iniciativa privada e sociedade civil), entidades de pesquisa e assistência técnica, e movimentos sociais. Para alcançar a diversidade de casos, os agricultores identificados pelos informantes foram distribuídos em perfis considerando critérios relacionados ao processo de comercialização e às características dos processos de produção e das unidades produtivas.

O conteúdo dos questionários dispôs de uma série de perguntas visando levantar as informações enumeradas a seguir: 1) tipo de atividades produtivas desenvolvida no estabelecimento; 2) percentual do faturamento segundo as diferentes atividades produtivas desenvolvidas; 3) os canais comerciais acessados pelos agricultores e o percentual da produção vendida em cada um deles; 4) a participação (ou não) em organizações cooperativas e associativas, e as contribuições destas para os resultados do empreendimento produtivo; 5) a existência e natureza das pressões comerciais sofridas pelos agricultores segundo os diferentes canais de comercialização dos produtos.

Os dados coletados foram organizados em planilhas Microsoft Excel® 2010, onde se procederam a sistematização e análises do conteúdo (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005; ROVER, 2012). O estudo seguiu os protocolos de ética em pesquisas com seres humanos e, assim, as identidades dos entrevistados e de quaisquer envolvidos com o trabalho de campo não estão expostas.

## **EXIGÊNCIAS POSTAS POR EQUIPAMENTOS COMERCIAIS À COMPRA DOS AGRICULTORES**

A maioria dos estabelecimentos estudados (79%) desenvolve a produção de hortaliças. Esta atividade responde, em média, por 60% das áreas destinadas à produção. Além disso, ela possui o maior faturamento em relação ao percentual da área utilizada pelos produtores, mostrando-se uma atividade rentável. A maioria das hortaliças é comercializada de forma *in natura*.

Os agricultores entrevistados acessavam uma diversidade de canais de comercialização. Os principais mencionados foram: as vendas diretas aos consumidores (22); lojas especializadas<sup>2</sup> (6); supermercados (6); mercados institucionais<sup>3</sup> (6); comerciantes intermediários (6) e; cooperativas de produtores orgânicos (4). A venda direta destacou-se como forma de comercialização mais acessada entre os entrevistados. Nela, destacavam-se as feiras, acessadas por 16 dos entrevistados e respondiam em média por

---

2 Empreendimentos em formato de lojas especializadas na venda de produtos naturais, orgânicos, artesanais, dentre outros.

3 Vendas para programas estatais e governamentais que disponibilizam recursos para a compra de produtos oriundos da agricultura familiar e os disponibilizam para a alimentação escolar e populações em vulnerabilidade socioeconômica. Os principais são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

72,6% da produção. As demais formas de venda direta possuíam menor representatividade, uma vez que, embora mencionadas por 11 entrevistados, respondiam em média por apenas 16% da produção. Entretanto, cabe destacar que a pesquisa de campo foi realizada antes da chegada da Covid-19, e muitas feiras têm sido prejudicadas, em função de serem espaços de encontro e geram algum grau de aglomeração, elemento que se busca evitar para conter a pandemia.

Dos agricultores entrevistados, 13 (54%) afirmaram receber algum tipo de exigência por parte dos diferentes clientes, em seus respectivos canais de comercialização, materializada de diversas formas (Figura 1). A principal exigência corresponde às cobranças em torno da qualidade dos produtos ofertados (como o tamanho, frescor, ausência de danos mecânicos de frutas e verduras), sendo mencionada por 7 entrevistados. O canal de comercialização que se destacou neste tipo de exigência foram os supermercados, citado por 4 agricultores, o qual também atua na exigência de uma quantidade mínima de produtos a ser entregue pelos agricultores. Um dos entrevistados ainda mencionou que o não cumprimento dessa exigência leva à devolução ou a reposição de produtos, resultando em prejuízos para os produtores. Embora menos citado e de forma menos enfática, a cobrança por qualidade também foi atribuída às feiras de agricultores (2) e aos mercados institucionais (1).

A segunda exigência corresponde à cobrança para a redução dos preços dos alimentos, mencionada por 6 agricultores, os quais atribuem-na às lojas especializadas (2), feiras (2), comerciantes intermediários (1) e supermercados (1). Um dos produtores relacionou essa pressão ao período de safra dos diferentes produtos, o que é justificado pela elevada quantidade de produtos ofertados.

As exigências de padrões de embalagens e na pesagem dos produtos também foram mencionadas, assim como a entrega dos pedidos em tempo reduzido. Lojas especializadas, comerciantes intermediários e restaurantes foram os canais comerciais em que houve menção a esta última exigência associada à comercialização de alimentos frescos, devido à redução de sua qualidade ao longo dos dias após a colheita.

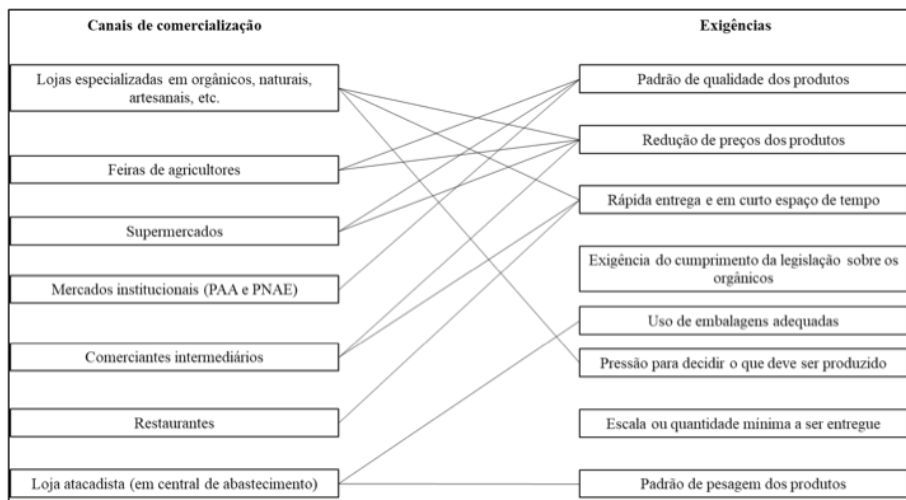


Figura 1: Os canais de comercialização e as exigências direcionadas aos agricultores entrevistados.

Fonte: Dados de campo.

Metade dos agricultores entrevistados (12) afirmou haver diferenças entre os canais comerciais quanto ao nível das exigências que impõem. Os canais de comercialização descritos como os mais exigentes são os supermercados e os mercados institucionais, mencionados por três entrevistados cada. Outros canais também foram citados, sendo eles as lojas especializadas (1), restaurantes (1) e comerciantes intermediários (1). Por outro lado, as feiras de produtores foram apontadas por 7 entrevistados como canais que menos impõem exigências.

Cabe mencionar que três produtores afirmaram que alguns clientes têm cobrado a apresentação da certificação e até mesmo realizam visitas às propriedades, como forma de verificar a conformidade da legislação com a agricultura orgânica.

### FORMAS DE COOPERAÇÃO DOS AGRICULTORES NAS RESPOSTAS ÀS EXIGÊNCIAS POSTAS POR EQUIPAMENTOS COMERCIAIS

Do total de 24 estabelecimentos estudados, 21 afirmaram participar de algum tipo de organização de agricultores (87,5%), as quais promovem uma diversidade de contribuições (Quadro 1). As principais dizem respeito à fatores econômicos mais gerais, como a redução dos custos com a cer-

tificação dos produtos, fato mencionado por agricultores ligados a Organizações de Certificação Participativa (Opac)<sup>4</sup>; a facilidade na compra de insumos (mais baratos); a agregação de valor à produção; ou a organização da produção. Contudo, também foram mencionados elementos mais focados nos processos que envolvem o acesso a mercados, tais como o apoio à comercialização, a diversificação da renda via agroturismo, a divulgação, o aumento da credibilidade, dentre outros.

Quadro 1. Contribuições desempenhadas pelas organizações, conforme as menções dos agricultores entrevistados.

<b>Contribuição</b>	<b>Número de produtores</b>
Redução dos custos de certificação	11
Apoio na comercialização	09
Troca de conhecimentos/ informações	07
Formação dos agricultores	03
Aquisição de insumos de forma coletiva	03
Renda com agroturismo	02
Divulgação	02
Agregação de valor	01
Isenção fiscal	01
Dá credibilidade (por parte do consumidores)	01
Organização da produção	01
Fortalecimentos das relações com atores locais	01
Soluções conjuntas	01

Fonte: Dados de campo.

Apenas 9 dos estabelecimentos estudados relataram terem apoio direto das organizações na comercialização de seus produtos, mesmo que a maioria deles realizasse a venda através de feiras, que em si são uma forma de organização coletiva para a comercialização. Com frequência,

<sup>4</sup> São entidades ou organizações que atuam na certificação de estabelecimentos orgânicos da agricultura familiar. Elas formalizam-se junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e passam a operacionalizar esse processo, que na certificação por auditoria seria realizado por empresas privadas especializadas, com custo mais elevado. Neste tipo de certificação a entidade que realiza a avaliação da conformidade orgânica constitui-se a partir dos agricultores e suas organizações, técnicos, consumidores e demais atores interessados, ou seja, ao contrário da auditoria de empresas de terceira parte, os próprios atores viabilizam o processo (BLANC; KLEDAL, 2012).

embora sem realizar a venda, as organizações contribuem para a conquista dos espaços onde esta modalidade de comercialização se materializa. Neste caso, elas desempenham a importante função da construção de mercados, prestando-se ao papel de representante no âmbito dos produtores.

O percentual da produção comercializado via organização coletiva varia conforme o estabelecimento. Quatro agricultores afirmaram comercializar toda a produção a partir das organizações em que estão vinculados. Os demais apontaram comercializar fatia menos expressiva, chegando ao máximo de 20% do total produzido.

Como a maioria dos produtores afirma estar associado a algum tipo de organização, deduz-se que a cooperação compreende uma estratégia adotada para atender às exigências postas pelos clientes em seus respectivos canais de comercialização. As organizações às quais os produtores participam desempenham uma diversidade de contribuições que, em maior ou menor grau, os auxiliam no atendimento a essas exigências.

A análise dessas contribuições faz-se pertinente para a compreensão do papel da cooperação no desenvolvimento dos empreendimentos familiares, inclusive considerando as exigências postas pelos clientes comerciais. Cabe mencionar que essas exigências e os processos cooperativos e associativos desenvolvem-se num contexto de proximidade dos estabelecimentos de produção aos centros de consumo.

Uma das principais contribuições da organização cooperativista visa a redução dos custos de certificação, pela articulação para a avaliação participativa<sup>5</sup> da conformidade orgânica. A outra são os circuitos curtos de comercialização, que reduzem as distâncias, os custos com o transporte e os intermediários, muitas vezes reduzindo as margens de comercialização e os preços finais dos produtos (DAROLT *et al.*, 2016; DAROLT, 2013). Nesse sentido, a cooperação e o estabelecimento de circuitos curtos compreendem estratégias capazes de oferecer aos agricultores alternativas às exigências postas por seus clientes.

A articulação em organizações, mesmo tendo intuítos específicos, pode gerar uma diversidade de contribuições para além das pretendidas.

---

5 O diferencial desta forma de certificação consiste na atuação de vários de atores (produtores, consumidores, agências estatais, organizações não governamentais), dotando-a de caráter participativo, que acaba sendo menos custosa, do ponto de vista monetário (PUGAS *et al.*, 2017).

A certificação participativa constitui um exemplo vigoroso deste processo. Ela, ao promover o encontro de agricultores, que antes atuavam dispersos, oportuniza a surgimento de outras atividades entre eles, a partir do diálogo e reconhecimento das dificuldades comuns ao coletivo. Mesmo demandando mais tempo dos agricultores, as reuniões e visitas às propriedades compreendem espaços de grande aprendizado e troca de experiências. Por vezes, inclusive, firmam parcerias comerciais entre os agricultores que operacionalizam o processo, criando possibilidades de escoamento da produção certificada (ROVER, 2011; ROVER; LAMPA, 2013).

De modo geral, o apoio à comercialização pode ser materializado de duas formas diferentes. Uma delas refere-se à organização em grupos de produtores para venda dos produtos – um exemplo se dá através da formação de pequenas feiras para venda em coletivo, com responsabilidades, ganhos e custos partilhados entre os agricultores; outro é a formação de cooperativas de agricultores, que geralmente posicionam-se como entrepostos atacadistas ou agentes intermediários que adquirem os produtos dos agricultores associados. Neste caso, as responsabilidades oriundas do processo comercial recaem sobre a coordenação das cooperativas e seus funcionários e, frequentemente, os agricultores a veem como mais uma alternativa de comercialização.

Com o envolvimento em organizações de cooperação, esses agricultores conseguem ampliar as oportunidades de mercado. Mesmo que gerem maiores custos com entrepostos e funcionários, por exemplo, também geram maiores oportunidades para que os produtores aumentem sua margem de manobra na negociação com os mercados, tendo maior possibilidade de buscar alternativas a canais comerciais que impõem maiores exigências. Nesta perspectiva, Ploeg (2008) sugere que a articulação em organizações e o estabelecimento de processos de cooperação podem promover acesso diferenciado aos mercados, aumentando a margem de autonomia dos agricultores. Neste sentido, as organizações cooperativas que contribuem na comercialização, além de atuarem no atendimento às exigências, podem constituir alternativas a elas, uma vez que com mais oportunidades de acesso à mercados os produtores podem escolher canais comerciais mais adequados a suas condições, valores e interesses.

Em relação às trocas de conhecimentos e informações, as organizações comportam-se como espaços de socialização e intercâmbio, na medida em

que emergem dali discussões sobre os problemas enfrentados pelos agricultores, além de potenciais para seu desenvolvimento. Tais conhecimentos e informações ajudam os produtores na condução das atividades que envolvem o empreendimento produtivo e sua comercialização. Na perspectiva de Almeida e Abreu (2009), agricultores com conhecimentos sobre métodos e processos de produção tornam-se capazes de aumentar a eficiência no uso dos recursos disponíveis. Além disso, o acesso a esses conhecimentos, por meio das organizações, pode orientá-los nas estratégias de comercialização a serem adotadas, através da criação de oportunidades de acesso à mercados, de formas adequadas de acomodação, armazenamento e transporte de produtos, de auxílio na gestão dos estabelecimentos produtivos, dentre outros.

## CONCLUSÕES

Este estudo contribui para o entendimento das dinâmicas comerciais em que organizações cooperativas contribuem com os agricultores orgânicos. Verificou-se que a participação destes produtores em tais organizações compreende característica marcante, tendo uma diversidade de contribuições de caráter produtivo, organizacional ou comercial. A principal contribuição compreende a redução de custos diversos (aquisição de insumos, trabalho, comercialização, dentre outros), com destaque aos agricultores que realizam a certificação do estabelecimento por organismos participativos de avaliação da conformidade.

Essas contribuições favorecem aos agricultores, os quais conseguem aprimorar seus processos de produção e formas de comercialização, melhor respondendo às exigências postas pelos clientes. Por se tratar de produtores atuando próximo aos grandes centros consumidores, o acesso a diferentes canais comerciais (sobretudo os circuitos curtos) lhes favorece. No contexto das regiões metropolitanas estudadas, a cooperação e o acesso a formas de circuitos curtos de comercialização contribuem para respostas mais adequadas às exigências recebidas pelos agricultores. Ademais, elas ainda podem ir além do atendimento às referidas exigências e possibilitar a construção de formas alternativas de venda a partir da ação articulada em organizações coletivas.

Enquanto lacuna, observa-se a necessidade de melhor compreender as condições de funcionamento das organizações cooperativas ligadas à



comercialização de alimentos. Isto permitiria a muitos agricultores a estruturação de formas cooperadas para gerar alternativas comerciais, em melhores condições de inserção nos mercados. Nesse contexto, a articulação entre agricultores e consumidores, ativando novas formas de cooperação, poderia auxiliar na democratização do acesso dos consumidores aos alimentos orgânicos e na estabilidade dos mercados desses alimentos aos agricultores.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. F.; ABREU, L. S. Estratégias produtivas e aplicação de princípios da agroecologia: o caso dos agricultores familiares de base ecológica da cooperativa dos agropecuaristas solidários de Itápolis. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 37–53, 2009.
- BLANC, J.; KLEDAL, P. R. The brazilian organic food sector: Prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders. *Journal of Rural Studies*, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 142–154, 1 jan. 2012.
- BRANDENBURG, A.; LAMINE, C.; DAROLT, M. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 221–247, 2013.
- BÚRIGO, F. L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Editora Argos, Chapecó, 2007.
- BÚRIGO, F. L. *Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Chapecó: Ed. Argos, 2010, p. 37-67.
- CUNHA, G. C. A economia solidária e os embates em torno dos sentidos do cooperativismo na construção recente de leis e políticas. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 23, n. 1, p.187-207, jan./mar. 2013.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. DE; VEZZANI, F. M. (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139–170.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 10, n. 2, p. 8–13, 2013.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. C. F.; ABREU, L. S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Sociedade & Ambiente*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 1–22, 2016.
- ESCOSTEGUY, I. L. *Inovações sociais da promoção da agroecologia e redes de civismo agroalimentar em Florianópolis*. 2019. 131 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *Ambiente & sociedade*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 63–81, 2003.
- IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements. *Change for good 2018: Consolidated Annual Report of IFOAM*. Bonn: International Federation of Organic Agriculture Movements, 2018.
- JESUS, P. de; TIRIBA L. Cooperación. In: CATTANI, A. D. (org.). *La otra economía*. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004. p. 85-95.

- KNEAFSEY, M.; VENN, L.; SCHMUTZ, U.; BALÁZS, B.; TRENCHARD, L.; EYDENWOOD, T. BOS, E.; SUTTON, G.; BLACKETT, M. *Short food supply chains and local food systems in the EU: a state of play of their socio-economic characteristics*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.
- MAGNANTI, N. J. Circuito Sul de circulação de alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 5, n. 2, p. 26–29, 2008
- MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil. Cadastro nacional de produtores orgânicos. 2020. Brasília, Mapa, 2020MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Mercado brasileiro de orgânicos fatura R\$ 4 bilhões*. 2019.
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000.
- MAYE, D.; KIRWAN, J. Alternative food networks. *Sociopedia.isa*, p. 1–12, 2010.
- MORAIS, E. M. LANZA, F. SANTOS, L. M. L.; PELANDA, S. S. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 105, p. 67–88, jan. mar. 2011.
- OLIVEIRA, D.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. *Redes*, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 135–163, 2020.
- PLOEG, J. D. V. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- PUGAS, A. S.; PRADO, P.; ROVER, O. J.; ROMÃO, A. L. A confiança como elemento do capital social: análise da acreditação participativa no Sul e Nordeste brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PROCOAS. 8., 2017, São Paulo. *Anais [...] São Paulo: USP, 2017*. p. 1–16.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. VAN. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.
- RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003.
- RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. *Int. Jml. of Soc of Agr & Food*, East Lansing, EUA, v. 19, n. 3, p. 289–307, 2012.
- ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. *Ciências Sociais*. São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 56–63, 2011.
- ROVER, O. J. O método científico em Ciências Sociais: dos documentos, questionários e entrevistas à análise de enunciados. *Revista Grifos*, Chapecó, v. 21, n. 32/33, p. 13–, 2012.
- ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 22–25, 2013.
- ROVER, O. J.; RIEPE, A. D. J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 38, p. 663–682, 31 ago. 2015.
- SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura Familiar – o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56–71, 2015.
- VIEGAS, M. DA T.; ROVER, O. J.; MEDEIROS, M. Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 42, n. dezembro, p. 370–384, 2017.
- YIN, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## Capítulo 12

# CONSUMIDORES ORGANIZADOS PROMOVENDO A COOPERAÇÃO: OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA COOPERATIVA GIRASOL - PORTO ALEGRE/RS/BRASIL

Laísa Boechel Barcelos  
Oscar José Rover

### INTRODUÇÃO

Os sistemas agroalimentares são caracterizados pela existência de inúmeros atores entre a produção e o consumo de alimentos, os quais podem formar cadeias de abastecimento (neste estudo, sinônimo de ‘circuitos’) que se estendem do nível global ao local. As cadeias globais são longas e estão imersas em processos de globalização definidos por Ploeg (2008) como Impérios Alimentares, que conquistam e controlam cada vez mais partes da produção e abastecimento de alimentos. De acordo com o autor, a atuação de inúmeros intermediários na distribuição de alimentos desconecta a produção e o consumo, e faz com que os agricultores diminuam seus ganhos ao longo do processo.

Na tentativa de superar essas dificuldades surgem dinâmicas agroalimentares baseadas na cooperação entre grupos de consumidores e de agricultores. Diversas dessas experiências fortalecem os chamados circuitos curtos de comercialização (CCC), que objetivam eliminar ou diminuir o grande número de intermediários e articular novas redes entre a produção e o consumo de alimentos (DAROLT, 2013; KNEAFSEY *et al.*, 2013). Essas experiências enfatizam relações de proximidade, cooperação e solidariedade para benefícios mútuos, onde a demanda de centros urbanos por alimentos de qualidade superior se alia à necessidade de agricultores familiares para acessarem mercados mais diretos e justos.

As cooperativas de consumo são experiências particularmente interessantes, pois têm o envolvimento ativo de consumidores em processos ao longo da produção-distribuição-consumo dos alimentos. Essas organizações podem compor Redes de Cidadania Agroalimentar (RCA), na me-

dida em que representam uma articulação de organizações que, de acordo com Renting et al. (2012), (a) expressam o potencial de atuação dos consumidores como cidadãos, para além de um papel passivo; (b) têm potencial para mudanças importantes na redistribuição de papéis de governança no sistema agroalimentar.

Neste trabalho optamos por aprofundar a reflexão sobre a cooperação entre consumidores e agricultores em uma experiência organizada pelos primeiros: a Cooperativa de Consumo GiraSol, localizada em Porto Alegre, RS, Brasil, refletindo sobre o potencial desta cooperativa em articular circuitos curtos de comercialização e relações de cooperação com organizações de agricultores e suas redes. A cooperativa foi fundada em 2006 e define-se como uma iniciativa de economia solidária que tem por objetivo a prática do comércio justo e do consumo sustentável.

O capítulo apresenta inicialmente uma breve fundamentação teórica sobre os CCC e cooperação, seguida de uma descrição da metodologia adotada para realizar os objetivos propostos. Após descrevemos e analisamos o estudo de caso. Por fim, apresentamos algumas conclusões sobre os circuitos curtos e as relações de cooperação promovidos no escopo da Cooperativa GiraSol.

### **ARTICULAÇÕES TEÓRICAS ENTRE CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO**

Os CCC são aqueles em que o percurso dos produtos envolvidos é passível de ser identificado e rastreável aos agricultores. Os agentes intermediários entre agricultor e consumidor são ‘mínimos’ ou idealmente nulos. A aproximação entre produção e consumo pode ser: (a) espacial, por meio de reduzida distância percorrida entre produtor e consumidor; (b) relacional, representada pelo número de intermediários entre os atores da cadeia; e (c) informacional, na qual as informações a respeito dos produtos e das condições de produção são transmitidas aos consumidores (DAROLT, 2013; KNEAFSEY *et al.*, 2013).

O enfoque dos circuitos curtos ou cadeias curtas tem sido articulado a diversas noções teóricas que estudam alternativas às formas dominantes do sistema alimentar. Os CCC se apresentam, por exemplo, como um elemento central para a caracterização das redes agroalimentares alternativas, que englobam iniciativas emergentes de mercados de produtores,

consumidores e outros atores, na incorporação de alternativas contra-hegemônicas ao modo industrial mais padronizado de abastecimento alimentar (MURDOCH *et al.* 2000; RENTING *et al.* 2003; DAROLT *et al.* 2016). Outro exemplo é a sua intrínseca articulação à noção de redes de cidadania agroalimentar, uma categoria considerada uma evolução do conceito de redes alternativas, com abordagem híbrida quanto a sua alternatividade ao sistema dominante, que mobiliza toda uma discussão em torno do papel ativo e estruturante dos consumidores na democracia e soberania alimentar (MONTIEL *et al.*; 2010; RENTING *et al.*, 2012, SONNINO; MARSDEN, 2006). Exemplos dessas experiências são redes que articulam cooperativas de consumidores e produtores, redes de produção-consumo como a Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil, a Association pour Le Maintien d'une Agriculture Paysanne - AMAPs na França e a Rete GAS italiana, que articula inúmeros Gruppi d'AcquistoSolidale.

Essas experiências constituem elementos de cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores, em um sistema de inter-relações entre atores engajados (DAROLT *et al.*, 2016; RENTING *et al.*, 2012). Para alcançar resultados e objetivos comuns, a cooperação depende de um esforço de mobilização e diálogo entre pessoas e organizações, o que gera um processo de aprendizado coletivo por meio de trocas e reciprocidade. De acordo com Piaget (1973), a cooperação é um método construído na reciprocidade entre os indivíduos e ocorre pela coordenação de pontos de vista diferentes, havendo regras autônomas e condutas fundamentadas em respeito mútuo. Segundo o autor, para que exista a cooperação se faz necessário que exista a reciprocidade, o respeito mútuo e a autonomia de pessoas em interação.

Os circuitos curtos são ferramentas importantes para experiências de construção de mercados baseados na cooperação, solidariedade e reciprocidade. É o caso da Rede Ecovida de Agroecologia, que atua nos três estados do Sul do Brasil e envolve cerca de 4500 famílias agricultoras, distribuídas em 27 núcleos regionais e que atua com inúmeras formas de CCC desde a sua origem (REDE ECOVIDA, 2020). Rover e Lampa (2013) destacam que esta rede, que se alicerça nos CCC, possibilita e prioriza relações de reciprocidade entre agricultores e consumidores, por meio da construção de relações que criam vínculos sociais mais amplos que os mercantis, diálogo com a economia solidária, mecanismos comerciais que promovem

a diversidade produtiva e a valorização dos produtos locais/regionais da agricultura familiar.

Os CCC representam novos espaços socioeconômicos para inserção autônoma dos agricultores familiares e suas organizações nos mercados, pois estão associados a empreendimentos que agregam valor aos produtos de qualidade da agricultura familiar e muitas vezes alicerçados em redes de cooperação (SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

## **METODOLOGIA**

Os resultados apresentados nesse texto são fruto da aplicação de métodos quali-quantitativos. Realizamos nove entrevistas individuais semiestruturadas com informantes-chave da Cooperativa GiraSol (5 sócios, 3 funcionárias e 1 voluntário). Complementamos essas informações com observação participante, anotações em caderno de campo e análise de documentos. A visita de campo ocorreu no período de 16 a 20 de Março/2020. Ainda não realizamos entrevistas com outros atores sociais do circuito de abastecimento (agricultores e pessoas que abastecem a cooperativa) porque quando do trabalho de campo já acontecia a pandemia de Covid19.

A metodologia de análise segue o quadro heurístico proposto por Holloway et al. (2007), adaptado para incorporar reflexões sobre cooperação, e complementado com elementos propostos por Preiss et al. (2017) para análise de experiências organizadas por consumidores. A seguir são descritos os campos heurísticos de análise utilizados neste capítulo.

**Circuito de abastecimento:** aqui o objetivo é identificar o perfil dos fornecedores dos alimentos in natura e minimamente processados, e a sua origem. Realizamos a investigação nos vinte principais fornecedores. Também nesse item investigamos as estratégias de abastecimento e a atuação de intermediários, para compreender em que medida os circuitos de comercialização que abastecem a GiraSol se constituem como curtos.

**Rede de atuação e relação:** aborda a rede de organizações e coletivos em que a experiência da GiraSol está inserida ou com as quais possui alguma relação. Também se refere à forma como a organização atua em relação ao estabelecimento e fomento de outras formas associativas e cooperativas.

**Interação produtor-consumidor:** refere-se às formas através das quais consumidores e produtores interagem, podendo ser presenciais ou à distância, por meio de agência coletiva ou tecnologias de comunicação. Essas

interações geram mudanças na dinâmica de abastecimento alimentar, implicando na forma como os atores se envolvem e cooperam, e se desafiam o sistema alimentar dominante de forma explícita ou implícita.

### **A GIRASOL, SUA ORGANIZAÇÃO E INTERAÇÕES: UMA DESCRIÇÃO APROXIMATIVA**

A Cooperativa de Consumo GiraSol teve origem em 2006, por meio de um grupo de consumidores que buscavam acessar alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos, e criar mercados para as famílias agricultoras do entorno de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Após seis anos de atuação ela teve uma paralisação das atividades por quatro anos. O esgotamento do modelo de compras programadas foi o principal motivo: “O modelo se esgotou por que se baseava no trabalho voluntário e na prática de margens pequenas. Havia o entendimento de sobrecarga sobre o grupo mais ativo, que assumia a organização e gestão do processo comercial e econômico (ENTREVISTADO 01).

Após o período de inatividade, em 2016 a Cooperativa GiraSol retomou suas atividades diante da sinalização de algumas organizações de agricultores quanto à necessidade de novos espaços de comercialização. Assim tornou-se parte do objetivo dos cooperados a criação de um modelo de funcionamento que, diferentemente do anterior, fosse viável economicamente, não gerasse sobrecarga para alguns associados, garantisse mercados para os agricultores familiares e permitisse expandir a sua pauta política em torno da agroecologia e alimentação:

Nessa etapa era claro o objetivo da cooperativa em ampliar sua pauta social e política, expandir a comercialização por meio de uma loja física, tornar-se viável economicamente, com giro e escala que pudesse viabilizar o trabalho das pessoas que se dedicavam (ENTREVISTADO 01).

Em 2019 iniciou uma fase radicalmente distinta na GiraSol, em que foi aprovado e implementado o projeto “Mulheres Rurais em Rede: Agroecologia, Autonomia Econômica e Autogestão Solidária”, com recursos da ONU Mulheres e Fundação Banco do Brasil (FBB), em parceria com a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). A parceria entre a GiraSol e a RESF ocorreu por intermédio da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Guayi, parceira da GiraSol, que atua principalmente na aproximação da cooperativa com a rede. A GiraSol ampliou o

diálogo da Resf, que até então era essencialmente urbana, para grupos da agricultura familiar e agroecologia, e participou do processo de destinação de recursos para alguns grupos rurais menos estruturados. O projeto dispôs de recursos para o investimento em ações para a qualificação produtiva de 18 empreendimentos compostos por mulheres, de 14 municípios dos estados do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, os quais são fornecedores da Resf e da GiraSol. Desde então houve a ampliação da GiraSol, com a abertura de um armazém, café e e-commerce para alimentos orgânicos no varejo, além de um centro de venda no atacado e da articulação de diversas frentes comerciais e políticas. A cooperativa também passou a contar com três funcionárias remuneradas, dedicadas à GiraSol, à implantação do projeto e ao diálogo com os grupos rurais.

No que diz respeito ao circuito de abastecimento, existe uma preocupação com o fornecimento regular de ampla variedade de produtos agroecológicos e orgânicos. Isto envolve múltiplos fornecedores (Quadro 1):

São priorizadas relações com cooperativas e associações como elemento estratégico, em detrimento de agricultores individuais, com o objetivo de fomentar a instituição cooperativa e a organização sociopolítica das agricultoras e dos agricultores (ENTREVISTADO 02).

Dentre os 20 principais fornecedores de alimentos in natura e minimamente processados, 45% são cooperativas e associações da agricultura familiar e reforma agrária. Para dispor de produtos que não são ofertados por essas organizações, a cooperativa busca parcerias com agricultores individuais, agroindústrias familiares e, em última instância, com o setor empresarial. Não possuem nenhuma relação comercial com grandes empresas e corporações do ramo dos orgânicos. Ainda assim, menos da metade dos fornecedores são organizações cooperativas ou associativas.

Na busca de inserir algumas cooperativas como seus fornecedores, a GiraSol estabelece o compromisso na compra da produção de grupos menos estruturados, como forma de incentivo à organização produtiva:

Estamos buscando construir elementos e estratégias para essas associações muito frágeis, mas que são um grupo político, tem uma produção, comunidades quilombolas e alguns assentamentos da reforma agrária de garantir a compra. Buscamos garantir esse instrumento, quase como uma compra institucional, só que feita numa relação entre uma cooperativa de consumidores e uma de produção (ENTREVISTADO 03).



Apesar de ser um objetivo claro na fala dos associados, voluntário e funcionárias, esse instrumento ainda está em construção e é pouco utilizado na GiraSol. Os associados relatam que buscaram estabelecer essa relação com algumas cooperativas de produção, porém não tiveram sucesso devido a dificuldades produtivas e de logística dos grupos. Apesar da garantia de compra ser um incentivo importante, principalmente quando aliada à construção de preços justos, a participação desses grupos na comercialização depende de diversos aspectos produtivos, logísticos e outros que precisam ser investigados. Também ponderamos que para a GiraSol, a construção de elementos e estratégias que envolvem a garantia de compra representa um desafio na nova fase da cooperativa, visto que a busca pela viabilidade econômica se tornou uma das prioridades.

A maior parte das relações de fornecimento dos produtos é estabelecida de forma direta, entre agricultores, suas organizações e os associados da cooperativa de consumo (80% do volume de compras). Porém, no caso de uma agroindústria familiar e três empresas de pequeno porte há a atuação de intermediários que realizam o transporte. De acordo com os associados, a aproximação com os fornecedores indica uma aproximação e conhecimento das redes logísticas que utilizam, sendo este o principal elemento estratégico da cooperativa para manter o abastecimento dos alimentos de forma regular, sistemática e com qualidade: “o domínio e inserção na dinâmica logística das redes representam segurança operacional para a cooperativa de consumo, frente a uma dinâmica de consumo intensa, com alta procura por alimentos orgânicos” (ENTREVISTADO 04).

Também ocorre o alinhamento dos dias de entrega com a logística de fornecimento das cooperativas de produção para a merenda escolar e feiras realizadas em Porto Alegre. Isto demonstra um esforço da GiraSol para otimizar o uso da estrutura logística de suas organizações fornecedoras.

As principais redes de atuação e relação nas quais a GiraSol está envolvida são a Oscip Guayí, Resf, a Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (Rede Coop) e a Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável. A Oscip Guayí atua no estímulo à GiraSol para a economia solidária, por meio da aproximação com a Resf e da realização de oficinas voltadas para empreendimentos solidários. Por meio do reconhecimento da GiraSol como um espaço relevante para o fortalecimento de

outros empreendimentos solidários, a Guayí incentivou que a cooperativa se tornasse proponente do projeto ONU/Mulheres.

Como estratégia de apoio às associações e cooperativas de produção, a GiraSol passou a atuar junto a Resf Nacional na promoção da intercooperação, autogestão e comercialização, e no diálogo com a Rede Coop ampliando a atuação das redes e destinando recursos de investimento do projeto ONU/Mulheres para as cooperativas da agricultura familiar.

Pelo projeto da Resf, estamos investindo nessas cooperativas. [...] Queremos que elas comercializem no ponto fixo da GiraSol e também impulsionar elas nas redes da Resf com os investimentos produtivos. [...] Potencializar a comercialização, fortalecer a autogestão das redes, que elas mesmas decidam o preço, qual produto vão vender, respeitando o valor do trabalho. (ENTREVISTADO 05).

Nesse processo, os entrevistados também relatam que “a aproximação foi essencial para identificar as dificuldades dos grupos e as formas como os recursos do projeto podem gerar investimentos que sejam úteis para as agricultoras e as organizações” (Entrevistado 06). Exemplo disso é a participação da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Coomafitt) na rede de cooperação Resf e acesso aos recursos do projeto que possibilitaram a aquisição da câmara fria, a qual posteriormente foi compartilhada com o Centro de Distribuição (CD) da GiraSol<sup>1</sup>. O diálogo com a cooperativa levou à identificação de objetivos em comum, o que resultou em uma parceria. A governança do Centro de Distribuição está em fase de discussão, com a ideia de formar um conselho gestor em parceria com a Coomafitt e outras cooperativas de produção que fazem parte da Rede Coop e da Resf. A GiraSol estabelece como prioritárias as relações com cooperativas da agricultura familiar, empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação, para o desenvolvimento de uma estratégia de abastecimento baseada em circuitos curtos de comercialização e que fortaleça redes de cooperação.

---

<sup>1</sup> O Centro de Distribuição é uma filial da GiraSol com gestão conjunta com cooperativas de produção ainda em discussão. O CD está em fase de implementação e objetiva abastecer alimentos orgânicos in natura e minimamente processados no atacado para a região metropolitana de Porto Alegre - RS. Possui uma câmara fria com capacidade aproximada para o armazenamento de 7 mil kg de alimentos e espaço para armazenamento de produtos secos. Na fase atual, funciona como apoio logístico para o recebimento de produtos comercializados pela GiraSol por meio de *e-commerce* e loja física.

Outra rede em que a GiraSol se insere é a Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável, que atua em âmbito nacional desde 2011 e articula iniciativas de tais grupos (MASCARENHAS; GONÇALVES, 2016). Os entrevistados manifestam a intenção de que a atuação da GiraSol vá além da comercialização e seja voltada, por um lado para o fortalecimento da cooperação, associativismo e solidariedade entre as organizações de agricultores e, por outro, para a educação e responsabilização dos consumidores. Para isso, a cooperativa indica estratégias de interação entre a produção e o consumo dos alimentos.

As interações produção-consumo são realizadas principalmente na reciprocidade envolvida em processos de gestão e comercialização. A própria atuação da GiraSol em redes que envolvem majoritariamente organizações de agricultores demonstra que a interação com a produção é central e ativa. Ocorrem interações na construção conjunta de preços, de estratégias de comercialização e tomadas de decisão compartilhadas. Além disso, existem ações que são voltadas para a aproximação entre agricultores e consumidores não sócios da cooperativa, as quais envolvem comunicação e sensibilização do conjunto dos atores envolvidos. A GiraSol viabiliza a elaboração e divulgação de vídeos em parceria com as cooperativas de produção, voltados para relatos do histórico dos agricultores, suas organizações e dos alimentos que são comercializados na cooperativa. Outros meios de comunicação, como o site e as mídias sociais, também são empregados para divulgar informações sobre origem, estratégias, fornecedores e parceiros da cooperativa. Relata um dos entrevistados sobre a comunicação: “transmitimos aos consumidores a cooperação e solidariedade da GiraSol e dos parceiros, assim como a trajetória e origem dos alimentos e dos agricultores. Queremos que as pessoas pensem de onde vem o alimento” (ENTREVISTADO 07).

#### **A COOPERATIVA DE CONSUMO COMO UMA FERRAMENTA PARA IMPULSIONAR ORGANIZAÇÕES DE AGRICULTORES**

A atuação em circuitos curtos de comercialização fomenta relações de cooperação entre a cooperativa GiraSol, agricultores, produtores e suas redes, por meio da aproximação entre a produção e o consumo. A atuação da GiraSol nos CCC também possibilita fortalecer as relações de cooperação estabelecidas com organizações de agricultores, por meio da ampliação e fortalecimento de redes de cooperação.

## CIRCUITO DE ABASTECIMENTO

Nas características do circuito de abastecimento da cooperativa de consumo GiraSol encontram-se aspectos-chave que constituem a base teórica do conceito de CCC, ou seja, o estabelecimento de vendas indiretas com no máximo um intermediário até o consumidor final, sendo este a própria cooperativa de consumo, e a aproximação entre produtores e consumidores na maioria das relações comerciais.

As sinergias entre os circuitos curtos e a cooperação estão alicerçadas na capacidade do grupo de consumidores e dos grupos de agricultores criarem relações de proximidade baseadas na solidariedade, confiança e compartilhamento de objetivos. As relações de confiança e cooperação são estabelecidas através da operacionalização dos circuitos curtos de comercialização. Essa dinâmica de circuitos comerciais de proximidade gera a identificação de objetivos comuns entre os atores, nesse caso passando pelo fortalecimento de redes de cooperação.

Outra característica dos circuitos curtos, de acordo com Darolt (2013), é que geram maior autonomia aos agricultores quando comparados aos circuitos longos, pois os agricultores que trabalham integrados com empresas e para vendas em supermercados, têm menor autonomia na gestão, sendo o planejamento de produção mais fortemente induzido pela comercialização com as empresas. No caso da GiraSol, a maior autonomia dos agricultores pode ser percebida nas relações estreitas de cooperação entre seus grupos e os consumidores na construção de preços justos, riscos compartilhados, abastecimento de produtos conforme a oferta e sazonalidade produtiva, preferência por produtos locais, gestão conjunta e aprendizagem mútua.

Para Schneider e Ferrari (2015), existe uma constante preocupação dos agentes das cadeias curtas em construir espaços de comercialização que sejam distintos das estruturas comerciais convencionais e que permitam comunicar os atributos de qualidade dos seus produtos. Espaços cooperativos como a GiraSol evitam que a principal forma de escoamento dos produtos dos agricultores sejam grandes players comerciais, onde se apresentam poucas informações sobre os processos e organizações produtivas. As cooperativas ajudam que os alimentos cheguem carregados de informação, que permitam ao consumidor fazer a conexão com o produtor, o seu modo

de fazer e o seu lugar de produção. Nesse sentido, a GiraSol promove uma efetiva proximidade entre associados e produtores, além de comunicar elementos materiais e imateriais ligados à trajetória dos alimentos que comercializa, por meio de ferramentas de comunicação e sensibilização.

Além disso, há um claro esforço da cooperativa em estabelecer relações com coletivos de agricultores, mesmo que até o momento apenas 45% de seus fornecedores sejam cooperativas e associações. Apesar das dificuldades organizativas e logísticas que eles ainda identificam para a inclusão de organizações menos estruturadas, a aproximação e apoio a elas são fortalecidos pela atuação em redes de cooperação.

Entretanto, há relações comerciais que não são diretas com os agricultores ou suas organizações. Sobre isto seria necessária uma maior compreensão das dinâmicas estabelecidas entre os intermediários e os agricultores, visto que essa relação pode representar o afastamento relacional e informacional entre os produtores e a GiraSol e interferir nas relações de confiança e comunicação entre eles.

#### REDE DE ATUAÇÃO E RELAÇÃO

A GiraSol atua em articulação com diversas redes formadas por organizações de consumidores, produtores, movimentos sociais, ONGs e possui o apoio de uma Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público – Oscip Guayú. No âmbito do abastecimento dos alimentos, a GiraSol é uma organização que se articula com diversas redes e que auxilia na sua construção e fortalecimento, por meio da cooperação e de logísticas assentadas em circuitos curtos, que fomentam a capacidade autogestionária de cooperativas da agricultura familiar e reforma agrária. Isto está em acordo com Darolt *et al.* (2016), que observam avanços no processo de distribuição de alimentos, na tomada de decisão e novos modelos de gestão participativa nas experiências de circuitos curtos onde se verifica a formação de redes com apoio de políticas públicas e interação entre atores (poder público, entidades não-governamentais, organizações de agricultores e consumidores). Essas dinâmicas são fortalecidas na articulação entre a GiraSol e as redes nas quais participa, principalmente naquelas em que tem forte atuação: RESF e Redecoop.

A GiraSol possui um papel importante em fortalecer e ampliar a relação entre produção e consumo de alimentos nessas redes. Percebe-se que a

união entre os atores da produção e a cooperativa ocorre devido aos objetivos e desafios em comum, relacionados ao acesso a mercados mais justos por parte dos agricultores e ao consumo de alimentos saudáveis, de trajetória social, econômica e ambiental conhecida por parte dos consumidores. A GiraSol definiu como objetivo impulsionar organizações de agricultores, bem como a integração e formação de redes entre estas, e atuar em redes de consumo responsável para fortalecer a economia solidária, autogestão e comércio justo.

Nesse sentido, existe um compromisso mútuo nessas redes de produção-consumo, em que os consumidores podem desempenhar um papel transformador. Brunori et al. (2012), ao estudar organizações de consumidores para a aquisição de alimentos na Itália (Gruppi di Acquisto Solidale - GAS), destaca que eles tornam-se coprodutores de sistemas alimentares. Para o autor, a ação dos consumidores cria novos discursos, narrativas, infraestruturas relacionais e materiais para a relação produção-consumo, além de restabelecer padrões de consumo, dando novos significados para bens e serviços. A ação dos consumidores junto aos produtores amplia a diversidade organizacional da GiraSol e permite estabelecer relações de cooperação, inclusive quando ela se propõe a constituir uma central de distribuição de alimentos saudáveis em que a governança é compartilhada por consumidores e agricultores. Apesar de ainda estar em fase de implementação, a gestão conjunta tem o potencial de criar novas formas de governança alimentar com maior participação da sociedade civil, em que consumidores e produtores compartilham reflexões e responsabilidades no escopo das redes de cidadania agroalimentar (RENTING *et al.*, 2012).

#### INTERAÇÃO PRODUTOR-CONSUMIDOR

A cooperativa de consumo GiraSol é uma organização que gera a interação entre consumidores associados e produtores para o abastecimento dos alimentos, desenvolvendo elementos de governança compartilhada e modelos participativos de tomada de decisão. Nas reconfigurações das relações entre a produção e o consumo para formas coletivas de atuação, os atores articulam aprendizagens e constroem redes.

A interação informacional com consumidores não-sócios da cooperativa é realizada por meio do material informativo produzido pela GiraSol, em parceria com as cooperativas de produção, com recursos do projeto

ONU Mulheres/FBB. Essa parceria indica uma ampliação da relação cooperativa, a qual busca ampliar as relações entre si e com a comunidade de maneira mais abrangente. Porém, é necessário verificar com mais profundidade qual é a efetividade desses esforços de comunicação com o consumidor final e se, por exemplo, eles geram compreensão sobre as dimensões ambiental, econômica e social associadas à trajetória do alimento. Essa compreensão seria necessária para ampliar processos de responsabilização e envolvimento nas dinâmicas de abastecimento, por parte de mais consumidores finais.

Quadro1: Síntese das relações comerciais, redes e interações da Cooperativa GiraSol

Campos de análise heurística	Cooperativa GiraSol
Circuito de abastecimento	20 fornecedores principais (45% cooperativas e associações, 25% famílias individuais, 15% agroindústrias familiares, 15% empresas de pequeno porte); 80 % do volume de vendas constituem circuitos curtos (com no máximo um intermediário até o consumidor final, sendo este a própria cooperativa de consumo).
Rede de atuação e relação	RESF, Rede Coop, Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável e Oscip Guayí.
Interação produtor-consumidor	Atuação coletiva em processos de governança e modelos participativos de tomada de decisão; Textos e vídeos sobre trajetória dos alimentos e origem das cooperativas a serem divulgados ao longo do ano nas mídias sociais, website com informações sobre fornecedores, (coopGiraSol.com.br), alimentos com indicação de origem.

Fonte: Elaborado pelos autores

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos sociais que estão associados à dimensão econômica ainda são pouco compreendidos em experiências que se propõem a aproximar produtores e consumidores. Nesse capítulo, a cooperativa de consumo GiraSol foi analisada para entender a cooperação entre os atores nas dinâmicas de circuitos curtos, mapeando as formas de interação que se estabelecem entre consumidores e produtores, especialmente quando articulados em torno de suas organizações. A GiraSol fomenta a cooperação intra e interorganizacional, tendo como chave de articulação a comercialização de alimentos em circuitos curtos. Isto tem ampliado relações de confiança, gerado espaços de governança compartilhados e fomentado redes de cooperação.

A simples constituição de um espaço associativo onde cidadãos participam ativa e coletivamente já é um avanço importante, quando comparado ao distanciamento que impera no sistema dominante de abastecimento alimentar. Através das práticas e ambientes organizacionais que estimula e participa, a GiraSol permite que cidadãos sejam parte e tomem decisões relativas aos circuitos que comercializam seus alimentos. Assim, ela gera condições para que os consumidores se aproximem das pessoas e organizações que produzem os alimentos, para que se criem relações mais justas entre os atores e se qualifiquem os aprendizados mútuos.

A soma de experiências e trajetórias, desafios e adaptações gerados no processo organizativo da GiraSol pode colaborar para a construção de novos modelos econômicos, baseados na aproximação entre a produção e o consumo de alimentos. As formas de cooperação entre os atores, aliçadas em CCC, geram a identificação de problemas comuns e decisões compartilhadas, que podem repercutir positivamente para o desenvolvimento local e regional, com suportes a organizações menos estruturadas e o fortalecimento de redes de apoio.

A aproximação relacional e comercial com outros atores e redes é resultado de uma longa trajetória organizacional da GiraSol. Ao longo dos seus 14 anos, desde a origem da cooperativa, houve um esforço de construir relações de confiança e reciprocidade com outras organizações, em especial da agricultura familiar. Entretanto, nos parece que o que poderia ampliar o sucesso da experiência da GiraSol é sua atuação em redes de cooperação, as quais têm os CCC de alimentos como elemento chave de sua articulação.

Apesar de qualificar o abastecimento dos alimentos com base em relações de confiança com agricultores e organizações, a GiraSol ainda enfrenta alguns desafios: (a) a maior participação dos sócios nas dinâmicas de abastecimento e a descentralização das responsabilidades; (b) ampliar sua atuação como uma organização de fomento ao consumo responsável, como um espaço para a promoção de trocas, encontros, oficinas e outras atividades de formação e diálogo no escopo das redes de cidadania nas quais atua; e (c) a viabilidade econômica da experiência com capital de giro, manutenção dos preços justos e princípios da economia solidária, visto que ainda é financiada por recursos do projeto. Devido à recente ampliação na estrutura e atuação da organização, também se torna um



desafio ampliar as relações diretas com cooperativas em detrimento de fornecedores individuais e empresas, cumprindo com o objetivo de inserção dos grupos menos favorecidos.

Contudo, ponderamos que esse é um estudo exploratório e que pesquisas futuras deveriam se dedicar à análise das trajetórias dos agricultores envolvidos, de suas organizações e das suas percepções em relação à cooperativa de consumo e suas redes de interação.

## REFERÊNCIAS

- BRUNORI, G.; ROSSI, A.; GUIDI, F. On the new social relations around and beyond food. Analysing consumers' role and action in Gruppi di Acquisto Solidale (Solidarity Purchasing Groups). *Sociologia Ruralis*, Oxford, v. 52, n. 1, p. 1-30, 2012.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. DE; VEZZANI, F. M. (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, p. 139-170, 2013.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M.C.F.; ABREU, L.S. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, 19(2), 1-22. 2016.
- HOLLOWAY, L.; KNEAFSEY, M.; VENN, L.; COX, R.; DOWLER, E.; TUOMAINENET, H. Possible food economies: a methodological framework for exploring food production-consumption relationships. *Sociologia Ruralis*. Oxford, v. 47, 1-19. 2007.
- KNEAFSEY, M.; VENN, L.; SCHMUTZ, U.; BALÁZS, B.; TRENCHARD, L.; EYDENWOOD, T.; BOS, E.; SUTTON, G.; BLAKETT, M. *Short food supply chains and local food systems in the EU: a state of play of their socio-economic characteristics*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.
- MASCARENHAS, T.; GOLÇALVES, J. Grupos de Consumo Responsável: práticas de consumidores baseadas no comércio justo e solidário. In: STELZER, J.; GOMES, R. (org). *Comércio justo e solidário no Brasil e na América Latina*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2016. p. 121-141.
- MONTIEL, M.S.; COLLADO, A.C.; RENTING, H.; PADILLA, M.C. Between food ethics, solidarity and the social construction of alternative markets. exploring the dimensions of grass-roots food movements in Spain. In: EUROPEAN IFSA SYMPOSIUM, 9., 2010, Viena. *Anais [...] Viena (Áustria): IFSA*, 2010.
- MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Quality, nature, and embeddedness: Some theoretical considerations in the context of the food sector. *Economic geography*, Worcester, Massachusetts, v. 76, n. 2, p. 107-125, 2000.
- PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- PIAGET, J. *Estudos Sociológicos*. Tradução de Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- PREISS, P.; CHARÃO-MARQUES, F.; WISKERKE, J.S.C. Fostering sustainable urban-rural linkages through local food supply: a transnational analysis of collaborative food alliances. *Sustainability*, Basel, Suíça, v. 9, n. 7, p. 11-55, 2017.
- REDE ECOVIDA. *Como a rede funciona?* Rede Ecovida. Tres Caxoeiras (RS), 2020. Disponível em: < <http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em: 12 de abril de 2020.
- RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: explo-

- ring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and planning*, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003.
- RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of citizenship. *Int. Jml. of Soc. of Agr. & Food*, East Lansing, v. 19, n. 3, 289-307, 2012.
- ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecológica de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 22-25, 2013.
- SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.
- SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe, *Journal of Economic Geography*, Worcester, Massachusetts, v. 6, n. 2, 2006.

## SOBRE OS AUTORES

(ordem alfabética)

ADEMIR ANTONIO CAZELLA. Doutor em Ordenamento Territorial. Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas da UFSC. Membro do Lemate/UFSC. E-mail: aacazella@gmail.com.

ADEVAN DA SILVA PUGAS. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGA/UFSC). Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf/UFSC). E-mail: vanpugas@gmail.com.

ÁTILA SOUZA ROCHA FREIRE DE SANTANA. Graduando em medicina veterinária na Universidade Federal de Santa Catarina, campus de Curitibanos. Realiza estudos sobre cooperativas de crédito rurais em Santa Catarina. E-mail: atilasouzarfs@gmail.com.

CAROLINA VINCENZI MERGEN. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina. E-mail: carolinacvzmergen@gmail.com.

CÉSAR GÓMEZ. Docente en las facultades de Ciencias Económicas y de Humanidades de la Universidad Nacional del Nordeste (Argentina). Formó parte del equipo docente de la Escuela de Verano del Procoas en las ediciones 2017, 2018, 2019 y 2020. E-mail: cesarabelfomez@gmail.com.

DIEGO BARRIOS. Docente del Área Sector Cooperativo y Economía Social y Solidaria (Unidad de Estudios Cooperativos), del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio de la Universidad de la República (Uruguay). Formó parte del equipo docente de la Escuela de Verano del Procoas en las ediciones 2017, 2018, 2019 y 2020. Email: diego.barrios@cseam.udelar.edu.uy.

ELOIZA ANDRÉA MORAES SILVA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). Membro do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC). Email: elo\_ms@hotmail.com.

FÁBIO LUIZ BÚRIGO. Doutor em Sociologia Política. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC). Coordenador do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC). Email: fabio.burigo@ufsc.br

LAÍSA BOECHEL BARCELOS. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Engenheira Agrônoma. Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf/UFSC). E-mail: barceloslaisa@gmail.com

LARISSA LIANE HEIDORN. Mestranda em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás (UFG). Engenheira Agrônoma pela Universidade de São Paulo (Esalq/USP). E-mail: larissa.l.hei@gmail.com.

LAURA NIÑO. Docente de la Universidad Nacional de Quilmes, Argentina. Mestranda en Psicología Social y Comunitaria na Universidade de Buenos Aires. Psicóloga. Integrante de la Incubadora Universitaria de Economía Mercados y Finanzas Solidarias. laura.ninoaguirre@gmail.com.

MAÍRA ELENA BORGES COSTA SUAVE. Extensionista Rural da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. Engenheira Agrônoma. E-mail: maira.agronomia@gmail.com.

MARGARITA BAPTISTA. Estudiante de la Licenciatura en Desarrollo de Universidad de la República (Uruguay). Diseñadora industrial e analista en marketing. Asesora en diseño y comunicación a emprendimientos productivos vinculados a la economía social y solidaria. E-mail: margaritabaptista@gmail.com.

MARÍA DE LA PAZ ACOSTA. Licenciada y profesora en sociología graduada en la Universidad de Buenos Aires, Argentina. Actualmente se encuentra cursando el Doctorado en Ciencias Sociales en la misma institución. e-mail: mariadelapaz.acosta@gmail.com.

MARIA NOVOA ALVAREZ. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em gestão e desenvolvimento rural da Universidad Nacional de Colombia (UNAL). Antropóloga e economista da UNAL. Membro do grupo de pesquisa em Gestão y desarrollo rural - GIGDR/UNAL. E-mail: mjnovoaa@unal.edu.co.

MARJA ZATTONI MILANO. Professora do Instituto Federal Catarinense - Campus Rio do Sul (SC). Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marjamilano@gmail.com.

MARLENE GRADE. Doutora em Geografia, desenvolvimento regional e urbano. Docente do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marlene.grade@ufsc.br.

OSCAR JOSÉ ROVER. Doutor em Desenvolvimento Rural. Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC. Coordenador do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (Lacaf/UFSC). Email: oscar.rover@gmail.com.

PABLO IMEN. Mestre em Política e Gestão da Educação. Licenciado em Ciências da Educação e Especialista em Ciências Sociais do Trabalho Docente e investigador da Universidade de Buenos Aires. Coordenador do Depto. de Educação do Centro Cultural da Cooperação (CCC – Floreal Gorini). Email: pabloadrianimen@gmail.com

PABLO SARAVIA RAMOS. Investigador y docente del Observatorio de Participación Social y Territorio. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Playa Ancha. Chile. Investigador Responsable, Fondecyt Iniciación nº 11170232.

PÂMELA RIBEIRO. Docente no Curso Técnico em Agroecologia na Escola de Educação Básica Vinte e Cinco de Maio (Fraiburgo-SC). E-mail: pamelaribeiro004@gmail.com.

RODRIGO GARCÍA FERREIRA. Docente da Universidade da República (Uruguay). Doutorando Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Agroecossistemas. Email: rodrigo.garcia.uy@gmail.com.

STÉFANI TAMARA PÉREZ. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC). Analista de Formação Cooperativista na Cresol Vale Europeu. Email: stefaniperez1@gmail.com.

WAGNER NASCIMENTO. Discente do curso de Letras na Universidade de São Paulo (USP). Membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP. E-mail: Wagner2.santos@usp.br.



Composto no ateliê do Estúdio Semprelo, em Florianópolis, com a fonte Adobe Garamond Pro, para a editora Letras Contemporâneas, e impresso na gráfica Pallotti, em março de 2021.

autores

ADEMIR ANTONIO CAZELLA  
ADEVAN DA SILVA PUGAS  
ÁTILA SOUZA ROCHA FREIRE DE SANTANA  
CAROLINA VINCENZI MERGEN  
CÉSAR GÓMEZ  
DIEGO BARRIOS  
ELOIZA ANDRÉA MORAES SILVA  
FÁBIO LUIZ BÚRIGO  
LAÍSA BOECHEL BARCELOS  
LARISSA LIANE HEIDORN  
LAURA NIÑO  
MAÍRA ELENA BORGES COSTA SUAVE  
MARGARITA BAPTISTA  
MARÍA DE LA PAZ ACOSTA  
MARIA NOVOA ALVAREZ  
MARJA ZATTONI MILANO  
MARLENE GRADE  
OSCAR JOSÉ ROVER  
PABLO IMEN  
PABLO SARAVIA RAMOS  
PÂMELA RIBEIRO  
RODRIGO GARCÍA FERREIRA  
STÉFANI TAMARA PÉREZ  
WAGNER NASCIMENTO



ISBN 978-65-991172-4-4

